

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RENATO JALES SILVA JUNIOR

Direito à memória: modos de viver e morar em Uberlândia  
entre as décadas de 1960 e 1980.

UBERLÂNDIA  
2013

**RENATO JALES SILVA JUNIOR**

**Direito à memória: modos de viver e morar em Uberlândia  
entre as décadas de 1960 e 1980.**

Tese apresentada à Banca Examinadora do programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em história.

Área de concentração: História Social.

Orientador: Profº Drº Paulo Roberto de Almeida.

**Uberlândia  
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

S586d Silva Junior, Renato Jales, 1974-  
2013      Direito à memória: modos de viver e morar em Uberlândia  
entre as décadas de 1960 e 1980 / Renato Jales Silva Junior. --  
2013.  
204 f. : il.

Orientador: Paulo Roberto de Almeida.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Memória - Uberlândia (MG) -  
História – 1960-1980 - Teses. 3. Uberlândia (MG) - História –  
1960-1980 - Teses. I. Almeida, Paulo Roberto de. II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
Graduação em História. III. Título.

CDU:

---

930

**Renato Jales Silva Junior**

**Direito à memória: modos de viver e morar em Uberlândia  
entre as décadas de 1960 e 1980.**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Uberlândia, \_\_\_\_\_ de Agosto de 2013

**Banca Examinadora:**

---

**Profº Drº. Sérgio Paulo Morais (UFU-MG)**

---

**Profª Drª Rosângela Maria Silva Petuba (UEPG-PR)**

---

**Profº Drº. Paulo César Inácio (UFG-GO)**

---

**Profº Dr.º Túlio Barbosa (UFU-MG)**

---

**Profº Dr.º Paulo Roberto Almeida (UFU) – Orientador**

*Para Lorenzo, que ainda não veio ao mundo,  
mas já é a razão de minha vida*

## AGRADECIMENTOS

Durante estes mais de quatro anos de trabalho muitas pessoas ajudaram direta e indiretamente para a conclusão desta tese.

Agradeço, em primeiro lugar, minha companheira Fernanda Santos pelas belas lições de amor, companheirismo e solidariedade. Sua presença constante e sua força encorajam-me sempre para enfrentar os desafios da vida. Além disso, sua inteligência e capacidade para ser, a cada dia uma pessoa melhor, é minha grande fonte de inspiração.

Ao professor Paulo Roberto de Almeida por aceitar a tarefa de orientar o trabalho em andamento. Agradeço por acreditar que eu poderia encontrar o meu caminho de escrita.

Aos professores Túlio Barbosa e Sérgio Paulo Moraes pelas contribuições na banca de qualificação.

Aos professores das disciplinas de doutorado, especialmente Dilma Andrade de Paula e Heloísa Helena Pacheco Cardoso pelas leituras atentas e contribuições ao projeto.

À Professora Célia Rocha Calvo por acreditar inicialmente no projeto.

Aos meus pais e irmãos por acreditarem que eu chegaria lá.

Ao amigo de sempre Raphael Alberto, companheiro dentro e fora da academia.

Aos antigos amigos do curso: Tadeu, Glauber Rabelo e Floriana, pela solidariedade e companheirismo em diversos momentos da produção deste trabalho.

Aos antigos amigos de trabalho: Katia Eliane, Cássio Santos, Sandra Fiúza e Ivonilda Lemes pelos belos anos de ofício de professor-viajante. A liberdade era pequena, mas o compromisso com nosso ofício resultou em belos trabalhos e muita aprendizagem.

Ao amigo Eduardo Warpechowski pelas boas conversas e a pela sua solidariedade nos momentos de aperto.

À Luciana Lemes e à Josiane Soares pela atenção e disponibilidade em ajudar.

Aos colegas de trabalho das escolas municipais Stela Saraiva Peano e Dr. Gladson Guerra pela torcida.

Aos entrevistados por compartilhar suas memórias sobre a cidade de Uberlândia e ajudar neste processo de democratizar a construção do conhecimento e das histórias desta cidade.

## RESUMO

Esta tese trata da cidade de Uberlândia produzida e construída nos diferentes registros de memória. No diálogo com moradores desta cidade, especialmente do bairro Presidente Roosevelt, problematizo a construção de memórias patrimonializadas pelo poder público e/ou reconstruídas pela imprensa nas primeiras décadas do século XXI.

Analisei os lugares e modos de morar nesta cidade e, ao final, privilegiei um deles, o bairro Presidente Roosevelt. Dessa forma, questiono algumas noções comuns sobre moradia como a de “popular” e a de “pobres” que carregavam conotações políticas e impunha aos seus moradores modos de viver para serem aceitos à cidade pensada por grupos dominantes.

A pesquisa realizada com os sujeitos que, por diferentes meios ajudaram na construção física e simbólica dos lugares, foi importante para questionar determinados supostos que elegeram o poder público e as empresas imobiliárias como protagonistas na cena urbana e desconsideraram o poder de intervenção dos moradores.

Por fim, as narrativas orais elaboradas para a tese colocaram como elemento de disputa na/pela cidade o direito à memória. Ao redesenhar os lugares sociais a partir dos seus valores os moradores do bairro Presidente Roosevelt colocaram outras memórias em evidência e possibilitaram a produção de uma história distinta daquela imposta pelas políticas patrimoniais e divulgadas pela imprensa.

Palavras-chave: Cidade, memória, lugares sociais, pertencimento.

## ABSTRACT

This dissertation is about the city of Uberlândia produced and built in different historical memory registers. From different records of residents of this city, especially the neighborhood of President Roosevelt problematized property building memories rebuilt by the government or by the press in the first decades of the twenty-first century.

Followed by workers who live and places I chose one of these: the neighborhood of President Roosevelt. To problematize some notions such as social housing and poor carried a political connotation which required residents to these places and ways of life to be accepted to the dominant city. I Problematic also questioned the idea that sometimes accepts the social spaces of Uberlândia City were built by the partnership-estate and overlook the empowerment of residents.

Oral narratives were important to redesign social places and question certain memories that these subjects withdrew from the active role of city builders. The dialogue with the subjects were also fundamental to the interpretation of the sources produced by the press and understand the attempt to establish certain way about living in the city and how these change over the pressure of social subjects.

Keywords: City, memory, social places, belonging.

## Lista de Imagens

Figura 1 – Gráfico da evolução do número de projetos de loteamento	59
Figura 2- Mapa de Uberlândia, década de 1980	60
Foto 01 – Construção do bairro Luizote de Freitas	65
Foto 02- Residência no Bairro Presidente Roosevelt	76
Figura 3– Projeto de construção de condomínio residencial no Bairro Presidente Roosevelt	78
Figura 4 – Projeto do condomínio residencial Treviso II no Bairro Presidente Roosevelt	79
Foto 3 – Residências no bairro Roosevelt	80
Figura 5 – Anúncio de venda de sobrado	81
Foto 4 – Conjunto Treviso II, bairro Presidente Roosevelt, 1980	83
Figura 6: Mapa de bairros integrados. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2006	91
Figura 07 - Mapa do bairro Presidente Roosevelt	101
Figura 08 - Projeto arquitetônico conjunto Treviso II, 1980	108
Fotos 5 e 6 – Residências no bairro Presidente Roosevelt, 1980	109
Figura 09 - Projeto arquitetônico conjunto Treviso II, 1980	111
Foto 7 – residência no bairro Presidente Roosevelt.	111
Fotos 8 e 9: ampliação de cômodos. Casa do Presidente Roosevelt, 1986	112
Foto 10: campeonato de truco na mercearia São Luiz, 1992	115
Fotos 11 e 12: Festa do Divino. Residência no Presidente Roosevelt, década de 1990.	118
Foto 13: Viaduto do Chuá, 2008	127
Foto 14 e 15: A primeira com o ex-governador Eduardo Azeredo, e a segunda com o ex-prefeito Odelmo Leão (Deputado Federal no momento da foto), 1998	137
Foto 16: Festa de aniversário da E. E. Guiomar de Freitas Costa “Polivalente”, 1998.	138
Quadro 1 – Compradores de lotes da Imobiliária Roosevelt	151

Figura 10 – Mapa do bairro Presidente Roosevelt	152
Figura 11 – Foto da parte central da cidade de Paris	157
Figura 12 – Planta inicial do bairro Presidente Roosevelt em meados da década de 1940	158
Foto 17 – Anfiteatro na Praça João Jorge Cury	160
Foto 18 – Caminhões de frete na praça	162
Foto 19: Carrinho de lanches na praça	162
Foto 20 – Residência no bairro Roosevelt	172
Foto 21 – Residência no bairro Roosevelt	172
Figura 13 – Mapa do bairro Presidente Roosevelt	173
Foto 22 – Praça João Jorge Cury com placa de sinalização da Igreja São Judas Tadeu	174
Foto 23 – Produção das Artes	180
Figura 24 – Terreno da Produção das Artes	180
Foto 25 – Carro de boi da Produção das Artes	180
Foto 26 – Área protegida com cerca de arame	180
Figura 14 – Registros fotográficos do Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural	183
Figura 15 – Registros fotográficos do Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural	184
Figura 16 – Figura 16: anúncio de venda de apartamento no Bairro Presidente Roosevelt	190

## Lista de Siglas

ANPUH	Associação Nacional dos Professores Universitários de História
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EJA	Educação de Jovens e Adultos
BNH	Banco Nacional de Habitação
PSP	Partido Social Progressista
FCP	Fundação da Casa Popular
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UDN	União Democrática Nacional
PSD	Partido Social Democrático
IAPI	Instituto de Aposentadoria dos industriários
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
Cohab	Companhia de Habitação
Arena	Aliança Renovadora Nacional
CURA	Projeto de Complementação Urbana

## Sumário

Apresentação .....	13
Capítulo I      Onde moram os pobres.....	38
1- O Primeiro Programa Habitacional: Conjunto Patrimônio.....	42
2- O Banco Nacional de Habitação: os conjuntos habitacionais como moradia para trabalhadores.....	55
Capítulo II     Construindo um lugar: exercendo pressões.....	89
1- A vila.....	94
2- Os Conjuntos Habitacionais: Nova ocupação do bairro.....	103
3- Algumas lutas.....	123
Capítulo III    Entre Paris e Roosevelt: memórias de um bairro.....	140
Considerações Finais. ....	187
Fontes .....	193
Bibliografia .....	197

## *APRESENTAÇÃO*

O texto que segue abaixo, dividido em três capítulos, reúne algumas histórias sobre a cidade de Uberlândia e como se constituiu historicamente alguns dos seus espaços. Dentre as muitas possibilidades de pensar a formação e produção dos espaços sociais desta cidade escolhi partir de um bairro – Presidente Roosevelt – e suas transformações como enredo central da tese.

As transformações dos modos de viver nesta cidade é tema de debate na historiografia local há alguns anos. Temas diversos, recortes temporais variados, fontes, diferentes perguntas e supostos teórico-metodológicos foram lançados por historiadores e outros cientistas sociais para refletir sobre as relações sociais vividas em Uberlândia.

De minha parte, o trabalho iniciou com a leitura de duas narrativas que chamaram minha atenção sobre o bairro. A primeira uma grande reportagem do jornal Correio de Uberlândia<sup>1</sup> sobre o bairro que traziam várias características e o qualificava como importante espaço de comércio e de ricas práticas populares. Dentre os diversos assuntos da reportagem chamou minha atenção as narrativas sobre o desenho arquitetônico do bairro explicado de maneira mitológica como rota de fuga de comunistas da cidade. Ao procurar outras evidências sobre tal mito deparei-me com um conjunto de documentos produzidos sobre o bairro pela Secretaria de Cultura com o objetivo de inventariar possíveis patrimônios históricos e entre estes novamente o desenho das ruas, agora como obra da arquitetura moderna e inspiração na cidade de Paris<sup>2</sup>.

As duas narrativas produziam memórias sobre o bairro ordenadas a partir de categorias como moderno, progresso, desenvolvimento, indústria que retiravam ações concretas de sujeitos sociais que viveram (e vivem) neste lugar e que distanciavam de outras que eu mesmo tinha sobre o bairro. Morei por mais de vinte anos no bairro, meus pais adquiriram o ágio de uma casa já financiada por outro morador junto ao Banco Nacional de Habitação em 1982 e desta residência saí em 2006. Ao falar sobre o Presidente Roosevelt e as últimas décadas do século XX o que vinha a minha mente era o fato de residir próximo “ao mato”, de colher pitanga próximo à minha casa, de jogar futebol em campos de terra (e de lamentar sua perda), de levar bronca dos meus pais por ter sujado os

---

<sup>1</sup> TIAGO, Gislene. Roosevelt: um dos bairros mais antigos da cidade. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 22 fev. 2009, Caderno Cidade, p. B2.

<sup>2</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Plano de inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011**, p. 1. Disponível em: <[www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/6306.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6306.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2012.

pés de piche quando as ruas estavam sendo asfaltadas, de ter a sensação de que a minha infância foi mais livre e melhor do que as atuais.

Dentre as práticas comuns em outros momentos históricos, estão registradas na minha memória a compra no mercado do bairro e anotar na caderneta para um pagamento posterior; de pedir um pouco de açúcar ou pó de café aos vizinhos para minha mãe fazer à visita que chegava ao fim do mês; de admirar e desconfiar do carro novo comprado pelo vizinho; de estranhar as novas casas sendo construídas; de perceber o centro da cidade como um lugar longe, enfim, de fazer parte daquele grupo e me sentir distante de outros da cidade.

Depois de alguns anos freqüentando a Universidade Federal de Uberlândia e de discutir e escrever sobre a produção social dos espaços urbanos<sup>3</sup> e de ler sobre o lugar andei novamente pelo meu antigo bairro. O bairro Presidente Roosevelt que falam jornalistas e assessores “culturais” da Prefeitura Municipal de Uberlândia não é o mesmo que eu tenho na memória.

Por outro lado a própria espacialidade transformou muito. O mato não existe mais, quase não há crianças nas ruas, não se joga mais futebol em campos de terra. As antigas casas dos conjuntos habitacionais estão transformadas e percebe-se claramente uma forte verticalização do bairro fruto dos novos financiamentos abertos pela Caixa Econômica Federal via programas como o Minha Casa Minha Vida que prioriza a comercialização de casas e apartamentos novos na cidade. Novas e diferentes áreas de lazer foram criadas pelo poder público e a infra-estrutura hoje atrai a classe média que não consegue morar nos condomínios fechados da “zona sul”.

Parte dos meus amigos de infância não mora mais no bairro em função da dinâmica urbana recente que encareceram os poucos terrenos que ainda existem e as casas postas à venda. Alguns destes também freqüentaram os bancos da universidade e em função desta experiência mudaram modos de viver, tiveram mais opções de escolha para seu lugar de moradia, outros moram ainda no mesmo terreno que seus pais em “puxadinhos” construídos no fundo e existem aqueles que estão, agora, em bairros mais distantes novamente próximos ao mato.

---

<sup>3</sup> SILVA JUNIOR, Renato Jales. **Cidade e cultura:** Memórias e narrativas de viveres urbanos no Bairro Bom Jesus Uberlândia-MG 1960-2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

Trago estas recordações não para lamentar que mudanças tenham ocorrido, mas como ponto de partida para entender o processo histórico em que elas aconteceram, os diversos sujeitos que estiveram envolvidos, as pressões a que estes sujeitos estiveram submetidos, as interpretações que hoje os moradores fazem, enfim, recuperar diferentes memórias sobre este lugar para refletir sobre a cidade e colocar outras histórias no discurso público<sup>4</sup>.

Ao longo da pesquisa o bairro Presidente Roosevelt tornou-se um lugar significativo para entender a dinâmica de constituição do espaço urbano nesta cidade e as disputas em torno das memórias sobre ela por outros motivos. Nele vemos diferentes tipos de ocupação desde os financiamentos do Banco Nacional de Habitação no final da década de 1970 e toda década de 1980, vemos também casas construídas ainda nas décadas de 1950 e 1960 por moradores que compravam terrenos por baixos valores e que moravam isolados e sem nenhuma infra-estrutura. Vemos por fim, a nova política de financiamento urbano dos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, caracterizados por um financiamento privado a partir do comprador do imóvel que possui maior liberdade de escolha e, portanto, possui uma renda maior que tem atraído moradores com outro nível de consumo e diferentes modos de vida para este lugar.

Nestes tempos diferentes de ocupação física ocorre uma produção simbólica sobre o lugar e os sujeitos que nele moram. Desde o total silenciamento sobre a existência destes moradores, à “vila dos pobres” ou “cafundó”, até as recentes pautadas como bairro desenvolvido, com acesso ao comércio, rede bancária. Assim temos no bairro um das muitas formas de disputar esta cidade, a produção de memórias sobre seus lugares que elegem os sujeitos que a produzem e relegam as ações de muitos ao segundo plano quando não as ignora ou desqualifica.

Estas diferentes formas de ocupação revelam a relação do poder público com os moradores (mesmo que com diferentes níveis salariais). Ao mesmo tempo pode nos revelar a dinâmica da produção do espaço capitalista. Estas mudanças já foram interpretadas por outros trabalhos sobre a noção de especulação. Porém a ideia de especulação me pareceu insuficiente para explicar as transformações do bairro, principalmente porque esta geralmente retira dos moradores sua potência e nomeiam como sujeitos da mudança

---

<sup>4</sup> PORTELLI, Alessandro. **História oral e poder**. In.: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E ÉTICA, 25, 2009, Fortaleza/Ceará.

empresas imobiliárias e o poder público. É bom ressaltar, também, que a ideia de mercado imobiliário por vezes nos aparece como uma noção destituída de sujeitos, que tem como consequência a noção de homogeneidade. Em diferentes registros pude constatar que entre os integrantes deste mercado há conflitos de interesses alianças e tensões que nos impede de trabalhá-lo de maneira homogênea.

Algumas categorias e noções são importantes ao longo de trabalho. Primeiro a de morador. Analisar um bairro especialmente de grande extensão, com diferentes formas de ocupação e com mais de vinte e cinco mil moradores atualmente<sup>5</sup> impõe desde o início a dificuldade de pensar uma particularidade que identifique os sujeitos. Por isso trabalho com a categoria “moradores” que possibilitou maior liberdade para entender as diferentes ações dos sujeitos. As duas últimas décadas dificulta ainda mais nosso trabalho em função da vinda de novos moradores, como mencionei acima, e a construção de habitações luxuosas com valores de mercado muito destoantes do que víamos no bairro até o final do século XX.

Uso também a noção de lugar para refletir sobre o bairro, esta foi inspirada no trabalho de Rogério Proença Leite que entende “os lugares como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente”<sup>6</sup>. Esta definição foi importante para entender narrativas como a de meu pai, morador a mais de trinta anos: “... é por isso que daqui eu não saio e daqui ninguém me tira, porque essa história eu conheço ela de traís pra frente, de frente pra traís, eu sei tudo (...)”<sup>7</sup>. Isto significa que os espaços só possuem sentido quando transformados em lugares, quando possuem um sentido, um uso. Dessa forma podemos qualificar como não-lugares praças idealizadas por arquitetos como espaço de uso e ocupação pública dos moradores que nunca foram de fato usadas.

Durante décadas periódicos como o jornal Correio de Uberlândia tentou exilar os moradores do Presidente Roosevelt da cidade, criando para eles qualificações e sentidos que os excluía de noções de pertencimento impostas naquele momento. A intenção em escrever sobre estes moradores, principalmente aqueles que chegaram ao bairro nas décadas de 1970 e 1980, foi de mostrar que, ao contrário do que dizia os jornalistas do

---

<sup>5</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA, 22 de fevereiro 2009.

<sup>6</sup> LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas/SP: Editora da Unicamp; Aracaju/SE: Editora da UFS, 2004, p. 35

<sup>7</sup> Renato Jales Silva, entrevista realizada em 01 de fevereiro de 2012.

Correio de Uberlândia, suas práticas não eram estranhas a esta cidade e que (re)produziram seus modos de vida independente do que a elite letrada – que possuía/possui espaço nos jornais – pensavam e que a manutenção de determinadas práticas e valores exerceram pressões e mudaram em certa medida a forma como o poder público foi exercido em Uberlândia.

Comecei este trabalho pelas fontes escritas, mais particularmente pela imprensa da cidade<sup>8</sup> para acompanhar como os moradores do bairro e o próprio espaço urbano eram qualificados, em que momento e sobre quais pressões os significados sobre o bairro mudaram e quais as consequências desta mudança para os próprios moradores. Os supostos que me orienta na leitura desta e de outras fontes vinham de textos como de Beatriz Sarlo<sup>9</sup>, principalmente no aguçar de um “olhar político” para práticas sociais vividas no presente que busque evidenciar as dissidências e assim, “descobrir as fissuras no consolidado, as rupturas que podem indicar a mudança”<sup>10</sup>.

Porém a leitura dos jornais não foram suficientes para perceber toda dinâmica de produção deste lugar por este construir narrativas a partir de consenso e, por mais que fosse forçado a incluir novos sujeitos e outros sentidos no noticiário as práticas vivas no interior do bairro não apareciam. Este diagnóstico levou-me a olhar com mais atenção outras evidências que poderiam ser questionadas para o melhor encaminhamento dos objetivos propostos e o diálogo com os supostos teóricos que me orientava<sup>11</sup>. O trabalho com as fontes orais e com alguns registros fotográficos tornou-se, então, evidências fundamentais no desenrolar da tese e seu sentido político central que é o de “ouvir aqueles que não foram ouvidos”<sup>12</sup>, conforme Alessandro Portelli.

Procurei ouvir moradores que chegaram ao bairro em dois momentos diferentes, o que estou chamando de primeira ocupação até o final da década de 1970 e a segunda ocupação com os conjuntos habitacionais a partir da década de 1980. Desta primeira fase ouvi o Sr. Reinaldo Afonso Farnesi<sup>13</sup>, proprietário de um bar na parte sul do bairro.

---

<sup>8</sup> Jornal Correio de Uberlândia entre as décadas de 1950 e 2000, posteriormente o jornal Primeira Hora e Participação de 1982 à 1986.

<sup>9</sup> SARLO, Beatriz. Um olhar político: em defesa do partidarismo na arte. In.: **Paisagens imaginárias:** arte e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 55-63.

<sup>10</sup> Ibid., p. 60-61

<sup>11</sup> Encaminhamento teórico-metodológico inspirado em: THOMPSON. E. P. A lógica histórica. In. **A miséria da teoria:** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 47-62.

<sup>12</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In.: **Revista Projeto História.** São Paulo: EDUC, nº. 15, 1997, p. 18

<sup>13</sup> Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi. Entrevista realizada em 10 de junho de 2009.

Cheguei até o Sr. Reinaldo pelas referências dadas pelos meus pais, por saberem que este possuía bar no bairro antes dos conjuntos.

Outro morador deste período é o Sr. Luis Antônio Rosa<sup>14</sup> que está no bairro desde a década de 1960. O contato com o Sr. Luis foi inicialmente por outro motivo, buscava no bairro um morador que tivesse passado pela associação de moradores e conversando com as pessoas nas ruas cheguei até ele. Nesta entrevista busquei ouvir histórias sobre a associação e as lutas empreendidas em torno dela, o perfil dos participantes, a relação com o poder público e, principalmente como este sujeito lembrava-se dos processos de aquisição de aparelhos e serviços públicos no bairro. Outro objetivo com estas conversas foi a de inverter o suposto defendido pela imprensa, que a cidade é, em geral, produto de ações do poder público, ou que os serviços são concessões de determinados prefeitos que tinham certa atenção para determinados bairros.

Nesta segunda fase ouvi os moradores Renato Jales Silva<sup>15</sup>, Neirimar Vieira Marques<sup>16</sup>, José Horácio Sobrinho<sup>17</sup>, Elza de Santos Brito<sup>18</sup>, Miguel Alves dos Santos<sup>19</sup>, Maria Aparecida Duarte<sup>20</sup>, Maria de Lourdes Vieira<sup>21</sup>, Maria Aparecida Vilela Ferreira<sup>22</sup>. Este grupo tem algumas particularidades que os aproxima. Estão todos com mais de cinqüenta anos, são aposentados e chegaram ao bairro no início da década de 1980 para morar nos conjuntos habitacionais. Apesar de terem se aposentado em ofícios diferentes com menor ou maior poder de consumo estão próximos pela condição de classe e vieram morar no Presidente Roosevelt justamente por esta condição que não lhes possibilitava muitas margens de escolha.

Procurei a diversidade na escolha dos entrevistados, ainda que todos compartilham de uma condição de classe, temos entre estes motoristas, proprietários de bar, donas de casa, artesãs, domésticas, ouvi também trabalhadores mais jovens Aparecido Horácio

---

<sup>14</sup> Luís Antônio Rosa, aposentado, 58 anos, entrevista realizada em 09 de fevereiro de 2012.

<sup>15</sup> Renato Jales Silva, aposentado, 63 anos, entrevista realizada em 01 de fevereiro de 2012.

<sup>16</sup> Neirimar Vieira Marques, aposentado, 65 anos, entrevista realizada em 30 de novembro de 2008.

<sup>17</sup> José Horácio Sobrinho. Aposentado, por volta de 60 anos, entrevista realizada em 20 de julho de 2010.

<sup>18</sup> Elza de Santos Brito, aposentada, 78 anos, entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

<sup>19</sup> Miguel Alves dos Santos, aposentado, por volta de 70 anos, entrevista realizada em 25 de janeiro de 2011.

<sup>20</sup> Maria Aparecida Duarte, aposentada, artesã, 59 anos, entrevista realizada em Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

<sup>21</sup> Maria de Lourdes Vieira, aposentada, 62 anos, entrevista realizada em 10 de janeiro de 2011.

<sup>22</sup> Maria Aparecida Vilela, artesã, por volta de 50 anos, entrevista realizada em 10 de janeiro de 2011.

Ramos<sup>23</sup> e outros como o Sr. Reginaldo<sup>24</sup> que utiliza uma praça do bairro como local de trabalho.

Ainda com o objetivo de questionar a memórias hegemônicas do poder público e o silenciamento dos modos de vida no bairro trabalhei com fotografias de acervos pessoais dos moradores e algumas que produzi durante as caminhadas. São registros de reformas de casas, de encontros com políticos locais e regionais, de momentos de lazer e trabalho e reuniões religiosas. Nas fotografias encontramos registros de momentos definidos como significativos pelos sujeitos que a fazem. Estes registros não conseguem ultrapassar as páginas de alguns álbuns de família e com o tempo não são manuseados sequer pelos que posaram na foto. Lidas de forma isolada as fotografias parecem não dizer muito, mas interpretadas com outros registros ajudam a acompanhar a ação destes e produzir uma história que amplie o significado do que foi fotografado.

Esta produção de sentidos do passado é parte de outras que conhecemos como “memória privada”<sup>25</sup> e são assim definidas pelo Grupo de Memória Popular:

O conhecimento do passado e do presente também é produzido no transcorrer da vida cotidiana. Existe um senso comum do passado que, embora possa não ter consistência nem força de explicação, contém, não obstante, elementos de senso comum. Este conhecimento pode circular, geralmente sem amplificação, nas conversas do dia-a-dia e em comparações e narrativas pessoais. Pode até ser registrado em algumas formas culturais privadas: cartas, diários, álbuns de fotografia e coleções de coisas associadas ao passado. (...) Se isto é história, é história sob extremas pressões e privações. Geralmente essa história se mantém em um nível da lembrança privada. Não só não é registrada como também é, de fato, silenciada. Não lhe é dada a oportunidade de falar<sup>26</sup>.

Estes registros privados tornam-se significativos quando os colocamos em movimento com o processo histórico estudado. Diferente de querer publicizar uma história privada o meu objetivo foi de questionar uma ação política de determinados órgãos da

---

<sup>23</sup> Aparecido Horácio Ramos, professor, por volta de 40 anos, entrevista realizada em 28 de janeiro de 2011.

<sup>24</sup> Sr. Reginaldo. Entrevista realizada na Praça João Jorge Cury em 07 de fevereiro de 2012. O morador não quis gravar uma entrevista formal. Falou em poucos minutos da praça onde trabalha e de algumas mudanças em seu entorno. Em função da informalidade da entrevista, disse apenas seu primeiro nome e não informou sua idade, mas aparenta ter aproximadamente 50 anos.

<sup>25</sup> GRUPO DE MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In.: FENELON, Déa Ribeiro et. al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos d'Água, 2004, p. 282-295.

<sup>26</sup> Ibid. 284-5.

prefeitura, como a divisão de Patrimônio Histórico, que produzem histórias sobre a cidade e as divulga como uma. Ao tornar pública em um trabalho de história acadêmico estas fotografias também são instituídas como memórias e a ação de registrar uma festa religiosa, a construção de um cômodo, a visita de um parente ou mesmo a minha de fotografar residências construídas a mais de trinta anos possibilitar olhar o bairro sobre outro foco. Estas fontes ganharam relevo não porque continham informações privilegiadas que os jornais não dispunham, mas porque possibilitou ampliar a cena urbana com outros sujeitos. Isto não significa que os moradores não estivessem lá, suas ações não passam a ser relevantes porque um historiador resolveu estudá-las, eles se fizeram sujeitos desta cidade e disputaram com as armas que tinham seus lugares.

A opção por estas narrativas ajudaram na construção de outras alianças, nestas buscamos inspiração nas palavras proferidas por Alessandro Portelli em palestra na Anpuh de 2009, em Fortaleza:

Os excluídos, os marginalizados, os sem poder têm voz, porém não tem ninguém que os escutam, está voz está inclusa em um espaço limitado e o que temos que fazer é recolher esta voz e amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra e este é um trabalho político porque é um trabalho que tem a ver não só com o direito pela palavra, o direito básico de falar, mas o direito de falar e de serem ouvidos, de serem escutados e terem um papel no discurso público e nas instituições políticas e na democracia<sup>27</sup>.

O trabalho com fontes orais segundo estes princípios modifica a forma como nos relacionamos com os sujeitos sociais nos diferentes momentos, seja na entrevista, na transcrição ou escrita do texto final. Alessandro Portelli já problematizava uma forma conservadora de interpretar as fontes que hierarquizavam os papéis do entrevistado e do entrevistador. Em *A filosofia e os fatos* Portelli narra a experiência do escravo Frederick Douglas e sua relação com abolicionistas brancos norte-americanos. Estes últimos viam em Douglas “o testemunho vivo” da história abolicionista naquele país, mas tentavam separar os papéis desempenhados por cada grupo na produção do conhecimento; Douglas responsável por narrar os fatos, os abolicionistas pela interpretação. Esta relação é

---

<sup>27</sup> PORTELLI, Alessandro. op. cit., 2009.

apropriada por Portelli para advertir os historiadores de algumas tentações no uso das narrativas orais:

Esta distinção entre os fatos, dos quais era depositário o escravo, e a filosofia, reservada a seus patrocinadores brancos e instruídos, me parece um bom exemplo de uma má interpretação, que tem sido a base da recuperação das memórias e das fontes orais, na época contemporânea: de um lado, a ilusão do testemunho como uma tomada de consciência imediata, de primeira mão, autêntica, fiel à experiência histórica; de outro, a divisão do trabalho entre o materialismo das fontes e a intelectualidade do historiador e do sociólogo. Esta separação se fundamenta em preconceitos de caráter classista, que têm muito a ver com a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (...)<sup>28</sup>

Esta advertência – juntamente com outras leituras – já produziu resultados significativos na interpretação destas fontes em alguns historiadores no Brasil. Entre as contribuições destacamos os avanços na forma como interpretamos estas narrativas valorizando as “muitas memórias” que elas nos trazem e outras possibilidades de escrita que envolve uma polifonia de “outras histórias” que entram em diálogo e são valorizadas no texto.

O livro, “Muitas memórias, outras histórias”<sup>29</sup>, produzido por um grupo de historiadores de diferentes universidades (entre elas a Universidade Federal de Uberlândia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal Fluminense e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná) sintetizam estes debates. Entre os diferentes temas discutidos na obra escolhi as reflexões da historiadora Yara Aun Khoury<sup>30</sup> sobre o trabalho com fontes orais. As provocações de Khoury resultam de um longo debate entre historiadores que têm se dedicado a produção e interpretação destas fontes com o intuito de colocar outras histórias em evidência. Mas as questões não se prendem apenas a escolha das fontes, elas nos impõem refletir sobre a responsabilidade da escrita e as alianças que queremos estabelecer com os sujeitos que escolhemos conversar.

---

<sup>28</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Revista **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 01, nº 02, 1996, p. 60.

<sup>29</sup> Estas discussões estão sintetizadas na obra: FENELON, Déa Ribeiro et. al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos d’Água, 2004.

<sup>30</sup> Cf. discussão em: KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In.: FENELON, FENELON, Déa Ribeiro et. al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos d’Água, 2004, p. 118-138.

Isto significa dizer que não podem atingir estes objetivos propostos pela historiadora se não assumirmos o compromisso de construir novos pactos com o social e, como expresso pelo grupo memória popular, estabelecer “uma forma particular de relação de classe (entre pessoas da classe trabalhadora e setores da classe média profissional)”<sup>31</sup>.

Esta relação de igualdade é ainda um tema sensível para nós porque ela não pode ser estabelecida anulando as diferenças e dissimulando as desigualdades. Aprendemos com Alessandro Portelli que “somente a igualdade nos prepara para aceitar a diferença em outros termos que hierarquia e subordinação”<sup>32</sup>. Aceitamos que a pesquisa de campo envolve sujeitos com experiências diferentes e que ambos podem aprender com esse encontro, porém não podemos desconsiderar que este encontro envolve também uma relação de poder socialmente desigual.

Estabelecer diálogos com sujeitos que foram, em algum momento, de nosso convívio próximo, traz algumas surpresa e dificuldades. Quando voltei neste bairro para conversar com alguns remanescentes da década de 1980 que ali permaneceram, entre eles o Senhor Neirimar Vieira, sentia-me “um igual”, mas o seu olhar não era o mesmo, no final da entrevista faz questão de marcar nossas diferenças naquele encontro:

... eu quero dar os parabéns para você já que estamos gravando isso aqui, faz parte da sua história que eu sempre te admirei dimais como vizinho porque eu te conheço desde menino na infância, você saia de sandália havaiana e bicicleta para você estudá, hoje você formou, hoje você é o senhor Junior (...) hoje se você é um professor eu te dou os parabéns, porque eu vi a sua história (...) você foi um cara lutador, hoje você é um professor<sup>33</sup>.

Existe um caminho percorrido entre o vizinho, o menino da infância e o “senhor Junior” que não se fez apenas com o meu envelhecimento. O senhor Nerimar é motorista aposentado e sabe que a condição de professor da Prefeitura Municipal de Uberlândia não nos distancia muito economicamente, mas o fato de retornar nesta condição profissional e pesquisador da Universidade Federal de Uberlândia modificou as bases do nosso encontro. A própria expressão oral do senhor Nerimar quando ligo o gravador – o timbre da voz e o

<sup>31</sup> GRUPO MEMORIA POPULAR. op. cit. p. 295.

<sup>32</sup> PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. In.: Revista **Projeto História**. São Paulo: EDUC, nº. 14, fev. 1997, p. 23.

<sup>33</sup> Neirimar Vieira Marques, 65 anos, Aposentado. Entrevista realizada em 30 de novembro de 2008.

esforço por falar corretamente as palavras – mostra que não nos relacionávamos mais da mesma forma.

O primeiro procedimento a ser adotado na construção desta história é incluir estas pessoas não como vítimas ou meros espectadores das ações dos outros, mas como “sujeitos ativos da política e da democracia”<sup>34</sup>, o que acabou se transformando no grande desafio na escritura deste trabalho. Caminhamos muito no sentido de interpretar os processos históricos no movimento dialético que os constitui e conseguimos enxergar as ações das pessoas como interventionistas nestes processos e percebemos “como elementos de uma cultura urbana, mediados por relações de vida e normas sociais, aparecem recompostos e resignificados em experiências amplas narradas de modo individual”<sup>35</sup>. A dificuldade parece ainda na constituição da história escrita destes processos, de compartilhar nossa história, sintetizada em uma tese, com as outras diferentes que ouvimos no campo de pesquisa.

O momento da entrevista exige, então, respeito, responsabilidade com as histórias destes sujeitos e vontade política de aprender. Essa responsabilidade aumenta quando utilizamos destas narrativas em nosso texto acadêmico. Antônio Biá, personagem do filme Narradores de Javé de Eliane Caffé<sup>36</sup>, tem uma boa definição para nosso trabalho de escrita: “escrivão de prosa”. Ao ser perguntado sobre seu ofício Antônio Biá diz trabalhar “na labuta de escrevê os nobres e grandes feitos do Vale do Javé, história como bem sabe o senhor muito contada e ouvida, mas até hoje nunca escrita e lida”<sup>37</sup>. Historiadores que lidam com narrativas orais na perspectiva que descrevemos aqui estão na mesma “labuta”, isto é, transformando histórias contadas e ouvidas em alguns círculos privados em histórias escritas que poderão ser lidas por públicos maiores e em diferentes lugares.

A questão que por vezes nos incomoda é como escrever estas “prosas” com “ponto e vírgula”<sup>38</sup> como fala o personagem Biá aos seus narradores. Mais que isso: como incorporar as narrativas orais sem fazer delas uma bricolagem textual ou como mera

---

<sup>34</sup> PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. In.: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E ÉTICA, 25, 2009, Fortaleza/Ceará.

<sup>35</sup> MORAIS, Sérgio Paulo. **Empobrecimento e ‘inclusão social’:** vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007, p. 15.

<sup>36</sup> NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Brasil: Lumière/Videofilmes, 200. 1 DVD (102 min.), son., color.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Idem.

informação que confirme as proposições do historiador. Yara Aun Khoury nos oferece algumas pistas:

(...) Se buscamos um diálogo aberto com essa realidade, temos buscado construir uma relação de igualdade com os interlocutores, garantindo o direito de autoria dos sujeitos envolvidos neste diálogo? Temos evitado que nossas interpretações se sobreponham às dos entrevistados de modo paternalista ou autoritário? Como produzir um texto forjado por múltiplas vozes, atribuindo-lhes o devido valor como atos interpretativos significativos da realidade em estudo? Como restituir, com a narrativa final que construímos, um produto no qual as pessoas, com quem conversamos, possam se reconhecer; no qual todos nós, enfim, possamos nos reconhecer em diálogo?<sup>39</sup>

As questões colocadas por Khoury apontam para o que chamamos de história comum. Elaboramos questões iniciais em nossos projetos, construímos um roteiro de pesquisa, escolhemos determinados sujeitos para ouvirmos, escolhemos também nossos supostos teóricos e metodológicos, mas nos abrimos para as questões formuladas pelos entrevistados e inspirados pela lógica histórica<sup>40</sup> thompsoniana vamos reelaborando perguntas, aprendendo com estes sujeitos para assim refazer hipóteses e construir um texto polifônico.

Ao assumirmos esse procedimento a escrita acadêmica sai do patamar autoritário e se faz como coloca Portelli, “contaminada”, isto é, “um coro em que atuamos como diretores de orquestra ou de cena que produz uma expressão de vozes e de sujeitos... discurso contaminado, discurso multivocal, discurso que tem uma multiplicidade de autores”<sup>41</sup>. Nesta perspectiva apontada acima entram as noções de autoria e de co-autoria. As historiadoras Heloísa Faria Cruz, Maria do Rosário Peixoto e Yara Aun Khoury discutem e trazem contribuições preciosas para entendimento destas no texto acadêmico. Para elas

“autoria implica assumir uma escrita posicionada e com compromissos acadêmico-políticos, que não se esconde na pretensa objetividade científica, e na consciência de que cada explicação histórica que se torna pública é informada por um caminho teórico-metodológico determinado que não se propõe modelar ou universal. Co-autoria que supõe uma escrita que, no diálogo com as fontes, incorpora questões, interpretações,

<sup>39</sup> KHOURY, Yara Aun, 2004, op. cit., p. 122-3.

<sup>40</sup> THOMPSON. E. P. A lógica histórica. In. **A miséria da teoria:** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 47-62.

<sup>41</sup> PORTELLI, Alessandro, 2009, op. cit.

possibilidades e limites sugeridos pelos sujeitos históricos passados, considerando-se portadores e formuladores de diferentes projetos (...).”<sup>42</sup>

Sermos autores de uma tese de doutorado (ou outro trabalho acadêmico) impõe a construção de um roteiro que inicia com as questões que queremos propor à realidade vivenciada. Neste trabalho preocupei em refletir sobre a produção social dos lugares na cidade e a disputa pelas memórias sobre eles. As questões formuladas no diálogo com as fontes surgem antes de tudo de minhas próprias vivências, no convívio com este ambiente, nos sentimentos que emergem quando volto aos lugares onde morei, da vizinhança com o “mato” tantas vezes narrado e na inquietação de ler sentidos sobre este bairro que exclui o que eu e muitos outros ali viveram.

Esse diálogo inicia a partir das minhas questões. Busco, ainda sob inspiração do texto de Thompson, pensar “como a sociedade muda, em que ponto e em função de que embates postos nesta sociedade se engendrou uma mudança cultural”<sup>43</sup>. Para isso coloco a reflexão acadêmica no “chão social”, para testá-la no diálogo com as muitas histórias, produzidas sobre diferentes linguagens que encontramos. Ao buscar evidências que me ajudasse a pensar estas questões encontrei experiências sociais de sujeitos em busca de pertencimento a esta cidade, esta busca esteve, por vezes, permeadas por conflitos e tensões, por outras, constituídas a partir de articulações em torno de consensos.

A leitura destas mudanças passou também pela análise das políticas públicas para moradia em Uberlândia. Senti a necessidade de refletir sobre estas ao perceber que as políticas habitacionais, além de servir aos grupos dominantes política e economicamente para maior acúmulo de capital na venda de imóveis aos mais pobres, tentava impor onde e como estes deveriam morar. No movimento dialético do fazer-se desta cidade e dos sujeitos que nela vive, percebemos que não só não aceitaram esta imposições como devolveram as pressões e mudaram relações política.

As diferentes histórias que ouvi e li sobre o bairro permeiam este texto orientadas por algumas questões: que espaços de sociabilidade estes homens e mulheres encontraram aqui e quais foram possíveis reconstruir? Que sentidos de solidariedade trouxeram e construíram no espaço urbano? Que expectativas foram projetadas em função das pressões vividas? Quais mudanças foram sentidas como significativas para estes sujeitos nos

---

<sup>42</sup> MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de e KHOURY, Yara Aun, 2006, op. cit., p. 19.

<sup>43</sup> Ibid. p. 19.

últimos anos nos lugares em que vivem? Como tratam estas mudanças? Que sentidos projetam? Como vivenciaram aqui as relações de poder e quais tensões e fissuras foram possíveis produzir nestas relações?

Como disse mais acima os estudos sobre as relações vividas em Uberlândia não é tema novo. O debate sobre Encontramos algumas histórias sobre os moradores de diferentes lugares de Uberlândia construída com outras categorias analíticas e outros supostos teóricos e metodológicos, vejamos algumas.

No final da década de 1980 Nízia M. Alvarenga interpreta algumas ações de sujeitos preocupada em entender a constituição das associações de moradores na cidade e sua relação com política institucional. Sua história tem como enredo a construção de movimentos sociais e a “cooptação” destes por setores da Prefeitura Municipal de Uberlândia no mandado do prefeito Zaire Resende (1982-1987). Para Alvarenga, a existência de muitos moradores de outras cidades exerce uma forte influência na constituição destas associações e nas relações de força entre os grupos. Antes procura entender porque as pessoas vieram para Uberlândia:

(...) as principais causas apontadas para esse movimento migratório são, a expulsão da população rural devido à mecanização da agricultura e a expansão da pecuária extensiva conforme demonstrado acima e o desenvolvimento industrial a partir de 1960<sup>44</sup>.

Este caminho interpretativo, mecanização-expulsão-migração, influenciou muitas leituras sobre mudanças vividas no campo<sup>45</sup>, porém sua articulação direta retira da explicação o potencial de escolha destes trabalhadores que tentamos demonstrar acima e, centraliza as ações histórias nos agentes do Estado, dando-lhes um excesso de forças.

Segundo Alvarenga, este movimento de trabalhadores inaugura na cidade um novo momento caracterizado como a formação de uma classe operária:

---

<sup>44</sup> ALVARENGA, Nízia M. **As associações de moradores em Uberlândia:** um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988, p. 62.

<sup>45</sup> GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997. Neste trabalho o historiador interpreta as mudanças promovidas no campo sob o conceito de “modernização” adjetivando-a como conservadora e desigual por provocar mais concentração de capital e “expulsão” do trabalhador para as cidades.

O fluxo migratório para Uberlândia vem alterar a estrutura e a composição das classes [sic] a nível local. Tem início a formação de uma classe operária, no sentido clássico do trabalhador assalariado produtivo no campo e na cidade. Amplia-se o contingente de trabalhadores nas atividades urbano-comercial, financeiro, serviços e também o trabalho informal por conta própria<sup>46</sup>.

Podemos perceber que em alguns momentos sua narrativa desloca das forças do Estado para as ações de alguns homens e mulheres na cidade, pelo menos como organizadores de instituições voltadas para reivindicações. Porém a leitura tem um caráter estruturalista e impõe as expectativas da pesquisadora aos sujeitos. Estes supostos orientam suas convicções em relação à origem destes sujeitos e suas condições de atuação na medida em que acredita não terem condições de chegarem “sozinhos a uma reflexão elaborada e crítica devido à precariedade de sua situação intelectual”<sup>47</sup>. Disposta a desnudar os problemas sócio-econômicos da cidade este texto não consegue ver nos trabalhadores condições de se fazerem a/na cidade.

Alguns anos depois Euclides Antunes Medeiros volta suas atenções para trabalhadores com histórias parecidas com as de Alvarenga. Medeiros não está preocupado com a constituição de lugares tradicionais de participação política e sim nas transformações vividas na cidade e os diversos usos dos seus espaços. Ainda trabalhando com noção de migrante, Medeiros narra o processo vivido pelos trabalhadores escolhidos para o diálogo na pesquisa:

A experiência dos trabalhadores ambulantes/camelôs e dos produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros em Uberlândia, a partir dos anos 70, faz parte de uma conjuntura durante a qual o país passou por profundas transformações políticas, econômicas, demográficas e sociais. Essas transformações foram alavancadas pelo desequilíbrio no mercado de trabalho com base, entre outros fatores, nas correntes migratórias internas ocorridas no país mediante uma intensa capitalização das atividades agropecuárias e a consequente expulsão da força de trabalho do campo para a cidade<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> ALVARENGA, Nízia M, op. cit., p. 65

<sup>47</sup> Ibid. p. 120.

<sup>48</sup> MEDEIROS, E. Antunes. **Trabalhadores e viveres urbanos:** trajetórias e disputas na conformação da cidade – Uberlândia 1970/2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002, p. 33.

O caminho que traz estes trabalhadores é o mesmo de Alvarenga; capitalização do campo e expulsão de trabalhadores. Antunes difere ao reconhecer o poder de intervenção dos moradores da cidade afirmando entre outras que “no processo de ‘projetar’ a cidade, as elites, na verdade, estão dando respostas às reivindicações, às expectativas e às ações dos demais segmentos sociais”<sup>49</sup>. Produzida no ano de 2002 esta dissertação é fruto de algumas discussões em torno de problemáticas que envolviam temas como a cidade e cultura, voltadas não mais para as estruturas rígidas dos números do IBGE, dos dados econômicos ou da política institucional. Estes trabalhos marcam um momento de desvio do olhar de alguns historiadores em Uberlândia que buscam atentar-se para as ações de outros sujeitos na cidade, interpretando-os como construtores dos espaços urbanos.

A dissertação de Antunes traz em seus supostos um pouco da marca de um debate que começara alguns anos antes e sintetizadas em alguns escritos de historiadores como Déa Ribeiro Fenelon para quem (...) “a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço da manipulação do poder”.<sup>50</sup>

As reflexões e o suposto de apresentado por Fenelon que inspiraram os primeiros trabalhos sobre a cidade de Uberlândia no programa de pós-graduação em história, fundamentalmente aqueles produzidos na linha Trabalho e Movimentos Sociais, vem da experiência de um grupo de intelectuais como Marilena Chauí e a própria Déa Ribeiro Fenelon e outros militantes do Partido dos Trabalhadores à frente da prefeitura de São Paulo. O trabalho na Secretaria de Cultura e no Departamento de Patrimônio Histórico possibilitou construir alguns caminhos e ampliar o entendimento de conceitos importantes como cultura e memória lendo-os na configuração das lutas de classes na cidade:

Durante esta gestão aparece uma série de questões com as quais nós nos debatemos até hoje e os textos, trabalhos e reflexões produzidos nesse período são fundamentais para quem atua na área de memória e patrimônio. Foi neste momento que primeiro se colocou a questão da participação dos órgãos de patrimônio nas definições da política urbana. À diretriz política de uma Cidadania Cultural agrega-se a discussão do

---

<sup>49</sup> MEDEIROS, E. Antunes, op. cit., p. 68

<sup>50</sup> FENELON, Déa Ribeiro (org.). Introdução. In: **Cidades**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História PUC/SP. São Paulo: Olhos d'água, 1999, p. 7.

direito à cidade e amplia-se a noção de que as definições da política urbana são também atos culturais.<sup>51</sup>

O direito à cidade passa então a ser visto não só como uso e o acesso democrático dos equipamentos públicos, mas também pelo direito à memória. Alguns trabalhos foram inspiradores na construção destes supostos como é Antônio Arantes<sup>52</sup> e a noção de pertencimento amplamente utilizada nas primeiras dissertações desta linha e posta em movimento nas diversas lutas e ações dos moradores desta cidade. Outro trabalho que marca este tempo é o de Rosângela Maria Silva Petuba<sup>53</sup>. A historiadora escreve sob esta mesma inspiração teórica e metodológica para refletir sobre Uberlândia e a questão de fundo: a luta por pertencimento à cidade e a expulsão de trabalhadores do campo e de cidades menores, que tinham a cidade como opção. Nesse viés os trabalhadores também foram analisados à luz do conceito de migrantes na medida em que a autora busca

(...) evidências que permitissem problematizar e analisar, de forma mais ampla, as relações entre as migrações internas para Uberlândia, as transformações ocorridas na cidade com a chegada desses trabalhadores, bem como a percepção das políticas públicas destinadas à acomodação ou não dos deles à “ordem urbana”<sup>54</sup>

Dentre os muitos trabalhadores que vieram para esta cidade Petuba escolheu dialogar com alguns que ocuparam terras urbanas em busca do direito à moradia. Com estes trabalhadores e o processo de luta que vivenciam a historiadora traz sua noção de sujeito visto como aqueles

participantes dos movimentos sociais, como integrantes de um sujeito coletivo, uma coletividade em que se elabora uma identidade e se organizam práticas por meio das quais os membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas<sup>55</sup>.

---

<sup>51</sup> DA SILVA, Regina Helena Alves. “Pra não morrer... é só amarrar o tempo no poste”: memória e patrimônio. In.: **Revista História e Perspectiva**. Uberlândia: Edufu, nº 40, jan-jun.2009, p. 13.

<sup>52</sup> ARANTES, A. Antônio. **Paisagens paulistanas – transformações do espaço público**. Campinas/SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

<sup>53</sup> PETUBA, Rosângela Maria Silva. **Pelo direito à cidade:** experiência e luta dos ocupantes de terra do bairro Dom Almir – Uberlândia (1990-2000). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

<sup>54</sup> Ibid, p. 80.

<sup>55</sup> Ibid, p. 17.

Parte da leitura deste processo se aproxima de Alvarenga na medida em que as ações dos sujeitos são lidas na sua constituição coletiva, ou organizada. Ambas constroem algumas expectativas sobre este coletivo. A diferença está no diálogo feito por Petuba ao “perceber posicionamentos e ouvir opiniões que ‘frustravam’ estas expectativas iniciais e que os ‘valores e práticas’ destes trabalhadores ‘nem sempre correspondiam’ aos seus ‘conceitos de politização, organização, luta e resistência’<sup>56</sup>. Petuba resiste a ideia da falsa/falta de consciência e reconstrói sua hipóteses entendendo que estes sujeitos possuíam um “caminho cheio de idas e vindas, em que a resistência estava muito ligada à criação de alternativas cotidianas, construídas por uma lógica política só comprehensível se examinada à luz da própria trajetória de vida desses trabalhadores na cidade”<sup>57</sup>.

Em 2008, Sérgio Daniel Nasser, também no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, defendeu sua dissertação de mestrado com os objetivos parecidos, dialogar com trabalhadores qualificados por ele como migrantes. O trabalho, porém, foi produzido como foco em trabalhadores da cidade de Ribeirão Preto. Buscando inspiração em textos como de Antonio Arantes, Nasser descobre a cidade como “uma região marcada por disputas pelo direito de pertencimento ao local, nas quais desigualdades, sonhos, promessas, expectativas e frustrações permeiam as vivências analisadas”<sup>58</sup>.

O historiador rompe com interpretações estruturalistas que observam os trabalhadores sobre a ótica da expulsão do campo no processo de capitalização e modernização. O autor questiona este caminho por negar qualquer ação do trabalhador dentro do processo, subordinando-o às transformações sem serem também sujeitos delas. Outra crítica apropriada de Nasser é a condenação de determinados pesquisadores sobre estes trabalhadores por não estarem “capacitados” para o trabalho na cidade. Em geral este caminho culpa os trabalhadores oriundos de outros lugares pelas mazelas vividas na cidade, criminalizando suas práticas e sua própria existência nos centros urbanos. O trabalho diferencia ao “compreender que os trabalhadores migrantes pobres são sujeitos

---

<sup>56</sup> PETUBA, Rosângela Maria Silva, op. cit., p. 13.

<sup>57</sup> Ibid, p. 13-14.

<sup>58</sup> NASSER, Sérgio Daniel. “**Eu vou entrar no mundo**”: experiências de trabalhadores migrantes na região de Ribeirão Preto 1980-2007. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008, p. 08

ativos no processo histórico, no qual eles experimentam e interpretam as relações cotidianas, construindo alternativas de sobrevivência, entre as quais a própria migração”<sup>59</sup>.

O uso de fontes orais são significativas no texto por propor “construir outras histórias através de memórias obscurecidas”<sup>60</sup>. O autor mantém o conceito migrante como qualificador destes trabalhadores e ainda que rompa com as análises estruturais e coloque estes sujeitos como protagonistas de sua história impõem-lhes uma categoria interpretativa construída longe do diálogo entre o historiador e os narradores: “o intuito das reflexões é compreender como os trabalhadores migrantes constroem explicações e sentidos para o processo migratório”<sup>61</sup>.

O uso de fotografias oriundas de álbuns pessoais constituem outro conjunto de fontes importantes neste propósito de questionar memórias hegemônicas na cidade de Ribeirão Preto e possibilita ao leitor conhecer os trabalhadores escolhidos por Nasser sobre outro olhar, trazendo para a cena história narrada em sua dissertação memórias negligenciadas pela construção da imprensa local.

Destaco, ainda, nesse breve levantamento de histórias a tese de Célia Rocha Calvo<sup>62</sup>. Este trabalho, defendido em 2001, traz outro debate importante para nós; o cruzamento entre memória e história. Os moradores da cidade de Uberlândia aparecem no trabalho de Calvo como sujeitos em diálogo que dão diferentes significados aos espaços da cidade a partir de suas memórias:

Dessa maneira, o objetivo foi mapear os espaços da cidade no modo como esses sujeitos se lembram deles, ao referirem-se à paisagem em diferentes temporalidades de suas vivências urbanas, ressaltando as mudanças que sofreram ao longo do tempo histórico. Nesse sentido, interessa analisar o modo como esses narradores interpretam esse passado, traduzindo-o como um tempo que lhes pertence e que, por isso, se torna visível nas referências que se constituem como lembranças dessas transformações da cidade<sup>63</sup>

<sup>59</sup> NASSER, Sérgio Daniel, op. cit., p. 14

<sup>60</sup> Ibid. p. 19.

<sup>61</sup> Ibid. p. 26

<sup>62</sup> CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade:** experiências e lembranças de viveres urbanos – Uberlândia 1938-1990. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

<sup>63</sup> Ibid. p. 146

Calvo utiliza das narrativas orais para recuperar outras memórias sobre as mudanças vividas na cidade de Uberlândia e produzir histórias que tensionam uma memória hegemônica que negligenciaram parte dos sujeitos. Estes supostos apresentados pela historiadora estavam também em sintonia com objetivos políticos propostos por Décio Ribeiro Fenelon destacados novamente por Regina Helena Alves da Silva:

A preocupação em consagrar um patrimônio que acentuava apenas a presença do Estado, das instituições estabelecidas e de uma classe social dirigente, apagou marcas importantes do cotidiano e da experiência social vivenciada por grandes contingentes da população. Estes ficaram alijados da reflexão para constituir em cultura, suas experiências sociais em diferentes temporalidades<sup>64</sup>.

A tese de Célia Rocha Calvo é escrita numa perspectiva dialógica com seus entrevistados reafirmando a noção cara nos debates trazidos por Fenelon sobre as disputas em torno das muitas memórias produzidas no social e sintetizadas acima.

Estas narrativas sobre a experiência de moradores desta cidade e a produção de uma história que abarque diferentes memórias “alijadas” dos processos de patrimonialização da cidade compõem o enredo desta tese. Ainda nos primeiros anos deste século estes moradores apareciam em produções historiográficas associados ao desequilíbrio urbano, entremeados aos muitos problemas desta cidade: “em Uberlândia, os ecos do desequilíbrio urbano são sentidos com o aumento de favelas, migrantes tentando a sorte, desemprego, alto custo de vida, uma realidade que perpassou as décadas de 70 e 80, agravando-se ainda mais nos últimos tempos”<sup>65</sup>.

Os trabalhos acima citados são parte da produção da linha trabalho e movimentos sociais do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Uberlândia. Tiveram o grande mérito de romper com leituras estruturalistas que concebiam a cidade como produto de mentes exclusivamente dominantes, homens da elite que esquadriinhavam e construíam a luz dos seus interesses e alocavam os outros sujeitos nos lugares que lhes sobravam<sup>66</sup>. Outra contribuição importante destes trabalhos outros da linha, tecidos no

---

<sup>64</sup> DA SILVA, op. cit., p. 11.

<sup>65</sup> FREITAS, Sheille Soares de. **Buscando a cidade e construindo viveres – relações entre campo e cidade.** Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003, p. 115.

<sup>66</sup> LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcanti. **Caminhos e trilhas:** transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980).

debate com a historiografia social inglesa, foi o de romper com uma perspectiva de olhar para os moradores desta cidade sob a ótica dos sujeitos coletivos uniformes, ou interpretando suas presenças na cidade apenas nas ações organizadas sejam elas via associações de moradores, partidos ou sindicatos. Aprendemos com a leitura destes trabalhos que disputa pelo direito à cidade envolve uma luta maior em torno de valores, perspectivas e sentidos de viver em Uberlândia<sup>67</sup>.

Aprendemos também que dialogar com os trabalhadores não significa fazer a história de vida das pessoas, mas entender a constituição dos espaços sociais desta cidade construindo um diálogo mais próximo com os sujeitos que a fizeram (fazem) cotidianamente, com aponta, novamente, Yara Aun Khoury:

Tendo os sujeitos históricos como o grande substrato das histórias e memórias com as quais trabalhamos, adotamos uma compreensão da realidade social no imbricamento da noção de cultura com a de experiência social. Buscamos compreender como sujeitos específicos significam e interpretam a vida e a eles próprios, nos modos de projetar, trabalhar, morar, se relacionar, se comunicar, festejar, comemorar, etc.(...)<sup>68</sup>

Esta interpretação não se faz apenas colocando trechos de narrativas previamente escolhidas pelo pesquisador. A forma como tecemos a escrita demanda, evidentemente, um olhar político sobre estas narrativas. Ao construir uma história entremeada por outras histórias tenho como fundamento a compreensão do “caráter ativo da memória na construção histórica, portanto, no estabelecimento de forças hegemônicas<sup>69</sup>”, dessa forma recupero evidências de ações dos moradores desta cidade para estabelecer uma forma particular de relação de classe (entre pessoas da classe trabalhadora e setores da classe média profissional) na perspectiva de criar uma aliança mais igual.

---

<sup>67</sup> MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2002.

<sup>68</sup> KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: PORTELLI, Alessandro Et al. (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos:** temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009. p. 123-140.

<sup>69</sup> FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Muitas memórias, outras histórias. In.: FENELON. Déa Ribeiro et. al. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho D’água, 2004, p. 06 .

Os supostos de onde partimos também não são novos, vêm de trabalhos da chamada história social inglesa, fundamentalmente da inspiração de autores como Richard Hoggard, Edward Thompson, Raymond Williams, Christopher Hill e outros intelectuais – muitos deles brasileiros – que produziram suas reflexões a partir destes caminhos teóricos e metodológicos. Portanto estou aqui criando alguns diálogos com homens e mulheres a fim de retomar suas lutas por permanência e pertencimento para nestas entender como os espaços de viver em Uberlândia têm sido disputados historicamente e quais memórias são registradas sobre estes lugares.

Entendo como nos alerta Thompson, que o passado ao qual me reporto se fez a partir de disputas em torno de valores<sup>70</sup>, portanto a interpretação sobre mudanças no espaço urbano passam pela discussão sobre os modos de vida dos sujeitos que nela vivem.

Raymond Williams<sup>71</sup> já estabeleceu anos atrás que os conceitos são problemas cunhados historicamente, portanto não estão dados e prontos para nossa colheita e uso. Para apresentarmos os supostos que nos orientam no trabalho com os sentidos de cultura é necessário nos posicionarmos como intelectuais, isto é, esclarecer de onde partimos. Nesse sentido, nos identificamos com a crítica literária Beatriz Sarlo que defini nossa atividade:

Hoje, se algo pode definir a atividade intelectual, seria precisamente a interrogação sobre aquilo que parece inscrito na natureza das coisas, a fim de mostrar que as coisas não são inevitáveis. (...). Examinar o que está dado pressupondo que ele resultou de ações sociais cujo poder não é absoluto: o que está dado é a condição de uma ação futura, e não o seu limite<sup>72</sup>

Trabalhar com culturas implica desnaturalizar as relações vividas no social, apresentar e questionar as tensões que levaram a determinados caminhos e excluíram outros possíveis. Ainda sob inspiração de Sarlo busco as ações dos trabalhadores não para expô-las unicamente no trabalho ou para apontar que são diferentes, mas para participar e contribuir na luta por uma maior democratização das produções culturais. Ou ainda como

---

<sup>70</sup> THOMPSON, 1983, op. cit., p. 52.

<sup>71</sup> WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

<sup>72</sup> SARLO, Beatriz. Perguntas. In.: **Cenas da vida pós-moderna**: , arte e vídeo-cultura na Argentina. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1997, p. 10.

coloca Maria Elisa Cevasco, reapropriar o conceito de cultura “para usos mais democráticos<sup>73</sup>”.

A partir destas outras histórias trabalhamos nossas idéias de cultura como produto de todas as práticas sociais, práticas estas que nos revelam diferentes modos de viver. Este conceito ganha importância por nos possibilitar entender a produção de diferentes memórias como um dos aspectos da luta de classes na sociedade, como nos ensina novamente Fenelon,

Se vivemos em uma sociedade que exclui, domina, opõe e oculta os conflitos e as diferenças sob a ideologia das identidades e da unidade do homogêneo e do único, então o **direito à memória** se torna uma reivindicação para fazer surgir a diversidade, a diferença, o múltiplo, as muitas memórias e as outras histórias que queremos contribuir para construir [...]<sup>74</sup>

Esta tese faz este caminho, parte do entendimento que vivemos em uma sociedade de classes e que os conflitos não se encerram nas questões econômicas, pelo contrário, está em todos os meandros do cotidiano vivido. Assim tomo como referências as contribuições de Raymond Williams em torno do conceito de cultura entendendo-a como expressão de modos de vida e “campo de produção de sentidos pelos sujeitos no passado e no presente<sup>75</sup>” e entre as mais diferentes formas de produção de sentidos e campo de luta estão as memórias.

A tese foi dividida em três capítulos. No primeiro, denominado “onde moram os pobres” analiso as diferentes políticas empreendidas pelo poder público para construção de moradia para trabalhadores na cidade. Recuo na década de 1950 para compreender como se dá a relação entre poder público e moradores desta cidade na busca pelo local de moradia e vou até os programas habitacionais das décadas de 1970 e 1980, financiados pelo banco nacional da habitação. Para compreender a relação entre moradores pobres e o poder público analiso as legislação municipal de uso e ocupação do solo e os significados produzidos pela imprensa sobre os ocupantes destas habitações chamadas de “populares”.

---

<sup>73</sup>CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 49.

<sup>74</sup>FENELON, Décia Ribeiro apud DA SILVA, op. cit. p. 14.

<sup>75</sup>CRUZ, Heloísa Faria Cruz, PEIXOTO, Maria do Rosário e KHOURY, Yara Aun. Introdução. In.: MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de e KHOURY, Yara Aun. **Outras histórias: memórias e linguagens.** São Paulo: Olhos D’Água, 2006, p. 12

No segundo capítulo, “Construindo um lugar, exercendo pressões”, entro especificamente do bairro Presidente Roosevelt para entender sua constituição mais especificamente a partir da década de 1970 com sua ocupação com os conjuntos habitacionais. Neste trago as diversas ações dos moradores para melhor viver neste lugar e construir laços de sociabilidade. O lazer, o comércio, as boas lembranças, as dificuldades de pagar a prestações, o aprendizado cotidiano para lidar com a inflação, para aprender a dialogar com o poder público, as vitórias e frustrações são trazidas para o centro do capítulo para melhor compreendermos a dinâmica de produção desta cidade.

No terceiro capítulo, “entre Paris e Roosevelt: memórias de um bairro” recupero a produção de memórias recentes sobre o bairro no jornal Correio de Uberlândia e principalmente pela Secretaria de Cultura que produziu uma série de inventários de diferentes lugares do bairro para questionar a instituição de memórias dominantes que excluíam os modos de vida de muitos moradores do bairro e o longo processo de lutas empreendidas entre eles por ver melhorar o seu bairro. Trabalho com narrativas orais e fotografias sobre o Presidente Roosevelt para problematizar a política patrimonial da cidade que reconstrói a histórias destes lugares silenciando antigas práticas e conflitos e retirar da cena urbana os moradores que ali estão a mais de quarenta anos.

*Capítulo II*

*Onde moram os pobres*

Começarei esta história sobre a produção dos lugares de Uberlândia tratando de um tema recorrente nos diversos meios de comunicação e grupos sociais: a habitação. Habitação é vista aqui não só como uma moradia, uma casa, mas com todos os significados que a envolve, as práticas sociais nela vividas e no lugar onde está localizada, a luta por transformar necessidades em direitos, os aparelhos e serviços públicos, enfim, todas as condições necessárias para morar e os valores produzidos em torno destas.

Os diferentes bairros desta cidade foram produzidos por seus moradores na relação com outros, com o poder público, os empresários da construção civil, os proprietários das terras. Essas relações desiguais criam certos sentidos para esses bairros que são produzidos e por vezes assimilados socialmente sem ouvir quem de fato mora neles. Bairros de traficantes, de pobres, violentos, sujos, são significados produzidos de dentro para fora e desvelam como a cidade é disputada.

Exemplo dessas relações ocorreu neste ano quando ministrava aulas de história na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) no bairro Canaã, divulgado nos meios de comunicação como um bairro violento da cidade. Ao falar sobre as desigualdades no Brasil e a quantidade de trabalhadores pobres em função delas, ouvi de um aluno a seguinte frase: “Quem é pobre? Eu não sou! Pode ir lá em casa que todo dia você vai ouvir o barulhinho da panela de pressão cozinhando uma carne e de vez em quando tem um churrasquinho”. Um diálogo que reafirmou a necessidade de colocar conceitos e valores em movimento no chão social para construirmos histórias mais democráticas sobre as cidades.

Neste primeiro momento, as narrativas dos moradores desta cidade não aparecerão com muita frequência, pelo menos não de forma direta com as narrativas orais. A interpretação dos significados sociais da moradia e habitação de trabalhadores será feita partindo da legislação que trata do uso e ocupação do solo e das políticas públicas para este setor. Peço desculpas a determinados leitores por este diminuto diálogo e se concentro a análise na documentação produzida pelo poder público e pelo jornal Correio de Uberlândia, mas entendo necessário o foco nessas produções para estabelecer, no próximo capítulo, um diálogo mais intenso com os moradores.

Em geral, a habitação para os trabalhadores vinha com um adjetivo muito significativo, o de “popular”. Para os agentes do poder público, popular seria algo massificado, feito para homens e mulheres que não tinham condições de pagar o valor de mercado para as habitações que estavam disponíveis. Como o espaço urbano era pensado

nas políticas públicas na perspectiva liberal, o popular emergia como subcategoria, porém, uma modalidade expressiva para transformação da terra em lucro. Portanto, o leitor verá nas páginas que seguem que habitação popular ou moradia popular foi, na concepção dos que detinham o poder político e econômico da cidade, uma estratégia poderosa de acúmulo de capital e extensão de um projeto de industrialização que via na fixação desse trabalhador um elemento importante para atração de novas indústrias.

A noção de popular será vista teoricamente em outra via, em sintonia com o proposto por Stuart Hall. Discutindo a noção de cultura popular, Hall coloca em movimento este conceito:

Não podemos simplesmente juntar em uma única categoria todas as coisas que “o povo” faz, sem observar que a verdadeira distinção analítica não surge da lista – uma categoria inerte de coisas ou atividades — mas da oposição chave: pertence/não pertence ao povo. Em outras palavras, o princípio estruturador do “popular” neste sentido são as tensões e oposições entre aquilo que pertence ao domínio central da elite ou da cultura dominante, e à cultura da “periferia”. É essa oposição que constantemente estrutura o domínio da cultura na categoria do “popular” e do “não-popular”.<sup>76</sup>

Portanto, não existe uma classificação *a priori* do que seria ou não popular, nem este pode ser definido pelo que as políticas públicas dizem que são. Essa noção precisa ser pensada no movimento dialético, entre os sentidos dados pelo poder do que é o popular ao colocar na cena pública o que e onde é sua moradia e como os moradores absorvem, trabalham e devolvem esses sentidos. Ao longo da tese o leitor vai perceber com mais clareza esse movimento de produção de sentidos entre os diferentes e desiguais grupos sociais desta cidade, entendendo sempre que “o espaço urbano se caracteriza [...] como um espaço de disputas, sempre conflituoso, sempre presente nas suas diversas dimensões”<sup>77</sup>.

As preocupações de Hall estão voltadas para os processos de mudança dos modos de vida das classes trabalhadoras e a apropriação e expropriação de suas práticas com o objetivo de reorganizá-las para o controle dos grupos dominantes. Por outro lado, Hall mostra que “essas definições não têm o poder de encampar nossas mentes”, isto é, não possuem uma força totalizadora que modela as práticas populares como desejam.

<sup>76</sup> HALL, Stuart. **Dá diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003, p. 256.

<sup>77</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho D’Água, 2004, p. 140.

O que percebi foi que a noção de popular atrelada às políticas públicas de moradia possibilitou imensos ganhos a determinados grupos dominantes política e economicamente na cidade. Em torno dela, leis foram criadas e alteradas, bairros foram construídos, concepções de lazer foram propostas, enfim, modos de viver instituídos e modificados pelos sujeitos que moram, trabalham e se divertem em Uberlândia.

O poder público, com seus projetos habitacionais e a parceira com os proprietários de terra, estipulou onde os trabalhadores deveriam morar e tentou impor até mesmo os modos como eles deveriam viver. Os moradores dos bairros e conjuntos habitacionais entraram nas políticas públicas de habitação, mas não como bonecos articulados pela famosa elite dominante da cidade. Compraram suas casas, em alguma medida incorporaram a lógica liberal e pagaram por parte da sua infraestrutura. Por outro lado, deram suas feições aos bairros, transformaram os lugares e produziram a cidade segundo seus valores e práticas.

Como fontes importantes neste primeiro momento, utilizei as produções oficializadas na documentação legal e as notícias publicadas pelo jornal Correio de Uberlândia, que esteve sempre muito próximo dos detentores do poder público. Nesta dialética de produção de lugares e sentidos, a imprensa, e mais especificamente o Correio de Uberlândia, trabalhou para divulgar notícias que tentavam instituir valores. Diziam o que era lícito e moral de se fazer nos lugares de moradia, o que era ou não comportamento de um morador desta cidade e o que deveria ser excluído como prática de pertencimento. Evidentemente que essas imposições sofreram resistência, nem sempre explícitas, por parte dos moradores das vilas e dos bairros que insistiram em manter práticas, recusaram usos impostos e criaram suas formas de apropriação dos espaços públicos.

Foi importante notar como a preocupação com moradia para “assalariados” ou “operários” surgem nas páginas desse periódico que não tinha como prática preocupar-se com esse segmento. Ao longo do processo estudado, localizei também momentos em que as demandas dos trabalhadores se transformaram em notícias da cidade, em uma clara mudança de postura do jornal, mostrando que esses sujeitos se tornaram fundamentais para a sobrevivência comercial e política do periódico.

Para entender essas tramas, considerei importante recuar e acompanhar diferentes programas de habitação popular vividos em Uberlândia e as transformações na legislação específica sobre este tema. Dessa forma, o leitor poderá acompanhar como as noções de

moradia popular modificaram a própria produção do espaço na medida em que influenciaram na regulamentação do uso do solo.

No tocante às fontes oficiais, trabalho mais especificamente os diferentes projetos de lei que passaram pela Câmara Municipal e discutiram não só as regras para o parcelamento do solo, mas temas como a educação, o lazer, a construção de infraestrutura, e mesmo aqueles que tratavam apenas de mudança do nome de uma rua deram pistas da perspectiva de cidade que se queria no âmbito do poder oficial.

O trabalho com essas fontes, assim como todas as outras, requer seus cuidados especiais. Sabe-se que os projetos que estão arquivados no Arquivo Público Municipal dificilmente traduzem os debates vivenciados socialmente, isto é, a pura letra da lei é resultado já do consenso conseguido ou mesmo imposto. Porém, em alguns momentos foi possível ver o dissenso na própria discussão da proposição e em outros, as disputas na transformação da lei, na inclusão de direitos ou na alteração de artigos que privilegiavam alguns segmentos, isto é, a mudança da legislação possibilita perceber as pressões externas incomodando os detentores do poder e fazendo-os mudar.

## **1- O primeiro programa habitacional: Conjunto Patrimônio**

O debate em torno da moradia popular ganho maior relevância na historiografia local quando aparecem os grandes conjuntos habitacionais do final da década de 1970 e parte da década de 1980, financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). O trabalho de Máucia Vieira dos Reis<sup>78</sup> é voltado para a compreensão de como vivem os moradores de alguns desses conjuntos<sup>79</sup> e todo o processo que envolveu sua construção. A ênfase nesses bairros se justifica pela quantidade de trabalhadores que ali foram morar e pela nova dinâmica que eles deram à cidade. Podemos falar que o espaço urbano se transformou radicalmente após a construção das dezenas de conjuntos financiados pelo BNH.

Porém, uma leitura anterior da documentação da imprensa e mesmo da legislação urbana mostra que a preocupação com a moradia popular ou com a criação de um lugar

---

<sup>78</sup> Entre outros, ver: REIS, Máucia Vieira dos. **Entre viver e morar:** experiências dos moradores de conjuntos habitacionais Uberlândia (1980-1990). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

<sup>79</sup> Segismundo Pereira e Santa Luzia inaugurados no final de 1981.

para “trabalhadores ou operários” morarem não surgiu nessas décadas. Quase trinta anos antes, o poder público municipal promoveu o que poderíamos chamar de primeiro acordo com a União para trazer para Uberlândia recursos a fim de implementar uma política pública de financiamento de imóveis para trabalhadores.

Cheguei até esse projeto pesquisando o arquivo de leis já aprovadas pela Câmara de Vereadores disponível no Arquivo Público Municipal. Como dito anteriormente, este é um rico acervo para refletirmos sobre a produção do espaço urbano na medida em que não só traz o olhar oficial dos poderes executivo e legislativo, mas também, analisados com outras evidências, permite ver as tensões que provocam alterações e os sujeitos que possuem poder político e econômico para desrespeitar determinadas leis.

Para a construção das primeiras habitações denominadas “populares”, o então prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha, do Partido Social Progressista (PSP), com mandato de 1955 a 1958, aprovou na Câmara Municipal, em 22 de novembro de 1956, projeto de lei com o intuito de doar à Fundação da Casa Popular (FCP) “uma área contínua ou descontínua, necessária à construção [...] de mais ou menos duzentas casas populares”<sup>80</sup>. Esse era o primeiro passo para assinatura do acordo com a instituição federal para construir imóveis que seriam destinados a operários da cidade que trabalhavam regularmente em algumas empresas.

Existem trabalhos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que abordam esse primeiro programa. Entre eles, o texto das geógrafas Gerusa Gonçalves de Moura e Beatriz Ribeiro Soares. As pesquisadoras focam a construção dessas moradias como ponto de partida para o que chamam de expansão periférica na cidade e apresentam algumas evidências sobre os significados produzidos para essas residências:

O bairro Patrimônio foi também um exemplo de Vila Operária, pois surgiu a partir da construção de casas para trabalhadores do Frigorífico Ômega e somente alguns anos depois, quando a mão-de-obra já era abundante, é que o Conjunto Habitacional Patrimônio foi construído. Assim como as demais vilas, o Patrimônio não possuía infra-estrutura (água, esgoto, iluminação elétrica, calçamento nas ruas), permanecendo dessa forma por muito tempo, de acordo com seus moradores [...]<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup> UBERLÂNDIA, Projeto de Lei, de 22 de novembro de 1956. Autoriza doação de imóvel. Arquivo Público Municipal.

<sup>81</sup> MOURA, Gerusa Gonçalves; SOARES, Beatriz Ribeiro. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos de Geografia**, v. 10, n. 32, dez. 2009, p. 27.

Chama a atenção neste trecho as condições em que essas vilas — bairros destinados a trabalhadores — eram construídas, sem o que seria básico para moradia e sobrevivência. As pesquisadoras dão pistas dos pactos estabelecidos entre a Prefeitura e empresas na cidade para a definição do projeto. As casas do conjunto habitacional do Patrimônio foram financiadas pela Fundação da Casa Popular, instituição do governo federal criada em 1946 no exercício do presidente Eurico Gaspar Dutra<sup>82</sup>. Segundo o cientista político Marcus André B. C. de Melo, sua criação

se constituiu um desdobramento histórico e uma resposta do Estado à forte crise nacional de habitação, que atingiu sobretudo o antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro), à descoberta e politização da questão urbana expressa num discurso novo sobre as favelas e mocambos e ao processo institucional interno ao Ministério do Trabalho, que culminaria na unificação dos diversos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) e, consequentemente, das suas carteiras prediais, abrindo então a possibilidade de uma política nacional de habitação.<sup>83</sup>

Melo analisa a política urbana no Brasil desde a implantação do Estado Novo em 1930, na perspectiva das ações dos agentes do Estado e sob a ótica estruturalista que lê as políticas públicas a partir das mudanças econômicas. O esquema estrutural utilizado pelo autor fica mais claro quando ele define o campo legal produzido nesse momento para a criação do programa habitacional como “superestrutura jurídica” fundamental para definir o destino do “capital excedentário”<sup>84</sup> para o investimento na especulação imobiliária. Nesse suposto, a FCP emerge distante dos moradores e de suas habitações, mas preocupada com “a progressiva incorporação e cooptação das massas urbanas na arena política”. Por esse viés, os sujeitos sociais promotores das intervenções urbanas são os “agentes do Estado”. Os trabalhadores aparecem deslocados para a noção homogênea de massa urbana que entra na história como vítima de uma política oficial.

Apesar de não se preocupar em analisar as ações dos moradores dessas casas e como eles reagem a esses projetos, o texto de Melo é importante para pensar como as verbas da Fundação chegaram a Uberlândia e com que objetivos:

---

<sup>82</sup> BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural**, v. 8, n. 17, p. 66-72, 2007.

<sup>83</sup> MELO, Marcus André B. C. de. Política de habitação e populismo: o caso da fundação da Casa Popular. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 3, n. 01, 1990, p. 39.

<sup>84</sup> Idem, ibidem, p. 40.

O keynesianismo que permeava essas propostas entendia a habitação como equipamento industrial. A questão fundamental que se colocava era a de como conciliar o esforço industrializante com políticas distributivas — aspecto que irá permear a questão da habitação com força redobrada e que será resolvido em detrimento da segunda. Constituirá pedra de toque do reformismo conservador em sua oposição à bandeira das reformas de base.<sup>85</sup>

A proposta de construção das residências em Uberlândia estava em sintonia com essa concepção da Fundação, ou seja, a casa como extensão do espaço fabril; portanto, deveriam ser destinadas a determinados operários e construídas perto das indústrias. Não vou entrar na classificação adotada pelo autor dessa política habitacional, pois o que interessa aqui é entender para quem era direcionada a moradia popular neste primeiro momento. Se a casa é uma extensão do espaço fabril, passo a falar não de popular no sentido amplo, ou de popular como prática ou espaço de vida dos pobres, mas daqueles que estavam inseridos no mercado formal de trabalho e mais especificamente em algumas empresas próximas às residências a serem construídas.

Ainda segundo Melo, não existiam critérios muito claros e rígidos para escolha dos municípios beneficiados. No primeiro momento adotaram um “caráter pacificador da habitação popular”<sup>86</sup>, isto é, cidades onde as pressões populares eram maiores e ameaçadoras. Ainda na primeira fase, a seleção teve como outros objetivos a aproximação com os trabalhadores em busca de votos e a estratégia de ocupação de territórios. Nessa, Uberlândia não foi contemplada, mas, na medida em que a influência política dos estados suplantou os já fracos critérios, a cidade conseguiu entrar no seletivo clube.

Os critérios discutidos acima foram dando lugar, gradativamente, a um padrão marcadamente clientelístico, passando a FCP a responder reativamente às diversas pressões que sofria. Cabe assinalar neste sentido que, sobretudo no período 1956-1960, a FCP tornou-se tipicamente uma peça da máquina clientelística do Partido Social Democrata (PSD) de Minas Gerais, enquanto que, no período 1948-1956, ela se encontrava na órbita de influência do Partido Trabalhista Brasileiro, no Distrito Federal e, em menor medida, no Rio Grande do Sul. No primeiro período citado foram constituídos conjuntos em 32 cidades do Estado de Minas Gerais, representando 52,5% do total de casas e 63% do total de conjuntos construídos no período pela FCP. No Distrito Federal, por sua vez, no período indicado, este percentual alcançou 38% do total de casas construídas pela FCP para o mesmo período.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*, p. 48.

<sup>86</sup> MELO, 1990, op. cit., p. 52.

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*, p. 52.

Justamente no período de maior influência do governo mineiro, a cidade foi contemplada com as primeiras oitenta residências construídas no Conjunto Patrimônio. As justificativas do prefeito überlandense ao projeto que autorizou o Executivo a doar a área à Fundação dão pistas dessas relações:

Após feliz trabalhado desenvolvido por êste [sic] Executivo junto ao exmo. Sr. Presidente da República, ficou assentado, junto à Superintendência da Fundação da Casa Popular que estaria essa instituição paraestatal disposta a construir, nesta cidade, imediatamente, um conjunto de duzentas casas populares.

Possuindo o Patrimônio Municipal uma área no Manancial de São Pedro, pede o projeto junto a necessária autorização para este Executivo doar a área suficiente para aquele fim, visto tratar de situação mais propícia à concessão de um maior conforto às famílias que forem habitar naquele núcleo.<sup>88</sup>

O registro do projeto de lei para a doação do terreno — a condição básica para a FCP construir os imóveis — mostra a ausência dos critérios para seleção dos municípios e a necessidade dos contatos políticos partidários para execução dos projetos, o que se chamou de “feliz trabalho desenvolvido”. A escolha do lugar para construir os imóveis não aparece no projeto de lei, nem mesmo na justificativa deste, mas lendo alguns documentos pude entender melhor por que as residências beneficiariam quase exclusivamente os funcionários de empresas como o frigorífico Ômega, como relatado por Moura e Soares em citação anterior. Essa empresa tinha entre seus proprietários o senhor João Naves de Ávila, qualificado pelo jornal Correio de Uberlândia em 1951 como “uma das fortunas sólidas do nosso município”<sup>89</sup>, e, portanto, alguém com muita influência junto ao poder público. A escolha seguiu também a lógica federal na medida em que o poder público local destinou um lugar na cidade para construir casas a operários e proporcionar a eles condições mínimas de trabalho nas empresas, garantindo a empresários, como o Sr. João Naves de Ávila, mão de obra e aos proprietários das glebas de terra, valorização futura.

A análise de Melo sobre as políticas públicas voltadas para a habitação popular é importante para situarmos a cidade de Uberlândia dentro de um processo mais amplo, mas ao eleger o Estado como protagonista e atribuir aos moradores dos conjuntos o papel de

---

<sup>88</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Justificativa do prefeito ao projeto de lei que autoriza doação de imóvel, s/ nº, de 22 de novembro de 1956. Arquivo Público Municipal.

<sup>89</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Um dos esteios firmes da Economia do Município. Uberlândia, 09 jan. 1951, p. 1.

massas amorfas, o cientista político anula qualquer possibilidade de esses sujeitos interferirem nesse processo e provocarem algumas fissuras no poder.

Em Uberlândia, as casas não puderam ser construídas com total ausência de infraestrutura como queria o poder público ou como afirmam Moura e Soares. A Fundação da Casa Popular fez algumas exigências para que fossem providenciadas condições mínimas para a construção das residências, o que contraria a análise das geógrafas. A pesquisa nos projetos de leis aprovados na Câmara Municipal em 1957 revela os termos da negociação para a construção dos imóveis:

Esperava este Executivo poder atender as exigências mínimas impostas pela Superintendência da Fundação da Casa Popular, alterando o plano de melhoramentos de esgôto [sic], e sacrificando algumas ruas em favor da área doada para o nucleo [sic] das casas populares, mas dos sucessivos estudos realizados, em nada pôde aquele plano ser alterado, dado a premente exigência desse serviço sanitário naqueles logradouros.

Assim sendo, espera este Executivo realizar todos os benefícios impostos pela Fundação com um mínimo de gastos [...].

O relatório incluso parece oferecer realmente um conjunto equilibrado e grandemente econômico, motivo, porque submeto à superior consideração dessa egrégia Câmara Municipal, esperando que o projeto de lei seja devidamente aprovado, a fim de permitir que tenhamos ainda este ano, pelo menos oitenta casas construídas pela Fundação, habilitando-nos, ademais, para que logo no início de 1958 possamos vêr [sic] iniciadas as obras das restantes 120, caso não consiga um maior número, considerando os gastos em perspectiva.<sup>90</sup>

O documento é parte da justificativa do prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha ao projeto de lei que solicita “crédito especial para realizar serviços de água, esgôto [sic] e luz na área doada à Fundação da Casa Popular”<sup>91</sup>. As justificativas aos projetos geralmente trazem elementos mais interessantes para compreensão do momento em que vão para a Câmara. Ainda que sejam sucintas e sem especificar os interesses econômicos e políticos dos grupos envolvidos na administração, por vezes apresentam pistas que levam às intenções não manifestadas.

No caso desse projeto, a justificativa demonstra que a infraestrutura proposta não estava nos planos da Prefeitura. O próprio caráter do projeto — pedido de abertura de crédito especial —, o dinheiro não previsto no orçamento municipal e a intenção do

<sup>90</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Justificativa do prefeito ao projeto de lei nº 66 de 25 de abril de 1957. Arquivo Público Municipal.

<sup>91</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Correspondência recebida, 25 de abril de 1957. Arquivo Público Municipal.

Executivo de gastar o mínimo necessário para as adaptações demonstram que esta não era uma prática, mas uma exceção em virtude das exigências da fundação federal. Esse tipo de parceria entre União e Município foi base da construção de residências para trabalhadores na cidade, sempre procurando atender aqueles que possuíam um trabalho formal e condições de garantir o pagamento das prestações dos imóveis.

O sentido dado à noção de popular muda ao longo desse processo e de acordo com quem a usa. Na academia se leem produções como a de Melo, que faz uma associação entre popular e massa, quer dizer, um amontoado de pessoas disformes que seriam alvos de políticas públicas de poder criadas para domesticá-las. Desta forma, a moradia popular seria uma arma política eficaz por diminuir as tensões. Ao mesmo tempo, esta leitura nomeia como sujeitos de ação aqueles que estão no poder público oficial.

Ao definir tais moradias como populares o que se quer não é apenas dizer onde os trabalhadores devem morar, mas como. Há por trás dessa definição uma estratégia de acúmulo de capital com a venda e a especulação dos terrenos, mas há também a imposição de modos de viver aos grupos que compram e uma tentativa de isolá-los nos seus territórios de moradia. Existe, portanto, uma concepção do que seria um lugar onde morariam populares que parte dos engenheiros que desenham as casas e do poder público que define em que condições e quem pode morar. Assim, falar de moradia popular é mais que analisar as casas, é entender como a cidade é constituída e as batalhas que foram (e são) travadas sobre os modos de viver e morar.

Ao voltar para a leitura da produção do espaço urbano na produção geográfica, vê-se que esta, por vezes, também silenciou a ação dos moradores desses bairros, elegendo como principais produtores do espaço urbano os grupos que detinham poder político e econômico. Pode-se fazer essa leitura, por exemplo, no texto das geógrafas Moura e Soares. Ao analisarem a produção de moradias populares e o espaço urbano destinado a elas em Uberlândia entre a década de 1940 e 1990, concluem:

Além do Estado, as empresas imobiliárias tinham uma participação significativa na construção do espaço urbano, pois, como eram proprietários de vasta área de terras, as próprias imobiliárias loteavam e vendiam os terrenos, dando origem a vários bairros, como: Vila Maria (1966), hoje conhecida como Pacaembu, Jardim Brasília (1966) e Maravilha (1966), cujas terras pertenciam à empresa Imobiliária Novo Horizonte; o bairro Santa Mônica (1964), que era da Imobiliária Segismundo Pereira; e os loteamentos que originaram o Roosevelt

(1969), Jaraguá (1964), Jardim Califórnia (1966) e Marta Helena (1967), [...] que eram da primeira imobiliária que surgiu na cidade, a Imobiliária Tubal Vilela. Dessa forma, verifica-se a participação decisiva desse novo agente na organização espacial de Uberlândia, principalmente na formação da periferia da cidade [...]<sup>92</sup>

Para Moura e Soares, a produção do espaço urbano se dá com as ações do Estado em primeiro lugar, pois ele produz a legislação de uso e ocupação do solo, aprova loteamentos, constrói obras de infraestrutura, propõe políticas públicas para habitação; e em segundo pelas empresas imobiliárias que, em parceira com o Estado, loteiam glebas de terras pouco valorizadas para receber os serviços públicos fundamentais, valorizar seus lotes e lucrar com a especulação. Em outra publicação e com outra parceria, Soares reafirma seu suposto:

Em Uberlândia, o processo de ocupação e reprodução do solo urbano ocorreu de forma acelerada, principalmente a partir dos anos 70, em função do crescimento populacional e econômico, da ausência de leis que regularizassem o uso do solo, bem como da atuação e interesse dos agentes gestores do espaço, em especial a empresa imobiliária.<sup>93</sup>

São inegáveis as ações desses grupos na configuração das cidades brasileiras, em especial a de Uberlândia, porém, defendo aqui que a produção do espaço urbano tem outros sujeitos que impõem suas marcas na luta cotidiana pelo acesso a direitos básicos como a moradia, a rede de esgoto, a escola pública, a creche, o transporte público. Nesse processo, definem usos e contrausos da cidade a partir dos seus modos de vida, subvertêm e reordenam, enfim, dão outras feições ao que fora previsto pelo Estado e seus parceiros.

Não existem muitas evidências da vida no interior do bairro na década de 1960, mas o noticiário do jornal Correio de Uberlândia publicou, pouco mais de três anos após a aprovação dos projetos que possibilitaram a construção dos imóveis, relato que questionava algumas práticas vividas nesse lugar:

Patrimônio é um dos menores bairros da cidade perto do matadouro municipal e onde ficam as 50 primeiras casas populares construídas entre nós.

Mães aflitas vieram até nós hoje pedindo cooperação da imprensa local, por causa da cachaça. Um bairro tão pequeno, com muitas vendinhas

---

<sup>92</sup> MOURA; SOARES, 2009, op. cit., p. 31.

<sup>93</sup> BESSA, Cristine F. O.; SOARES, Beatriz Ribeiro. O significado da especulação imobiliária no espaço urbano de Uberlândia-MG. **História e Perspectiva**, n. 16/17, jan./dez. 1997, p. 129.

onde adquirem as cousas necessárias para suas casas. Mas vendinhas onde se vende cachaça fartamente, sem vigilância, sem controle da polícia, não só a moradores do bairro como da cidade que procuram a pinga onde se bebe mais e com maior confiança por falta de policiamento [...]<sup>94</sup>

Como disse, não existem outros registros dos modos de vida no bairro Patrimônio nessa época em que ele era tratado apenas como lugar das casas populares — muito antes de se tornar berço da cultura popular da cidade como tem sido considerado hoje — no Correio de Uberlândia, mas esses poucos já apontam para uma tensão entre aqueles que tinham acesso ao jornal e queriam instituir determinados modos de vida na cidade e trabalhadores que moravam nas “casas populares” e tinham seus modos de viver noticiados somente em páginas policiais ou como práticas exógenas à cidade que deveriam no mínimo ser policiadas, quando não proibidas.

Mesmo a prática especulativa que unia os sujeitos privilegiados nas leituras realizadas — empresas imobiliárias e agentes do Estado — não era algo consensual. Dentro do que as geógrafas chamam de elite da cidade existiam divergências como se pode ler nesta notícia:

Agora que o município, graças aos esforços bem sucedidos do prefeito Tubal Vilela, conseguiu o empréstimo de trinta mil contos para o reabastecimento de água, certamente vão sobrar verbas orçamentárias mais avultadas para outros serviços urbanos. [...]

Uma das dificuldades criadas para a realização de muitos melhoramentos prende-se à ampliação excessiva da área da cidade, que possuindo menos de quarenta mil habitantes, segundo o último recenseamento, ocupa dimensões suficientes para mais de cem mil. Por todos os lados abrem-se as vilas, por todos os lados adquirem-se terrenos, loteiam-se e são incorporados à zona urbana. É verdade que isso traz a vantagem de proporcionar datas de preços mais módicos às classes operárias e não se pode negar que em tôdas [sic] elas as construções vão aparecendo. Mas os terrenos vagos nas vilas mais velhas e até mesmo no centro urbano ainda são numerosos, dispensando perfeitamente esse [sic] alargamento que custa tão caro aos poderes municipais na hora de prestar os benefícios que vão reclamando.<sup>95</sup>

A crítica do jornal mostra parte das tensões dentro desse grupo. O texto expressa claramente uma opinião da redatora do jornal, Ruth de Assis, que escrevia em nome dos representantes da União Democrática Nacional (UDN) na cidade. Não se pode simplificar

---

<sup>94</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Polícia precisa fiscalizar o Patrimônio. Uberlândia, 19 fev. 1959, p. 8.

<sup>95</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Problemas urbanos. Uberlândia, 29 nov. 1951, p. 1.

a análise do artigo, acreditando nas preocupações republicanas com o orçamento público, mas entendê-lo nas tensões sociais em que foi produzido. No início da década de 1950 esse periódico tinha fortes ligações com a UDN local e fez duras críticas ao mandato do prefeito Tubal Vilela, ligado ao Partido Social Democrático (PSD), chegando a criticar a construção e colocação em praça pública de um busto do prefeito<sup>96</sup>. As páginas do jornal, principalmente a primeira, eram lugar privilegiado de expressão das disputas entre esses grupos. As “classes operárias” surgem nessas produções não como produtoras do espaço urbano, mas como vítimas das políticas públicas e das estratégias das empresas imobiliárias. Em outro momento, as casas populares voltaram a ser noticiadas, dessa vez a construção das residências:

Uberlândia, por graça de Deus, foi contemplada com algumas casas populares, que poderão beneficiar os trabalhadores futuramente adquirindo, por preços razoáveis, casas populares. Mas, acontece que, dispensamos e recusamos presente de “grego” e isto porque, estarrecidos, recebemos uma advertência por intermédio do Sr. Lazaro Chaves, presidente da Associação dos Motoristas, que também exerce as funções de construtor, de que o serviço que ali está sendo executado não segue a especificação técnica, apresentando lamentáveis falhas que poderão ser perfeitamente sanadas se houver melhor e mais eficiente fiscalização por parte do poder público [...]<sup>97</sup>

O registro mostra tensas disputas pelo poder político local e as moradias populares entram como meio de expressão desses conflitos. As tramas que envolveram a construção das casas publicizadas pelo jornal permitem ver aproximações dos editores ligados aos grupos udenistas com associações de trabalhadores para pressionar a Prefeitura.

Outro meio de chegarmos perto do que o poder público instituía como popular é ler os critérios para o trabalhador adquirir tais imóveis. Segundo o discurso oficial noticiado pelo Correio de Uberlândia, os critérios eram amplos e não passavam pela exigência do registro formal do emprego:

O Sr. Marcial Lago, superintendente da Fundação da Casa Popular, no cumprimento do “programa habitacional Juscelino Kubitschek, por meu intermediário, faz saber aos interessados que se encontram abertas as inscrições para aquisição das casas populares construídas nesta cidade. Somente poderão se inscrever pessoas que não sejam proprietárias de

---

<sup>96</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Haverá mais um busto... Uberlândia, 15 jan. 1955, p. 1.

<sup>97</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Serviço de casas populares está a exigir melhor fiscalização. Uberlândia, 08 ago. 1957, p. 1.

casas ou habitações em condomínio e que possuam um mínimo de (5) cinco dependentes, de acordo com a lei nº 1.473, de 14 de novembro de 1951 e resolução nº 588/cc de 1 de dezembro de 1954 [...]<sup>98</sup>

Esses critérios dão uma dimensão do que se esperava dos futuros moradores desses imóveis. Fica claro que queriam homens casados e pais de família; o número de dependentes incluiria, possivelmente, a mulher e no mínimo quatro filhos. Mas esse perfil de trabalhador não era raro e a inexistência de outros critérios dava maiores poderes aos sindicatos para a escolha dos moradores. A proximidade dessas instituições com as habitações populares fica mais claro em outro registro:

Incapacidade dos executores e péssimo material são duas razões apontadas pelo Sr. Custódio Sobrinho, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Uberlândia, ao ‘Diário da Tarde’, para demonstrar o estado em que se acham as obras da Fundação da Casa Popular [...]

Prosseguiu o nosso entrevistado contando que, em Uberlândia, “fizemos um movimento contra o conjunto, alertando o Sr. Marçal do Lago, que não pode alegar ignorância do fato. Este alerta foi feito pelo meu sindicato, pelo Sindicato dos Comerciários de Uberlândia, pelo Círculo Operário de Uberlândia e pela Associação dos Condutores de Veículos Rodoviários [...]”<sup>99</sup>

Temos nova crítica sobre a qualidade dos imóveis construídos para os trabalhadores. Desta vez ganham espaço outras associações de classe que falam em nome dos operários. Através desses registros é possível concluir que a habitação popular dos primeiros programas não estava destinada a qualquer trabalhador e sim àqueles ligados aos sindicatos e associações que tinham o poder de intermediar, escolher, excluir. Esse poder aproximava as entidades dos grupos políticos locais a ponto de terem suas reclamações expostas nas folhas do Correio de Uberlândia para servir aos interesses dos editores. Mais que intermediar, esses grupos queriam controlar a construção e o pagamento dos imóveis:

A reportagem dêste [sic] matutino tomou conhecimento que a Associação de Motoristas de Uberlândia, em bom trabalho idealizado pelos seus mentores, após reunião realizada nesta cidade em dias desta semana,

<sup>98</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Fundação da Casa Popular. Uberlândia, 24 nov. 1957, p. 5.

<sup>99</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Nas casas populares de Uberlândia só se salvam o tijolo (bom) e o cimento. Uberlândia, 25 maio 1958, p. 1.

levará a Belo Horizonte, no congresso sindical a ter lugar no dia 28 do corrente, uma série de moções e indicações, entre as quais uma relacionada com as casas populares para operários. Segundo as deliberações dos mentores da A.M.U., a indicação pleiteará a extinção da Fundação da Casa Popular a fim de posterior entrega do serviço de construção de casas operárias aos institutos de previdência, em verdade, já possuem danos [sic] em melhores condições para atender aos anseios da classe operária.<sup>100</sup>

A associação dos motoristas e “seus mentores” queriam a extinção da instituição responsável pela política habitacional para que os institutos de previdência, em geral sob controle das entidades de classe, exercessem maior poder sobre a construção das residências. Essa mudança daria aos sindicatos e institutos amplos poderes sobre os trabalhadores, pois os não sindicalizados não teriam acesso aos financiamentos da casa própria. Em 1958 as ações dos institutos de previdência para o financiamento de imóveis aos seus contribuintes ganharam espaço no Correio de Uberlândia:

Recentemente (e com grande publicidade) o IAPI anunciou receber inscrições para empréstimos para aquisição de casa própria para os seus contribuintes, tendo êstes [sic], inclusive já feito seus pedidos. A medida, se trouxer mesmo os benefícios que anuncia, será de enorme utilidade para os industriários überlandenses, pois irá livrá-los da grande despesa com os aluguéis de casa que tanto lhes suga os magros salários sem proveito maior que enriquecer proprietários de prédios [...]<sup>101</sup>

Os institutos de aposentadoria e pensões como o IAPI — este específico dos industriários —, foram criados na primeira gestão do presidente Getúlio Vargas e tinham entre suas funções a construção de imóveis para os trabalhadores contribuintes de sua carteira. Em muitos casos esse instituto “além de proprietário de terrenos, apresentava-se como construtor”<sup>102</sup> dos imóveis destinados aos trabalhadores. A questão fundamental aqui é mostrar que as primeiras ações políticas voltadas para a construção de habitação popular em Uberlândia estavam restritas aos trabalhadores vinculados a determinadas empresas — como as indústrias, o comércio, a construção civil — e com capacidade de contribuir formalmente com as caixas de pensão ou com os sindicatos oficiais.

---

<sup>100</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Associação dos motoristas fará indicação: casas populares. Uberlândia, 02 nov. 1957, p. 7.

<sup>101</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. O IAPC poderia também estender a Uberlândia os benefícios da casa própria. Uberlândia, 03 jun. 1958, p. 1.

<sup>102</sup> CORDEIRO, Simone Lucena. Projetos e iniciativas sobre a habitação popular em São Paulo. **Histórica**, n. 29, 2008, p. 18.

Existiam também, por parte do poder público federal e municipal, outras intenções com a construção desses imóveis:

Desembarcando domingo de um avião da Força Aérea Brasileira, acompanhado de grande comitiva e precedido de um batalhão de jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos, chegou às 12 horas mais ou menos a esta cidade o ministro do Trabalho, Sr. Parsifal Barroso, que veio representar o presidente da República na inauguração do núcleo das casas para trabalhadores nesta cidade pela Fundação da Casa Popular [...]<sup>103</sup>

A presença do Ministro do Trabalho na inauguração de um conjunto habitacional na cidade estava inserida em um projeto político de aproximação do governo federal com a população e de uso da política habitacional como meio de garantir votos. Isso não significa que a adesão e aceitação desses projetos — municipais e federais — foi instantânea e total, mesmo com a mediação dos sindicatos.

Não tenho muitos elementos sobre os moradores desses conjuntos nos primeiros anos, mas algumas evidências apontam para a resistência aos imóveis oferecidos aos trabalhadores:

Depois que muitos fizeram demagogia, que os ‘pelegos’ e os candidatos caçadores de votos, profissionais ou diletantes, depois da demagogia, insistimos, construíram-se algumas casas populares (poucas, insuficientes, distantes) a serem vendidas aos trabalhadores. Se o foram não sabemos. O que sabemos é que estivemos ontem visitando aquele local, próximo à parte mais alta da av. Floriano Peixoto, na metade do caminho para o campo de aviação.

Construção que parece bôa [sic], casas cujo aspécto [sic] aparenta fornecer bastante conforto (apenas de residências duplas), a ‘vila’ de casas populares dá a exata impressão de Cidade Fantasma, dessas que a gente via nos filmes, quando por aqui havia cinema.

Paralelamente, dizem que é o problema da água que impede a habitação da vila da FCP, isto é, o abastecimento do líquido precioso, episódio que quase fez com que se agarrassem o antigo prefeito Afrânio e o Superintendente da FCP, prof. Marçal de Lago [...]<sup>104</sup>

Os adjetivos usados pelo jornalista para qualificar os idealizadores do conjunto habitacional já demonstram o caráter autoritário do projeto. Demagogos e pelegos, na concepção usada pelo jornalista, seriam aqueles que impõem aos outros, geralmente trabalhadores sem consciência da imposição sofrida, suas ideias ou modos de viver em

---

<sup>103</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Ministro do Trabalho inaugurou casas populares. Uberlândia, 04 fev. 1958, p. 1.

<sup>104</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Casas populares: iminente a repetição do caso da Escola Vocacional. Uberlândia, 13 maio 1957, p. 3.

determinada sociedade. O uso dessas noções pressupõe uma relação desigual e uma atitude passiva por parte de alguns sujeitos, mas a própria notícia mostra certa inadequação do seu uso. Apesar do “conforto”, as casas não foram vendidas, isto é, não houve aceitação da proposta por parte dos trabalhadores, que podem ter rejeitado as casas em função da distância ou da falta de infraestrutura noticiada.

O fundamental da leitura dessa notícia é perceber que não existia uma atitude passiva daqueles que são os objetos dessas políticas e que a aquisição de uma residência não obedecia apenas aos interesses dos construtores e do poder público. Quando podiam, os trabalhadores exerciam algum nível de escolha e pressão.

## **2- O Banco Nacional de Habitação: os conjuntos habitacionais como moradia para trabalhadores**

Durante a década de 1960 não encontrei evidências de novos programas habitacionais ou projetos políticos municipais e federais para este fim. Os moradores dos primeiros conjuntos foram notícia novamente décadas depois com outros significados. No jornal Correio de Uberlândia a discussão em torno da moradia na cidade recomeçou no início da década de 1970. “Problema habitacional é grave na cidade”<sup>105</sup> foi uma manchete de capa do periódico em 25 de maio de 1973 e já chamava a atenção dos leitores para a dinâmica do mercado imobiliário e os problemas que o excesso de demanda trazia para os que já moravam no município:

Com o crescimento que vem tomado conta da cidade, Uberlândia começa a sofrer crise seríssima no seu problema habitacional. A procura é enorme para alugar casas e poucos são aqueles que estão tendo a felicidade de encontrar um teto para agasalhar sua família. Com a demanda, os aluguéis foram aumentados em doses elevadíssimas e, assim, qualquer casinha em Uberlândia custa de 300 cruzeiros para cima, sendo que as residências, poucas que aparecem de melhor porte, a fala do senhorio atinge de 800 a 1.500,00.<sup>106</sup>

Quatro anos depois, o mesmo jornal voltava a reclamar das consequências do crescimento populacional:

---

<sup>105</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Problema habitacional é grave na cidade. Uberlândia, 25 maio 1973, capa.

<sup>106</sup> Idem, ibidem.

Qualquer residência, sem nenhum conforto, sem instalações sanitárias, verdadeiro casebre, está com aluguel abusivo e extorsivo. As de porte médio custam de 3 a 5 mil cruzeiros, e as mansões atingem a faixa de 10 a 20 mil cruzeiros. A construção de conjuntos residenciais pelo BNH é a solução que Uberlândia precisa ter, para acabar com a atual exploração dos locatários.<sup>107</sup>

A década de 1970 tornou-se um marco para diversas mudanças na economia brasileira como um todo e em especial para a cidade de Uberlândia, que recebeu milhares de trabalhadores do campo e de cidades menores da região, como Centralina, Ituiutaba, Prata, Araguari ou do sudoeste goiano, como Goiatuba, Pontalina e Itumbiara. Muitos dos moradores ouvidos nesta pesquisa vieram para Uberlândia nessas décadas, como o senhor Reinaldo Afonso Farnesi, que chegou em 1978, mora no bairro Presidente Roosevelt e assim caracteriza o bairro: “o Presidente Roosevelt hoje é mais gente de fora do que aqui de Uberlândia né porque a migração foi muito grande aqui e aqui é um dos bairros que tem muito conjunto”<sup>108</sup>.

Os conjuntos citados na fala do Sr. Reinaldo foram a solução encontrada pela Prefeitura para produzir novas moradias em diferentes regiões de Uberlândia e, assim, atender o grande número de trabalhadores que chegavam à cidade. Porém, a construção desses conjuntos não foi realizada para atender os interesses dos seus moradores — como veremos adiante — e os proprietários de terras urbanas e rurais próximas à cidade.

Sob a ótica industrial e populacional, o crescimento de Uberlândia teve números consideráveis para a época:

[...] no setor econômico-financeiro [...] estava situada em 36º lugar e [...] alcançou a décima posição na classificação geral. Com uma população de 161.436 habitantes, sendo que 144.295 estimada na cidade [...] um índice de crescimento populacional de 3,28% no período de 1970/1975.<sup>109</sup>

Esses números foram traduzidos na prática em mudanças significativas no espaço urbano e nos modos de viver na cidade. As transformações foram tão marcantes para o fazer-se da cidade que o ano de 1970 surge como marco temporal de diversos estudos da historiografia local. Entre estes, o trabalho de Euclides Antunes de Medeiros, que tratou

<sup>107</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia, 03 mar. 1977.

<sup>108</sup> Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi. Entrevista realizada em 10 de junho de 2009.

<sup>109</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia agora ocupa o décimo lugar entre os municípios em desenvolvimento. Uberlândia, 27 fev. 1980, p. 1.

das experiências dos “trabalhadores ambulantes/camelôs e dos produtores/comerciantes de hortifrutigranjeiros em Uberlândia”. Segundo o historiador, essa década foi de intensas mudanças políticas, econômicas, demográficas e sociais:

Essas transformações foram alavancadas pelo desequilíbrio no mercado de trabalho com base, entre outros fatores, nas correntes migratórias internas ocorridas no país mediante uma intensa capitalização das atividades agropecuárias e a consequente expulsão da força de trabalho do campo para a cidade.<sup>110</sup>

Foram essas “correntes migratórias” que trouxeram para Uberlândia milhares de trabalhadores em busca, entre outras coisas, de um lugar para morar. Esse movimento teve diferentes consequências para as relações vividas na cidade, como estas, apontadas pela historiadora Sheille Soares de Freitas: “em Uberlândia, os ecos do desequilíbrio urbano são sentidos com o aumento de favelas, migrantes tentando a sorte, desemprego, alto custo de vida, uma realidade que perpassou as décadas de 70 e 80”<sup>111</sup>.

Medeiros e Freitas marcam esse tempo pela intensa chegada de trabalhadores em Uberlândia. Segundo Freitas, a consequência desse movimento foi o desequilíbrio urbano pelo excesso de pessoas procurando um lugar na cidade — concepção esta que divide a responsabilidade entre poder público e os próprios trabalhadores. Já o trabalho de Sérgio Paulo Morais, que tem o mesmo ano como marco inicial, traz reflexões sobre a constituição do espaço urbano que se aproxima mais de minhas questões neste momento:

O recorte cronológico inicia-se em 1970, justamente por intermédio desta relação. Esta década inaugurou, por razão de financiamentos públicos, um conjunto de reestruturações físicas na cidade. Estas remodelações, equacionadas por discursos e mudanças nas concepções culturais/econômicas de uso e direito sobre o espaço, fizeram mudar e expandir vários locais da cidade.

Tal processo remeteu-nos a um momento de recriação da cidade. A partir de 1970, tentou-se consolidar uma renovação do espaço, com a criação de uma “cidade industrial”. Neste contexto, tem-se a remoção da antiga ferrovia para a pavimentação das avenidas centrais, prometeu-se a construção de casas populares, enfim, estabeleceu-se um surto de crescimento, que induziria a uma idéia de inovação, de modernização.

---

<sup>110</sup> MEDEIROS, Euclides Antunes de. **Trabalhadores e viveres urbanos**: trajetórias e disputas na conformação da cidade – Uberlândia 1970/2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002, p. 33.

<sup>111</sup> FREITAS, Sheille Soares. **Buscando a cidade e construindo viveres**: relações entre campo e cidade. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002, p. 115.

Esta, por sua vez, pôde, pela pesquisa, ser compreendida como o preâmbulo de uma outra cidade em constituição.<sup>112</sup>

Mais que promessa, milhares de casas populares foram feitas. Transformaram-se em discursos para os políticos oficiais ligados aos grupos historicamente dominantes:

O vereador Adriano Bailoni Junior (PDS) fez pronunciamento na tarde da última terça-feira solicitando do prefeito Zaire Rezende um melhor plano de habitação popular, que ofereça as classes menos favorecidas condições necessárias para que elas tenham sua casa própria e consigam viver com dignidade na cidade de Uberlândia [...]<sup>113</sup>

E para os que surgiram como oposição a esses:

A administração Zaire Rezende dará uma grande ênfase na habitação popular, durante este ano de 1988. Para isso, o Governo Municipal, através da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, tem nos primeiros dias do ano, realizado várias gestões no sentido de adiantar, ao máximo o atendimento a todos aqueles que lutam por uma casa própria.<sup>114</sup>

A nova cidade produzida nessa década tinha profundas marcas dos moradores dos conjuntos habitacionais. Se a expansão do espaço urbano estava marcada pelos interesses das empresas imobiliárias, a consolidação desses lugares produziu novas dinâmicas políticas, o que modificou inclusive a forma de diálogo do poder público com os moradores.

Foram décadas de intenso movimento de trabalhadores, vistos a partir de diferentes prismas, desde o trabalhador informal de Medeiros até os migrantes e desempregados de Freitas. O crescimento populacional não trouxe apenas os problemas apontados por Freitas. Para alguns grupos, foram décadas muito promissoras. Os proprietários de glebas de terras na cidade e que tinham o interesse em transformá-las em fonte de lucro nunca viram tantas possibilidade de negócio, como mostra o Gráfico 1:

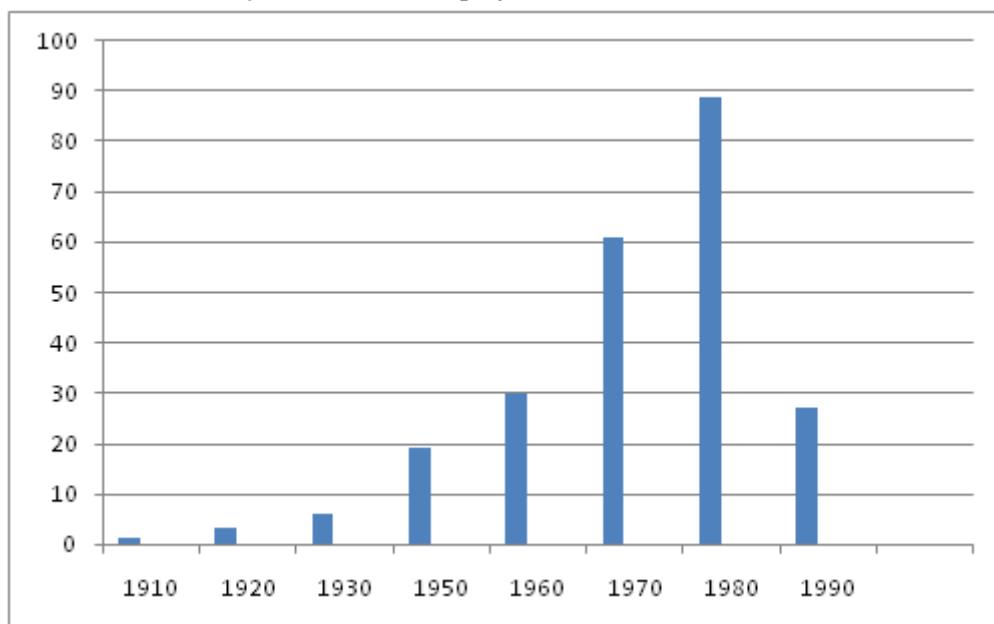
---

<sup>112</sup> MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade**: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002, p. 12.

<sup>113</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Melhor plano habitacional para os pobres. Uberlândia, 10 jul. 1987, p. 9.

<sup>114</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Governo Zaire Rezende dará ênfase a habitação popular. Uberlândia, 06 jan. 1988, p. 12.

Gráfico 1 – Evolução do número de projetos de loteamento

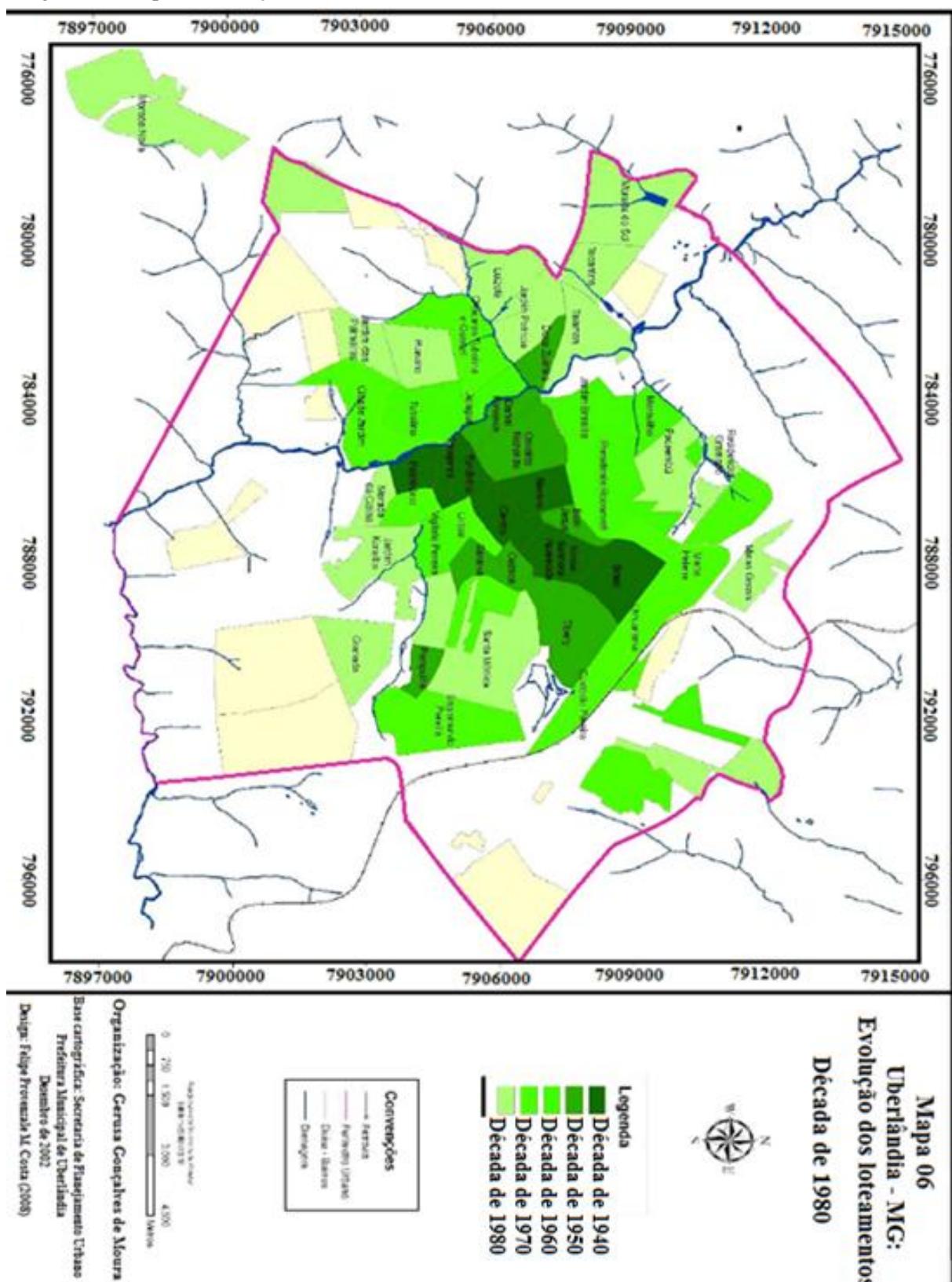


Fonte: Soares (2008, p. 163)<sup>115</sup>

Na Figura 1 vê-se que os novos loteamentos foram espalhados por diferentes regiões da cidade, aumentando sua área espacial e ampliando radicalmente seus limites urbanos.

<sup>115</sup> SOARES, Beatriz Ribeiro. Estruturação interna e construção dos signos de modernidade da Cidade Jardim. In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes. **Uberlândia revisitada**. Uberlândia: Edufu, 2008, p. 163.

Figura 1 – Mapa da evolução dos loteamentos de Uberlândia



Fonte: Soares (2008, p. 163)<sup>116</sup>

<sup>116</sup> SOARES, 2008, op. cit., p. 163.

Na produção cartográfica da geógrafa Gerusa Gonçalves de Moura é possível ver que grande parte da feição espacial de Uberlândia foi produzida nas décadas de 1970 e 1980 com a construção de conjuntos habitacionais que depois se transformaram em bairros. Mais do que mudanças físicas e espaciais, esses conjuntos e seus moradores mudaram práticas, modificaram a correlação de forças políticas na cidade.

Ao ler textos publicados pela imprensa local no início da década de 1970 percebi que as preocupações estavam voltadas para a alta dos preços dos aluguéis que afetavam diversos grupos sociais na cidade, mas a solução via construção de conjunto habitacional ainda aparecia de maneira contraditória. Em um primeiro momento, o editorial do Correio de Uberlândia tecia críticas pesadas ao programa:

O maior desejo, a maior aspiração de todo chefe de família, é a aquisição da casa própria. Por isso mesmo, desde longos anos vêm as autoridades brasileiras se preocupando com a equação desse problema, sendo que várias soluções foram tentadas. Ora, essa aspiração nacional parecia estar satisfeita com os planos do Banco Nacional da Habitação. Foi uma corrida de loucos no País todo, e os espertalhões entraram no negócio, visando lucros fáceis, inclusive nas construções ordinárias que fizeram. Não poderia haver material mais pobre, mais ordinário, tudo feito de carregação, como se as moradias só devessem ser ocupadas por um ou dois anos. Foi justamente isso que aconteceu e está acontecendo. O que está errado no Banco Nacional de Habitação é o sistema [...] conflitante com a realidade brasileira, onde os índices inflacionários reais são muito maiores que os enunciados [...]<sup>117</sup>

Casas ruins e a impossibilidade de pagamento foram os principais problemas do sistema nessa primeira avaliação. O editorial foi escrito em 1973, em um momento em que os acordos entre a Prefeitura e a Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab-MG) ainda não haviam sido assinados. As críticas do jornal se voltavam não para a possibilidade de especulação imobiliária com os conjuntos, mas para a qualidade das casas construídas, responsabilidade em geral da Cohab. O texto enfatizava também a dificuldade de manter os pagamentos em um país onde índices inflacionários e reajuste salarial estavam sempre distantes. Um ano depois, o olhar sobre essas habitações mudou:

---

<sup>117</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. BNH – sonho e realidade. Uberlândia, 15 jan. 1973. Coluna Opinião, p. 2.

Sei da importância para nós, da inauguração oficial do Distrito Industrial de Uberlândia. [...]

Mas... Paralelamente a este trabalho, um outro muito mais importante, o que significa realmente a infra-estrutura social para o empreendimento, deve também ser iniciado: casa para os trabalhadores.

Daiwa e Fujiwara estão sofrendo com a falta de mão-de-obra.

Operários estão sendo requisitados de Aragari, mantendo as duas indústrias, um serviço próprio de condução para ir buscar pela manhã e levar à tarde os que moram na cidade vizinha. [...]

A construção de casas populares tornou-se uma necessidade super prioritária para o Distrito Industrial. [...]

Quando se anuncia que a construção da Souza Cruz será iniciada em 1975, temos um prazo para que, no mesmo período, pelo menos quinhentas casas sejam construídas, com recursos do BNH ou outros setores da construção para-estatal. O prazo é curto e a necessidade urgente.<sup>118</sup>

O jornalista Luiz Fernando Quirino, fiel defensor dos projetos conservadores da cidade e dos homens ligados à Aliança Renovadora Nacional (Arena)/Partido Democrático Social (PDS), expõe parte do projeto ao convocar o poder público a procurar parcerias com o BNH para a construção dos conjuntos. A qualidade das casas já não era preocupação na medida em que o objetivo do projeto estava voltado para a necessidade industrial e não dos trabalhadores que nelas morariam. Residia aí a base política do projeto: a construção de moradias para atender as necessidades dos grupos economicamente dominantes em diferentes setores da cidade. Ao morador restaria a “felicidade” de tornar-se um proprietário.

Moradia popular, segundo esse entendimento, significava uma extensão das indústrias, uma forma de facilitar a instalação e a manutenção de empresas na cidade na medida em que economizariam com o transporte de operários para suas linhas de produção. O morador era, então, peça dessa engrenagem que possibilitaria os ganhos dos empresários que “optavam” pelo distrito industrial de Uberlândia.

Ao voltar para o mapa da evolução dos loteamentos (Figura 1, p. XX), pode-se refletir sobre a proposição do jornalista. Observando a localização dos principais conjuntos habitacionais, Luizote de Freitas, Segismundo Pereira e Santa Luzia, e os conjuntos do bairro Presidente Roosevelt, percebe-se que a lógica de construção não adotou o princípio defendido pelo Correio de Uberlândia — pelo menos não a de um de seus jornalistas —, pois os conjuntos estavam localizados em diferentes e opostas regiões da cidade, não

<sup>118</sup> **Correio de Uberlândia** QUIRINO, Luiz Fernando. A vida é mesmo assim., Uberlândia, 30/31 mar.1974, p. 8.

segundo uma orientação de aproximar o trabalhador do distrito industrial. Na verdade, os lugares foram escolhidos de acordo com o poder de negociação dos proprietários dos lotes com a Prefeitura.

As casas financiadas pelo BNH surgiam para diminuir a demanda por moradia e pressionar o mercado imobiliário por melhores preços dos aluguéis. A primeira referência ao financiamento de imóveis via BNH não estava, então, diretamente relacionada aos seus moradores e sim a uma visão liberal de procura e demanda para resolver o problema dos aluguéis que afetava inclusive membros da classe média local.

Diferentes trabalhos, como o de Máucia Vieira dos Reis<sup>119</sup>, mostram o quanto Uberlândia foi beneficiada com essa política habitacional, principalmente no início da década de 1980 com a construção dos grandes conjuntos da cidade: Segismundo Pereira, Santa Luzia e Luizote de Freitas, e outros menores. No trabalho de Reis, a moradia popular aparece como resultado de longas e difíceis trajetórias de determinados trabalhadores na cidade em busca de realizar o “sonho” de ter suas casas: a moradia de aluguel, o “puxadinho” no fundo da casa de algum membro da família, o compartilhar de cômodos de uma mesma residência até chegarem a um desses conjuntos e ter, enfim, uma casa.

A dissertação questiona as intenções do poder público com a construção dos conjuntos, denunciando os pactos estabelecidos entre a Prefeitura e a iniciativa privada para usos do espaço urbano com fins especulativos, porém, o mais interessante deste trabalho é o deslocamento feito pela autora da discussão meramente institucional das políticas urbanas e as práticas de acúmulo de capital com o uso do solo urbano para os modos de vida produzidos nos lugares de moradia e como esses modos de viver produzem e marcam os espaços da cidade.

A localização dos conjuntos produziu alguns sentidos. O mais utilizado foi o de periferia. Reis, que foca especificamente o conjunto Segismundo Pereira, caracteriza o que seria para ela a periferia:

Os conjuntos mencionados foram construídos a partir de 1979, inaugurados e entregues à população nos finais de 1981. Na época, distantes do centro da cidade, apresentavam características visuais de periféricos, isto é: estavam localizados em região afastada do centro

---

<sup>119</sup> REIS, Máucia Vieira dos. **Entre viver e morar:** experiências dos moradores de conjuntos habitacionais Uberlândia (1980-1990). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

urbano; dotados de uma mínima infra-estrutura e serviços coletivos; visavam contemplar parcela significativa de famílias portadoras de um baixo poder aquisitivo.<sup>120</sup>

Distância em relação ao que seria considerado o centro urbano, local de moradia de famílias de baixo poder aquisitivo e pouca infraestrutura seriam características básicas dos lugares de moradia da maioria da população da cidade que não tinha recursos suficientes para escolher onde morar. A periferização da cidade como projeto de acúmulo de capital era visível na localização dos bairros e no fato de estarem no limite urbano, mas, ao contrário do que podemos imaginar, essa proposta não era consensual no momento em que foi posta em prática e gerou debates até mesmo dentro do poder público local.

Em 1978, já utilizando das verbas federais do BNH, o prefeito Virgílio Galassi enviou à Câmara Municipal um projeto de lei para aprovar projeto de loteamento para construção de casas populares. Como vimos, nessa década houve grande quantia de investimento público em habitação com verbas provenientes dos acordos da Prefeitura com a Cohab-MG para a construção de conjuntos para moradia popular.

O parecer de uma das comissões da casa de leis de Uberlândia sobre esse projeto pede a não aprovação do loteamento e trata justamente dos problemas da distância e das consequências da especulação fundiária embutida na escolha do local para a construção das casas:

À primeira vista, nada mais inocente, nada de mais útil que a ideia de se permitir a construção de um núcleo de casas populares. No entanto, a análise do projeto revela intenção muito diferente.

Com este projeto, pretende o Executivo lançar sobre os ombros da Câmara Municipal a responsabilidade pela aprovação de um loteamento, de forma contrária à Lei, quando ele [sic], Executivo, é que deveria assumir tal responsabilidade.

Trata-se de uma parte de terrenos rurais — sujeitos à legislação de terras da União — e se pretende anexar tais terrenos à zona urbana, sem que sejam construídos os benefícios de infra-estrutura que a lei exige.

É evidente que um terreno na zona rural, que hoje só pode ser negociado por alqueires, sofrerá enorme valorização, se puder ser vendido como loteado. Depois, a Prefeitura fará a infra-estrutura (água, esgoto, iluminação, águas pluviais, etc.) sem cobrar nada à COHAB-MG, que será a nova proprietária, e assim o loteador (cujo nome nem aparece no projeto — quem será?), fará um excepcional negócio, transformando, com um passe de mágica, terrenos rurais em urbanos. [...]

Não há mais o que dizer, salvo alertar novamente a Câmara Municipal, para que esta, ao resolver errar, que o faça conscientemente, dolosamente, passando a co-responsável pela irregularidade. O alerta se estende a

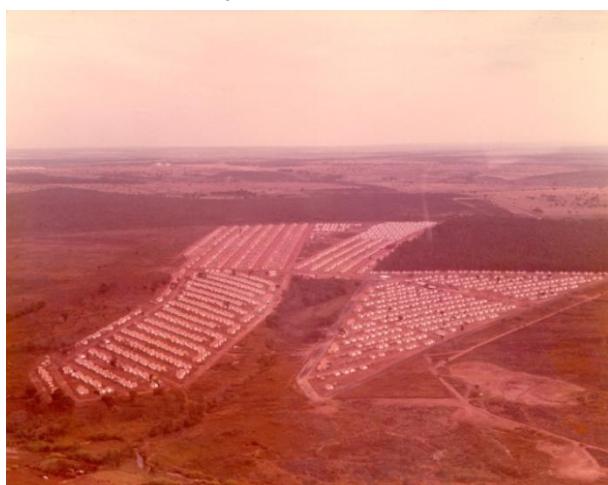
---

<sup>120</sup> REIS, 2003, op. cit., p. 35.

COHAB-MG. Não somos contra a construção de núcleos de casas populares; somos contra a especulação imobiliária [...]<sup>121</sup>

O projeto tramitou na Câmara um ano antes de começar a construção dos conjuntos. Nele se veem desnudadas as estratégias de poder e ganho de capital que vinham sendo articuladas com a possibilidade de se vender terras e imóveis à Cohab. Longe de ser uma política pública que pensasse no direito de morar, os conjuntos habitacionais foram vistos desde o seu nascedouro como meio de acúmulo de capital. É muito provável que o loteamento discutido pela Câmara seja o da fazenda Luizote de Freitas, adquirida pela família do ex-prefeito Virgílio Galassi e que foi transformada no maior conjunto habitacional da cidade.<sup>122</sup> Na fotografia a seguir (Foto 1) pode-se ver o quanto estava isolado do que era a cidade:

Foto 1 – Construção do bairro Luizote de Freitas



Fonte: Coleção Osvaldo Naguetini  
Arquivo Público Municipal

Visto de cima o conjunto mais parece uma cidade fantasma sem ligação alguma com Uberlândia. O que possibilitou essa construção, além do possível acordo para aprovação no Legislativo, foi a visão de moradia popular que permeava esses projetos. Longe de ser apenas uma política industrial, como defendia o jornal Correio de Uberlândia

<sup>121</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Parecer da comissão de finanças, orçamento e tomada de contas ao projeto nº 4176 do poder Executivo, 02 de dezembro de 1978. Arquivo Público Municipal.

<sup>122</sup> Reis mostra os pormenores dessa negociação: “Além da intenção do poder público em tornar aquele local um modelo, projetando a cidade de Uberlândia, havia, por detrás de tudo isto, um interesse maior: a família do então prefeito Virgílio Galassi (1977-1982) era dona da VIGA — imobiliária —, que, sabendo do interesse do governo em construir conjuntos habitacionais, comprou a fazenda Luizote de Freitas e vendeu parte das terras para a COHAB realizar o que pretendia”. Cf. REIS, 2003, op. cit., p. 40-41.

— pois a distância e a falta de vias de ligação entre o bairro e o Distrito Industrial dificultavam o acesso do trabalhador às empresas —, ela estava concentrada nos lucros possíveis. Nessa concepção, as dificuldades para construção de redes de captação do esgoto e construção de redes pluviais, a ausência de escolas e postos de saúde não eram impedimentos, pois esses serviços não eram direitos e sim privilégios que poderiam ser adquiridos, comprados.

Ao falar desses projetos na imprensa e longe das negociações do poder público, o discurso era outro:

Em seu gabinete, o Prefeito Virgílio Galassi, reuniu ontem, às 11 horas, a imprensa de Uberlândia, para ratificar a conquista de mais cinco mil unidades habitacionais da COHAB/MG, para os nossos assalariados. Justificando o empreendimento o Chefe do Executivo afirmou que trata-se de uma grande conquista social, que vai dar total cobertura a outra grande conquista de nossa gente, que é a industrialização. Afirmou ainda o Prefeito de Uberlândia, que com essas unidades a sua administração poderá registrar no final do seu mandato 10 mil casas construídas pela COHAB/MG. Virgílio Galassi disse ainda que as áreas para a construção dessas novas unidades, já estão sendo oferecidas e elas deverão se localizar no Santa Mônica, Lagoinha, alto do Roosevelt e nas proximidades do frigorífico Caiapó [...]<sup>123</sup>

No discurso divulgado pelo Correio de Uberlândia, a moradia popular voltava a ficar em sintonia com o projeto de industrialização e seus moradores qualificados como assalariados — aqueles que tinham emprego formal e registro em carteira de trabalho. Habitação popular entra no discurso político da cidade como um meio de diálogo do poder público com os muitos trabalhadores que chegaram (e continuavam chegando) em Uberlândia.

Em 1986 a filósofa Marilena Chauí discutia alguns aspectos da cultura popular como resistência e entre estes as motivações por parte do Estado para a construção de conjuntos e as concepções que os envolvia:

Ainda sob a égide da ‘modernização’, foi implantado no país o plano nacional de habitação popular, sobretudo para controlar a população urbana que cresceu em consequência das migrações. Visto tratar-se de ‘casas populares’, os planejadores do Estado criaram conjuntos habitacionais para o ‘povo’ ou para a ‘massa’. Não só o material empregado era de péssima qualidade, nem só o uso do espaço foi o pior

---

<sup>123</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Inscrições para mais cinco mil unidades habitacionais serão abertas dia 16. Uberlândia, 11 abr. 1979, capa.

possível e o menos imaginativo, como também prevaleceu a idéia de uniformidade ou de homogeneidade. O que não é surpreendente numa sociedade autoritária, como a brasileira, na qual se expõe que a individualidade é um fenômeno existente apenas da ‘classe média para cima’. Para ‘baixo’ não há indivíduos, apenas ‘massa’,<sup>124</sup>.

Chauí destaca o olhar do poder público e seus agentes para o que seria popular. O caráter autoritário discutido pela autora na forma de se pensar a habitação popular é também marca dos conjuntos construídos em Uberlândia, além da falta de infraestrutura. Se a intenção era a de controlar a população que chegava a essas cidades, como enfatiza a filósofa, devo ressaltar que, em Uberlândia, o efeito produzido pelos conjuntos foi outro. Em pouco tempo a grande quantidade de moradores reunidos nesses lugares começou a se manifestar sobre os mais diversos problemas vividos na cidade. De maneira organizada ou não, a partir de manifestações claras de descontentamento ou afirmado práticas típicas dos lugares onde moravam, os imigrantes e mesmo os nascidos nesta cidade e obrigados a morar nesses conjuntos pela condição de classe, exerceram pressões sobre os grupos dominantes e pautaram em diferentes momentos o noticiário da imprensa.

No início da década de 1980 aparecia nas páginas do Correio de Uberlândia uma pequena insatisfação do prefeito com moradores que não aceitavam as condições em que estavam sendo obrigadas a morar:

De regresso da capital, onde manteve contatos com os diretores da COHAB-MG, o Prefeito Virgílio Galassi trouxe, não uma solução, mas uma nova batalha para vencer. [...] Os dirigentes da COHAB foram surpreendidos com o trabalho de agitação realizado no Luizote de Freitas por um grupo que levantou a celeuma contra as taxas de asfalto. Por causa disso, entendem que antes de iniciar a comercialização, deverá ser feito um estudo mais aprofundado com opção para que os novos conjuntos sejam entregues com ruas asfaltadas ou não, atendendo às preferências dos mutuários.<sup>125</sup>

O jornalista demonstrava surpresa com a resistência de alguns moradores em receber suas casas sem asfalto. As reivindicações foram tratadas como celeumas, uma birra de alguns moradores que não queriam pagar pelo serviço. Como resposta a esses

---

<sup>124</sup> CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 66-67.

<sup>125</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Prefeito volta de BH sem solução para as Casas Populares. Uberlândia, 26 jun. 1981, p. 7.

moradores, o prefeito usou a imprensa para fazer uma ameaça: o aumento de preços das novas casas em função do asfalto.

Ao regressar de sua última viagem o Prefeito Virgílio Galassi tomou conhecimento de que notícias circulavam sobre o reativamento do Projeto CURA. [...]

A área prevê a aplicação desses recursos nos bairros Marta Helena, Roosevelt e Jardim Brasília.

[...] Apoio Popular

Virgílio Galassi mostrava-se bastante entusiasmado ao assunto e afirmou que todos os movimentos que envolvem o bem-estar da cidade recebem o apoio popular, para depois declarar à nossa reportagem: ‘**PESSOAS INTERESSADAS QUE A ADMINISTRAÇÃO DEIXE DE REALIZAR SEU PAPEL FAZEM MUITA ONDA CHEGANDO A MOVIMENTOS E ATÉ A AGITAÇÃO E CONTESTAÇÃO**’. Basta lembarmos que recentemente houve um movimento cujos objetivos estavam ocultos junto aos moradores do Conjunto Luizote de Freitas. Protestavam contra as taxas de asfalto e, em resposta, imediatamente determinamos, que no Conjunto Luizote 2, as áreas não receberiam este benefício.

Mas por parte dos moradores recebemos o apoio tácito e quase toda sua a maioria veio à Prefeitura pagar a taxa cobrada pelo melhoramento.<sup>126</sup>

Acostumados a pouco diálogo com os moradores da cidade, homens como Virgílio Galassi não entendiam que os conjuntos habitacionais e seus moradores impunham nova forma de fazer política na cidade. Não entendia o prefeito que a dinâmica não era mais a mesma das décadas anteriores. Segundo a lógica liberal e de mercado defendida nas políticas públicas de habitação da Prefeitura, asfalto era serviço prestado, portanto, deveria ser pago. Um movimento que questionava essa lógica era visto como desordem. Mas a pauta política foi lentamente mudando.

Em outro espaço de poder oficial, a Câmara de Vereadores, termos como Luizote de Freitas, conjunto habitacional, Cohab começaram a ser incorporados no discurso político partidário:

Em aparte Eudécio Casasanta focando aspectos materiais, sociais e morais de uma Administração, disse que o volume de obras é indiscutivelmente grande, mas com prejuízo de muitas prioridades. Sabe-se que Uberlândia tem uma carência habitacional em torno de vinte mil habitações, ora, o que está sendo feito é muito pouco e está sendo feito pela COHAB com o FGTS dos trabalhadores e não pela Prefeitura ou por algum vereador, de modo que as três mil que fizeram será mera picaretagem política. João Paulino voltou a insistir no tema da educação,

---

<sup>126</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Reativamento do Projeto Cura abrirá novas perspectivas de trabalho. Jornal Uberlândia, 3 jul. 1981, capa (grifos no original).

criticando o Prefeito dizendo que não construiu nada. Que é uma vergonha no Luizote de Freitas haver aula em barracões com alunos assentados no chão ou dois numa só carteira [...]]<sup>127</sup>

Independentemente da luta política interna da Câmara e a proximidade das eleições municipais que ocorreram em 1982, o que é relevante ler nessa parte da ata de reunião dos vereadores era a impossibilidade de discutir política nesses lugares sem falar dos moradores dos conjuntos. Em alguns trabalhos produzidos no curso de história da Universidade Federal de Uberlândia, mesmo com temas diferentes, é possível ver essas pressões em prática:

No início dos anos 80, o poder público municipal começava a criar uma política de assistência social, quando desmembrou a Secretaria de Assistência Social da Secretaria de Saúde. [...]

As primeiras ações da Secretaria de Trabalho e Ação Social resultaram das reivindicações do movimento social na cidade. Notava-se, em Uberlândia, no início dos anos 80, a luta por creches nos bairros periféricos. A resposta da prefeitura veio com a criação do Programa de Creches Comunitárias.

A primeira creche comunitária surgiu então no bairro Luizote I, em 1982. Através do Movimento de Mães, surgiram, em 1983, creches nos bairros Jardim Brasília e Roosevelt. Em 1986, já haviam 38 creches funcionando em Uberlândia.<sup>128</sup>

Luizote, Jardim Brasília e Roosevelt são bairros constituídos de conjuntos habitacionais. Nesses lugares os trabalhadores estão criando demandas para o poder público e exigindo respostas, estão se fazendo sujeitos nesta cidade e deixando suas marcas. Os temas vão surgindo no interior dos bairros e dali para as instituições de poder. A necessidade de um lugar para que as mulheres pudessem deixar seus filhos motivou os moradores do Luizote de Freitas a criar um espaço comunitário, porém, o aprendizado político conseguido na experiência vivida levou as mulheres aos clubes de mães e deles para o poder público. É esse aprendizado que transforma demandas em reivindicações e estas em direitos. Nas páginas do jornal, essas lutas aparecem com outros sentidos:

Mais duas grandes, importantes e necessárias benfeitorias serão destinadas, para funcionarem no menor espaço de tempo, no Conjunto Habitacional Segismundo Pereira e que vai também servir aquele que tem a denominação de Santa Luzia. Trata-se da construção de uma Creche e

<sup>127</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da segunda sessão da quinta reunião ordinária de 1981, realizada em 16 de junho de 1981.

<sup>128</sup> SOUZA, Aparecida Darc de. Meninos e meninas que vivem ou trabalham nas ruas: um problema social para Uberlândia nos anos 80. **História e Perspectiva**, n. 27/28, jul./dez. 2002 - jan./jun.2003, p. 343.

de um Centro Comunitário. A responsabilidade destes dois empreendimentos será dos Cls. e Domadoras do Lions Clube Cruzeiro do Sul [...]<sup>129</sup>

A presença das senhoras do Lions Clube “ocupando seu tempo” com a luta das mulheres nos conjuntos auxiliou o jornalista a produzir o sentido de benfeitoria para algo que estava sendo discutido como direito. O mais importante desse registro é ver como a presença dos moradores desses espaços vai saindo do silêncio, dos lugares marginais para as primeiras páginas do Correio de Uberlândia. Não só o periódico foi obrigado a pautar a vida dos trabalhadores. Os debates na Câmara também se faziam a partir dos interesses desses sujeitos:

ADRIANO BAILONI JUNIOR: fez comentários a respeito do seu requerimento dirigido a COHAB de Minas Gerais, solicitando a construção de creches nos conjuntos residenciais; ser uma medida muito válida e a solução de um grande problema social, porque as mães que têm seus filhos e precisam trabalhar, tendo que deixá-los sozinhos, correndo risco de vida, acidentes graves por não ter com quem deixá-los, porque a creche viria trazer à mãe solteira, desquitada ou viúva, uma certa tranqüilidade, porque sabem que deixaram seus filhos com pessoas qualificadas [...]<sup>130</sup>

Asfalto das vias públicas, creches para que as mães deixassem seus filhos e outros equipamentos públicos saíram dos debates no interior dos bairros e ganharam visibilidade nos meios de comunicação, colocando esses sujeitos no debate público. Aos poucos, outras demandas foram surgindo:

O líder do PDS na Câmara Municipal, vereador Alceu Santos, em requerimento apresentado ao presidente Adalberto Duarte da Silva solicita envio de ofício ao dr. José Carneiro, Secretário da Ação Social, solicitando ao mesmo a possibilidade de liberar uma casa nos conjuntos: LUIZOTE DE FREITAS, SEGISMUNDO PEREIRA E SANTA LUZIA, com a finalidade de instalar nos respectivos locais postos de saúde.<sup>131</sup>

Dessa forma, a cidade foi sendo disputada e os lugares antes nomeados como periferia — uma categoria que homogeneíza — foram sendo substituídos pelos nomes dos bairros. Se os conjuntos foram construídos para o lucro de alguns grupos específicos, se

---

<sup>129</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uma Creche e um Centro Comunitário para o Segismundo Pereira. Uberlândia, 05 maio 1982, p. 1.

<sup>130</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da quarta sessão da sétima reunião ordinária de 1982, realizada em 20 de setembro de 1982.

<sup>131</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Alceu Santos: postos de saúde nos conjuntos habitacionais. Uberlândia, 19 fev. 1982, p. 3.

sua localização foi fruto de acordos entre a Prefeitura e imobiliárias criadas com o fim único de acúmulo rápido de capital, a partir das necessidades de moradia dos trabalhadores, em pouco tempo os antigos proprietários deixaram a cena para entrar os novos:

A Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Segismundo Pereira está em organização, e há certa expectativa quanto à diretoria que deverá ser constituída.

Esta associação, terá condições de manter em seu quadro dirigente, muita gente capaz de representar todos os mutuários, com cievado [sic] índice de importância, junto às autoridades locais.<sup>132</sup>

Para os moradores do Segismundo Pereira, é importante que a Associação não tenha nenhum caráter político. E muito menos, devem os que a ela se integrarem, ter qualquer pretensão a cargos eletivos. Esta semana, um grupo de jovens políticos, pertencentes a uma sigla da oposição, estiveram no Segismundo, tentando um abaixo assinado de validade discutível. E nenhum deles é morador no local, o que, antecipadamente, lhes tira qualquer legitimidade em representar os que ali vivem com suas famílias.

O Luizote de Freitas, há um ano atrás, viveu momentos de inquietação, por causa do trabalho desses grupos que, insinuantes, buscam na verdade, fazer campanha política do seu partido. Lobos em pele de cordeiro, conseguem enganar os mais incautos.<sup>133</sup>

Os antigos grupos políticos do PDS que tinham forte influência no noticiário do jornal sentiram a pressão de todos os lados. A tentativa de tirar o caráter político e reivindicativo da associação de moradores mostrava o incômodo com a presença constante dos moradores desses conjuntos no discurso político público. Tentavam desmobilizar os grupos, tratando os moradores como “incautos”, ou pessoas simples que poderiam ser enganadas pelos críticos do poder público instaurado naquele momento. Acreditavam os produtores do noticiário que a arena do poder oficial, dos “cargos eletivos” não era espaço para a discussão desses problemas, ou seja, não era lugar para trabalhadores que moravam nos conjuntos habitacionais.

Essa presença constante dos moradores, essa luta contínua pelo “direito à cidade” transformou os lugares em espaços de discussão política sobre os rumos de Uberlândia. Esse fazer-se dos moradores na cidade redefiniu sentidos e produziu memórias:

---

<sup>132</sup> QUIRINO, Luiz Fernando. Opinião. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 09 fev. 1982, p. 1.

<sup>133</sup> Idem, ibidem, p. 1.

Qualquer pessoa de inteligência média sabe, e ainda pode afirmar, que a falta da moradia é um problema eterno para as grandes cidades. [...] Uberlândia, por sua vez, não poderia ser a exceção, principalmente por sabermos ser ela uma das mais bem posicionadas do Estado, no que diz respeito ao comércio em larga escala, à indústria evoluída e promissora e ao setor educacional [...]. Há cerca de quarenta anos atrás a cidade já era carente de moradias. [...] Tanto é verdade, que o prefeito então, Tubal Vilela da Silva, sentido a realidade do fato, iniciou um trabalho de financiamento de casas e terrenos para os trabalhadores [...]. Uberlândia, Araguari, Uberaba, Ituiutaba e outras cidades de porte precisam sem dúvida de mais moradias pois que são cidades que vêm crescer suas populações quase que diariamente, com a chegada de famílias migrantes em busca de trabalho, de escolas para os filhos e até para tratamento de saúde. A partir desta exposição é que podemos dizer que há necessidade premente de que sejam construídas mais moradias para Uberlândia, e isso em regime de urgência, urgentíssima. Contudo, não estamos dizendo da necessidade de que sejam construídos os chamados ‘conjuntos habitacionais’ [...].<sup>134</sup>

Nessa construção, os conjuntos habitacionais entraram como elementos da história da cidade, mas ainda como componente menor; os protagonistas ainda eram homens como Tubal Vilela, ex-prefeito da cidade, o criador e executor de ações que produziram a cidade, porém, mais vinte anos depois, bairros como o Luizote de Freitas teve sua história recontada com outros personagens:

A carteira de identidade gasta pelo tempo é mostrada logo no início da conversa para comprovar a idade. José Mata Sobrinho, ou Zé da Mata, nasceu há 73 anos em Santa Cruz, no agreste do Estado do Rio Grande do Norte, mas mora a 32 anos em Uberlândia, 29 deles no Luizote de Freitas, Zona Oeste, onde também tem um bar.[...]

O imóvel onde mora foi comprado da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab) e as prestações foram pagas até três anos atrás. “Só não tenho a escritura, mas por aqui ninguém tem”, disse o potiguar, que construiu um quartinho separado com banheiro para sua privacidade, onde leva suas muitas namoradas [...]<sup>135</sup>

Levou muito tempo até homens como o Sr. Zé da Mata se tornarem protagonistas da história do bairro onde vivem nas páginas do Correio de Uberlândia. Nesses mais de vinte anos, uma intensa ação desse e de outros sujeitos foram provocando fissuras nas práticas políticas — ainda que os grupos que comandavam o poder executivo local não tivessem mudado — e se fazendo sujeitos. Nesse processo, muitas outras histórias

<sup>134</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Falta de moradia: problema eterno das grandes cidades. Uberlândia, 21 out. 1988, p. 1.

<sup>135</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Diversidade e comércio: moradores lembram do tempo em que chegaram no bairro e contam como viveram. Uberlândia, abr. 2009, p. B2

precisam ser contadas para entendermos essa mudança, mas estas vou contar no próximo capítulo.

## 2.1 Legislação urbana: regulamentação do uso e ocupação do solo

Ao mesmo tempo em que a Prefeitura colocava em prática suas primeiras políticas de habitação destinadas a um público seletivo entre os que não tinham casa própria, produzia a legislação para ordenar o uso e a ocupação do solo. A leitura e a interpretação das leis permitem perceber a dinâmica de produção desta cidade no espaço político oficial.

Aprendi com alguns autores que a legislação municipal, estadual ou federal não é produto apenas das discussões nos espaços oficializados de poder. Aprendi também que a análise não deve se limitar às discussões do projeto de lei, porque após sua promulgação existem ainda intensos conflitos para a aplicação e práticas vividas cotidianamente podem sempre questionar alguns artigos.<sup>136</sup>

No que tange à legislação específica sobre os usos dos lugares na cidade, Raquel Rolnik conclui que “ela determina apenas a menor parte do espaço construído, uma vez que o produto — cidade — não é fruto da aplicação inerte do próprio modelo contido na lei, mas da relação que esta estabelece com as formas concretas de produção imobiliária na cidade”, acrescentando que, contudo, “ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada”<sup>137</sup>.

Inicialmente trabalhei com as leis que ordenavam a criação de novos loteamentos e os critérios estabelecidos pelo poder público para sua produção. Este é um capítulo importante da legislação porque define onde e em que condições mínimas os diferentes segmentos sociais irão viver. Além disso, produz significados sociais na medida em que permite a prática de uma distinção de classe entre aqueles que poderiam adquirir terrenos maiores e nos lugares que tivessem interesse e os que não tinham muita margem de escolhas, comprando casas nos terrenos mais baratos. A primeira lei à qual tive acesso sobre este assunto é de 1948 e estabelece o seguinte:

---

<sup>136</sup> Edward P. Thompson mostra o quanto é complexa a produção e aplicação de uma legislação e a importância de investigarmos práticas e valores culturais para entendermos como a população reage a determinadas leis que lhes são impostas. Cf. THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

<sup>137</sup> ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1999, p. 13.

Art. 1º - Os loteamentos de imóveis quer no perímetro urbano, que [sic] no perímetro suburbano, para formação de bairros, serão autorizados pela Prefeitura [...] depois de ouvida a Câmara Municipal.

Parágrafo único – A Câmara Municipal examinará cada loteamento, impondo-lhe condições e requisitos, fixando exigências técnicas, higiênicas e estéticas, bem como medidas julgadas necessárias à autorização. [...]

Art. 4º - É proibido o desdobramento de lotes constantes das plantas já aprovadas pela Prefeitura Municipal.

Art. 5º - Nos loteamentos futuros, ainda não aprovados, cada lote deverá possuir a área mínima de trezentos (300) metros quadrados, não podendo ter menos de dez (10) metros de frente, nem mesmo de vinte (20) metros de fundo. [...]

Art. 7º - As vilas da cidade passam a denominar-se bairros; [...]<sup>138</sup>

Nesta lei sobre loteamentos, os critérios mais específicos dos lugares a serem loteados não são definidos, ficando sob responsabilidade da Câmara de Vereadores a análise de cada projeto, o que dava amplos poderes a esta instituição para aprová-los ou reprová-los e consequentemente avaliar os interesses privados dos proponentes da divisão e venda do solo urbano. Considerei o quinto artigo o mais relevante nessa lei por trazer o tamanho mínimo dos lotes. Mais do que metros quadrados, o tamanho dos lotes se tornou elemento de disputa entre a Prefeitura e os proprietários de glebas que pressionavam para a sua diminuição a fim de conseguirem maiores lucros com a partilha da propriedade. Além disso, e ainda mais significativo para pensarmos a produção do espaço urbano, passa a ser o critério de diferenciação social na cidade, pois ter uma casa em um terreno com 300 metros quadrados ou mais era privilégio de poucos, como será visto adiante.

Outro ponto relevante dessa lei é a mudança do nome dos conjuntos de habitações de vilas para bairros. Pode parecer um artigo de pouca significação, mas, em Uberlândia, a denominação “vila” se tornou uma forma de desqualificar determinados lugares de moradia, principalmente aqueles onde moravam trabalhadores pobres. Apesar de a mudança ter sido sancionada em 1948, até o final da década de 1970, bairros como o Presidente Roosevelt recebiam tal designação para qualificá-los como lugares não pertencentes à cidade:

---

<sup>138</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei nº 07 de 26 de fevereiro de 1948. Dispõe sobre loteamento de imóveis e medidas urbanísticas. Arquivo Público Municipal.

João, da Vila Roosevelt, estava gamado no rumo da mulata Conceição. Sebastião, o marido, não concordou na “tríplice aliança”. Resultado: o João apanhou mais que cachorro vadio em porta de restaurante e, ainda por cima, foi preso. Encrenca grossa lá nos cafundós.<sup>139</sup>

Tratarei desses significados no próximo capítulo. Continuemos com as leis. Em 1955 a Prefeitura sancionou nova lei sobre parcelamento e loteamento do solo, esta mais detalhada:

Art. 1º - a aprovação dos loteamentos no perímetro urbano da cidade, além dos requisitos de ordem técnica e legal que forem aplicáveis, fica sujeita às seguintes condições:

1- Apresentação da planta e do plano do loteamento, em três vias contendo:

- a) Planta geral do loteamento;
- b) Planta da situação do loteamento em relação ao centro da cidade;
- c) “Grades” das ruas e avenidas, com rampa máxima de 10% (dez por cento);
- d) Ruas com largura mínima de 14 metros, inclusive passeios e avenidas com largura mínima de 25 metros;
- e) **Lotes com área mínima de trezentos metros quadrados**, com testada mínima de 10 metros, para a via pública;
- f) Praças em proporções mínimas exigidas pela moderna técnica de urbanismo;
- g) Áreas destinadas à prefeitura, para serem por esta utilizadas com a finalidade que entender conveniente, na base, pelo menos de 2% sobre o número de lotes existentes; [...]

3- O loteador fará, sem nenhum ônus para a prefeitura, todos os serviços de:

- a- Nivelamento e movimentação da terra;
- b- Meios fios e sargentas [sic].<sup>140</sup>

A legislação, citando novamente Rolnik, “funciona como uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável”<sup>141</sup>, porém sua aplicação se dá segundo interesses e correlações de forças específicas do momento histórico. Na nova lei de parcelamento, o poder público manteve o tamanho mínimo dos lotes e fez algumas exigências aos proprietários dos novos projetos, como o nivelamento da terra e a construção dos meios fios e sarjetas. Outras novidades foram a preocupação com a construção de praças, presente no projeto de “cidade jardim” daquele tempo, e a obrigação da reserva de 2% da área para uso público, geralmente para a construção de escolas.

<sup>139</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Encrenca. Uberlândia, 05 nov. 1970, p. 3.

<sup>140</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei nº 556 de 5 de dezembro de 1955. Estabelece condições para aprovação de loteamento. Arquivo Público Municipal.

<sup>141</sup> ROLNIK, 1999, op. cit., p. 13.

Como bem mostra Rolnik, a legislação acaba por criar outros meios de exclusão na medida em que é posta em prática de acordo com os interesses e o poder dos grupos. Temos, neste sentido, dois movimentos de exclusão: um primeiro legal, já que a lei traz poucas exigências ao proprietário das terras e ao próprio poder público quanto aos aparelhos e serviços públicos; outro, ainda mais perverso, é o desrespeito à própria legislação por aqueles que estavam alinhados ao poder, portanto, não fiscalizados. No caso específico dessa lei, pode-se ver ainda hoje como ela não foi respeitada nos lugares de moradia da população mais pobre que não tinha força para cobrar sua aplicação, como revela a Foto 2.

Foto 2 – Residência no Bairro Presidente Roosevelt



Fonte: Renato Jales (fotografia produzida em 10 de novembro de 2012)

A residência mostrada na fotografia e localizada no conjunto Presidente Roosevelt foi construída por volta da década de 1950. Merece destaque o desnível do terreno em relação à rua, o que não obedece à legislação citada. O loteamento desse bairro foi feito pela família Freitas, do ex-prefeito Renato de Freitas, filho do coronel Olimpio de Freitas, proprietário da fazenda loteada e um dos fundadores do Partido Social Democrático no município, portanto, membro de um grupo dominante politicamente na cidade e para o qual a legislação não valia na prática.

O não cumprimento da lei e a falta de fiscalização autorizam que determinados grupos imponham seus desejos de lucros acima dos interesses sociais, criando para os

moradores uma série de dificuldades e limites da moradia, e, parafraseando Rolnik<sup>142</sup>, separam espaços de cidadania ou de acesso aos direitos e outros cujos direitos são desrespeitados.

Um dos entrevistados na pesquisa mencionou a dificuldade em fazer sua casa em função do desrespeito à lei que regulamentava o loteamento do espaço urbano:

Então o que eu lembro do bairro nas nossas épocas de infância era a rua totalmente sem estrutura, era pura terra... pra você dá altura que era a rua até ali na altura da minha casa, até do mais alto da escada eu tive de aterrá... eu desaterrei, então pra você vê a diferença que era aqui da rua com o nível, o tanto que era! O que nós lembramos<sup>143</sup>

É bem possível que os moradores que compraram esses terrenos não conhecessem a legislação vigente, apesar de saber quem eram os proprietários da terra. Em nenhum momento de nossa conversa o senhor Luiz se referiu ao descumprimento da lei. Sua dificuldade foi narrada como ação de um sujeito que age, que resolve seus problemas, isto é, ele não narrou esse momento sobre o ponto de vista da vitimização. O Sr. Luiz foi um dos primeiros dirigentes da associação de moradores do bairro e sua narrativa é toda organizada em torno da sua atuação militante e da sua capacidade de agir.

No final da década de 1960 a lei voltou a sofrer alterações, dessa vez para aproveitar os recursos vindos da construção dos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH e a possibilidade de ganhos maiores com as novas casas populares:

Art. 1º - Nos loteamentos destinados à construção de casas populares financiadas pelo Banco Nacional de Habitação, é permitida a aprovação de lotes de área mínima de 200,00 m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados)

§ único – Não será permitida, em qualquer hipótese, a utilização de mais de 60% (sessenta por cento) do lote em área construída, excetuando-se os prédios de apartamentos que obedecerão as normas do código de obras em vigor.

Art. 2º - Somente serão beneficiadas pelo artigo anterior as entidades do Sistema Financeiro de Habitação ou Organizações devidamente credenciadas pelo Banco Nacional de Habitação.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> ROLNIK, 1999, op. cit., p. 13.

<sup>143</sup> Luiz Pereira. Entrevista realizada em 09 de fevereiro de 2012.

<sup>144</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei nº 19 de 2 de julho de 1968. Dispõe sobre loteamento de terrenos. Arquivo Público Municipal.

A lei de uso e ocupação do solo de 1968 autoriza a diminuição do lote para a construção de casas populares. Este ato, mais que normativo, produz valores e cria uma diferenciação social sobre o que é morar em casas populares. Com tamanhos cada vez mais reduzidos, a moradia popular vai transformando direito em estratégia lucrativa para determinados segmentos. A luta por construir conjuntos habitacionais na cidade, longe de ser pensada como forma de solucionar o déficit habitacional, torna-se um dos meios mais rentáveis de acumulação de capital pelo baixo investimento e pelo retorno garantido.

A busca pelos ganhos é tamanha que, mesmo a legislação regulamentando um tamanho diminuto para a moradia dos trabalhadores, há projetos (como o mostrado na Figura 3) cujos tamanhos nem sequer foram obedecidos pelas empresas que destinaram parte de suas propriedades para construção de residências para uso e ocupação de trabalhadores.

Figura 3 – Projeto de construção de condomínio residencial no Bairro Presidente Roosevelt

 <p>FONSECA E FREITAS COMERCIAL CONSTRUTORA LTDA.          JOÃO BORGES FONSECA JÚNIOR _____ CREA 55858 / 0          RUBENS DE FREITAS FILHO _____ CREA 29943 / 0</p>	
<p>PROJETO: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL TREVISO II          LOCAL: VILA PRESIDENTE ROOSEVELT — QUADRA 96          PROPRIETÁRIO: FONSECA E FREITAS COMERCIAL CONSTRUTORA LTDA.          CIDADE: UBERLÂNDIA-MG</p>	
<b>FOLHA ÚNICA</b>	
<p>TÍTULO:          PROJETO COMPLETO - ARQUITETÔNICO</p>	
ESC. INDICADAS	
<p><b>ÁREAS:</b></p> <p>ÁREA DO TERRENO _____          170,00m<sup>2</sup></p> <p>ÁREA TOTAL DA QUADRA _____          11.200,00m<sup>2</sup></p> <p><b>ÁREAS DE CONSTRUÇÃO:</b>          DA UNIDADE _____ 66,33 m<sup>2</sup></p> <p>TOTAL DAS UNIDADES _____ 3.174,48 m<sup>2</sup></p>	<p><b>ASSINATURAS:</b></p> <p>PROP. — FONSECA E FREITAS COMERC. CONSTRUTORA LTDA.</p> <p>RT. JOÃO BORGES FONSECA JÚNIOR - CREA - 55858/D</p> <p>RT. - RUBENS DE FREITAS FILHO - CREA - 29943/D</p>

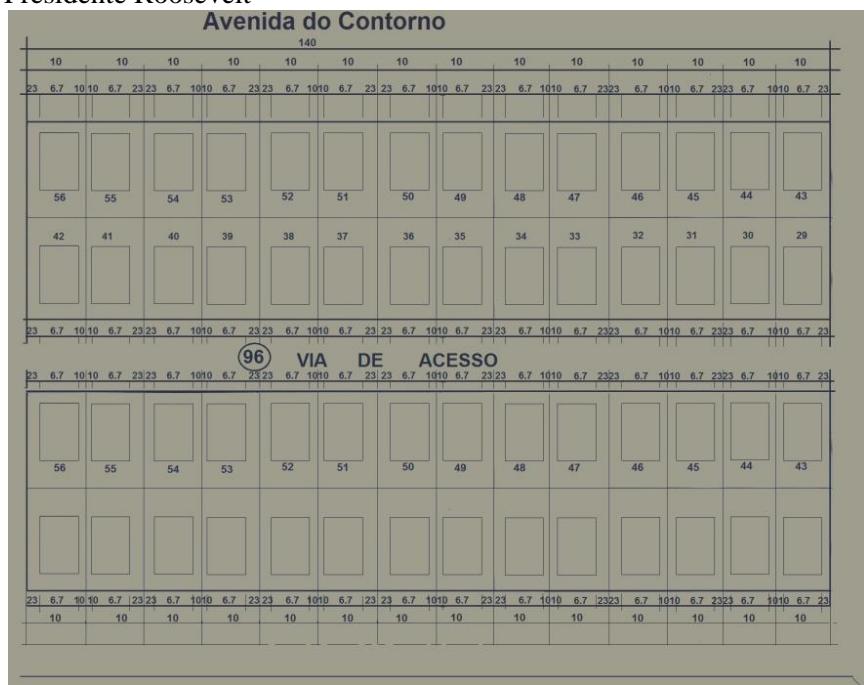
Fonte: Arquivo Público Municipal

Este projeto foi anexado à lei que alterava o nome da rua que divide o conjunto habitacional Treviso II, localizado no bairro Presidente Roosevelt, em dois grupos de casas.

Vale destacar no projeto a empresa proponente, Fonseca e Freitas Comercial Construtora, pertencente à família do ex-prefeito Renato de Freitas. A diminuição da metragem dos terrenos demonstra o que afirmei antes, isto é, longe de ser um projeto político de moradia para os trabalhadores, a construção de casas populares era um mercado extremamente rentável para os proprietários de grandes extensões de terras no perímetro urbano de Uberlândia, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, quando esses sujeitos chegaram em maior quantidade na cidade com poucas possibilidades de escolha.

Ao se analisar outra imagem do mesmo projeto (Figura 4), tem-se uma dimensão melhor dos usos que foram feitos da terra urbana para a exploração das expectativas de moradia por parte dos trabalhadores.

Figura 4 – Projeto do condomínio residencial Treviso II no Bairro Presidente Roosevelt



Fonte: Arquivo Público Municipal

Uma breve análise da planta mostra as concepções dos proprietários. Se os terrenos medem no total 170 metros quadrados e possuem de frente dez metros, temos então dezessete metros quadrados de fundo. O proprietário tinha então a possibilidade de

construir residências em um lote de mais ou menos trinta e quadro metros de fundo, o que daria um total de 340 metros quadrados por lote, dentro da legislação que estava em vigor. A possibilidade de maiores ganhos — com o tamanho proposto se conseguia duplicar o número de lotes — e a força política dos proprietários junto ao poder público impuseram aos trabalhadores que adquiriam as casas “populares” uma moradia de tamanho bem reduzido.

O tamanho diminuto do terreno incentivava os proprietários de grandes extensões de terra urbana a lotear suas propriedades com a finalidade de construir casa popular. Era muito mais lucrativo do que reservar para um público com poder aquisitivo maior, já que a venda estava praticamente garantida em curto espaço de tempo em função da demanda. Além disso, a legislação permitia que os proprietários preservassem parte dos terrenos com as mais diferentes medidas para venda futura, por preços muito maiores. A consequência dessa prática foi a produção de modos de morar diferentes e desiguais dentro do mesmo espaço urbano.

Um pequeno passeio pelo bairro Presidente Roosevelt nos dá a dimensão dessas desigualdades na forma de morar. Os registros imagéticos (fotos 3 e figura 4) apresentados a seguir revelam como a legislação e as ações da família Freitas para obter maiores ganhos da sua propriedade fundiram um espaço desigual.

Foto 3 – Residências no bairro Roosevelt



Fonte: Renato Jales (fotografia produzida em novembro de 2012)

Figura 5 – Anúncio de venda de sobrado

SOBRADO, PRESIDENTE ROOSEVELT - R\$460.000,00

**Informações do Imóvel**

Código:	317		
Finalidade:	V		
Tipo:	SOBRADO		
Bairro:	PRESIDENTE ROOSEVELT		
Cidade:	UBERLÂNDIA		
Quartos:	3	Garagem:	3
Suites:	2	Condomínio:	R\$0,00
Área Útil:	0.00m <sup>2</sup>	Área Total:	400.00m <sup>2</sup>

Fonte: Paulo Camppos Seguros (2012)<sup>145</sup>

A Figura 6 mostra uma típica casa de conjunto construída no início da década de 1980, com boa parte de suas características ainda preservadas pela dificuldade de seu morador em fazer a manutenção da pintura e algumas reformas. Pela foto é possível ver o tamanho reduzido não só do imóvel, mas do terreno onde foi construído, menor que os 200 metros quadrados da legislação que estava em vigor.

Na Figura 7, uma residência construída anos após os loteamentos dos conjuntos habitacionais. É interessante notar o tamanho do terreno, 400 metros quadrados, a arquitetura da residência e o seu valor de venda. A legislação é uma evidência interessante para interpretarmos a constituição dessas habitações bastante diferentes, o que cria espaços desiguais em um mesmo bairro.

Em 1977 o então prefeito Virgílio Galassi formalizou e legalizou a desigualdade no lugar de moradia ao propor nova legislação sobre o tema:

Já está na Câmara Municipal, para ser apreciado e votado pelos pares um novo projeto de lei do poder executivo. Trata-se da matéria que pretende modificar a Lei deixada pela última administração municipal ligada as imobiliárias existentes na cidade ou para aquelas que passarão a pertencer ao setor no futuro.

As modificações

Na administração passada, a Câmara Municipal aprovou um projeto de lei determinando que nenhuma imobiliária da cidade, ou outra que aqui viesse a se implantar, poderia lançar qualquer loteamento sem estas melhorias: água, esgoto, luz, meio fio, sargeta [sic], asfalto e águas

<sup>145</sup> PAULO CAMMPOS SEGUROS. Disponível em: <[www.paulocampos.com.br](http://www.paulocampos.com.br)>. Acesso em: 18 maio 2012.

pluviais. O atual Prefeito Municipal acha a medida inviável e nociva ao crescimento de Uberlândia, sendo que a classe pobre, se perdurar essa lei, jamais poderá comprar um palmo de terra em nossa comunidade, pois um lote com essas benfeitorias só pode ser adquirido por gente abastada. O Prefeito Virgílio Galassi no projeto de lei que já enviou à edilidade, pretende conseguir aprovação dos senhores vereadores, para tais modificações: 1<sup>a</sup>) Criação de três categorias de terrenos; 2<sup>a</sup>) A- os lotes receberiam todas as benfeitorias da atual lei; 3<sup>a</sup>) B- os lotes poderão ser negociados e implantados sem asfalto e águas pluviais e 4<sup>a</sup>) C- os lotes seriam vendidos até sem meio fio e sargento [sic].<sup>146</sup>

A administração a que se refere a notícia foi do prefeito Renato de Freitas, já beneficiário do loteamento do bairro Presidente Roosevelt, portanto, sem grandes preocupações com projetos futuros. A divisão das características dos lotes em A, B e C legalizou a máxima capitalização do solo, pois autorizou os futuros loteadores a vender terrenos sob qualquer condição. Mais que isso, essa legislação criou uma divisão de classes bem definida no próprio acesso ao solo, deixando subentender que a “classe pobre”, por sua condição econômica, estaria excluída das condições mínimas de moradia, habitação e, portanto, de cidadania. A consequência da aprovação de leis como essa foi, sem dúvida, uma possibilidade muito maior para o ganho daqueles que loteariam seus terrenos para construção de moradias populares e, por outro lado, a exclusão do sentido de pertença dos que não tinham os serviços públicos adequados.

Ao trabalhar com a noção de benfeitoria e crescimento de Uberlândia, o prefeito deslocou a discussão da noção de direito e condições de vida para a ideia mais liberal de acesso à propriedade privada. Nessa lógica, gente abastada “compra” a infraestrutura e assim a usa como marca. A legislação é pensada nesses marcos e nesse sentido não produz nenhuma estranheza dizer que as pessoas podem morar em lugares como o registrado na Figura 8.

---

<sup>146</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Executivo envia projeto à Câmara. Uberlândia, 30 jun. 1977, p. 4.

Foto 4 – Residências do conjunto Treviso II – Bairro Presidente Roosevelt



Fonte: Arquivo pessoal da morada Aparecida

Ora, a lei é de 1977 e os maiores conjuntos habitacionais da cidade começaram a ser inaugurados em 1979; portanto, é um projeto para os grupos que tinham terras a vender para a Cohab de Minas Gerais, como o próprio prefeito, segundo a historiadora Máucia Vieira dos Reis:

Além da intenção do poder público em tornar aquele local [conjunto Luizote de Freitas] um modelo, projetando a cidade de Uberlândia, havia, por detrás de tudo isto, um interesse maior: a família do então prefeito Virgílio Galassi (1977-1982) era dona da VIGA — imobiliária —, que, sabendo do interesse do governo em construir conjuntos habitacionais, comprou a fazenda Luizote de Freitas e vendeu parte das terras para a COHAB realizar o que pretendia [...]<sup>147</sup>

Passada uma década dessa legislação, em 1988 o uso e o parcelamento do solo überlandense voltou a ser tema de discussão e modificações legais na Câmara de Vereadores. O projeto de lei já tinha as marcas das pressões das diferentes associações de bairro, dos inúmeros abaixo-assinados recebidos pela Prefeitura, enfim, de uma década de presença maior de trabalhadores morando em diferentes regiões da cidade que não aceitavam viver sem os serviços e a infra-estrutura urbana pública:

Art. 3º - Não é permitido parcelamento do solo:  
I- Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações;

---

<sup>147</sup> REIS, 2003, op. cit., p. 40-41.

II- Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III- Em terrenos com declividade igual ou superior a 30% salvo se atendidas as condições do § 1º deste artigo;

IV- Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V- Em área de preservação ecológica;

VI- Em área onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção. [...]

Art. 5º - Nos parcelamentos os lotes deverão obedecer as dimensões mínimas estabelecidas para cada zona de uso conforme legislação municipal, respeitadas a área de 250 m<sup>2</sup> e frente mínima de 10m, ressalvando o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo. [...]

§ 2º - Quando se tratar de urbanização de interesse social, as dimensões mínimas poderão ser estabelecidas pela Comissão de Acompanhamento da Lei de Uso e Ocupação do solo, conforme parágrafo anterior. [...]

Art. 7º - Nos loteamentos e desmembramentos as áreas destinadas a uso público serão assim distribuídas: [...]

III – 5% destinados a habitação popular.

Art. 15 – Os loteamentos deverão dispor, no mínimo, da implantação das vias de circulação, da demarcação de lotes, quadras e logradouros e das obras de escoamento de águas pluviais superficial (guias, sargetas [sic], sarjetões) ou subterrâneo (galerias, captações), bem como dos equipamentos de infra-estrutura urbana existente nos loteamentos limítrofes.

Parágrafo único — consideram-se equipamentos de infra-estrutura urbana os equipamentos públicos de abastecimento de água, coleta de esgotos, de distribuição de energia elétrica, de iluminação pública, de pavimentação de vias públicas, de coleta de água pluvial, de arborização e ajardinamento de áreas livres de uso público.<sup>148</sup>

No texto transscrito do projeto podem-se destacar algumas novidades. Primeiro uma melhor clareza das áreas que poderiam ser ou não loteadas, estabelecendo critérios de exclusão de áreas que dificultariam ou mesmo impediriam a moradia em condições razoáveis. No artigo de número cinco, a fixação do tamanho mínimo dos lotes em 250 metros quadrados que seria menor que os 300 das primeiras leis, mas pouco maiores que os 200 da lei anterior que criava condições mínimas de habitação. Porém, o parágrafo segundo da lei abre brechas para a diminuição dos lotes ao criar uma nova categoria: a “urbanização de interesse social”. O interesse social, na verdade, mantinha a prática de excluir a população mais pobre dos direitos mínimos e das condições desejáveis para morar na cidade e também a prática de maximizar os lucros na produção de casas para os trabalhadores.

---

<sup>148</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei nº 069 de 26 de agosto de 1988. Dispõe sobre parcelamento do solo municipal de Uberlândia. Arquivo Público Municipal.

Essa concepção de morar calcada nos princípios do mercado pode ser claramente vista na lei que criou o Fundo Municipal de Habitação Popular (Fumhap) em 1991, no terceiro mandato do prefeito Virgílio Galassi, que estabelecia o seguinte:

Art. 1º O Fundo Municipal de Habitação Popular – FUMHAP é destinado a financiar e implementar programas habitacionais à população carente, com renda familiar de até dois salários mínimos.

Art. 2º Entendem-se como programas habitacionais, para efeito desta lei:

- I- Construção de moradias;
- II- Aquisição de material de construção;
- III- Aquisição de terrenos.

§ 1º - As moradias construídas através do programa habitacional deverão conter, no mínimo, um banheiro, um dormitório e uma cozinha e serem ligadas ao sistema de energia elétrica e à rede de água e esgoto;

§ 2º - Os terrenos deverão ser urbanizados, integrados à malha urbana existente e terão área mínima de cento e cinqüenta metros quadrados. [...]

§ 3º - [...]

IV – O tamanho padrão de construção não poderá ultrapassar 27 m<sup>2</sup> para cada unidade habitacional do programa;

V – Pesquisar as diversas opções de material de construção de forma a obter uma edificação segura e de baixo custo;

VI – Incentivar a construção por mutirões, prestando a devida orientação técnica, gratuitamente [...]<sup>149</sup>

O Fundo reafirma uma concepção do que seria moradia para trabalhadores, moradia popular ou moradia para população carente como define a lei. O tamanho mínimo das residências surpreende pela redução drástica: três cômodos em uma casa de vinte e sete metros quadrados. Uma residência com apenas um dormitório não pode ser uma casa para uma família de trabalhadores morar. O leitor acostumado aos arranjos da moradia ao longo de uma vida poderia pensar: tudo bem, o proprietário amplia esta casa depois! Mas o tamanho dos terrenos foi reduzido para 150 metros quadrados, quase a metade do tamanho mínimo estabelecido pela lei de uso e ocupação do solo de 1988. Isso significava que construir para a “população carente” ou fazer “moradias populares” era altamente lucrativo na medida em que o proprietário vendia casas de baixíssimo custo de construção em terrenos bem reduzidos.

Voltando à lei de uso e ocupação de 1988, temos o que seria a maior novidade no seu décimo quinto artigo: a obrigatoriedade de entregar os loteamentos para venda com toda a infraestrutura necessária, sem a distinção dos níveis aprovados no final da década de

<sup>149</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Projeto de lei nº 5413 de 29 de novembro de 1991, dispõe sobre o fundo municipal de habitação popular e dá outras providências. Arquivo Público Municipal.

1970. É óbvio que não estou falando apenas de uma mudança de concepção dos vereadores que finalmente entenderiam que existia a necessidade de uma maior democratização do uso do espaço urbano.

A existência desse artigo demonstra que os poderes públicos e as empresas imobiliárias não foram os únicos sujeitos a pensarem e agirem para produção da dinâmica urbana e que, ao longo do processo de produção dos lugares de moradia, a população foi construindo a noção de que a infraestrutura, longe de ser peça publicitária, equipamentos vendidos, era direito que poderia ser reivindicado. No início da década de 1970 a maioria dos moradores desses conjuntos estava chegando à cidade e durante a década de 1980 já estava ambientada e dialogava cotidianamente sobre seus problemas, o que possibilitou devolver, sob forma de pressão junto à Prefeitura e à Câmara, o resultado de suas experiências.<sup>150</sup>

Como foi visto anteriormente, em 1981 o prefeito e os produtores do noticiário impresso no jornal Correio de Uberlândia se surpreenderam ao ver grupos de moradores reivindicarem asfalto nas ruas onde iriam morar. Chamaram a reivindicação de celeuma, uma espécie de birrinha de alguns “agitadores” que não se satisfaziam com a casa que conseguiram para morar. As velhas práticas de transformar solo urbano em acúmulo de capital, de transformar moradia popular em habitação de segunda categoria, começaram a ser questionadas a partir da ausência de determinados equipamentos públicos.

Um ano depois, em outro conjunto, o mesmo prefeito se deparou com moradores que se recusaram a assinar o compromisso de pagar pelo asfalto da sua casa.

Desde que as chaves foram entregues pelo governador Francelino, aos mutuários dos conjuntos Segismundo Pereira e Santa Luzia, a Prefeitura Municipal vem realizando gestões com os moradores no sentido de achar

---

<sup>150</sup> Durante parte da década de 1980, a atuação desses moradores ganhou as páginas do Jornal Correio de Uberlândia, transformada em notícias como estas: A respeito da taxa de asfalto cobrado em Uberlândia (16 jan. 1982, p. 7); Virgílio confirma o asfaltamento dos novos conjuntos (04 fev. 1982, p. 1); Alceu Santos: postos de saúde nos conjuntos habitacionais (17 fev. 1982, p. 7); Melhorias para o Segismundo Pereira (10 abr. 1982, p. 2); Uma creche e um centro comunitário para o Segismundo Pereira (05 maio 1982, p. 2) — foi promessa de campanha para prefeito do candidato pelo PDS, José Pereira Espíndola, conforme noticiou o Correio de Uberlândia em 15 de setembro de 1982; Prefeito recebeu reivindicações de moradores de conjunto habitacional (14 maio 1983, p. 5); Área de lazer para o conjunto Luizote de Freitas (07 mar. 1984, p. 9); Vereador quer supletivo no conjunto habitacional (13 nov. 1984, p. 5); Bairro Tancredo Neves faz reivindicações ao prefeito (29 dez. 1987, p. 1).

um denominador comum para asfaltar todas as ruas. Mesmo pagando o BNH 75% e a própria Prefeitura respondendo pelo asfaltamento de praças e locais públicos, entre os moradores existem trinta deles que se negam a pagar, em prestações, 27 mil cruzeiros para ter asfalto nos conjuntos [...]<sup>151</sup>

E alguns anos mais tarde, em 1988, redes de água e esgoto e equipamentos públicos se tornaram objetos de propaganda e divulgação de realizações do prefeito:

Foi no governo Zaire Rezende que a questão da habitação foi transformada num dos setores da Prefeitura e, portanto, passando a receber dotação do orçamento municipal. [...]

Destas 2.500 famílias atendidas, 870 são ex-moradores das extintas favelas de Uberlândia e cerca de 80 por cento têm rendimento econômico inferior a dois salários mínimos. Já as restantes têm um ganho compreendido entre dois e quatro salários mínimos.

Todas as unidades habitacionais dos loteamentos são beneficiadas de redes de água, esgoto e energia elétrica. Vários loteamentos atualmente estão dotados de equipamentos urbanos e social como posto policial, escola e creche.<sup>152</sup>

O que foi publicizado como propaganda partidária, o que foi destacado como realização — ainda que não tenha ocorrido da forma como aparece na divulgação — foi produzido a partir das expectativas do público eleitor. O fato de a administração do ex-prefeito Zaire Rezende assumir como obras da Prefeitura os serviços e equipamentos públicos demonstra que os moradores desses conjuntos já não aceitavam a antiga distinção entre o que podiam pagar, ou seja, infraestrutura já não era privilégio. A incorporação desta como pré-requisito para aprovação de loteamentos na legislação é consequência da mudança de concepção de habitação por parte dos próprios moradores e da pressão que eles exerciam sobre o poder público para que moradia e infraestrutura se transformassem em direitos.

Os lugares e as condições de moradia para os trabalhadores da cidade sofreram grandes transformações ao longo desse processo. Os programas, como enfatizei anteriormente, não só definiam taxas de juros, empréstimos, formas de financiamento da habitação; definiam também como e em que condições os trabalhadores morariam. As políticas públicas de moradia e a própria legislação produziam sentidos, pois permitiam

---

<sup>151</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Virgílio faz apelo aos moradores do Segismundo e Santa Luzia. Uberlândia, 22 jul. 1982, p. 9.

<sup>152</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Casa própria um sonho cada dia mais próximo. Uberlândia, abr. 1988, p. 5.

que proprietários de terras urbanas pudessem aumentar consideravelmente seus ganhos, diminuindo o tamanho dos terrenos, das casas, economizando com o material.

Quando saímos do plano nacional e político institucional para a leitura das práticas vividas no interior dos bairros, podemos ver as ações dos trabalhadores não como meros receptáculos de políticas habitacionais, mas como sujeitos que estão deixando marcas na cidade e tensionando projetos dominantes. O fato de morarem nos conjuntos construídos para eles não significa que os aceitaram da forma como proposto nos projetos. Suas práticas incomodam porque fazem os usos que não eram esperados ou ordenados para o lugar. Isso será visto com mais detalhes quando forem analisados os conjuntos do bairro Presidente Roosevelt no próximo capítulo.

*Capítulo II:*

*Construindo um lugar, exercendo pressões.*

Depois de falarmos por longas páginas de políticas públicas e legislação vamos mudar o foco de nosso olhar, sem mudar a questão, ou seja, a produção desta cidade. Para entender melhor esta dinâmica passo a olhá-la mais “de perto e de dentro”<sup>153</sup> como tem feito alguns trabalhos da antropologia urbana. Esta perspectiva metodológica segundo Magnani é construída em contraposição a outras da própria antropologia e de áreas como a história que analisam as cidades como “entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de lobbies políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade”<sup>154</sup>.

A antropologia tem ajudado os historiadores a entender melhor os processos históricos estudados. Natalie Zamon Davis aproxima história e antropologia e mostra que esta última pode ser importante por estimular os historiadores “a fazer perguntas sobre acontecimentos familiares que foram menosprezados, não tanto por causarem confusão, mas porque considerados desimportantes e relegados a outras áreas do conhecimento”<sup>155</sup>. No que tange aos estudos sobre a cidade de Uberlândia e seus diferentes lugares inúmeras perguntas já foram feitas na historiografia local de acordo com o momento e os supostos que as orientavam.

Minha questão central neste capítulo é como os lugares sociais da cidade são produzidos física e simbolicamente. Isto é, como as ações cotidianas de seus moradores, a luta por equipamentos e serviços públicos, por ver seus imóveis reformados, as práticas religiosas e de lazer deixam marcas nos lugares e produzem significados na cidade. Para dar movimento a esta perspectiva de análise escolhi trabalhar com o bairro Presidente Roosevelt, localizado no setor norte conforme mapa abaixo:

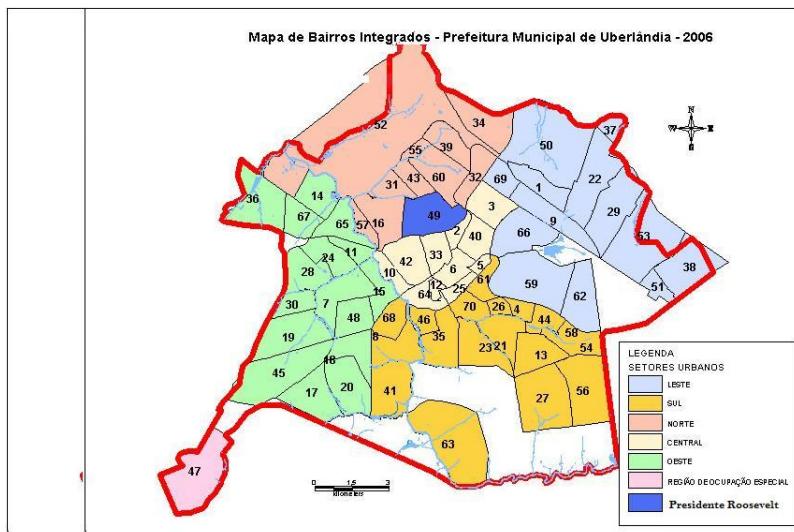
---

<sup>153</sup> MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, nº 49, p. 12-29, junho/2002.

<sup>154</sup> Ibidem p. 14

<sup>155</sup> DAVIS, Natalie Zamon. Antropologia e história nos anos 80. In.: NOVAIS, Fernando e DA SILVA, Rogerio Forastieri [ors]. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naiy, 2011, p. 332.

Figura 6: Mapa de bairros integrados. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2006.



Destacado pelo autor o bairro Presidente Roosevelt. Retirado de [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br), acessado em 02 de outubro de 2012.

O lugar foi escolhido por diferentes motivos. Primeiro pela minha própria experiência de ter ali vivido 1982 à 2002 como relatei na apresentação do trabalho. Além das minhas vivências e memórias o Presidente Roosevelt é significativo por ter o seu espaço produzido e modificado em diferentes processos históricos vividos na cidade. No início da década de 1950 quando sua ocupação deu-se com características mais próximas ao mundo rural e com seus moradores viviam isolados do restante da cidade; depois no final da década de 1970 e a de 1980 com a construção dos conjuntos habitacionais e mais recentemente com a sua verticalização financiada pelo programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal. Além destas o perfil dos moradores chama atenção, pois a grande maioria deles chegaram na segunda ocupação, vieram de outras cidades e escolheram o bairro pelas condições de classe a que estavam submetidos.

Essa interpretação será orientada por alguns supostos teórico-metodológicos e objetivos políticos. O mais importante deles é a escolha dos sujeitos e das memórias que orientam a escrita sobre a cidade e seus agentes. Entre algumas possibilidades trabalhei inspirado no texto de Christopher Hill que inverte o ponto de vista tradicional sobre a Revolução Inglesa,

Este livro estuda o que, de um ponto de vista, não passa de idéias e episódios secundários na Revolução Inglesa: as tentativas de vários

grupos, formados em meio à gente simples do povo, para imporem as suas próprias soluções aos problemas de seu tempo, em oposição aos propósitos dos seus melhores, que os haviam chamado a ingressar na ação política. [...] Underdown aborda um período quase exatamente igual ao meu, porém de um ângulo inteiramente distinto. O seu ponto de vista é o do alto, do paço de Whitehall, enquanto o meu é o ponto de vista da minhoca<sup>156</sup>.

Este ponto de vista é também uma escolha narrativa para expor uma opção política sobre os sujeitos que protagonizaram mudanças sensíveis nos modos de viver nesta cidade. Já vimos no primeiro capítulo como a presença, o questionamento e a pressão constante dos moradores em seus bairros provocaram fissuras e reordenaram a forma de relacionar entre estes e os membros do poder oficial, veremos agora esta atuação mais próxima ao chão social, mais “de perto” das relações vividas. Escolher o ponto de vista dos sujeitos, “da gente simples”, significa como nos orienta Yara Aun Khoury “construir um conhecimento histórico que incorpore toda a experiência humana e no qual todos possam se reconhecer como sujeitos sociais”<sup>157</sup>.

Concentrarei minha análise sobre o bairro nas décadas de 1970 até o tempo presente, deixando claro que o bairro existe oficialmente desde 1945, data da aprovação do seu loteamento<sup>158</sup>. Esta escolha foi feita por ser este período o de maior ocupação do bairro e um tempo que nos possibilita interpretar melhor como esta cidade é disputada.

No final da década de 1970 a ocupação do bairro Presidente Roosevelt intensifica em função da construção de vários conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional da Habitação. Como já tratei no primeiro capítulo, a construção destes residenciais foi usada para o acúmulo de capital de algumas famílias proprietárias das terras desta cidade, porém a partir daqui não mais deterei minha análise neste aspecto para não limitar meu olhar a aspectos estruturais retirando as relações vividas nos seus mais diferentes espaços, como alerta Magnani:

---

<sup>156</sup> HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça:** ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 35. Grifos meus.

<sup>157</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras história: cultura e o sujeito na história. In.: **Muitas memórias, outras histórias.** FENELON, Décia Ribeiro et. al. [orgs]. São Paulo: Olhos d’Água, 2004, p. 118.

<sup>158</sup> RESENDE, Luciana Araújo V. de. **Ensino profissionalizante e estado militar:** [re]articulação por meio dos Polivalentes [Uberlândia-MG 1971-1980]. Dissertação [Mestrado em Educação], Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

Tem-se a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de *lobbies* políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovisto de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade. Quando muito, faz-se referência a alguma *performance* – arte pública – que parecia ser a única forma de intervenção capaz de alterar ou, ao menos, produzir algum momentâneo estremecimento, para deleite de uns poucos e indiferença da maioria que passa ao largo de tais experimentos, a julgar pela repercussão de alguns deles na cidade de São Paulo<sup>159</sup>.

Portanto fiz aqui outro caminho, não eliminei do processo histórico os grupos que detinham (e detêm) o poder econômico e político, mas coloquei no centro a presença dos moradores. Para refletir sobre suas ações no bairro e as mudanças vivenciadas busquei inspiração metodológica na noção de “pedaço” construída nos trabalhados de antropólogo acima citado<sup>160</sup> e elaborada no trecho abaixo:

A noção de “pedaço”, elaborada a partir de pesquisas em bairros de periferia, aponta para a existência de um espaço social que se situa entre a esfera da casa e da rua. Com base em vínculos de vizinhança, colegismo, procedência, de trabalho, estabelece uma forma de sociabilidade mais aberta que a fundada em laços de família, porém menos formal e mais próxima do cotidiano que a ditada pelas normas abstratas e impessoais da sociedade mais ampla. É no âmbito do pedaço que se vive e compartilha toda sorte de vicissitudes que constituem o dia-a-dia, nos momentos de lazer, devoção, participação em atividades comunitárias e associativas, trocas de favores e pequenos serviços; e também dos inevitáveis conflitos, disputas<sup>161</sup>.

Como veremos no desenrolar deste capítulo, os moradores do bairro Presidente Roosevelt que chegaram nas décadas de 1970 e 1980 para morar nas casas construídas e financiadas pelo BNH tem diversas características e modos de viver que os aproximam e que transformaram o lugar em um “pedaço”.

---

<sup>159</sup> MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, nº 49, p. 14

<sup>160</sup> \_\_\_\_\_. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade de São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>161</sup> \_\_\_\_\_. Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles. In.: MOREIRA, Alberto da Silva (org.). **Sociedade global**: cultura e religião. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. P. 58

## 1. A vila

Durante toda a década de 1970 existem poucas referências sobre o bairro Presidente Roosevelt no jornal Correio de Uberlândia, o que não significa que seus moradores não existissem, mas naquele momento não eram vistos como pertencentes à cidade pelo elite letrada que escrevia sobre Uberlândia nas páginas da imprensa, fato que vai modificando a partir da ação constante e cotidiana destes sujeitos.

Esta década marca profundamente a cidade pela ação do poder público e algumas empresas para colocar em prática o que o historiador Sérgio Paulo Moraes chama de “projetos desenvolvimentistas”<sup>162</sup>, ainda de acordo com o pesquisador esta década,

[...] inaugurou, por razão de financiamentos públicos, um conjunto de reestruturações físicas na cidade. Estas remodelações, equacionadas por discursos e mudanças nas concepções culturais/econômicas de uso e direito sobre o espaço, fizeram mudar e expandir vários locais da cidade<sup>163</sup>.

Neste processo de transformações físicas e simbólicas alguns espaços da cidade não foram incluídos pelas características destoantes do projeto que se queria ver implementado. O bairro Roosevelt, por exemplo, quase não aparece no noticiário e quando isso aconteceu é qualificado como um lugar exógeno. Dessa forma, a vida dos moradores era noticiada em páginas policiais e narrada quase como anedotas:

João, da Vila Roosevelt, estava gamado no rumo da mulata Conceição. Sebastião, o marido, não concordou na ‘tríplice aliança’. Resultado: o João apanhou mais que cachorro vadio em porta de restaurante e, ainda por cima, foi prêso [sic]. Encranca grossa lá nos cafundós.<sup>164</sup>

As pessoas que moravam no bairro nesta época possuem apenas o primeiro nome, figuram como personagens, não são moradores da cidade de Uberlândia e aparecem nas colunas policiais com práticas bárbaras ou não aceitas para os que buscavam um modelo para Uberlândia. Um leitor apressado deste jornal ficaria espantado com esta construção,

<sup>162</sup> MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade:** trajetórias de carroceiros na cidade de Uberlândia. Dissertação [Mestrado em História Social] – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011, p. 21.

<sup>163</sup> Idem, ibidem, p. 12

<sup>164</sup> **Coluna Feira-livre.** Jornal Correio de Uberlândia, 05 de novembro de 1970, p. 03

pois neste tempo o próprio Correio de Uberlândia manifestava com maior vigor uma imagem de cidade avançada, voltada para o desenvolvimento e o progresso que em tese não caberiam atitudes como a de “João” e seus vizinhos. Porém a forma cômica como é apresentada a briga reforça uma espécie de licença por serem atos de homens e mulheres que moram “lá nos cafundós”, portanto não comporiam o grupo de uberlandenses [nascidos ou não na cidade] que de fato pertencem a ela.

A própria denominação do bairro como “vila” é característico desta exclusão do lugar. Como vimos no primeiro capítulo, desde 1948 as vilas passaram a ser chamadas legal e oficialmente de bairros, mas o velho termo permanece na escrita jornalística mais de vinte anos depois com o objetivo claro de separar o lugar onde moravam trabalhadores pobres não pertencentes ao projeto e a nova cidade que estava sendo produzida com o apoio deste periódico.

Dois anos depois, em uma reportagem construída com outro sentido narrativo o bairro é novamente noticiado como Vila:

Os passageiros de ônibus que serve à Vila Roosevelt, no tempo da chuva são submetidos a verdadeiro martírio dos atoleiros. No tempo da seca, poeira infernal. As ruas daquele bairro, onde passa o coletivo, estão um verdadeiro lixo<sup>165</sup>.

O tom desta notícia é de denúncia e os moradores aparecem como vítimas do descaso da prefeitura. As denominações vila e bairro aparecem misturados no pequeno texto o que revela outro sentido para o seu aparecimento no periódico. Aqui os moradores emergem não como sujeitos porque a intenção do jornalista é criticar o mandato do prefeito Renato de Freitas [1967-1970] e, posteriormente enaltecer as ações de Virgílio Galassi à frente do executivo municipal [1970-1973]:

Os moradores do Bairro Presidente Roosevelt estão satisfeitos com o Prefeito Virgílio Galassi. Por determinação do chefe do Executivo a patrula do município acertou todas as ruas e avenidas daquela parte da cidade, que ainda não receberam calçamento. Todas as ruas do Roosevelt estão em perfeitas condições de trânsito<sup>166</sup>

---

<sup>165</sup> **Coluna Feira-livre.** Jornal Correio de Uberlândia, 25 de fevereiro de 1972, p. 03

<sup>166</sup> **Coluna Feira-Livre.** Jornal Correio de Uberlândia, 03 de setembro de 1972, p. 03

O “Cafundó” agora é noticiado como Bairro e volta a fazer parte da cidade nas linhas do jornal, não mais no espaço policial, mas tratando de ações e atritos entre prefeitos. O abandono da narrativa anedótica se faz pela escolha dos protagonistas da mesma, o ex-prefeito Virgílio Galassi, apoiado pelos editores do periódico na época. Ainda que a notícia trate dos moradores eles não estão no centro dela. No início da década de 1970 o jornal tinha como principal cotista Agenor Garcia<sup>167</sup> ligado politicamente a União Democrática Nacional, então aliada do prefeito Virgílio Galassi [neste ano prefeito pela Arena], portanto suas páginas estavam mais voltadas para as disputas entre as frações da mesma classe dirigente e distante das preocupações com as reais condições em que viviam os moradores que apareciam apenas como meio e não como detentores de alguma potencialidade.

Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto em texto produzido para refletir sobre o ofício do historiador tece considerações sobre a relação imprensa e história. Afirmam as historiadoras que “além de assimilar interesses e projetos de diferentes forças sociais”<sup>168</sup>, a imprensa:

[...] como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro<sup>169</sup>.

No diálogo com as historiadoras acima analiso a imprensa como experiência social, portanto articuladora de sentidos sociais sobre o vivido. Estas notícias transformam-se em memórias e pela força do veículo acabam por torná-las dominantes. Porém ainda que suas escolhas políticas tenham poder de circular entre os grupos sociais não têm força absoluta sobre os sujeitos. Podemos perceber discordâncias entre as visões políticas do jornal e os moradores do bairro no próprio noticiário:

---

<sup>167</sup> Retirado de: <http://www.correiouberlandia.com.br/cidade-e-regiao/correio-75-anos-historia-feita-pelo-jornal-e-vivenciada-pelos-leitores/>, Acesso em: 06 nov. 2012

<sup>168</sup> CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007, p. 259.

<sup>169</sup> Ibidem, p. 259

Marcadas exatamente para o período de chuvas, coincidentemente com o mês de novembro, as obras de infraestrutura realizadas em parte do Bairro Roosevelt, acabaram por ser interrompidas e o resultado não poderia ser outro. Os buracos não foram tapados e as ruas que já eram péssimas, ficaram piores. Veículos não podem trafegar e os pedestres são obrigados a realizar verdadeiro malabarismo para atingirem os portões de suas casas. Na parte baixa do Bairro ou mais propriamente na Av. Território do Alaska com Rua Colombia, o caos é total, a tal ponto que não há mesmo condições de circulação, sem risco de um acidente. Como estamos vendo, os fatos comprovam que esta administração municipal [Renato de Freitas], foi a única que olhou para o bairro Presidente Roosevelt, como afirmavam até há pouco tempo os cabos eleitorais e a maioria dos seus moradores.<sup>170</sup>

Ao criticarem uma administração Renato de Freitas [1973-1976] surge um tom irônico em relação à aprovação da maioria dos moradores com a administração. Esta ironia releva certa decepção com os moradores do Roosevelt, e uma reprovação de suas escolhas. Isto mostra a distância entre os projetos de cidade e seus executores eleitos pelo jornal e as escolhas de quem morava no “cafundó”.

O fato de se mostrarem surpresos e críticos em relação a uma suposta adesão dos moradores à administração Renato de Freitas já demonstravam que não era tão simples transformar opiniões jornalísticas e pactos políticos em fatos concretos e comprovados. Evidentemente que os interesses econômicos da família Freitas pesam sobre a avaliação dos moradores da administração do prefeito. Como proprietários da gleba de terras loteada para formar o bairro, investiram parte dos recursos públicos disponíveis neste lugar para obterem retorno.

A aprovação ao prefeito pode ser creditada a uma importante obra construída no bairro, a escola Estadual Polivalente, denominada Guiomar de Freitas Costa. Sua inauguração se dá em 1972, ainda no tempo do “cafundó”, e aparece com destaque no Jornal Correio de Uberlândia:

Com a presença do Governador Rondon Pacheco, haverá amanhã, às 15 horas, a cerimônia de inauguração oficial da Escola Estadual Polivalente “Guiomar de Freitas Costa”. Será uma tarde de intensa movimentação na Vila Roosevelt e entrega oficial de uma das mais perfeitas escolas de todo interior<sup>171</sup>.

---

<sup>170</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA: Na Presidente Roosevelt Ruas estão sem condições de tráfego. Uberlândia, 08 de dezembro de 1976, p. 05.

<sup>171</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA: Rondon no Polivalente. Uberlândia, 30 de maio de 1972, p.01

O lugar das práticas estranhas à cidade agora recebe um dos expoentes dos grupos dominantes da cidade, o governador Rondon Pacheco. A escola inaugurada pelo político da cidade de maior ascensão nas escalas do poder oficial tinha como premissa a formação técnica de mão-de-obra e foi construída a partir do convênio Brasil-Estados Unidos, assinado pelo Ministério da Educação e Usaid [Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional]<sup>172</sup>. Durante quase dez anos este estabelecimento tornou-se referência de educação pública de qualidade na cidade, o que deixou o bairro visível a outros moradores da cidade.

A pesquisadora Luciana Araújo V. de Resende fez um trabalho específico sobre esta escola para entender o funcionamento e a importância desta em Uberlândia. Para tanto entrevistou ex-alunos, professores e funcionários e concluiu que a escolha do lugar atendia aos interesses políticos e comerciais da família Freitas, defendidas pelo ex-prefeito Renato de Freitas [1967-1970]. As entrevistas realizadas pela pesquisadora no ano de 2010 e cedidas para este trabalho trazem referências significativas sobre o bairro no início da década de 1970 por freqüentadores da escola que possuíam um nível de consumo muito maior que os que moravam no seu entorno, como relata uma ex-aluna:

A clientela que ocupou os primeiros estratos do Polivalente era uma clientela que tinha uma condição de vida boa. Os alunos, como era uma escola nova com professores bons, todo mundo que tinha algum poder conseguiu colocar nessa escola. Não me lembro que algum desses alunos veio a não fazer faculdade. Ou não prosseguir. Digamos que foram os ‘filhos de papai’ que foram estudar no Polivalente.<sup>173</sup>

A nova escola expõe as contradições vividas na cidade e como os sujeitos pertencentes aos grupos economicamente dominantes olhavam para aqueles que moravam no bairro. Quando Resende pergunta para outra entrevistada sobre a escolha do lugar para criação do Polivalente ouve a seguinte narrativa:

---

<sup>172</sup> Para saber mais sobre a criação e funcionamento desta instituição, bem como sobre os acordos entre o MEC e Usaid: RESENDE, Luciana Araújo V. de. **Ensino profissionalizante e estado militar: [re]articulação por meio dos Polivalentes [Uberlândia-MG 1971-1980]**. Dissertação [Mestrado em Educação], Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

<sup>173</sup> H. R. H. Ex-aluna. Entrevista concedida a Luciana Araújo V. de Resende, em dezembro de 2010. Acervo da pesquisadora. Não colocamos os nomes dos entrevistados em função de acordo assinado entre a pesquisadora e os entrevistados.

Era definido pelo MEC porque era uma escola afastada e ia contemplar pobre, e realmente tinha muito pobre, tinha pobre. Mas os ricos descobriram que era lá o filé, eles iam de carro, fila atravessando aquela rodovia [...]. Então, embora com toda dificuldade, os ricos saiam todos da cidade, levavam de 4 em 4, 5 e iam pra escola e buscavam onze e meia, meio dia. Mas os pobres daquela vila estudavam lá também<sup>174</sup>.

Assim eram qualificados os moradores do bairro. Mais do que uma condição econômica e de consumo, a noção de “pobre” nomeava os que pertenciam ou não à cidade nas décadas de 1960 e 1970. Os problemas vividos em função do isolamento decorrente da falta de ligação entre o bairro e o restante da cidade tornaram-se visíveis aos “ricos” a partir da apropriação desta escola pública. Quando se torna rota dos grupos dominantes, o bairro deixa de ser o ‘cafundó’ para ser o lugar de difícil acesso da escola dos filhos.

É significativo como a entrevistada, ex-professora da escola e hoje empresária da cidade, separa o bairro do que considera cidade e este sentimento é vivido pelos moradores pelas dificuldades que enfrentavam cotidianamente. Importante também a qualificação que dá aos moradores porque a noção de pobre é naturalizada em sua fala e tem, inclusive, uma função moralizadora para os ‘ricos’ que ali estudaram:

Muito interessante e foi bom pra criação desses meninos, porque, embora ricos e que as mães e os pais queriam que eles se comportassem como ricos, eles não se comportavam. Lá no meio deles era rico e pobre, todos iguais, eles comiam... os pobres nunca tiveram rejeição de estudar no meio de rico, lá não tinha esse problema. [...] O pessoal do Comercial Silveira, dois filhos [...] Eram excelentes jogadores e misturavam com os pobres. Então esse convívio foi muito interessante. [...] Eu vim de fora, o outro veio de fora, ninguém tinha preocupação; aquele cara é o filho do fulano, o homem mais rico da cidade... pô, e daí? Tipo o ex-dono do MIG, o Luiz Dorsa, então as sobrinhas deles estudaram lá, a Ana Flávia Dorsa Mameri e a Ana Paula, tudo bem. E elas conversavam com as meninas mais pobres, jogavam bola, carimbada, então foi muito bom pros ricos terem convivido com os pobres<sup>175</sup>

Ainda que narrada em 2010, estas histórias são importantes para interpretarmos os significados construídos sobre o lugar e os sujeitos que ali moravam. Nesta narrativa continuam não pertencendo à cidade hegemônica, esta é dos ‘ricos’ com sobrenomes

---

<sup>174</sup> C.M.B. ex-professora. Entrevista concedida a Luciana Araujo V. de Resende.

<sup>175</sup> Idem

conhecidos no comércio local. Os filhos dos trabalhadores entram nesta história como os ‘educadores’ morais, aqueles que ensinariam por contraste, pela convivência, a humildade.

Os sentidos dado ao bairro nestas décadas – “era uma fazenda, não tinha nada”<sup>176</sup> – mostra a dificuldade de disputarem a cidade naquele momento. Mas os moradores do bairro contam outras histórias e disputam esta memória com outros sentidos:

A minha filha estudava no Polivalente, mas depois foi difícil e elas passaram a estudar lá na escola Professor José Inácio e tinha que levá e buscá porque os ônibus aqui pra Presidente Roosevelt era muito pouco e aqui só tinha mato de vez enquando houve até assassinatos aqui que a pessoa ficou escondida no meio do mato até que eles acharam<sup>177</sup>.

O senhor Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi mora no bairro desde 1978, não está entre os nomes citados acima, não é um dos ‘ricos’ da cidade, fala também do isolamento do bairro e da falta de infraestrutura que viveu nos primeiros anos, mas suas memórias sobre este tempo marca justamente a luta destes moradores pelo reconhecimento de serem sujeitos desta cidade. A dificuldade de manter sua filha no Polivalente estava no fato de esta escola não ter o ensino médio [naquele tempo segundo grau] o que o obrigava a buscar escolas de outros bairros.

Suas histórias têm como enredo central a busca pelo trabalho: “pra mim toda vida o melhor lugar foi onde eu ganhasse dinheiro”. Esta noção de pobre, daqueles que não tem nome, construída pela ex-professora na relação com o que chama de ricos retira dos primeiros suas possibilidades de intervenção e caracteriza a cidade como espaço dos grupos hegemônicos. Mas não são estes os sentidos e significados que os moradores dão às suas vidas porque olham as suas trajetórias, os níveis de escolha, avaliam sob o prisma de seus valores e se reconhecem como sujeitos. Quando pergunto ao Sr. Reinaldo sobre a sua vinda para a cidade e especificamente para o bairro traz a seguinte narrativa:

[...] na época que eu mudei pro Roosevelt aqui não tinha... tinha quase nada. Eu comprei um lote na rua sessenta e dois, construí uma casa e só tinha a minha casa. [...] A rua 62 era ali perto, no fundo da Igreja São Judas. Então na época ali não tinha nada, eu construí uma casa...<sup>178</sup>.

<sup>176</sup> A. V. G. F. Entrevista concedida a Luciana Araujo V. de Resende.

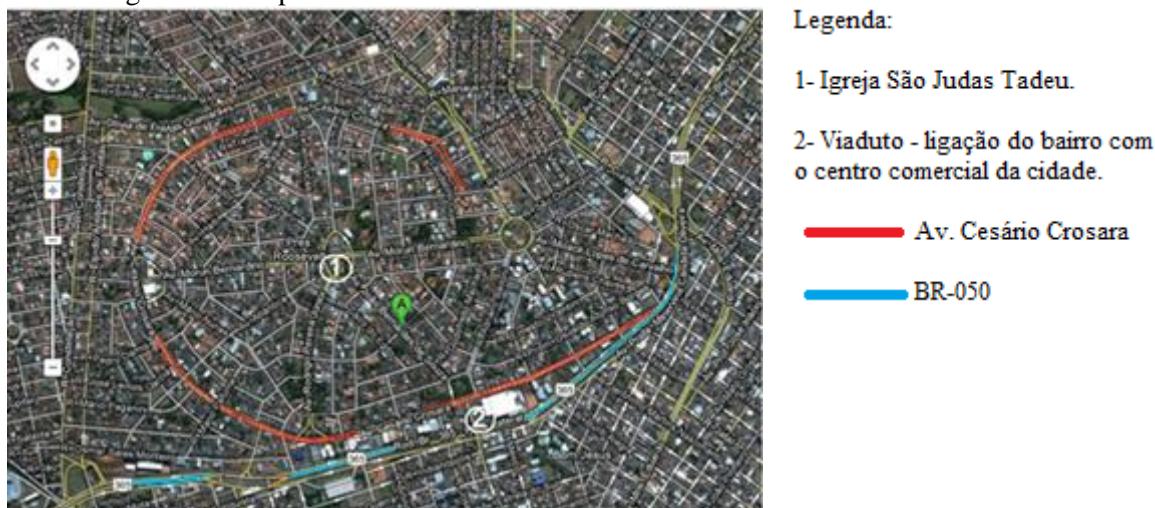
<sup>177</sup> Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi. Entrevista realizada em 10 de junho de 2009.

<sup>178</sup> Idem.

A ênfase da narrativa está na ação, no ato de construir e não apenas no fato de mudar para um bairro sem as condições estruturais necessárias. É evidente que a escolha se deu em função da sua condição de classe, mas não é como pobre e sim como sujeito e pertencente à esta cidade que narra sua vida nos primeiros anos no bairro.

O senhor Reinaldo Farnesi esteve entre os muitos trabalhadores deste período, mudou para o bairro em 1978: “ali perto, no fundo da Igreja São Judas”. A igreja tornou-se um ponto de referência pela sua localização mais centralizada no bairro hoje e pela sua importância no final dos anos setenta para estes trabalhadores que viviam em um lugar com poucas casas, muita área de cerrado e pouco contado entre os moradores:

Figura 07 - Mapa do bairro Presidente Roosevelt



Fonte: <https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-PT&tab=wl>, acessado em 12 de abril de 2011. Editado pelo autor.

Destacada em vermelho está a Avenida Cesário Crosara que praticamente limita o bairro. No centro está a Igreja São Judas Tadeu. A ocupação inicialmente se deu em torno da Igreja e ao sul até o limite com a BR-365, destacada em azul. A rodovia transformou-se em uma fronteira física e simbólica importante porque não havia, até meados da década de oitenta, viadutos que dessem acesso ao restante da cidade. A partir dos anos 80 se dá a ocupação da região norte do bairro com a construção de diversos conjuntos habitacionais [Potiguar, Treviso I, Treviso II, Satélite, Oliveira] que foram incorporados ao bairro.

Ao perguntar para o Sr. Reinaldo sobre as vantagens de morar em Uberlândia faz a seguinte interpretação:

Na época a maior vantagem foi conseguir trabalho e o estudo da minha filha porque logo depois a mais velha ela prestou vestibular na UFU, pra advocacia, direito, passou, formô, depois a outra também prestou vestibular, então com a vinda minha pra Uberlândia a vantagem foi todas duas formarem, todas duas formô em Uberlândia, pra mim na época foi a maior vantagem foi isso aí a formatura das minhas filhas porque o estudo aqui em Uberlândia era diferente<sup>179</sup>.

A referência a formatura das filhas organiza determinadas memórias da vida deste morador no bairro. Para aqueles que chegaram nesta cidade na década de 1970, manter seus filhos na escola até a chegada na Universidade Federal de Uberlândia não era uma tarefa fácil. A formatura de suas filhas mais que a possibilidade de ascensão social, significa que a escolha pela mudança valeu à pena, apesar de nunca ter saído do mesmo bairro. Apesar de falar das dificuldades de viver em lugar ilhado, o Sr. Reinaldo se coloca como protagonistas das mudanças em sua residência e, por consequência, no bairro:

Não, não tinha energia, só tinha água. Eu comprei um poste, puxei telefone pra minha casa vindo pela rua Paraguai, na época era Paraguai, então energia eu comprei um motor estacionário, puis energia na minha casa, que na época era uma casa até boa, fiquei durante um bom tempo com motor estacionário, mas devido certas coisas que acontecia porque onde eu moro hoje era tudo pasto, não tinha nada, não tinha nenhuma casa, depois é que começaram a construir. Então vivia muito sozinho, fui vítima de vários assaltos na minha casa<sup>180</sup>.

As narrativas como do Sr. Reinaldo são importantes para problematizar o significado da noção de pobre produzida pelo jornal Correio de Uberlândia e reafirmada pela empresária que trabalhou no bairro. Estas narrativas colocam em tensão diferentes memórias sobre um lugar, suas pessoas e elegem os sujeitos sociais que constroem e pertencem à cidade. Esta é uma das muitas formas em que esta cidade foi disputada, ao nomear os moradores do Presidente Roosevelt como pobres o jornal Correio de Uberlândia e a empresária os retiram de cena, relegando-os o papel de coadjuvantes. As narrativas orais produzidas nas entrevistas no bairro têm a função de construir outras memórias e outros pactos que permitem não só mudar os protagonistas, mas colocar outros valores no discurso público.

---

<sup>179</sup> Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi. Entrevista realizada em 10 de junho de 2009.

<sup>180</sup> Idem.

## 2. Os Conjuntos Habitacionais: Nova ocupação do bairro

No final da década de 1970 o bairro Presidente Roosevelt tem seu período de maior ocupação com a construção de vários pequenos conjuntos com o Potiguar, Treviso I, Treviso II, Satélite entre outros. A construção dessas casas é anunciada com grande ênfase pelo jornal Correio de Uberlândia em 1979:

Em seu gabinete, o Prefeito Virgílio Galassi, reuniu ontem, às 11 horas, a imprensa de Uberlândia, para ratificar a conquista de mais cinco mil unidades habitacionais da COHAB/MG para os nossos assalariados. Justificando o empreendimento, o Chefe do Executivo afirmou que trate-se de uma grande conquista social, que vai dar total cobertura a outra grande conquista de nossa gente, que é a industrialização. [...] Virgílio Galassi disse ainda que as áreas para a construção dessas novas unidades, já estão sendo oferecidas e elas deverão se localizar no Santa Mônica, Lagoinha, alto do Roosevelt e nas proximidades do frigorífico Caiapó [...]<sup>181</sup>

Entre estas cinco mil casas anunciadas algumas começam a ser construídas e entregues em 1980 para os primeiros moradores do Presidente Roosevelt. O anúncio feito pelo Prefeito em uma entrevista coletiva para imprensa mostra o nível das tensões entre a prefeitura e os trabalhadores e a importância da habitação para o alívio destas e a sustentação do executivo<sup>182</sup>. A construção destes conjuntos transformou-se em material de campanha para o então prefeito Virgílio Galassi e a expressão conjunto habitacional entrou definitivamente para o vocabulário político e jornalístico da cidade. O bairro Presidente Roosevelt que até então tinha uma ocupação esparsa e pequena começa a receber um grande número de moradores.

Comecemos com a apresentação de alguns moradores. Em 1976, o senhor José Horácio Sobrinho saiu de um “arraialzinho”<sup>183</sup> chamado Ouvidor, no município de

<sup>181</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA: Inscrições para mais cinco mil unidades habitacionais serão abertas dia 16. Uberlândia, 11 de abril de 1979, p. 01. Grifos meus.

<sup>182</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA: Posseiros da Rondon Pacheco terão tratamento humano. Uberlândia, 04 de novembro de 1977, p. 07; locadores precisam se conscientizar quanto aos preços do aluguel, Uberlândia 08 de março de 1977, capa; onde destaco: *qualquer residência, sem nenhum conforto, sem instalações sanitárias, verdadeiro casebre, está com aluguel abusivo e extorsivo. As de porte médio custam de 3 a 5 mil cruzeiros, e as mansões atingem a faixa de 10 a 20 mil cruzeiros. A construção de conjuntos residenciais pelo BNH é a solução que Uberlândia precisa ter, para acabar com a atual exploração dos locatários.*

<sup>183</sup> José Horácio Sobrinho. Entrevista realizada em 20 de julho de 2010. Nos próximos parágrafos vários

Catalão, no sudoeste goiano, com destino à Uberlândia. Deslocou com sua família (esposa e sete filhos) da sua terra natal em uma “Pirua”<sup>184</sup> que trocara, dois dias antes, em um armazém na cidade de destino. A Cidade de Uberlândia não era desconhecida deste senhor. Durante certo tempo de sua vida possuiu um comércio na região rural de Catalão, “pertinho da cidade”, neste estabelecimento vendia “secos e molhados” e parte dos produtos que comercializava eram adquiridos em Uberlândia; “nas Casas Tita: comprava roupa feita pra vende lá e pano mesmo pra vende o metro”.

A vivência no comércio ajudou-o a conhecer a cidade e dar segurança no momento de escolher outro lugar para morar com a família. Ao narrar suas andanças pela cidade traz algumas referências de prédios e instituições que foram marcando sua trajetória: “como a rodoviária que era pertinho da praça do INSS”<sup>185</sup>. O prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social está localizado no mesmo espaço, mas não no mesmo tempo, já que a instituição foi construída um momento posterior ao deslocamento da rodoviária para outro bairro.

As memórias do Sr. José Horácio trazem marcos que não existem no mesmo tempo, são estabelecimentos frequentados e unidos por representarem momentos de sua vida produtiva. A rodoviária onde chegava à cidade para fazer suas compras no comércio local e o INSS o prédio da instituição que representa o direito a aposentadoria que lhe garante a sobrevivência atualmente, aliás, este é um lugar muito freqüentado por trabalhadores rurais na luta por este direito. Ao mesmo tempo suas “andanças” pela cidade alimentaram a construção de algumas expectativas em torno dela.

O senhor José não só conheceu estes espaços que agora são referências em sua memória, também construiu determinadas relações com comerciantes locais, como o dono das “Casas Tita”, onde comprava tecidos para revender. Estes lembranças são elaboradas no momento em que fala das primeiras passagens por Uberlândia, neste tempo presente elas emergem com significados distantes de uma relação comercial ordenada pela busca do maior lucro possível: “o dono da loja foi e panhou amizade com a gente né e sempre

---

trechos em destaque são desta entrevista.

<sup>184</sup> Pirua é um nome popular dado ao veículo Kombi de oito lugares da Volkswagen, muito usado por feirantes na cidade de Uberlândia que retiram os assentos e usam como transporte de produtos.

<sup>185</sup> A rodoviária narrada neste momento refere-se ao prédio antigo, próximo do atual centro comercial.

chamava pra almoça, jantá em algum lugar, lá perto em algum lugar próprio e depois me levava na rodoviária com aquelas coisa tudo”<sup>186</sup>.

Este sujeito não era só comerciante e trabalhador rural, desde o “tempo da roça” ele toca viola e compõe músicas. Quando ele nos narra sobre seu relacionamento com os vizinhos, lembra a partir desta prática: “tinha festa, boa”, e nestas era chamado “pra cantá, tocá”. Estes encontros eram realizados durante o momento do trabalho, “tinha época que alguém fazia surpresa no outro e buscava a gente na hora e chegava lá aquele bailão lá ou fazia assim, cantava, cantá assim fazendo surpresa que daquela hora pra frente já ficava tudo farriando, amanhecia e ia trabalhá, batê pasto, limpa rego d’água ou limpa prantações assim”<sup>187</sup>. A música e a festa não emergem em sua memórias como práticas deslocadas, como se fossem manifestações atípicas de uma vida quase toda preenchida pelo trabalho, pelo contrário compõe um mesmo enredo e organizam as memórias de sua vida.

Com o ofício de cantador teve a oportunidade de conhecer outras cidades maiores do que Catalão e Ouvidor o arraialzinho em que viveu até se casar, “a gente gostava de cantá, tocá, saía pra fora e voltava, nós cantava na rádio Carajás de Anápolis, rádio de Catalão, certo? Era sempre assim, as veis a gente tocava, cantava e trabalhava”. Para aqueles que viviam no campo o trabalho estava relacionado à limpeza de pastos, plantações – “nós tocava aquelas roçona, tinha umas terra boa então plantava aqueles tanto, cuía lá aqueles tanto era cinqüenta, sessenta, quarenta carro de milho” – entre outras atividades braçais, quase sempre realizada em propriedades alheias, mas trabalhando, cantando e tocando o Senhor José Horácio adquiriu novas experiências e com elas outras expectativas e necessidades que Ouvidor não conseguia contemplar.

Ouvidor não possibilitava que um comerciante ganhasse dinheiro cantando ou que dessem garantias para o sustento da família. Ao perguntar sobre o que lhe motivou a mudar e porque escolheu esta cidade, sua narrativa emerge com uma situação nova, “numa época lá a gente queria mudá – , igual esse negócio de estudá os filho – prá Goiânia ou Anápolis”. A instrução formal dos filhos entremeia a narrativa sobre a luta por ver suas músicas tocadas nos centros de referência para o estilo que cantava. Na narrativa construída no tempo presente, na entrevista e no registro fotográfico tocar e cantar cedeu lugar a outras expectativas projetadas na família que foram alcançadas:

---

<sup>186</sup> José Horácio Sobrinho. Entrevista realizada em 20 de julho de 2010.

<sup>187</sup> Idem.

Era porque pra cá eu tinha vontade mais de criá os filho já assim numa cidade que ajudasse mais porque Catalão hoje tá bão, mais antes era fraco e pra morá em Ouvidor, Ouvidor era um arraialzinho, agora ta bãozinho mais é piqueno ainda e Catalão tá ficano grande, mais na época num dava pra gente ficá ali matutano ali as escola era fraca e aqui não já foi progredino mais e, portanto, aí os filho tem só dois que paro de estudá antes de forma, onde é o Elso e o Eltinho<sup>188</sup>.

Entre Goiânia e Anápolis, surge a opção por Uberlândia. A trajetória de José Horácio mostra como os sujeitos constroem sonhos e expectativas, mas ao mesmo tempo lidam com limites e pressões, elaboram suas experiências a partir deste movimento permeado por um conjunto de valores e, assim, fazem suas escolhas. Era necessário, para uma família com sete filhos, analisar possibilidades para agir. Depois de alguns anos no bairro Tibery, o Sr. José Horácio adquire sua habitação no Presidente Roosevelt: “aqui eu comprei de um cara, não fui eu que financiei, quando eu comprei aqui tinha poucas casa, aqui de frente era mato, tinha umas vaquinha...”.

As experiências narradas por este morador são representativas do conjunto que ocupam o bairro a partir do final da década de 1970 e durante a de 1980 nos chamados conjuntos habitacionais, em geral trabalhadores não nascidos na cidade e que dispunham de pouca margem de manobra para encontrar um lugar onde morar.

Para conhecer um pouco mais a dinâmica vivida neste processo, conversei com seu filho, o professor de Português na rede estadual de ensino Aparecido Horácio Ramos<sup>189</sup>. O senhor Aparecido nasceu em Ouvidor [17 km de Catalão e 122 km de Uberlândia], tem hoje quarenta e oito anos e morou no Presidente Roosevelt até o final da década de 1990, morando hoje mora no bairro Pacaembú, próximo ao Distrito Industrial.

A trajetória deste morador e sua família são significativas para entendermos essa dinâmica de expansão da cidade. Na narrativa de Aparecido Ramos encontramos mais elementos sobre o bairro no momento em que chegam:

Na minha rua não [tinha asfalto]. Quando eu mudei pra lá era um Deus nos Acuda porque água era só a partir das duas da manhã, então você ficava brincando na rua porque não tinha jeito de toma banho, asfalto, eram poucas ruas que tinha asfalto, aquelas ruas que tinham ali era tudo

---

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Aparecido Horácio Ramos. Entrevista realizada em 28 de janeiro de 2011.

calçado, não tinha asfalto, era tudo calçamento, a Argentina, Peru... a Peru não tinha asfalto, nada não, aquele calçamento da rua Peru, aqueles broquetinho, aqui não tem muito tempo não, então só tinha os calçamento mesmo, pra vocêvê a Atlântica não tinha asfalto, a Atlântica era terra, a João Bernardes que saiu lá no supermercado, que era o Glória não tinha asfalto não, isso em 83 (...).

Esta foi a realidade encontrada por estes sujeitos no momento em que mudam para o bairro. Como vimos no primeiro capítulo a empresa loteadora tinha poucas obrigações legais a cumprir nesta relação com os compradores, o que os deixava livres para práticas de acúmulo de capital sobre trabalhadores que pelas condições de classe não tinham muitas escolhas.

Depois de um longo processo de lutas e espera tem-se outro diagnóstico: “O bairro melhorou muito, pertinho da minha casa ali [na verdade o seu pai] eles fizeram o UAI”. Quando este bairro recebe as melhorias urbanas necessárias passa a ter outros significados para o mercado imobiliário e o Sr. Aparecido não tem condições de ali adquirir uma casa para sua recém família, a atual residência mostra que a dinâmica de incorporação e expulsão continua ativa e novos lugares vão sendo construídos para aqueles que saem de casa, formam novas famílias e não conseguem morar próximos aos pais.

A sua interpretação sobre a mudança para este bairro está também impregnada do sentido de pioneirismo: “o primeiro conjunto que eles fizeram de lá pra cá foi esse o Potiguar que nós entramos nele. Fez esse conjunto Potiguar junto com aqueles predinhos lá embaixo, pra baixo da Atlântica onde você podia escolher ou a casa ou os predinhos”<sup>190</sup>. Chegar primeiro não significa, neste sentido, uma estratégia especulativa, mas a expressão do mesmo sentimento de outros que mudaram para o bairro durante as décadas de 1970 e parte de 1980, o isolamento. Este sentimento ainda é narrado quando se lembra de alguns prédios: “pra cá tinha pouca coisa, tinha aquelas casas antigas, tinha o Motel Vênus, [...] era escola, igreja... Do Potiguar pra cá onde é o Treviso, por exemplo não tinha, o Treviso foi feito depois, o Treviso II, depois surgiu o Satélite”. Os conjuntos habitacionais vão surgindo aos poucos e diminuindo a sensação de não pertencerem mais à cidade.

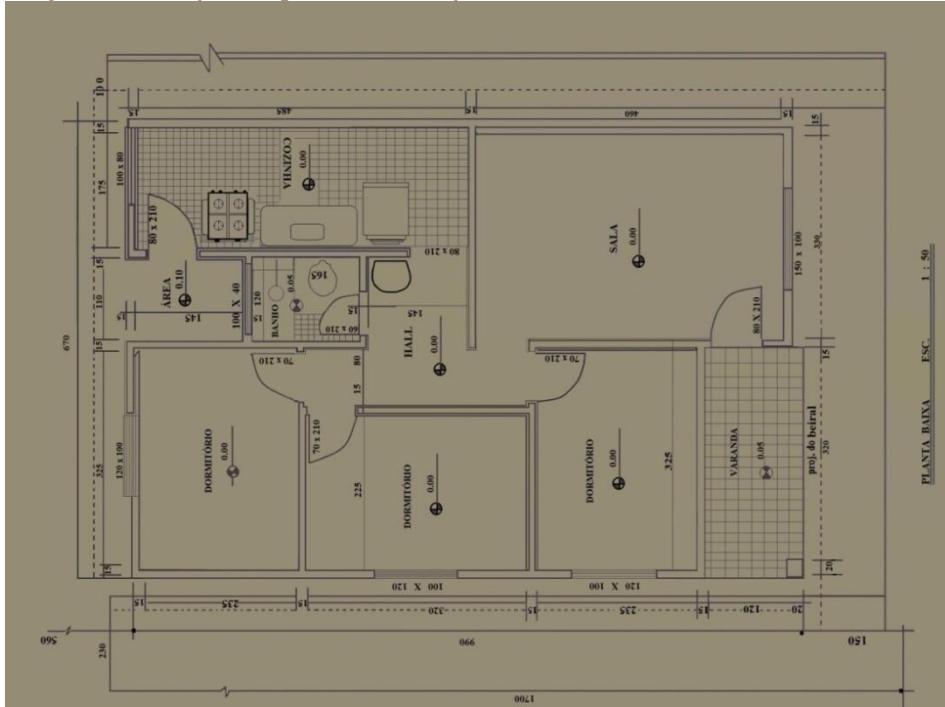
Nas pesquisas realizadas no acervo do Arquivo Público Municipal, mais especificamente no conjunto de leis municipais aprovadas na cidade deparei-me com um

---

<sup>190</sup> Aparecido Horácio Ramos. Entrevista realizada em 28 de janeiro de 2011.

projeto que modificava o nome de uma rua no bairro, um projeto pouco relevante para minhas interpretações, mas que trouxe anexo um registro que considero importante:

Figura 08 - Projeto arquitetônico conjunto Treviso II, 1980



Fonseca e Freitas Construtora Ltda. Arquivo Público Municipal.

Na planta acima o desenho daquilo que engenheiros e arquitetos imaginavam ser uma casa para trabalhadores no início da década de 1980. Estas residências tinham por volta de 70m<sup>2</sup>, possuíam três quartos, sala, cozinha, um banheiro e uma pequena varanda. A escolha do número de quartos dá-se pelo perfil esperado dos moradores, trabalhadores com mulher e filhos. A quantidade de quartos também reduzia o tamanho dos cômodos, talvez por isso vemos hoje ao andar pelo bairro poucas casas com a mesma proposta de tamanho e distribuição dos cômodos acima.

O leitor pode ver melhor a concepção desta habitação pelas fotos abaixo:

Fotos 5 e 6 – Residências no bairro Presidente Roosevelt, 1980.



Acervo da Senhora Josefa Cassiana da Silva.

As duas fotos acima foram registradas em 1980, dois anos depois da construção das casas. Nela destacamos o chamado “alpendre”, que no projeto aparecia como varanda. Os alpendres ou varandas eram comuns nas construções deste tempo e eram utilizados como espaço de descanso e momento em que os moradores podiam olhar “o movimento na rua”. Esta é uma característica de um tempo em que os moradores deste bairro eram mais próximos e estabeleciam relações de confiança uns com os outros, como narra o Sr Aparecido: “antigamente eu conhecia os vizinho tudo uai, você conhecia todo mundo o daqui, o de lá, o outro, o terceiro, o quarto, você sabia os nomes dos vizinhos tudo, cada casa sabia quem morava, o fulano”<sup>191</sup>.

Helena Câmara Lacê Brandão e Angela Maria Moreira Martins, arquitetas e urbanistas, descrevem as funções deste lugar da casa:

Com diferentes nomes e morfologias, ela também desempenha diferentes funções. A varanda, dependendo do seu emprego e da sua forma, é instrumento de adequação climática, posto de vigília, espaço de convívio, de descanso, de contemplação, filtro da casa, local de recepção e também de distribuição, mas em todos os casos, elemento de tradição sócio-cultural que persiste ao longo do tempo. Constatção esta que torna a varanda não apenas um espaço, mas um lugar da casa.

Nessa, ela é sempre um ambiente de transição senão física, visual, entre o público e o privado, entre o espaço da casa e o da rua, entre um universo conhecido e doméstico e um mundo estranho e arrisco; lugar eminentemente de encontro com o outro<sup>192</sup>.

<sup>191</sup> Aparecido Horácio Ramos. Entrevista realizada em 28 de janeiro de 2011.

<sup>192</sup> BRANDÃO, Helena Câmara Lacé e MARTINS, Angela Maria Moreira. Varandas nas moradias brasileiras: do período da colonização a meados do século XX, p. 19.

O registro fotográfico e a narrativa oral dialogam com o exposto pelas arquitetas, isto é, o alpendre como primeiro e último lugar de encontro com o outro e de ponto de conexão com a rua. Podemos ainda colocar outra narrativa como a da Sra. Elza de Santos Brito, ao perguntar sobre as opções de lazer no bairro nos primeiros anos de moradia ela traz a seguinte narrativa:

Que eu me lembro aqui nessa época [1978-79]..... a gente reunia na casas, aqui em casa, lá na Cida, lá no Cumpadre Antônio, lá na Terezinha era onde a gente... a gente dançava, a gente jogava [bingo]... nossa! Era tão bom... lá no tio Nadim... depois acabô. A comunidade da gente continuô mas não é como era antigamente de freqüentá, e as coisas foi crescenço foi ficando complicado. A gente não tinha tanta droga igual tem... a gente andava traquilamente, não tinha nem muro, nem nada, o corredor era todo aberto, a gente colocava roupa no fundo e não tinha nada<sup>193</sup>.

As lembranças desses primeiros anos no bairro estão impregnadas por estes sentimentos: de estar em um lugar sem infra-estrutura, por isso um “Deus nos acuda”, mas por outro lado de viverem numa espécie de “comunidade” onde as pessoas podiam conversar umas com as outras mais tranquilamente e estabelecerem certas relações de cumplicidade, como por exemplo, tornarem-se comprades<sup>194</sup> sem ter nenhum grau de parentesco. Nas narrativas produzidas durante o processo de pesquisa, moradores que estão no bairro desde o final da década de 1970 lembram o início como um tempo onde vivam relações mais solidárias e tinham maiores vínculos afetivos com os vizinhos.

Estas relações eram construídas por sujeitos que compartilhavam condições de classe, histórias de vida e perspectivas. Como dissemos na introdução deste trabalho, dona Elza nasceu em Uberlândia, mas trabalhou no campo antes de morar no Presidente Roosevelt, seu marido Sr. Alcino veio do interior do nordeste para Uberlândia. O tio Naldim a que ele se refere no relato acima é o Sr. Reinaldo Afonso Farnesi também ouvido neste trabalho, que manteve um bar por mais de uma década no bairro, ponto de lazer de muitos moradores. O Sr. Reinaldo veio da cidade do Prata interior de Minas Gerais. A Cida, é a senhora Aparecida que ainda dialogarei neste capítulo, nascida na cidade de Araxá, também veio para o Presidente Roosevelt no início dos anos 80. Falamos então de

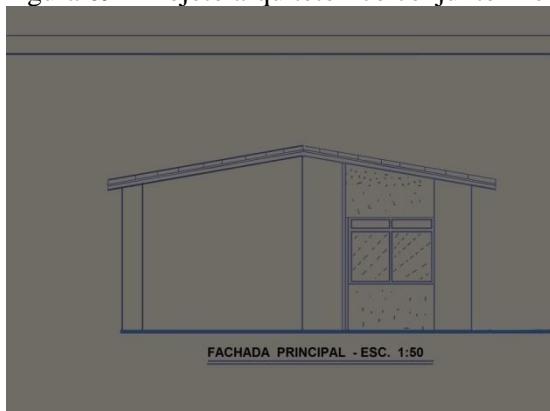
<sup>193</sup> Elza de Santos Brito, Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

<sup>194</sup> Esse vínculo significava, em geral, que pelo menos um dos casais foi escolhido para ser padrinho de algum dos filhos. Esse apadrinhamento poderia ser em uma cerimônia na Igreja ou na ‘fogueira’, esta última realizada em uma das festas católicas do mês de Junho.

homens e mulheres que apesar de algumas diferenças na capacidade de consumo estavam na mesma condição de classe e se aproximavam pelas práticas e valores.

Ainda sobre o projeto inicial das residências temos o desenho da fachada principal das residências:

Figura 09 - Projeto arquitetônico conjunto Treviso II, 1980



Fonseca e Freitas Construtora Ltda. Arquivo Público Municipal.

Algumas ainda conservam o projeto original:

Foto 7 – residência no bairro Presidente Roosevelt.



Fonte: Renato Jales (fotografias produzidas em 10 de novembro de 2012)

Na foto acima observamos que a única mudança em relação ao projeto inicial é a construção do muro separando a casa da rua, obra básica pelas dificuldades com a violência urbana. Nota-se pela precariedade de parte do telhado que as reformas na arquitetura não foram feitas pelas dificuldades financeiras para tal empreendimento.

Mas residências como esta são exceção no bairro, quase todas as casas desfiguraram o projeto inicial aumentando alguns cômodos, extinguindo e construindo outros. Em alguns casos a reforma da habitação era feita pelo próprio morador como mostra as fotografias abaixo:

Fotos 8 e 9: ampliação de cômodos. Casa do Presidente Roosevelt 1986



Acervo do pesquisador.

Máucia Vieira dos Reis encontrou as mesmas práticas no Conjunto Segismundo Pereira e interpreta estas reformas:

Visualizar as reformas externas realizadas nos domicílios pelos moradores possibilitou-nos perceber momentos marcantes nos seus modos de viver. Com elas, as casas foram se diferenciando, pontuando, aqui e ali, os poucos vestígios da padronização anterior: casas grandes com diferentes telhados, muros altos comprimindo pesados portões; exibindo diversidade de cores nas pinturas, nos puxados quase artesanais, ora para um lado, ora para outro. Entretanto, em meio a essas diversificações, existem também casas que se mantêm pequenas, ou minimamente reformadas e outras denunciando um certo abandono<sup>195</sup>.

As fotografias podem ser analisadas com apoio de Reis. Nestas podemos ver que a obra acrescenta um cômodo, o que a historiadora chama de “puxado”, algo não planejado arquitetonicamente, pois isso demandaria um investimento não disponível.

Porém quero destacar outro elemento nestas reformas que marcam uma característica deste pedaço em um tempo histórico específico. As fotos acima, registradas

<sup>195</sup> REIS, Maucia Vieira dos, 2003, op. cit. p. 86.

em 1986, é da residência dos meus pais. A foto à direita mostra a baixa qualidade da pintura das casas feitas à base de cal e à esquerda a construção do novo cômodo usado como área de serviço. Neste mesmo momento foi ampliada a cozinha da residência. Este trabalho foi realizado pelo meu pai nas horas de folga dos finais de semana e contou com a ajuda de alguns vizinhos, novos amigos da cidade, em um sistema de mutirão em que cada um ajudava com a habilidade que tinham em uma obra, o pagamento pelo trabalho era um almoço acompanhado de bebidas alcoólicas.

O meu pai não foi o único deste grupo que ampliou seu imóvel nestas condições, lembro-me de vê-lo trabalhando com nas casas de alguns destes colegas e, em outros momentos, de reunirem-se na chácara do Sr. Antônio, proprietário da mercearia do bairro, para fazerem limpeza de pasto e regos d'água. Esta não era uma prática estranha a eles, a grande maioria já trabalhara no campo como funcionários ou meeiros e como relatou o Sr. José Horácio faziam surpresas e traições aos vizinhos para ajudar na limpeza de pastos, roças entre outros lugares. Esta solidariedade de classe era uma característica marcante desta “comunidade” como se refere dona Elza, e é uma prática que mudou com as novas configurações e vizinhança do bairro.

A filósofa Marilena Chauí interpreta estas ações dos moradores de conjuntos habitacionais a partir da nação de resistência:

Para horror dos planejadores [em cuja opinião os conjuntos habitacionais haviam sido ‘destruídos’ pelos habitantes], os moradores individualizaram suas casas: as fachadas foram pintadas de cores vivas – rosa, azul, vermelho, amarelo, verde –, as calçadas foram transformadas em jardins e hortas, a cozinha se tornou sala de visitas e a sala de visitas foi transformada em mais um dormitório, no caso das famílias numerosas. [...]

Aqui, também, a população não se rebelou contra as ‘casas populares’, porém não as aceitou tais como previstas no plano modernizador. Reinventou a casa. Resistiu<sup>196</sup>

A transformação da arquitetura é interpretada como um movimento de resistência, não uma resistência articulada, mas uma instituição de seus modos de vida, do seu padrão estético sobre aquele que lhes foi imposto. Acredito que no caso aqui estudado juntamente com esta resistência esta transformação ao longo dos anos marca uma das muitas tentativas

---

<sup>196</sup> CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 66-67

de pertencerem à cidade na medida em que tentam acompanhar as noções estéticas vistas fora do lugar em que vivem.

Além dos mutirões para reformas e ampliações as práticas religiosas, de lazer e mesmo comerciais também ajudavam na construção de laços de solidariedade e no sentimento de pertencimento. Nestas práticas “as atitudes, os padrões de consumo, os gostos, crenças e vínculos de sociabilidade revelam a presença de um ‘estilo de vida’ claramente diferenciado, compartilhado e ancorado em espaços precisos da paisagem urbana”<sup>197</sup>. Na conversa que tive com o Sr. Miguel Alves dos Santos ouvi como estas relações pessoais permeiam as comerciais. Entre outros temas tratados na entrevista este senhor falou de uma prática comum no bairro na década de 1980 que não existe mais, a compra nas mercearias locais como uso de cardenetas que possibilitava a aquisição de mercadoria com o pagamento no próximo salário:

Era comum, era comum. Era só mandá recado, falava olha vai lá no... digamos seu pai tem um armazém lá e conhece o fulano e vai lá e busca e marcava na cardeneta, chegava no dia o cara ia lá certinho e pagava, entendeu? Hoje não tem nada disso. Mudou muito, demais! Infelizmente a gente tem que acompanhá a tecnologia, ou certo ou errado<sup>198</sup>.

As mercearias eram muito usadas pela ausência dos supermercados como reforça dona Elza: “Aqui perto não tinha... se quisesse coisa de mercado tinha que í lá embaixo, naquele tempo era no supermercado Uberlândia. Aqui perto não tinha nada, não tinha Sô Manuel, o Cumpadre Antônio já tinha? Quando eu mudei prá cá?.... não tinha mais nada<sup>199</sup>. Estas “compras” com base nesta relação de confiança – que precisava ser mútua porque o comprador também precisava confiar na honestidade de quem controlava as anotações – era facilitada pelas condições em que viviam compradores e vendedores do bairro, isto é, não existia distância considerável das condições de classe e modos de vida no bairro entre estes.

A mercearia era – e em certa medida continua – também o lugar de lazer destes trabalhadores, em uma cidade que “praticamente o único lazer que tinha era só no Parque

---

<sup>197</sup> MAGNANI, José Guilherme Cantor, 1998, op. cit. p. 60

<sup>198</sup> Miguel Alves dos Santos. Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2011

<sup>199</sup> Elza de Santos Brito. Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

do Sabiá e o Parque do Sabiá era muito atrasado, naquele tempo”<sup>200</sup>. Mais do que local de comércio, era o ponto de encontro nos finais de tarde, onde jogavam o “truco”, batiam papo, falavam do trabalho, do futebol e da dificuldade de lidar com o aumento dos preços. Portanto, as condições de vida do dono desta mercearia não estavam longe de seus clientes e, não raro, este primeiro participava dos jogos e compartilhavam práticas do lugar<sup>201</sup>.

Abaixo temos um registro fotográfico interessante que marca algumas práticas comuns deste lugar:

Foto 10: campeonato de truco na mercearia São Luiz, 1992.



Acervo pessoal da Sra. Maria Aparecida Duarte.

A foto registra a disputa de um campeonato de truco organizado pelo proprietário cujos competidores eram moradores dos conjuntos próximos ao estabelecimento. Nesta podemos ver ao fundo a bandeira de um santo católico. Nestes estabelecimentos misturavam relações de comércio, de amizade, trabalho, lazer que alimentavam as redes de solidariedade. Como reforça o Sr. Miguel estas relações não existem mais no bairro. O que o morador chama de “acompanhar a tecnologia” pode estar relacionada a experiência dos trabalhadores com processos de mecanização que mudam constantemente relações de trabalho, mas no caso específico das mercearias está mais relacionado com o surgimento

<sup>200</sup> Elza de Santos Brito. Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

<sup>201</sup> Lembro-me claramente da antiga Mercearia São Luiz, localizada na Avenida Cesário Crosara. Neste lugar reuniam vários trabalhadores do bairro nas tardes de sábado para beberem cerveja e jogar baralho. O seu proprietário era também “de fora” e por vezes reunia seus “clientes” em mutirão para limpeza de uma pequena propriedade rural próximo à cidade. Da mesma forma, o Sr. Antônio foi um dos “pedreiros” que participaram de um mutirão na casa dos meus pais para ampliação de uma cozinha.

dos grandes supermercados no bairro, o controle da inflação e a popularização dos cartões de crédito que tornou desnecessário e inútil o uso da cardeneta.

É evidente que não podemos romantizar estas relações e construir um tempo idílico da comunidade do Presidente Roosevelt. Dona Maria Aparecida, moradora do bairro desde 1983 fala destas mudanças e ao mesmo tempo questiona a solidariedade entre os membros do bairro:

[...] Não, não tinha supermercado, a gente ia no Alô Brasil, no centro. Fazia uma compra boa pro mês, depois ia comprando umas coisa aqui perto... aqui mesmo no Roosevelt tinha muita coisa... na cardeneta comprava a prazo a gente anotava.

Renato Jales: hoje não tem isso mais né.

Não vê, chegou o cartão né! Todo mundo tem cartão. Hoje... toda hora cê vai no supermercado, no cartãozinho... você pode fazer pesquisa porque antigamente você comprava na cardeneta não era todo lugar que te vendia a prazo, então aonde você tinha crédito, tinha que comprá e é lógico que ele vendia mais caro porque todo dia você pegava uma e eles anotava aquilo no final do mês você ia sabê se você comprô aquilo?

A narrativa de Dona Maria Aparecida interpreta estas relações de confiança para a compra no caderno de anotações, mas também os conflitos que a envolviam. A confiança tinha seus preços, primeiro a obrigação do comprador de pagar mais caro já que a oferta era pequena, isto é, poucos estabelecimentos desta natureza no bairro e menos ainda os que lhe conheciam para vender a prazo sem maiores garantias.

Além disso, a narrativa aponta para alguns motivos pelos quais estas relações foram se extinguindo. O uso dos cartões e a construção de dois grandes supermercados no bairro e mesmo o controle da inflação no final da década de 1990 mudou os hábitos destes moradores. Não há mais a necessidade de deslocarem grandes distâncias, os preços controlados e mais competitivos entre os estabelecimentos permitem a compra em pequenas quantidades e o próprio cartão que dá maior liberdade para programar o momento de comprar as mercadorias necessárias para o dia-a-dia.

Estas mudanças também deslocaram o lugar de lazer e sociabilidade que antes se fazia em torno das mercearias. Ao perguntar para Dona Maria de Lourdes o que observou como mudança no bairro faz a interpretação abaixo:

Eu vi só melhora né, cada vez melhor você vê veio um supermercado muito bom, a UAI pertinho né, tem aonde a gente fazê as educação física, hidroginástica essas coisas tudo a gente não paga nada, muito melhor, tem lugar de faze caminhada né! Cada dia a gente nota melhora né.

Os supermercados deixam obsoletas as mercearias que desaparecem do bairro, substituídas por lojas de material escolar e construção civil. Seus antigos freqüentadores encontram-se em outros espaços de sociabilidade como a hidroginástica e a educação física feita em caminhadas pelas praças do bairro. Para os encontros noturnos surgem no bairro os bares nos moldes do centro da cidade com músicas ao vivo e sem o contato mais próximo com os freqüentadores e mesmo o dono do estabelecimento.

Os supermercados passam a ser referência, inclusive, de localização no bairro como na narrativa do Sr. Miguel que trabalhou como motorista até aposentar-se. Suas lembranças sobre o bairro emergem a partir deste ofício:

Onde hoje é o supermercado Leal era uma avenida, você saía do motel tijolinho que eles falava, que é o Motel Vênus e ia até a rodoviária era avenida de cascalho, você ia pegá asfalto lá na Igreja. Você está veno essa divisória aqui no meio dessa avenida lá? O asfalto vinha de lá, essa rua vinha até aqui, daí pra cá era tudo cascalho eu vinha com o caminhão carreta eu não descia porque a carreta era LS trucada, não subia então eu deixava ela aqui, isso era em 83, 84<sup>202</sup>.

As narrativas deste morador sobre o bairro fazem um movimento pendular entre passado e presente, problemas e qualidades do lugar. Se olharmos este movimento com foco apenas nas características do bairro, o asfalto, a rede de esgoto e outros serviços públicos concluiremos facilmente que o narrador mostra uma evolução do lugar e nesta as vantagens da cidade: “hoje Uberlândia eu te falo procê eu tenho o maior prazer de morar aqui. Como todos os defeito que tem no país, Uberlândia nós estamos em primeiro lugar”<sup>203</sup>. Porém acredito que sua história não trata apenas da cidade ou do lugar onde hoje mora, mas da sua própria.

---

<sup>202</sup> Miguel Alves dos Santos. Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2011.

<sup>203</sup> Idem.

Um aspecto importante desta interpretação é o uso do pronome “nós” feito pelo Sr. Miguel que amplia o sentido desta posição da cidade, isto é, o fato de estar em primeiro lugar não limita, ainda que também componha, às ações do poder público ou do empresariado local, mas incorpora a luta de muitos por ver seus lugares em melhores condições de moradia.

Outro elemento de integração e construção de sociabilidades e solidariedades foram as práticas religiosas. No bairro foi muito comum o uso do espaço público como as ruas para estas práticas principalmente no mês de junho. Já vimos em um registro fotográfico acima a bandeira de um santo católico guardado na mercearia do Sr. Antônio que durante muitos anos organizou uma festa nas imediações do seu estabelecimento comercial. Outro morador do bairro mostrou-me registros fotográficos de uma festa como esta:

Fotos 11 e 12: Festa do Divino. Residência no Presidente Roosevelt, década de 1990.



Acervo Pessoal do Sr. Neirimar Vieira Marques

Segundo Neirimar Vieira Marques, entrevistado em dois de outubro de 2008, a imagem do Divino Pai Eterno está na sua família a mais de quinze anos e ele tem como promessa fazer uma festa anualmente em homenagem e devoção ao santo. Morador do conjunto Treviso II, as festas deste senhor contou sempre com a adesão de outros do local como ele mesmo fez questão de mencionar: “por sinal na última veiz veio umas cem pessoa aqui”. A descrição que este morador faz de sua família poderia ser feita de muitas outras moradoras mais antigas do bairro: “a minha família é um povo sertanejo, um povo da roça, mais tinha muita fé no Divino Pai Eterno”<sup>204</sup>.

<sup>204</sup> Neirimar Vieira Marques. Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

Os trabalhadores que chegaram à cidade durante a década de 1970 e início de 1980 enfrentavam grandes desafios: além das pouca infra-estrutura do bairro, precisaram aprender a lidar com o constante aumento das mensalidades dos imóveis<sup>205</sup> e a queda na capacidade de compra. Ao mesmo tempo em que compartilhavam práticas religiosas, espaços de lazer e relações comerciais, precisavam se preocupavam em manter seus pagamentos em dia com o BNH. Ao perguntar para o Sr. Miguel sobre as dificuldades com a inflação na década de 1980 este traz a seguinte interpretação:

... aqui na minha rua teve vários amigos meus aí que abandonô casa, não conseguia acompanhá, o cara achava que tava ganhando, que o que ele ganhava era suficiente praquilo e não era porque o dinheiro não tinha valor, tinha o bolso cheio de grana e não valia nada, era só um papel e o cara fazia dívida e não conseguia pagá eu lembro de várias pessoas aqui que abandonou casa... a Caixa tomô, e essa crise não foi só aqui em Uberlândia não, foi pra todo lado [...]. O cara estocava comida em casa porque ele sabia que daí a dois dia o preço era outra coisa, pra você vê a loucura o cara levava a família tudo pra enchê carrinho pra compra óleo pra compra não sei mais o que...<sup>206</sup>

Estratégias como “compra do mês” e o “estoque de comida” estão presentes nas narrativas dos moradores como meio de manter o poder de compra dos salários. A crise a que se refere o Sr. Manoel está relacionada aos números da inflação na década de 1980 e os diferentes planos econômicos idealizados para controlá-la que diminuíram muito o poder de compra dos trabalhadores<sup>207</sup>. Os impactos da inflação foi tamanha no cotidiano das pessoas que fora transformada em poesia nas páginas do Correio de Uberlândia:

<sup>205</sup> Durante a década de 1980 foram constantes as notícias sobre dificuldades de manter em dia as prestações do Banco Nacional de Habitação: **José Carneiro diz que prestações da COHAB ficarão em 50 por cento**, Jornal Correio de Uberlândia, 30/31 de maio de 1981, capa; **Desde ontem o leite está mais caro para o consumidor**, Jornal Correio de Uberlândia, 12 de junho de 1981, p. 07; **Em abril a sorte dos mutuários do BNH**, Jornal Correio de Uberlândia, 15 de janeiro de 1982, p. 07; **Técnico do BNH dá explicações sobre as taxas adicionais**, Jornal Correio de Uberlândia 12 de fevereiro de 1983, p. 11; **Presidente do BNH está preocupado com as majorações das prestações**, Jornal Correio de Uberlândia 19 de fevereiro, p. 11; **prestações da casa própria vão subir no mínimo 116 por cento**, Jornal Correio de Uberlândia 15 de abril de 1983, capa; **Mutuários devem lutar juntos para vencer o BNH**, Jornal Correio de Uberlândia, 20 de junho de 1983, p. 07; **Prestações do BNH vão subir mais 110 por cento em junho**, Jornal Correio de Uberlândia 04 de fevereiro de 1984, p. 02; **Os desvrios do BNH**, Jornal Correio de Uberlândia, 03 de maio de 1984, p. 11.

<sup>206</sup> Miguel Alves dos Santos. Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2011.

<sup>207</sup> **Salários continuam a perigo**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 09/10 de maio de 1981, p. 07; **Desde ontem o leite está mais caro para o consumidor**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 13 de junho de 1981, p. 07; **inflação de maio a agosto não passará de 5% ao mês**. Correio de Uberlândia, Uberlândia, 12 de maio de 1982, p. 02; **Cada vez mais difícil conter a inflação**, Correio de Uberlândia, Uberlândia,

Chegou de mansinho... bem devagar,  
 Espreitou friamente, depois atacou!  
 Escolheu dedo a dedo... apontou...,  
 Mirou bem o alvo..., e atirou!  
 Sorria sarcástico, a cada disparo  
 Certeiro, sem erro, o alvo alcançava!  
 Sem ternura, sem piedade,  
 Saboreava maravilhado seu grande terror!  
 E os desespero dominou...  
 E a vítima chorou...  
 As lágrimas rolaram... sentidas...magoadas...  
 Mas, de nada adiantaram!  
 E os companheiros choraram...  
 De mãos atadas viam o desenlace.

O trágico desfecho, sem saber como agir,  
 Como reter, aquela cena de triste dor!  
 Olhavam apenas... estáticos... sem nada fazer!  
 Compreendendo sem entender, o poder daquele,  
 Que subitamente aterrorizou, agrediu,  
 Atacou e simplesmente... venceu!!!  
 Resultado de uma crise econômica,  
 De uma inflação desregrada,  
 De uma política desgovernada!  
 Ele próprio... o terror dos assalariados,  
 O pavor de nossos dias atuais...  
 O DESEMPREGO<sup>208</sup>

O poder corrosivo da inflação e a política salarial que colocava na conta dos trabalhadores o resultado da crise econômica são narrados por estes moradores a partir das dificuldades de manterem os pagamentos da prestação da casa em dia:

Teve época difícil dimais da conta, no começo então foi muito difícil pra mim então em particular principalmente que tive um problema, fiquei sozinha pra podê continuá criando as menina e tudo o salário era pouco eu tive muita dificuldade, muita mesmo, mais depois o governo feiz um plano que a gente podia usá o fundo de garantia prá pode tá quitano a casa então eu usei o fundo de garantia que eu tinha dei mais um pouco de dinheiro e quitei<sup>209</sup>

Não era porque os meninos ajudavam... porque teve uma época que apertou tanto que muita gente parô de pagá... aí veio os menino e falô

14 de maio de 1982, p. 02; **inflação caiu em julho mas a taxa ‘anualizada’ cresceu**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 06 de agosto de 1982, p. 09; **aluguéis vão crescer 90% em fevereiro**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 07 de janeiro de 1983, p. 05; **mudança na lei salarial será definida na próxima segunda-feira**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 25 de janeiro de 1983, p. 04; **o pão nosso de cada dia está custando mais 100%**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 28 de junho de 1983, p. 04; **economista afirma que inflação em 83 poderá ser chegar até 170%**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 20 de julho de 1983, p. 01; **Galvães afirma que a inflação em janeiro chegará a 10%**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 17 de janeiro de 1984, p. 04; **A inflação e os novos índices salariais**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 30 de março de 1984, p. 04; **inflação ditada pelo governo é totalmente irrealista**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 10 de março de 1985, p. 04; **índice do custo de vida em Uberlândia foi superior ao esperado**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 11 de janeiro de 1986, p. 04; **Novo preço para o pão**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 31 de janeiro de 1986, p. 11; **Controle de preços é falho em todos os sentidos**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 18 de junho de 1987, p. 11; **aumentos e mais aumentos marcam a vida dos brasileiros**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 13 de janeiro de 1988, p. 04; **crescimento não supera carência**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, agosto de 1988, p. 08; **Inflação da era Sarney bate novo Recorde**, Correio de Uberlândia, Uberlândia, 23 de março de 1990, p. 01.

<sup>208</sup> DE ALMEIDA, Célia Aparecida. Correio de Uberlândia, Uberlândia, 04 de julho de 1987, p. 11

<sup>209</sup> Maria Aparecida Duarte. Entrevista realizada em Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

“olha pai o senhor é que sabe se vai pará de pagá”, aí ele falou “não, não vô pará não!”

São estas experiências que norteiam as histórias contadas no tempo presente sobre o bairro Roosevelt, isto é, ter a possibilidade de sair da condição de exilado urbano para conseguir viver com um pouco mais de segurança e conseguir pagar habitação em um tempo em que muitos não conseguiram.

Estes trabalhadores sabem o que é viver sem a mínima assistência pública de saúde, sabem o que significa estar isolado sem transporte público de qualidade, os problemas causados pela falta de infraestrutura como asfalto ou rede de esgoto e as dificuldades de sair de uma cidade e manter-se em outra:

Eu sou de Goiânia, mas eu moro aqui, eu vim pra cá em oitenta... eu amo essa cidade aqui, eu já sou überlandense com muito orgulho. Eu tenho um documento guardado do asfalto que eu paguei que era feito pela por uma construtora... eu esqueci... o povo até falava que era do Virgílio Galassi... esqueci... agora a maioria desse bairro aqui é da família de Fonseca e Freitas, loteava e vendia você entendeu<sup>210</sup>?

O orgulho pela cidade não pode ser lido como ufanismo; a referência ao ex-prefeito Virgílio Galassi e a possível apropriação do seu dinheiro pelo pagamento de algo que teriam direito não significa uma adesão direta a uma ideologia imposta pela imprensa überlandense que construiu uma memória pública sobre este prefeito como o “melhor do século XX”<sup>211</sup>, ainda que estes valores também pressionam estas narrativas. O fato de guardar o documento que comprova o pagamento do asfalto não deve ser lido como adesão simplista à proposta do Poder Público, mas como valor importante para estes trabalhadores.

A forma como recordam as dificuldades não os vitimiza e nem nomeia os prefeitos como autores únicos do fazer da cidade, os enredos de suas entrevistas os colocam como sujeitos da construção desse lugar, de um bairro hoje considerado bom para se viver e bem valorizado pelo mercado imobiliário. Estes trabalhadores estão nos dizendo que a

---

<sup>210</sup> Idem. Grifos meus.

<sup>211</sup> Retirado de: <http://www2.correioduberlandia.com.br/?tp=coluna&post=623&uid=38>, Uberlândia, 08 de janeiro de 2008.

valorização é consequência também de suas ações. Para sairmos de uma leitura superficial da adesão devemos interpretar estas memórias no movimento dialético da experiência:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de sobreviventes, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensão em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença<sup>212</sup>.

Essas mudanças não são expressas apenas como ação do poder público, de um prefeito, mas estão inseridas também nas diferentes estratégias para não serem expulsos do lugar ou terem suas casas leiloadas pela Caixa Econômica Federal. São estas experiências também que transformam o acesso a serviços públicos como os prestados pela Unidade de Atendimento Intensivo em umas das grandes referências do lugar:

Hoje Uberlândia em te falo procê eu tenho o maior prazer de morar aqui. Como todos os defeito que tem no país, Uberlândia nós estamo em primeiro lugar, cê vê as UAI veio acalhá, mais veio acalhá mesmo, você vai nas cidade como Goiânia que é capital não tem UAI bem arrumadinho desse jeito, minha filha passou mal nós foi no postinho, Deus me livre.<sup>213</sup>

“Nós estamos em primeiro lugar”! Nesta construção se juntam diferentes ações: dos próprios moradores em manter seus pagamentos em dia e reivindicar melhores condições de vida no bairro, de passar por tempos difíceis de inflação alta e carestia e do poder público em função das respostas que deu às lutas dos moradores.

---

<sup>212</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Altusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 17.

<sup>213</sup> Idem.

### 3. Algumas Lutas

Durante a década de 1980 as necessidades dos moradores de diversos bairros da cidade voltam como pressão sobre o poder público e ganham mais projeção e visibilidade na cena pública. No dia quatro de fevereiro de 1986, o jornal O Triângulo publica editorial fazendo um balanço da derrota do grupo político ligado ao Partido Democrático Social, do ex-prefeito Virgílio Galassi e neste deixa algumas pistas das fissuras provocadas pelas ações cotidianas dos moradores dos bairros e conjuntos habitacionais de Uberlândia:

O grupo político da cidade, que foi alijado do poder nas eleições de novembro de 1982, ante a imprevisível para uns, e bem calculada para outros, vitória de Zaire Rezende, começa a se rearticular, depois de dois anos de ostracismo, para reconquistar o prestígio, a simpatia popular e a representatividade de nosso povo [...]

O inimigo, depois de três anos de domínio, começa a dar claras demonstrações de fraqueza. [...]

A tarefa no entanto não é fácil. [...]

Embora a realidade dos nossos dias seja uma grande farsa municipal, os que iniciam sua jornada pela reconquista do poder, terão que aprender não poderão repetir nos palanques os velhos discursos da década passada. Terão que entender que não conseguirão votos populares, enquanto não souberem que existe o bairro Nossa Senhora das Graças, o Movimento Feminista, o Movimento Negro, o Sindical e o das Comunidades de Base. Não podem, nem mesmo ignorar a festa da Constituinte, pois esta será o carro-chefe de 1986, como no ano passado o foram as Diretas Já ou o Colégio Eleitoral [...]<sup>214</sup>

O editorial é elucidativo dos efeitos provocados pelas reivindicações dos moradores na ação política tradicional da cidade. Ao falar sobre as possibilidades de vitórias nas eleições o jornalista destaca a presença pulsante dos cidadãos comuns nas mais diferentes organizações de movimentos sociais e fora delas vivendo nos bairros. Em geral a ideia divulgada pelo editorial aos seus pares do PDS é que não seria mais possível, como fora no passado, ignorar a presença dos sujeitos, suas necessidades e sua força no cenário político institucional. Essa conclusão do jornal veio depois de anos de luta por melhores condições de vida nesta cidade e foi fruto de anos de aprendizagem dos moradores para construir caminhos que os levassem a pressionar o poder público e conseguir estas melhorias.

A partir da década de 1980 os bairros passam a ser vistos com outros olhos pelo poder público e pela imprensa de Uberlândia em função da presença constante de seus

---

<sup>214</sup> **Editorial.** Jornal O Triângulo, Uberlândia, 04 de fevereiro de 1986, p. 02.

moradores reivindicando serviços públicos e melhor infra-estrutura. O historiador Carlos Meneses de Sousa pesquisou sobre as condições de vida dos trabalhadores na cidade de Uberlândia no final do século XX e início do XXI, em seu trabalho encontra evidências de pressões exercidas por moradores de diferentes bairros da cidade desde a década de 1970:

Percebi que as Solicitações por melhorias na vida dos moradores da cidade se faziam presentes desde a década de 1970. Pedidos e abaixo-assinados por asfaltamento de ruas, iluminação pública, linha de ônibus, água encanada, redes de esgoto, escolas, feiras e praças eram questões que dominavam a pauta de solicitações<sup>215</sup>

As reivindicações via abaixo-assinado já vinham desde a década de 1970, porém pouco noticiadas e atendidas. O que parece mudar na virada para a década de 1980 é a maior quantidade de pessoas reivindicando e a disposição política de ter uma cidade melhor e diferente. Em minha pesquisa de mestrado sobre lutas por construção do espaço público na cidade, mais especificamente um pedaço do bairro Bom Jesus ouvi diversos moradores entre eles o Sr. Valci e a dona Marli, o casal explicou-me como se deu uma das diferentes pressões por mudança dos moradores dos bairros desassistidos a cidade:

Valci ...mais você sabe porque o povo votou mais no Zaire da primeira vez? Vou te contar porque, ele num era nem conhecido em Uberlândia, ele nem daqui num é...

Marli: Não! Ele é daqui.

Valci: ele é daqui mais num morava aqui! Mais você sabe o que é que é? A luta do povo nessa hora pra tentá mudá alguma coisa, com aqueles antigos Renato, Virgílio...

Marli: Renato, Virgílio, Virgílio, Renato.

Valci: Renato, Virgílio e Renato ali e Ferola que também era praticamente o mesmo Virgílio que governava. O povo foi decepcionando com esses políticos sabe? Só eles que ganhava, só eles que ganhava. Então aquilo foi tipo... como é que se fala? Sei lá...

Marli: uma revanche do povo.

Valci: uma revanche do povo, era pra notá que eles num tava satisfeito com os governos atual né...

Marli: um protesto<sup>216</sup>.

<sup>215</sup> SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. **Ser trabalhador na cidade:** relações de classe em Uberlândia – fins do século XX e início do século XXI. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009, p. 93.

<sup>216</sup> Valci da Silva Oliveira, 63 anos e Marli Aparecida Oliveira, 57 anos. Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2005. A entrevista com estes moradores do Bairro Bom Jesus, região central de Uberlândia foi

A narrativa destes moradores interpreta porque o olhar do poder público e de outras instituições ligadas aos diferentes poderes na cidade mudam em relação a estes sujeitos antes negados como pertencentes a um ideal de cidade. A *revanche* do povo provocou um hiato no poder público que vinha sendo dividido entre prefeitos ligados à grande propriedade rural. Foi um aviso! Diferentes regiões da cidade participaram deste manifesto, o bairro Presidente Roosevelt foi um deles.

Sobre este processo de lutas e diálogos com o poder público conversei com o Sr. Luiz Antônio Rosa, ex-dirigente da associação de moradores do bairro Presidente Roosevelt. A Associação de Moradores foi criada oficialmente pelo projeto de lei 1012 de 29 de junho de 1983 já no segundo momento de ocupação do bairro com os conjuntos habitacionais. Seu Luiz fala desta instituição e dos seus participantes como sujeitos sociais que atuaram de maneira decisiva em diferentes momentos da história política institucional da cidade. Ao perguntar sobre o perfil dos moradores do bairro constrói a seguinte interpretação:

O bairro Presidente Roosevelt é um bairro espetacular, é um bairro de pessoas extremamente politizadas, você vê que é diferente a postura no bairro Roosevelt a escolha de candidato, a postura política. Toda virada política, toda mudança, toda proposta nova começou pelo bairro. Um exemplo que mudou por completo a realidade da cidade principalmente a realidade social, que até então aqueles que comandavam a cidade não tinha uma visão, era aquela coisa de administrar para poucos, de administrar pr'um amigo, pr'um empreiteiro, pr'um dono de imobiliária e Uberlândia já naquela época com o crescimento que tinha, a população já necessitava de benefícios sociais. Essa administração que eu tô falando que mudô a cara da cidade e a partir daí todo aquele que se candidatou começou a preocupar com os problemas na área da saúde, creche [...] eu falo da primeira administração do prefeito Zaire Rezende que veio como uma novidade total. Foi uma campanha que começou no bairro Roosevelt, uma campanha silenciosa [...]<sup>217</sup>

O momento em que falo com o Sr. Luiz é de recuperação para ele de uma longa militância e uma vontade de voltar a associação, ao mesmo tempo é nítido o desejo de ser reconhecido como alguém que atuou junto a comunidade do bairro para projetar o seu

---

realizada para o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado. Cf.: SILVA JUNIOR, Renato Jales. **Cidade e cultura:** memórias e narrativas de viveres urbanos no bairro Bom Jesus (1960-2000). Dissertação (Mestrado em História), Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

<sup>217</sup> Luís Antônio Rosa. Entrevista realizada em 09 de fevereiro de 2012.

nome. O morador, que já ocupou cargo em confiança na prefeitura sob o comando do ex-prefeito Virgílio Galassi (PDS), busca com a entrevista se projetar novamente, atitude nítida quando faz questão de também gravar nosso encontro e quando traz provas e documentos de suas ações. É interessante como coloca os moradores do bairro no grupo dos politizados, daqueles que não agem de maneira impensada no momento de votar, um reconhecimento feito por alguém que se sente um deles, mas se coloca como um líder nato. Significativo também é o corte que este estabelece na eleição do ex-prefeito Zaire Rezende em 1982 e elege como protagonistas dessa vitória os moradores do bairro e não uma estratégia de cooptação do grupo peemedebista.

A associação representou os moradores em algumas batalhas diretas por melhorias. Uma delas, por exemplo, é a construção do viaduto que faz a ligação entre o bairro e a região comercial da cidade sobre a BR-365. Quando pergunto ao Sr. Luiz sobre as principais vitórias obtidas pela associação traz a seguinte narrativa:

Na ocasião que nós iniciamos assim o trabalho eu resolvi colaborar foi com relação ao número elevado de mortes na BR-365 [...] ali era semanalmente caminhões passando por cima de pessoas todo tipo de violência de trânsito e tem um fato muito triste. Na ocasião para ir-se a igreja São Judas Tadeu vinha pela avenida João Pessoa e ainda não havia viaduto tinha de passar na rodovia e é um fato que toda uma família que vinha dentro do carro, ia pra um casamento e ali faleceu e na sequencia foram inúmeros, inúmeros acidentes com mortes, daí veio a construção do viaduto Chuá foi uma conquista parece que no governo do Dr. Zaire ainda [...]<sup>218</sup>

Esta é uma bandeira significativa para o morador e antigo diretor da associação. A narrativa permeada de relatos de mortes busca mostrar a relevância da luta e a importância desta conquista para quem morava no bairro. Para “provar” que a construção do viaduto foi fruto de ações da associação, o Sr. Luiz foi até o local e registrou algumas fotografias que fez questão de mostrar no momento da entrevista:

---

<sup>218</sup> Luís Antônio Rosa. Entrevista realizada em 09 de fevereiro de 2012.

Foto 13: Viaduto do Chuá, 2008.



Acervo pessoal do Sr. Luis Antonio Rosa.

O registro fotográfico do ex-dirigente não traz elementos de uma luta entre associação e prefeitura e poderia ser feito por qualquer cidadão. A relevância de tal fotografia não está no que foi registrado, mas no significado dado a ela como materialização de uma ação. Ainda que pareça ser uma tentativa de projeção individual é relevante como construção de outras memórias sobre a edificação de vias tão comumente atreladas a nomes de prefeitos, deputados e vereadores da cidade.

O viaduto em destaque foi construído a partir de empréstimo da Prefeitura junto ao Banco Nacional de Habitação, denominado Projeto Cura e ganhou relativo espaço no Jornal Correio de Uberlândia:

O Programa de Complementação Urbana [Projeto Cura] foi amplamente discutido na última sexta-feira, em reunião no Bairro Marta Helena, com a participação de aproximadamente 300 moradores locais e a presença do prefeito Zaire Rezende, secretários de Obras e Fazenda, José Francisco dos Santos e Tiago de Almeida.

O encontro ofereceu aos moradores do bairro maiores detalhes sobre o projeto e buscou a opinião da população local, quanto a validade e interesse na sua aplicação, que na sua maioria se mostrou receptiva.

#### **Benefícios**

O Projeto Cura é um programa do BNH e se viabiliza através da obtenção de financiamento pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, que repassa o ônus para a população da área beneficiada.

[...]

A implantação do Projeto Cura nos três bairros só será possível diante da aprovação dos moradores, e para dar continuidade à discussão deste

projeto serão realizadas estas semanas reuniões nos bairros Presidente Roosevelt e Jardim Brasília<sup>219</sup>.

A ligação só é feita em meados da década de 1980 e o empréstimo feito pela prefeitura é pago pelos moradores conforme lei enviada pelo poder Executivo à Câmara Municipal:

O projeto Cura Piloto de Uberlândia tem por finalidade a execução de obras de pavimentação asfáltica, meios fios e drenagem pluvial em áreas habitadas por população de baixa renda.

As áreas beneficiadas com este projeto são: Jardim Brasília, Bairro Presidente Roosevelt e Bairro Marta Helena.

O projeto de Lei que encaminho para apreciação desta Casa de Leis autoriza o parcelamento do pagamento das Contribuições de Melhoria dessas áreas, em até 240 meses. Este é o prazo que o município tem para pagar o financiamento [...]<sup>220</sup>

A relação entre moradores do bairro e o poder público ganham espaço em alguns periódicos da cidade, principalmente o jornal oficial da Prefeitura apropriando de suas reivindicações para a tentativa de instituir uma imagem nova do relacionamento entre poder público e moradores:

O orçamento para 1985 da Prefeitura Municipal de Uberlândia foi substancialmente aumentado com a liberação, pelo Banco Nacional da Habitação, de verba da ordem de Cr\$ 7,9 bilhões [valores de setembro], referentes ao projeto Cura – Complementação Urbana e Recuperação Acelerada. [...]

- A escolha deveu-se a três critérios básicos, explicou o Secretário de Obras, José Francisco dos Santos. É uma região populosa, carente e com grande dificuldade de interligação com o restante da cidade. [...]

Obviamente, o simples anúncio das obras já foi motivo de regozijo entre os populares. A curiosidade é grande em saber ‘quando terei esgoto’, ou ‘quando minha rua será asfaltada’.

Os moradores da rua Coronel Aniceto Pereira, no Bairro Roosevelt – que, segundo eles próprios depõe, ‘é uma das piores de Uberlândia’ – estão radiantes com a idéia [sic] de que poderão contar, em breve, com serviço regular de coleta de lixo.

<sup>219</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Secretário da Fazenda fala sobre a destinação da verba do PROJETO CURA. Uberlândia, 18 de maio de 1983, capa.

<sup>220</sup> idem.

O presidente da Associação de Moradores do Bairro Roosevelt, Antônio Rony Henriques, analisando a repercussão da chegada do Cura em seu bairro, afirma:

- O que nós sentimos juntos aos moradores é que o Cura será a redenção de um bairro esquecido durante anos por administrações públicas que cuidaram apenas do centro da cidade.

Para ele, ‘a destinação de tão vultosa verba em benefício da nossa região é a conclusão das promessas do Prefeito Zaire Rezende de olhar para a periferia’. [...]

Antônio Henriques conclui que o “Cura é a vivência, é a consequência, a concretização da propalada e, agora, para nós, concretizada proposta de realizarmos um governo da ‘Democracia Participativa’.

Também residente na rua Coronel Aniceto Pereira, nº 495, dona Maria Amélia Paim, de 59 anos, diz que ‘há muitos anos que esperamos por melhorias’.

Afirmado que ‘a Prefeitura nunca fez nada para nossa região’, dona Amélia mostra-se mais animada com a possibilidade de poder contar com rede de esgoto no bairro.

- A maioria das pessoas aqui usa é fossa, o que sempre traz problema, porque elas enchem com muita facilidade.<sup>221</sup>

Em meio a felicidade total expressa nas páginas do Jornal Participação podemos ler alguns significados dados a este lugar e como se encontrava ainda em 1984. Há entre os entrevistados moradores que não contam com rede de esgoto e asfalto, há também a fala do presidente da Associação do Bairro Roosevelt, ligado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro enaltecedo o slogan do governo Zaire Rezende [1983-1986] do mesmo partido.

A intenção do jornal é construir uma imagem de governo que define obras de acordo com os interesses dos moradores. Estes falam da felicidade de verem suas necessidades atendidas, o que é narrado pelo jornal como uma nova forma de governar, contemplando a chamada periferia. As reuniões entre prefeito e moradores não constituem atos democráticos para escolher o que fazer com o dinheiro como tentou emplacar ou para ver se querem ou não as obras, mas um meio de conseguir a adesão dos moradores para arcarem com os custos.

O que está expresso nesta reportagem não é uma mudança provocada por um novo olhar do poder público, ou a descoberta da periferia pelos gestores do dinheiro público, mas consequência de um longo processo de luta pela melhoria deste lugar ou para deixarem o isolamento e fazerem parte da cidade de fato e de direito.

---

<sup>221</sup> **Cura: a redenção de três bairros esquecidos.** Jornal Participação, boletim informativo da assessoria de comunicação social da Prefeitura Municipal de Uberlândia, nº03, outubro de 1984, p. 03.

Outras lutas vão ganhando corpo à medida que as demandas vão se ampliando, tornado uma necessidade mais ampla e posteriormente vistas pelos moradores como direito. Para os trabalhadores quem chegaram aqui nas décadas de 1960 e 1970 a falta de acesso ao ensino formal era uma das grandes pressões, usadas para justificar a condição em que eram expostos. O acesso à escola torna-se então outra bandeira importante em função das dificuldades de manter os filhos na escola como narra o Sr. Reinaldo Farnesi:

A minha filha estudava no Polivalente, mas depois foi difícil e elas passaram a estudar lá na escola Professor José Inácio e tinha que levá e buscá porque os ônibus aqui pra Presidente Roosevelt era muito pouco e aqui só tinha mato de vez enquando houve até assassinatos aqui que a pessoa ficou escondida no meio do mato até que eles acharam<sup>222</sup>.

A dificuldade de que trata o morador na entrevista era a falta do ensino do antigo segundo grau no bairro, hoje ensino médio, o que os obrigava a deslocar os filhos até outros bairros. Sabemos da importância da escolarização dos filhos para os trabalhadores em geral, o próprio Sr Reinaldo como já citado acima reforça que a grande vantagem de mudar-se para esta cidade foi ver suas filhas formadas na Universidade Federal de Uberlândia. A educação formal como valor e meio de mudar suas condições de vida aglutinaram forças para construir bandeiras de luta como pode ser lido na notícia abaixo:

As associações de Bairros do Presidente Roosevelt e vizinhos, convocam uma reunião de todos os seus moradores, para um amplo debate e tomada de decisões, sobre a criação de uma Escola Comunitária de 2º grau. A reunião será no próximo domingo, dia 16, às 15 horas, no Anfiteatro do SESI [...]<sup>223</sup>

A necessidade deste nível de escolarização leva a associação e se movimentar e propor a construção de um prédio com a mão-de-obra dos próprios moradores. Ao perguntar para o Sr. Luiz sobre esta luta da associação este narra que,

Esse detalhe da educação no Bairro Roosevelt foi algo assim em todas as ocasiões algo espetacular houve sempre essa consciência em todos que participaram na luta pela presença de escolas. [...] Onde o bairro tem esse

---

<sup>222</sup> Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi. Entrevista realizada em 10 de junho de 2009.

<sup>223</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA: Escola municipal de 2º grau. Uberlândia, 07 de janeiro de 1983, p. 09.

elevado grau de conscientização é devido esse investimento na educação. Na associação nós tivemos momentos maravilhosos né. [...] Outro momento que nós ajudamos foi quando do segundo grau na escola Padre Mário, que na ocasião os alunos terminava e queriam continuar na escola. Então era algo extremamente difícil de se conquistar, então na época a gente fez uma mobilização muito grande também com abaixo-assinado, reunião com os pais [...]

O ex-dirigente narra a luta pelo acesso ao segundo grau em uma das escolas do bairro e a conquista deste direito como ação dos moradores. É interessante o destaque dado ao grau de conscientização dos moradores e este imbricado a existência das escolas. A conscientização dos moradores e a capacidade da associação de organizar e conseguir conquistas para o bairro é o que organiza as memórias do Sr. Luiz. A entrevista é fundamental para reordenarmos nossas histórias e questionar determinadas memórias que falam do acesso aos direitos básicos no interior do bairro a partir da ação do poder público silenciando estas trajetórias de luta:

A escola de segundo grau, com quatro salas de aula, conquistada no final da administração Virgílio Galassi já está funcionando e ministrando o programa da primeira série para 100 alunos que nela foram matriculados, sem passarem por exames de seleção e que residem no Bairro Roosevelt, onde o estabelecimento foi implantado [...]<sup>224</sup>

O prefeito Zaire Rezende e o secretário de Saúde do Município, Flávio Goulart, inauguraram na manhã do último domingo, os centros de saúde do bairro Brasil [...] e do bairro Presidente Roosevelt [...].

No bairro Presidente Roosevelt, a inauguração do Centro de Saúde se iniciou as 10 horas e 30 minutos, com a presença de autoridades municipais e moradores.<sup>225</sup>

Nos dois recortes do Correio de Uberlândia a ação para construir prédios públicos que atendam as necessidades dos moradores vem acompanhada dos nomes dos prefeitos que inauguraram as obras ou administravam a cidade no momento em que foram feitas. Todo processo de luta e mobilização é apagado para ratificar uma noção política defendida pelos periódicos locais: a produção da cidade é obra do poder público e dos grupos economicamente dominantes, os moradores podem, no máximo, apresentar algumas reclamações numa espécie de ouvidoria:

---

<sup>224</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA: Segundo grau já funciona no Bairro Roosevelt. Uberlândia, 19 de fevereiro de 1983, p. 09.

<sup>225</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA: Prefeito Zaire Rezende inaugurou no domingo dois postos de saúde. Uberlândia, 07 de março de 1984, p. 05

As constantes e fortes chuvas que caíram por toda cidade, provocaram uma destruição no acesso para o Bairro Presidente Roosevelt, através do calçamento de paralelepípedos, junto ao posto Chuá. Como as águas descem com violência dos altos do bairro, para morrer naquele acesso, a força arranca as pedras e arrebenta o que encontra na sua frente.

Ontem, uma comissão de moradores daquele importante e progressista bairro de nossa cidade, esteve aqui na redação, a fim de solicitar ao prefeito Zaire Rezende e aos Secretários de Obras e Serviços Urbanos, urgentes providências [...]<sup>226</sup>

Nesta narrativa acima a imagem construída sobre o bairro já difere muito do lugar dos pobres da década de 1970 e podemos ler o processo de incorporação do lugar à cidade pela noção de progresso. Esta aceitação não se dá no nível do discurso e é resultado de um longo processo de luta pelas melhorias do bairro e pelo pertencimento à cidade orquestrada pelos moradores e postas em práticas com diversas estratégias.

Com uma narrativa diferenciada o jornal Primeira Hora também noticia a conquista do ensino de segundo grau no bairro:

Está em funcionamento desde o último dia 17 no bairro Presidente Roosevelt o anexo da Escola Estadual José Inácio de Souza, com quatro salas de 2º grau [...]. A Associação dos Moradores do Bairro Presidente Roosevelt pleiteou a instalação do 2º grau durante dois anos e segundo seu presidente, Antônio Eustáquio Marra “o anseio do povo foi atendido e continuaremos a reivindicar a melhoria da escola, com a construção da biblioteca, cantina, salas de laboratório, quadras de esporte e muro”.<sup>227</sup>

Há na notícia um espaço para a fala do presidente da associação e de suas futuras reivindicações, o que parece inverter a escolha dos protagonistas. Porém um olhar mais atento aos produtores do jornal (ligados ao grupo peemedebista que estava no poder com Zaire Rezende) percebemos que trazem a associação para mostrar a abertura do poder público ao diálogo com estas instituições sem abrir mão da centralização das ações ao prefeito.

O lugar exilado, exógeno, não pertencente começa a aparecer em determinadas narrativas como pressão. Em reunião da Câmara de Vereadores realizada no início desta década já algumas evidências da movimentação dos moradores do bairro:

---

<sup>226</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA: Moradores pedem recuperação do acesso ao Bairro Presidente Roosevelt. Uberlândia, 06 de janeiro de 1984, p. 01.

<sup>227</sup> PRIMEIRA HORA: 2º grau do bairro Roosevelt está em funcionamento. Uberlândia, 17 de maio de 1983, p. 05

ORESTES CLÁUDIO FERNANDES dizendo-se católico mostrou-se chocado com as atitudes de preparação para o 1º de maio por parte dos fiéis da Igreja São Judas Tadeu, prevendo manifestações sobre salários, desemprego e outros. Acha que atitudes políticas não combinam com a pastoral religiosa e que a distribuição de material de conteúdo agitador e subversivo por parte de elementos acobertados no templo, é uma afronta a religião<sup>228</sup>.

O contato com alguns militantes no interior da Igreja Católica foi importante para a formação de outros grupos no bairro e no aprendizado cotidiano para transformação de necessidades em direito. Aqui fazemos um destaque também para o trabalho realizado dentro do Clube de Mães da Igreja São Judas Tadeu:

Das atuações de algumas mulheres e da Igreja crescem os Clubes de Mães em Uberlândia. [...]

Josélia Dias dos Santos, 40 anos, casada, participante do Clube de Mães São Judas Tadeu, no bairro Roosevelt, há quatro anos, diz que sobre as atividades desenvolvidas no Clube “a discussão do evangelho é muito importante, pois conjugamos o evangelho com nosso cotidiano. Atualmente estamos fazendo uma reflexão em cima da temática ‘por que fome’.

‘Nesta reflexão é imprescindível discutir a questão política’. Josélia adianta que a discussão política sofre uma rejeição por parte de determinadas mulheres. Nestas circunstâncias a força de sua argumentação recai na fala de ‘a vida é um todo e a política é também fração deste todo’.

Esta aversão que Josélia constata em algumas participantes no referente à política é ainda explicada em tom de convicção: “Os políticos cegaram e judiaram com o povo e quando as pessoas entenderem isto elas certamente irão adquirir senso crítico” [...]

Uma das conquistas do Clube de Mães do Roosevelt é o funcionamento de três creches que atendem crianças de dois meses a 12 anos com a participação da Comunidade, Prefeitura Municipal, LBA-Legião Brasileira de Assistência, PEAE-Programa Estadual de Alimentação Escolar.

‘Em cada reunião trocamos ideias, pensamentos, adquirimos aprendizado manual e crescemos um pouco, diz Josélia que observa também a existência de casos de mulheres que vão ao Clube às escondidas do marido. “São machões que não querem que as esposas busquem esclarecimento e que consequentemente passam a reclamar dos seus direitos’.

A necessidade de contribuir com o orçamento doméstico nesta época de índice de inflação superior ao aumento salarial impulsionou inúmeras

---

<sup>228</sup> Ata da oitava sessão da terceira reunião ordinária de 1981, realizada em 28 de abril de 1981.

mujeres a aderirem a esta agremiação na busca do aprendizado de uma atividade que lhes proporcionem um mínimo de comercialização.<sup>229</sup>

A experiência de viver um processo difícil para permanência e pertencimento à cidade geram aprendizados diferentes para os moradores do bairro. O espaço da Igreja é transformado em lugar de diálogo e construção de estratégias para disputarem a cidade: trabalho, educação formal para os filhos, saúde pública transformam-se em direitos discutidos nestes espaços. Os antigos membros dos grupos dominantes que atuavam no poder público oficial e imprensa se sentem obrigados a dar respostas:

A Escola Estadual Polivalente do bairro Presidente Roosevelt, deverá ganhar também o ensino de 2º grau. Suas instalações são amplas e oferecem condições necessárias para a ampliação imediata e para o futuro, se for o caso, terá terreno suficiente para edificação de quantas salas forem necessárias para o atendimento da demanda de vagas<sup>230</sup>.

Aproprio das palavras de E. P. Thompson para dizer que os moradores do bairro, trabalhadores que em sua grande maioria vieram de outros lugares para esta cidade aceitam os valores impostos pelos detentores do poder político e econômico local e “revidam os golpes”<sup>231</sup> transformando em luta por direito aquilo que não tinham acesso. Há ao longo deste processo uma reordenação de forças provocada por este aprendizado que possibilitou a defesa de determinados valores e práticas no interior do bairro e a rejeição de projetos impostos pela prefeitura:

A construção da feira coberta do Bairro Presidente Roosevelt foi um erro. Quem admitiu isso foi o próprio prefeito Zaire Rezende, salientando que a obra foi executada sem ouvir a opinião da população local, bem como outras partes envolvidas. Agora a feira está sendo rejeitada pelo povo do bairro.

Zaire disse que será necessário fazer um reestudo da situação, pois a administração investiu altos recursos na mão-de-obra e não pode sofrer prejuízos. É uma obra de vulto e como não houve consulta prévia, surge agora a rejeição. ‘Ela precisa ser aproveitada e para isso vamos tentar fazer uma ampla discussão com a população’, disse o prefeito.<sup>232</sup>

<sup>229</sup> Clube de mães: a geração de novos hábitos. Jornal Participação, boletim informativo da assessoria de comunicação social da Prefeitura Municipal de Uberlândia, nº03, maio de 1985, p. 12.

<sup>230</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA: Ensino de 2º grau será ampliado em Uberlândia. Uberlândia, 29 de novembro de 1984, p. 10.

<sup>231</sup> THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina e o capitalismo industrial. In.: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 294

<sup>232</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA: População do Roosevelt rejeita feira coberta. Uberlândia, 31 de fevereiro de 1986, p. 05

A feira coberta foi um projeto da administração Zaire Rezende de colocar a antiga feira livre das ruas em um local fixo onde venderia além de verduras outras mercadorias como derivados de leite em parceria com a cooperativa de produtores de leite da cidade – CALU. Não se tem muitas evidências dos motivos que levaram a esta rejeição, mas o mais provável é o costume de ir à feira livre de rua próximo à casa dos moradores. No bairro havia três delas em locais diferentes e a prática de comprar do feirante, de pechinchar preços, aproveitar a xepa não é abandonada para comprar numa espécie de sacolão.

O mais relevante da notícia desta rejeição é a ação destes moradores que, com a negação pura e simples, ensinam ao prefeito o que é uma democracia. Neste processo, na atuação e permanência dos moradores, na resistência a mudanças de alguns modos de viver no lugar os significados sobre o bairro vão mudando. O cafundó, o lugar dos pobres é alcançado a categoria de bairro progressista na concepção dos redatores do Jornal Correio de Uberlândia. Para os moradores esta mudança é significativa porque passam a fazer parte da cidade.

Quando peço aos moradores para fazer uma avaliação do bairro hoje, eles trazem elementos significativos para suas vidas:

No meu ponto de vista hoje melhorou bastante, já tem asfalto, a gente tem o que precisa aqui perto né, supermercado, tem a UAI né, médico, tem farmácia, pra mim melhorou 1000 por cento, nem foi cem por cento [...]<sup>233</sup>

Melhorou muito UAI, melhorou muito porque tem hospital, tem farmácia, tem mercado, tem postinho, tem aquele como fala que faz exame... laboratório, muita coisa, mudou muito, agora aqui tem tudo, o que nós precisa aqui tem, tem muitas lojas aqui, então você não precisa saí daqui e í lá no centro [...]<sup>234</sup>

Vou tê dizê uma coisa ocê vai comprá uma casa aqui você vai gostá, esse bairro é bão a trezentos metros, seiscentos metros você vai encontrá dois bancos, aqui perto, tem UAI aqui perto, tem um supermercado aqui perto você pode í a pé, cinco linhas de ônibus aqui, nós somo privilegiado [...]<sup>235</sup>

---

<sup>233</sup> Maria Aparecida Duarte. Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

<sup>234</sup> Elza de Santos Brito. Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

<sup>235</sup> Miguel Alves dos Santos. Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2011

A avaliação geral dos moradores do bairro que estão aqui desde a década de 1970 é boa principalmente pelos equipamentos públicos e privados que facilitaram suas vidas. Em geral estes moradores têm mais de cinquenta anos e serviços públicos como os oferecidos pela Unidade de Atendimento Intensivo – UAI são importantes para o seu dia-a-dia. Além disso supermercados e farmácias facilitam suas vidas por não necessitar que se desloquem grandes distância para obter mercadorias básicas. Isto não significa que não existem problemas – “a questão que eu vejo hoje é a falta de médico porque você fica aí na UAI quase o dia inteiro para ser atendida, principalmente cardiologista” – mesmo porque, como lembra o historiador Carlos Menezes Souza: “a luta de classes continua compondo e experiência social, inclusive com ameaças e ações de enfrentamento”<sup>236</sup>

A avaliação positiva do bairro feita por alguns moradores não implica, também, que durante o processo de luta por estas melhorias não houvesse derrotas, que as perspectivas projetadas pelos moradores foram totalmente aceitas e incorporadas pelo poder público ou mesmo que concordemos com as estratégias utilizadas por dirigentes para conseguir os êxitos que achavam necessários neste momento.

Na conversa que tive com o Sr. Luis Antonio Rosa este revelara que para conseguir êxito nas negociações com o poder público valia qualquer estratégia, mesmo a de aproximação com os prefeitos e vereadores, ou apoiá-los em determinadas batalhas em troca do acesso aos serviços públicos desejados<sup>237</sup>. É com a certeza de usar a estratégia correta que este mostra fotografias com alguns políticos da cidade como uma espécie de medalha de honra:

---

<sup>236</sup> SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. **Ser trabalhador na cidade:** relações de classe em Uberlândia fins do século XX e início do século XXI. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009, p. 92.

<sup>237</sup> Na entrevista o Sr. Luis cita determinada manifestação que faziam para conseguir a implantação do segundo grau no bairro. Nesta encontraram o governador no aeroporto da cidade de Uberlândia e neste encontro também estavam professores da rede estadual de ensino protestando por melhores salários. O ex-presidente da associação diz que negociaram um apoio provisório ao governador para abafarem o momento crítico que vivia naquele lugar em troca de receber sua comissão de negociação.

Foto 14 e 15: A primeira com o ex-governador Eduardo Azeredo, e a segunda com o ex-prefeito Odelmo Leão (Deputado Federal no momento da foto), 1998.



Acervo do Sr. Luís Antonio Rosa.

Esta aproximação dá condições de ter seu nome na capa do jornal da fundação maçônica com o seguinte relato:

“Estamos próximos da realização de um antigo sonho”. Foi assim que o presidente da Associação de Moradores do Bairro Presidente Roosevelt, Luiz Antonio Rosa, se manifestou a respeito da inauguração da Unidade de Atendimento Integrado (UAI) Josias de Freitas. Segundo ele, esta foi a melhor notícia que os moradores do bairro receberam nos últimos tempo. “O prefeito Virgílio Galassi nos prometeu entregar a Unidade até o final de setembro e, mais uma vez, cumpriu sua palavra”, afirma Luiz<sup>238</sup>

A Unidade de Atendimento transformou-se em marco e referência para os moradores, divisa entre os bairros e símbolo das melhorias do Presidente Roosevelt. Outros espaços também foram usados para pactos entre moradores do lugar e os políticos formais ávidos por palanque e votos:

---

<sup>238</sup> **Plano diretor de Saúde é concluído com a inauguração da quinta UAI no Roosevelt.** Uai Roosevelt, órgão informativo da Fundação Maçônica Manoel dos Santos. Ano I, nº 01, Uberlândia, 1998, p. 01.

Foto 16: Festa de aniversário da E. E. Guiomar de Freitas Costa “Polivalente”, 1998.



Acervo da Escola.

Na foto, de preto, a ex-diretora da escola Maria do Rosário Silva, que foi candidata a vereadora em Uberlândia pelo Partido Democrático Trabalhista e já ocupou o cargo de Superintendente de Ensino indicada pelo ex-governador Aécio Neves e o ex-vereador Renato Bouças. A escola foi lugar de intensas campanhas de grupos políticos conservadores de Uberlândia. Assim como a inauguração da UAI estas festas na escola simbolizam as estratégias de apropriação dos anseios populares para manutenção das desigualdades de classe existentes na cidade. Hoje a luta é por um atendimento melhor e o processo de lutas e apropriações deste tempo pode ser interpretado sob outro prisma com o documento abaixo:

Em novembro de 1986 todos nós brasileiros fomos convocados a irem às Urnas dar o nosso apoio aos candidatos do PMDB, e o Brasil inteiro cumpriu o seu dever de escolher as pessoas que eram dignas para dirigir o nosso país, mas infelizmente logo após as Eleições, nós os Brasileiros fomos apunhalados pelas costas pelos nossos governantes que ao sentir com o poder que nós demos a eles nas mãos, usaram, não para o nosso bem, as usando deste poder para beneficiar uma minoria [sic] que tem o controle [sic] de uma boa parte do Brasil.

[...] O que mais me deixa preocupado é com o partido PMDB que tanto lutou para chegar no poder e que agora que tem tudo para mudar a situação fica de longe vendo tudo acontecer e nada faz de concreto para melhorar a vida de todos nós Brasileiros.

Moro em um Bairro de Uberlândia e é angustiante a situação por aqui, pais que desesperados abandonam a família por não dar conta de trazer para casa o suficiente para não ver os filhos morrendo a míngua, e outros Pais que vivem às voltas com o problema das faltas de moradia, sem condições de pagar aluguel, a situação é tão crítica, que a maioria tem que optar ou morrem, ou pagam aluguel, os dois jamais o salário que ganham não dá.

Eu sei que a maioria dos nossos políticos de hoje que estão no poder sabem destas situações, pois, a bem pouco tempo passaram pelos nossos Bairros fazendo campanha para se elegerem.

O que nós precisamos é da união de todos para melhorar a concentração e a solução de nossos problemas, a fim de que alguém tome alguma decisão por nós Brasileiros, urgente ou pelo menos a curto prazo [...]<sup>239</sup>

A carta desabafo do morador do bairro Presidente Roosevelt, Sr. Sebastião José Martins de Souza, mostra que nem sempre as lutas se resumiram aos aparelhos e serviços públicos e que em alguns momentos moradores do bairro, membros da Associação de moradores acreditaram que as mudanças poderiam ser de maior amplitude. Se o resultado das pressões exercidas pelos moradores foram eficazes na melhoria das condições de vida, resultaram, também na valorização do bairro pelo mercado imobiliário trazendo como consequência a dificuldade de permanência para aqueles que moravam de aluguel ou para os filhos dos antigos moradores, obrigados a sair para lugares mais distantes.

Assim o processo de luta pela cidade não se encerra para os moradores do bairro e os seus próximos. Veremos no último capítulo outros meandros desta disputa, agora em torno das memórias e dos silêncios produzidos sobre este lugar e os modos de vida constituídos pelos seus moradores nos últimos cinquenta anos.

---

<sup>239</sup> SOUZA, Sebastião José Martins. Carta à Associação de moradores do Bairro Bom Jesus. Uberlândia, 06 de abril de 1987, acervo da Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus, Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia.

*Capítulo III*

*Entre Paris e Roosevelt: memórias de um bairro*

Em 2009 o jornal Correio de Uberlândia fez uma série de reportagens com o título *Seu Bairro*, tratando da vida dos moradores de diferentes bairros da cidade. Os jornalistas entrevistavam moradores antigos, buscavam histórias curiosas, escolhiam a cozinheira ou o cozinheiro do bairro, descobriam práticas religiosas tradicionais e inseriam — de acordo com seus supostos —, os habitantes como personagens da narrativa. O objetivo das reportagens era mostrar as qualidades dos lugares, suas particularidades, e ao mesmo tempo apontar as deficiências e necessidades dos moradores, além de criar uma aproximação entre o veículo de comunicação e possíveis consumidores que viviam nessas localidades.

Dentre os muitos locais escolhidos para a série estava o bairro Presidente Roosevelt, onde morei de 1983 até 2006. Em uma reportagem de duas páginas no caderno Cidade, a jornalista Gislene Tiago ouviu antigos moradores para montar uma história sobre o lugar e, assim, listar suas principais características. O título e a linha de apoio<sup>240</sup> anunciam de antemão o olhar da jornalista: “Roosevelt: um dos bairros mais antigos da cidade. Comércio forte e área residencial densa estão em ruas arborizadas”<sup>241</sup>.

A reportagem começa narrando o cotidiano de trabalho da senhora Sueli de Oliveira: “Há 17 anos, a lavadeira Sueli de Oliveira, 60 anos, vive a rotina de acordar às 7h e se dirigir para a lavanderia comunitária do bairro Roosevelt, na zona norte de Uberlândia”. Homens e mulheres do bairro, como a senhora Sueli, são positivados na matéria jornalística que mostra um lugar idealizado, onde trabalho, lazer e religião compõem práticas que harmonizam com o olhar idílico produzido. A escolha narrativa de Gislene Tiago fica ainda mais evidente quando trata do planejamento:

O loteamento que deu origem à Vila Presidente Roosevelt, em 1945, compreendia a Fazenda do Salto. Inicialmente foram destinados 345 hectares (3,45 quilômetros quadrados). [...] Observando-se o mapa da cidade, constata-se que o traçado do bairro é em forma circular, com quarteirões em semicírculos e até triangulares, que causa o desencontro das ruas. Muito diferente do modelo tabuleiro de xadrez no qual as ruas seguem alinhamentos paralelos que se cruzam e se encontram.

Muitas histórias rondam os motivos para o traçado complexo que confunde visitantes e até os moradores do bairro. Há quem diga que o

<sup>240</sup> Linha de apoio é um subtítulo colocado abaixo do título principal, que complementa a informação deste e instiga à leitura do texto.

<sup>241</sup> TIAGO, Gislene. Roosevelt: um dos bairros mais antigos da cidade. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 22 fev. 2009, Caderno Cidade, p. B2.

bairro era rota de fuga e até esconderijo de militantes comunistas durante a ditadura militar. Nesta versão acredita-se que eles abriam trilhas e círculos para confundir a polícia. A história não encontra embasamento, pois o bairro teve início em 1945 e o golpe militar se deu no Brasil em 1964.<sup>242</sup>

A matéria continua com o depoimento de um morador do bairro:

Há ainda quem diga que, na época da instituição do bairro, a intenção era reproduzir o modelo de traçado em forma circular de Paris.

“Na verdade, ninguém sabe a verdade! Só o que se sabe, é que é difícil conseguir chegar aonde se almeja dentro do bairro até para os moradores e é também comum ver gente perdida por aqui pedindo informação”, disse Sérgio Silva de Araújo, 62 anos. Ele reside no bairro desde 1980, quando chegou de Pernambuco. Antes, já tinha passado diversas vezes pela cidade. “Quando me mudei em definitivo, optei por esse bairro porque aqui a gente é bem servido em tudo, de armário a supermercado, aqui não falta nada”.<sup>243</sup>

O seu traçado diferente e original na cidade emerge em uma narrativa que procura misturar diferentes olhares: por um lado, a preocupação com a organização física, o planejamento; por outro, o elemento mais ficcional, ou seja, os mitos que existem sobre o bairro, o que dá à reportagem um tom leve, de uma busca de histórias populares, “causos” que aproximam leitor e jornalista. Mitos e verdade compartilham um espaço e, ainda que deixe claro que a versão comunista não é comprovada, a jornalista não demonstra preocupação em confirmar “uma verdade”.

Deixemos as versões sobre o desenho cartográfico do loteamento para depois e continuemos a “leitura” sobre o bairro Roosevelt a partir da construção jornalística que, no diálogo com a moradora Luzia Pereira dos Santos, trata dos problemas do lugar:

Luzia Pereira dos Santos, 58 anos, também concorda que no bairro há produtos e serviços diversificados que atendem bem a população. Saudosa, a dona de casa lembra o tempo que no bairro podia-se transitar livremente. “A gente não corria os riscos que corre hoje de ser atropelado ou assaltado”, disse.

Ela mudou-se com os pais e os 11 irmãos para o local há 50 anos. A família vinha de uma fazenda perto do Prata, a cerca de 80 quilômetros de Uberlândia. Com os irmãos percorria o bairro para ir à escola e brincavam até a noite na rua [...]<sup>244</sup>

<sup>242</sup> Idem, ibidem, p. B2 (Intertítulo: Planejamento).

<sup>243</sup> TIAGO, op. cit., p. B2 (Intertítulo: Planejamento).

<sup>244</sup> Idem, ibidem, p. B2 (Intertítulo: População: Bairro tem mais de 25 mil habitantes).

Nesse enredo do jornal não poderiam faltar algumas críticas. Elas emergem do sentimento de saudade, significando, nas palavras da produtora do texto, mera consequência do progresso e uma espécie de tributo que se paga pelos “produtos e serviços diversificados que atendem bem a população”. Ainda nessa narrativa se nota um destaque para práticas religiosas:

O costume de procurar uma benzedeira para livrar-se de mau-olhado ou outros malefícios ainda sobrevive no bairro Roosevelt. A benzedeira Dalva Almeida Santana, 55 anos, recebeu de seu pai as instruções de como proceder.

“Eu o via atendendo as pessoas e sempre achei muito bonito, mas ele só me ensinou 15 dias antes de morrer e isso tem 39 anos”, disse.

Para ela, mais do que manter uma tradição, benzer é uma missão.<sup>245</sup>

A jornalista fala em costume e tradição ao narrar as práticas da senhora Dalva Almeida Santana. Nessa construção narrativa há um descompasso ou uma separação entre tradições “populares” vividas pelas pessoas que moram nos bairros e a história da cidade produzida sob a lógica do desenvolvimento industrial e comercial que nos acostumamos a ler no mesmo periódico<sup>246</sup>, isto é, a incorporação dessas práticas a essa história não significa uma democratização dos usos da cidade, mas um parêntese aberto para mostrar que a cidade comercial e industrial convive com práticas marginais ao seu percurso. Como anedotas, essas histórias não confrontam com o pressuposto sobre Uberlândia, já exposto no título da reportagem.

O foco narrativo que busca recuperar histórias “curiosas” do bairro tem também o intuito de aproximar a empresa jornalística do leitor, fazer deste um personagem da cidade e, futuramente, um consumidor do seu produto. Além disso, dialoga com o momento em que a notícia é produzida, com um jornalismo mais aberto ao diálogo com as diferentes práticas vividas na cidade e uma descentralização do olhar para as chamadas periferias.

O texto produzido nas páginas do Correio de Uberlândia aproxima tempos diferentes em uma lógica evolutiva, como se o crescimento urbano da cidade e do bairro fosse constante e linear — desde o plano inicial do loteamento até o comércio intenso da última década —; um desenvolvimento que destrói/reconstrói lugares, mas mantém vivas algumas “tradições”. Porém, entre o passado e o presente escolhido pela jornalista há um

<sup>245</sup> TIAGO, op. cit., p. B3 (Intertítulo: Religião: Fé leva muita gente à casa de antiga benzedeira).

<sup>246</sup> Voltarei a este assunto no desenrolar do trabalho.

processo histórico, lutas, vitórias, derrotas, muitas mudanças, algumas permanências e modos de vida que são silenciados nesse enredo do jornal.

A construção jornalística me chamou a atenção por algumas memórias sobre o bairro, principalmente os mitos de origem e uma espécie de valorização das pessoas que ali moram. Durante o meu trabalho de mestrado tive muito contato com a produção do jornal Correio de Uberlândia durante as décadas de 1980 e 1990 e o que eu lia eram notícias que apresentavam bairros como este pela precariedade e pela dificuldade de morar, longe dessa visão mais positiva. Por outro lado, como disse na apresentação, morei mais de vinte anos no bairro e essas histórias sobre as ruas e modelos para o loteamento nunca foram pauta em conversas entre os meus pares. O que ouvimos sempre dos que vinham de outras regiões era a dificuldade de encontrar endereços, entrar e sair do bairro.

A positivação do bairro e seu espaço no caderno Cidade despertaram minha atenção também porque o longo processo de lutas para melhorar esse lugar que vimos nos capítulos anteriores fora silenciado e os anos em que vivemos vizinhos ao mato, sem asfalto, as dificuldades de manter-se no bairro pelo aumento das prestações são recortadas para promover o enredo do desenvolvimento. Resolvi então começar a reflexão deste capítulo perguntando sobre a produção dos lugares urbanos nesta cidade, mais especificamente na problematização dessas memórias que estavam sendo instituídas sobre o bairro Presidente Roosevelt.

Essa preocupação ganhou ainda mais força quando me deparei com algumas fontes produzidas pelo poder público<sup>247</sup> que traziam histórias do surgimento do bairro em 1945, reafirmando a versão do plano-Paris e construindo significados para seu desenho urbano, para os moradores que ocuparam o lugar nas primeiras décadas e para a arquitetura das residências.

Este último capítulo nasce então do interesse em questionar esse processo recente de produção de memórias pelo poder público e as produzidas pelo jornal sobre o Presidente Roosevelt. Os registros do poder público encontram-se oficializados em inventários de bens imóveis e arquitetônicos da Prefeitura de Uberlândia, produzidos pela Secretaria de

---

<sup>247</sup> Refiro-me aqui a uma série de levantamentos do patrimônio histórico do bairro listados no site da Prefeitura de Uberlândia. Nele encontramos inventários da Igreja São Judas Tadeu, da Praça João Jorge Cury, do bairro Presidente Roosevelt e do plano arquitetônico do bairro.

Cultura entre 2006 e 2011 para criar nova perspectiva para a cidade, voltada para questões relacionadas com a proteção do seu patrimônio.

A preocupação com o patrimônio histórico do município não é uma novidade em Uberlândia. No início da década de 1980, o prefeito eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Zaire Rezende (mandato 1983-1988) criou a Secretaria de Cultura e dentro dela a Divisão de Patrimônio Histórico para fazer o primeiro levantamento dos bens materiais que poderiam ser tombados e preservados pelo poder público. Naquele momento, a intenção desse grupo era estabelecer uma oposição aos que mantinham o poder político oficial personificado na figura do prefeito Virgílio Galassi<sup>248</sup> (1971-1973; 1978-1982; 1989-1992; 1997-2000) “e atender as demandas das classes populares e parcelas intelectuais da cidade”<sup>249</sup>.

Em sua dissertação de mestrado, cujo objetivo central foi refletir acerca das ações de homens e mulheres negros na cidade, disputando espaço e lutando para verem suas necessidades atendidas, Fernanda Santos aponta o momento em que essa preocupação com cultura e patrimônio emergiu:

É importante situar as particularidades do momento histórico em que a Secretaria de Cultura foi instituída pelo poder público, porque isso se relaciona ao perfil construído pela administração zairista. Naquele contexto, o Brasil passava por transformações políticas e sociais que levaram ao fim da ditadura militar pela pressão de intelectuais, estudantes, militantes de partidos políticos e diversos setores sociais que, nos limites visíveis da violência imposta pelo regime, lutaram para derrotá-lo. A experiência de abertura política e democratização do país reivindicadas por parte da sociedade brasileira foi apropriada nas eleições subsequentes pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que, em Uberlândia, lançou um candidato cujo slogan de campanha era “democracia participativa”, proposta que convidava a população local, por meio das suas entidades representativas (o foco eram

---

<sup>248</sup> Para entender as tramas que envolvem a ascensão do prefeito Zaire Rezende em 1983 e as dinâmicas vividas na cidade em torno da proposta da democracia participativa ver: SANTOS, Carlos Meneses Sousa. **Democracia participativa e tensão social em Uberlândia**: experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

<sup>249</sup> SANTOS, Fernanda. **Negros em movimento**: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais – Uberlândia (1984-2000). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011, p. 123.

as associações de bairro), a decidir com o governo as prioridades da cidade.<sup>250</sup>

Se, no início da década de 1980, a noção de cultura e patrimônio foi instituída com a intenção de estabelecer algum diálogo com diferentes setores da sociedade, apropriando-se de diversas práticas vividas por eles<sup>251</sup>, a preocupação com o patrimônio histórico visto nas duas últimas décadas por parte do poder público está inserida em outro movimento forjado, entre outras coisas, pela promulgação da lei estadual 12.040, de 28 de dezembro de 1995, a chamada Lei Hobin Hood<sup>252</sup>, reformulada pela lei 13.803, de 27 de dezembro de 2000, que destina porcentagens da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para os municípios que demonstrem preocupação com o seu patrimônio, o chamado ICMS Cultural<sup>253</sup>.

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG) produziu, em 2007, uma cartilha explicando aos gestores públicos o funcionamento da lei:

Em 28 de dezembro de 1995, o governo mineiro criou a Lei n.º 12.040/95 que estabeleceu a redistribuição do ICMS através de novos critérios. Assim, passaram a ser considerados os seguintes itens:

---

<sup>250</sup> Idem, *ibidem*, p. 122.

<sup>251</sup> Soene Ozana de Lima analisou as concepções de patrimônio produzidas pela administração Zaire Rezende e constatou que “o patrimônio foi identificado como bem cultural pelos órgãos e técnicos responsáveis pelo seu mapeamento, sem que houvesse a participação direta dos moradores de Uberlândia”. LIMA, Soene Ozana. Visões/concepções sobre patrimônio histórico em Uberlândia-MG 1950-1988. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007, p. 56-57.

<sup>252</sup> A Constituição Federal determina que 75% do ICMS devem ser destinados aos municípios segundo sua arrecadação e os 25% restantes devem ser distribuídos segundo lei estadual. Até 1995 o peso maior para redistribuição desses 25% era dado ao Valor Adicionado Fiscal (VAF), o que beneficiava os municípios mais industrializados e mais ricos comercialmente, já que estes possuíam maior VAF.

<sup>253</sup> “A lei estadual 12.040/1995 definiu, para o cálculo dos quinhões de ICMS devidos aos municípios, o conceito de *Índice de Patrimônio Cultural* (PCC), mantido pela lei 13.803/2000, que consiste na atribuição de pontuação às cidades que pleitearem o recurso. Por meio dessa pontuação, avalia-se o tamanho e a importância de seu acervo histórico, além de seu empenho em criar uma política local de preservação. Recebem pontos os municípios detentores de conjuntos urbanos, bens imóveis ou móveis tombados, variando conforme o nível de tombamento [...] e a quantidade de exemplares [...]. GOULART, Maurício Guimarães. **Apenas uma fotografia na parede:** caminhos da preservação do patrimônio em Uberlândia (MG). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2006, p. 61. Esses “bens”, assim como o próprio bairro, estão apenas inventariados para demonstrar a existência e execução de uma política de patrimônio e o interesse em futuros tombamentos.

A população, a área territorial e a receita própria de cada município, e os investimentos em educação, saúde, agricultura, preservação do meio ambiente e do **patrimônio cultural**.<sup>254</sup>

Com a edição da lei, municípios como Uberlândia, que em 1995 tinha área territorial e arrecadação entre as mais altas do estado, passaram a perder receita<sup>255</sup> por não ter, entre outros requisitos para recebimento de parcela do imposto, reconhecido um grande acervo patrimonial que pudesse ser inventariado. Segundo o Iepha/MG, a pontuação segue esta base:

[...] Lei Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural; Lei de Criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (Deverá possuir regimento interno e apresentar atas das reuniões); Departamento de Patrimônio Cultural ou órgão afim.

Elaboração de Projeto de Educação Patrimonial; Realização do Projeto.

#### **INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO AO ACERVO CULTURAL - PLANEJAMENTO E AÇÕES.<sup>256</sup>**

Especificamente com referência ao tombamento, o Iepha/MG acrescenta:

#### **4 - TOMBAMENTO**

**Nas Categorias:** Núcleo Histórico, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, Bens Imóveis, Bens Móveis. Bens Tombados em Nível Federal e Estadual. Bens Tombados em Nível Municipal (Dossiês e laudos técnicos)

#### **4 - AÇÕES DE PROTEÇÃO:**

Investimentos em Bens e Manifestações Culturais. Atuação do Departamento de Patrimônio Cultural ou órgão afim<sup>257</sup>

Para se adaptar à lei e levantar todo o potencial da cidade no que tange ao recebimento de uma fatia maior do ICMS cultural, a Prefeitura de Uberlândia tomou todas

<sup>254</sup> IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **ICMS patrimônio cultural, o que é?** Disponível em: <[www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br)>. Acesso em: 06 nov. 2012, p. 1 (grifos no original).

<sup>255</sup> Os novos critérios da lei 12.040/95 geraram uma perda de arrecadação para Uberlândia na ordem de R\$ 55.539.122,46 no primeiro ano de implantação da lei, sendo o quinto município que mais perdeu recursos nesse início. Vale lembrar que essa perda não poderia ser recomposta apenas com investimento no patrimônio, que é um dos critérios de distribuição e tem peso 1,0. Os outros critérios são Valor Adicional Fiscal (4,68), área geográfica (1,0), população (2,710), população dos 50 mais populosos (2,0), educação (2,0), produção de alimentos (1,0), patrimônio cultural (1,0), meio ambiente (1,0), saúde (2,0), receita própria (2,0), cota mínima (5,50), municípios mineradores (0,11). Cf. FREIRE, Isabela Virgínia. **Avaliação do impacto da Lei Hobin Hood sobre os municípios mineiros.** Monografia (Graduação em Administração) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2002, p. 29.

<sup>256</sup> IEPHA, op. cit., p. 2 (grifos no original).

<sup>257</sup> IEPHA, op. cit., p. 2 (grifos no original).

as medidas necessárias, entre elas a promulgação da lei 11.273, de 17 de dezembro de 2012, que instituiu o sistema municipal de cultura que definiu as responsabilidades do poder público, entre elas a de “assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Uberlândia”<sup>258</sup>.

Em relação ao patrimônio histórico da cidade, a Prefeitura contratou uma empresa para assessorar na produção do Plano de Inventário de Uberlândia 2006/2011, que “em atendimento à Deliberação Normativa nº 01/2005 do Conselho Curador do IEPHA/MG, visa cumprir a Lei Estadual 13.803/2000, que estabelece os critérios para a distribuição dos recursos do ICMS pertencentes aos municípios de Minas Gerais”<sup>259</sup>.

Com a elaboração do plano, vários bens móveis e imóveis foram inventariados e nesse processo se oficializaram diferentes memórias sobre os lugares da cidade e em especial sobre o bairro Presidente Roosevelt. As memórias instituídas nesses documentos recentes ressaltam alguns sentidos hegemônicos sobre a cidade, compartilhando dos mesmos pressupostos do Correio de Uberlândia e valorizando aspectos que imprimem um valor histórico a determinados bens que poderiam ser “pontuados” ou que pelo menos mostrariam ao Iepha a preocupação do município com a política patrimonial.

Para problematizar essas memórias oficializadas e os supostos que as norteiam, dialogo com os moradores do bairro, analiso os projetos urbanísticos e a arquitetura de algumas casas do bairro. O objetivo deste caminho metodológico é chegar às pessoas e seus modos de vida na primeira ocupação do bairro entre as décadas de 1950 e 1970. A escolha deste recorte temporal se dá justamente por serem essas as décadas do início da construção do bairro e o percurso por onde os inventariantes buscam a legitimidade de suas memórias.

Procurei chegar aos moradores também pelos registros cartoriais que possibilitaram traçar um perfil de quem eram os donos das glebas de terras inicialmente comercializadas, quem as comprava, por qual valor e como esses primeiros compradores moravam no bairro.

---

<sup>258</sup> UBERLÂNDIA. **Lei 11.273**, de 17 de dezembro de 2012. Institui o sistema municipal de cultura no município de Uberlândia e dá outras providências. Uberlândia: Diário Oficial do Município, n. 4055-A, p. 1-12, 18 de dezembro de 2012. Disponível em: <[www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/6885.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6885.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2012.

<sup>259</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Plano de inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011**, p. 1. Disponível em: <[www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/6306.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6306.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2012.

Além dessas evidências, procurei andar pelo lugar para interpretar o espaço público e as residências dos moradores. Nessa caminhada, conversei com homens e mulheres e produzi registros fotográficos que tiveram como objetivo principal imprimir diferentes memórias sobre esse lugar e a partir delas escrever uma história que questione a oficializada pelos arquitetos e historiadores contratados pela Prefeitura e, nesse movimento, ampliar os sentidos e significados de viver em Uberlândia.

Na representação cartográfica colocada na página 91 deste trabalho, produzida em 2006, o bairro está próximo do que é considerado o centro da cidade (espaço nº 06 do mapa). Essa aproximação ganhou novos significados a partir da década de 1990, quando a região onde está localizado o bairro se expandiu para o extremo norte da cidade e tirou o Roosevelt do isolamento. Tal ampliação tornou o bairro mais interessante para o capital imobiliário na medida em que motivou investimentos públicos na região, melhorando as condições de moradia. Esses fatos têm provocado inúmeras mudanças na composição social dos moradores e na arquitetura — transformações estas que discutirei ao longo dos capítulos.

A localização física do bairro na cidade de Uberlândia foi instituída pela lei municipal nº 5.853, de 21 de outubro de 1993, que delimitou assim suas fronteiras:

Art. 1º - A área territorial urbana conhecida como Bairro Presidente Roosevelt compreende-se nos seguintes limites: início no Viaduto Chico Rivalino (Calu), BR-365 até o Viaduto Virgílio Mineiro (Rua Engenheiro Azeli), e deste indo pela Rua Constelação até a Av. Olívia de Freitas Guimarães (Córrego) até a Av. 03 de Outubro, Rua Fernando Alves Vieira, Rua São Domingos, Av. Monsenhor Eduardo até o Viaduto Chico Rivalino (Calu) onde se inicia esta descrição.<sup>260</sup>

Essas fronteiras físicas e legais têm a simples função de nos ajudar a localizar o bairro no espaço maior da cidade, mas, assim como o antropólogo Rogério Proença Leite, acredito que os lugares urbanos

têm fronteiras, mas elas não são necessariamente fixas e muito menos dadas: são construídas socialmente e negociadas cotidianamente com outros lugares no complexo processo de interação pública, através do

---

<sup>260</sup> UBERLÂNDIA. Lei nº 5.853, de 21 de outubro de 1993. Delimita e denomina as áreas territoriais urbanas do município de Uberlândia. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/1993/585/5853/lei-ordinaria-n-5853-1993>> Acesso em: 06 nov. 2012.

qual afirmam singularidades, emergem conflitos, dissensões e, eventualmente, consensos.<sup>261</sup>

O projeto de loteamento do bairro foi apresentado à Prefeitura em 1945 pelos proprietários da fazenda existente no local. Inicialmente procurei registros que me possibilitassem identificar quem eram os sujeitos envolvidos no projeto e para quais moradores esse loteamento estava sendo proposto. Encontrei na Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Uberlândia o registro cartorial e neste surgem algumas pistas:

Uma gleba de terras de campos situada neste município com propriedade de Olímpio de Freitas Costa, Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Custódio da Costa Pereira, com os proprietários vendedores, com sucessores de Sebastião de Freitas Costa; de Higino Guerra, com Otávio de Oliveira Santos e José Ribeiro [...] NOME, DOMICÍLIO, PROFISSÃO, ESTADO E RESIDÊNCIA DO ADQUIRENTE: IMOBILIÁRIA PRESIDENTE ROOSEVELT S/A, estabelecida nesta cidade. NOME, DOMICÍLIO, ESTADO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: Elpídio Aristides de Freitas e s/m D. Clarinda de Freitas, brasileiros, casados, proprietários da Imobiliária Presidente Roosevelt.<sup>262</sup>

Inicialmente a transação comercial mostra estratégias utilizadas com frequência por grupos proprietários de glebas de terras na cidade: a criação de uma empresa imobiliária para a venda fracionada da propriedade. Após o loteamento, os terrenos são vendidos em etapas para maior valorização e ganhos de capital. Nesse primeiro momento não há muitas evidências de moradores na região. O que encontrei foram transferências para particulares e outras empresas imobiliárias com claro interesse de investimento futuro. Em 1956, o então diretor da Imobiliária Roosevelt, engenheiro Renato de Freitas, filho dos proprietários, encaminhou pedido à administração municipal para redução de impostos sobre o loteamento, alegando que parte dos lotes já havia sido vendida e listando os primeiros compradores — alguns identificados no Quadro 1.

---

<sup>261</sup> LEITE, Rogério Proença. Localizando o espaço público: *gentrification* e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 83, p. 35-54, 2008, p. 41-42.

<sup>262</sup> CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS. Certidão de registro de imóvel, 1966.

Quadro 1 – Compradores de lotes da Imobiliária Roosevelt

Comprador	Lote	Data	Valor
(em cruzeiros)			
Ismael de Freitas	1/2	24.12.54	14.400,00
Imobiliária Tubal Vilela S/A	7/8	29.10.53	7.000,00
Maria Caparelli	10/11	16.02.55	15.240,00
Filhos de Joaquim Amâncio Filho, Ricardo e Eduardo	08 lotes	24.11.55	48.000,00

Fonte: Elaborado a partir de dados da Prefeitura de Uberlândia (1956)<sup>263</sup>

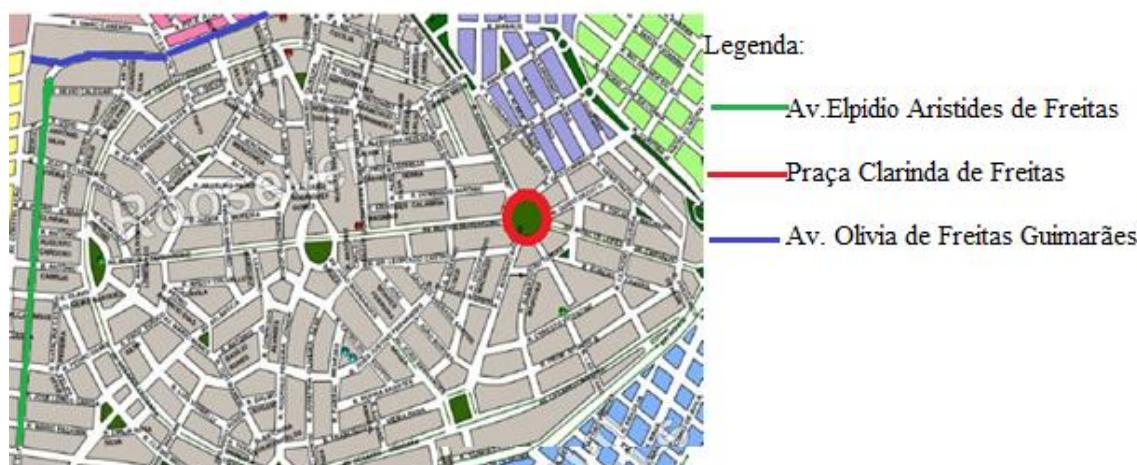
Entre os primeiros proprietários, pessoas físicas ou jurídicas que não tinham interesse em morar no lugar e vendas realizadas quase dez anos depois de aprovado o loteamento, o que demonstra pouco interesse ou grande dificuldade em morar naquele local. Para se ter uma ideia do valor desses terrenos, podemos comparar a aquisição dos filhos do Sr. Joaquim Amâncio, que compraram lotes a 6 mil cruzeiros cada em 1955, com um anúncio<sup>264</sup> de casas na rua Benjamin Constant — que não era o espaço mais valorizado comercialmente na cidade — publicado no mesmo ano. Oferecia-se um imóvel pelo valor de 70 mil cruzeiros, portanto, mais de dez vezes o valor do terreno vendido pela Imobiliária Roosevelt. A baixa valorização dos imóveis estava ligada, evidentemente, à falta de infraestrutura do bairro e por este não ser considerado, até parte da década de 1970, como pertencente simbolicamente à cidade — esta característica possibilitou aos trabalhadores pobres comprar seus imóveis na então Vila Roosevelt.

Outro elemento que merece atenção no registro cartorial do loteamento são os nomes citados na transação comercial. Em uma pequena avaliação do mapa atual do bairro, vê-se que eles já foram promovidos a nomes de grandes avenidas (ver Figura 10) em uma tentativa de instituir e manter uma memória de Uberlândia, na qual estes são eleitos como protagonistas da produção dos diversos espaços na cidade.

<sup>263</sup> Correspondência recebida pela Prefeitura de Uberlândia. Requerimento expedido pela Imobiliária Presidente Roosevelt em 23 de março de 1956.

<sup>264</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Anúncios para todos. Uberlândia, 25 nov. 1956, p. 3.

Figura 10 – Mapa do bairro Presidente Roosevelt



Fonte: Prefeitura de Uberlândia (2012)<sup>265</sup>

Esses sujeitos não foram escolhidos simplesmente por serem os proprietários da fazenda que foi loteada, mas por estarem envolvidos na política institucional da cidade e exercerem o poder político direta ou indiretamente. Em 22 de abril de 1950, o Correio de Uberlândia, em sua primeira página, trazia em destaque o que chamava de “novos valores de Uberlândia” e entre eles o jovem Renato de Freitas (prefeito de Uberlândia nos períodos de 1967-1969 e 1974-1977), que foi, alguns anos depois, diretor da Imobiliária Roosevelt. Para enaltecer as qualidades desse “promissor cidadão”, o jornal faz uma espécie de árvore genealógica:

Filho do estimado cidadão Sr. Elpídio Aristides de Freitas e de sua exma. Sra. D. Clarinda de Freitas, neto do Cel. Olimpio de Freitas e da Senhora Augusta de Freitas, sobrinho do Cel. Marcos de Freitas Costa e da Sra. D. Olívia Guimarães Freitas, é o novo engenheiro überlandense, ainda muito jovem, devendo completar a 23 de maio próximo o seu 23º aniversário natalício.<sup>266</sup>

Os homens dessa família exerceram cargos e comandaram partidos políticos dominantes na cidade, como o próprio Renato de Freitas e o coronel Marcos de Freitas Costa, que foi presidente de honra no início da década de 1950 do Partido Social Democrático (PSD) local. Não só dominaram funções políticas estatais como também controlaram meios de comunicação, como informa a historiadora Orlando Rodrigues Fernandes:

<sup>265</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. IPAC nº 006/2011 – Bens imóveis, p. 2. Disponível em: <[www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/6354.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6354.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2012 (destaques meus).

<sup>266</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Os novos valores überlandenses. Uberlândia, 22 abr. 1950, p. 1.

Já na década de 1970, o crescimento da Rede Globo, o fim da TV Excelsior e a situação ruim da TV Record afetam a TV Triângulo. Edson Garcia Nunes fracassa na sua tentativa de contato com a Rede Globo e em seus novos investimentos em comunicação, vendendo a TV Triângulo a Tubal Vilela de Siqueira e Silva, Rubens e Renato de Freitas e Rubens Leite em 1971. E em 1972 a emissora torna-se afiliada à Rede Globo.<sup>267</sup>

O lugar social desses sujeitos, detentores de poder político e econômico<sup>268</sup>, possibilitou que mantivessem seus nomes e de outros próximos na memória hegemônica da cidade, que silenciou outros sujeitos, principalmente aqueles que moraram no bairro Presidente Roosevelt nas primeiras décadas, tanto que o Correio de Uberlândia começou a divulgar notícias sobre o bairro e seus moradores somente no início da década de 1970 — assunto que será abordado nos capítulos seguintes.

Em 2011 essas memórias voltaram ao discurso público com a produção de um inventário do bairro promovido pela Secretaria de Cultura do município. Neste, a introdução da história produzida destaca os mesmos nomes:

O bairro Presidente Roosevelt (no início Vila Presidente Roosevelt, em homenagem ao presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt) fica nas terras da antiga Fazenda do Salto, dos proprietários Elpídio Aristides de Freitas e Sebastião de Freitas Costa. De suas terras, esses senhores transformaram 345 hectares em loteamento para fim residencial.<sup>269</sup>

Esse documento faz parte do plano de inventários de bens móveis e imóveis da cidade, citado anteriormente. Antes de publicar os inventários específicos de cada região e bairro, o documento faz uma breve apresentação da história de Uberlândia, afirmando uma perspectiva e tentando instituir, através de uma visão homogênea de identidade, uma noção de cidade.

Nas décadas de 1910 e 1920, começa a se definir o perfil identitário da cidade de Uberlândia. Nesse período, a imagem do antigo arraial subordinado a Uberaba, foi, finalmente, obliterada pela cidade progressista forjada nos jogos políticos locais. No final da década de

<sup>267</sup> FERNANDES, Orlando Rodrigues. **Uberlândia impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008, p. 28.

<sup>268</sup> Esses homens continuaram exercendo poder político na cidade. Basta dizer que o vice-prefeito nos dois últimos mandados (2005-2008 e 2009-2012), Aristides Antônio de Freitas Borges (PSDB), é sobrinho do ex-prefeito Renato de Freitas.

<sup>269</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. IPAC nº 006/2011 – Bens imóveis, op. cit., p. 3.

1910, foram construídos o Paço Municipal (atual Museu Municipal) e importantes edificações, que refletem esses elevados ideais de progresso e, ainda hoje, sobrevivem como patrimônios edificados do município. Outro fato importante, que merece ser destacado, é a definitiva alteração do nome da cidade para Uberlândia, ocorrida em 19 de outubro de 1929.<sup>270</sup>

A tentativa de criar um único perfil identitário para a cidade, ancorada na noção de progresso, tem como objetivo forjar uma cidade-patrimônio com centenas de bens com potencial de tombamento ou para serem inventariados. Nesse movimento se abrem as brechas para que os responsáveis pelo levantamento<sup>271</sup> escolham o que deve ser canonizado e transformado em “patrimônio/monumento”, como afirma a historiadora Sheille Soares de Freitas<sup>272</sup>. O fato desta cidade voltada para o progresso ter sido possível em função dos jogos políticos já aponta para os sujeitos escolhidos, isto é, aqueles ligados à política institucional nos diferentes níveis, como a família Freitas.

Sheille Soares de Freitas, que enfrentou questões parecidas como estas em sua tese de doutorado e ao tratar desse movimento de instituição de algumas memórias como patrimônio/monumento na cidade, traz a seguinte reflexão:

Essa ação promove uma dita partilha da vida comum em que o vínculo a certos sentidos de patrimônio emerge de uma tentativa de explicação universal e linear. Uma prática que, em grande medida, serve para legitimar interesses e valores de determinados sujeitos da cidade, como se fossem de todos. Na disputa pelo controle social e pela organização classista dos modos de viver, o dirigismo do como a feitura da cidade se processa perpassa a constituição de uma história, que é a expressão de certos projetos de cidade, ferramenta política na busca pela legitimação de uma cidade que deu certo.<sup>273</sup>

O movimento exposto pela historiadora é articulado nos inventários da Prefeitura no momento em que arquitetos e historiadores retomam a constituição da cidade via ideia de progresso, que está no suposto que orienta a história do bairro no jornal Correio de

<sup>270</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Plano de inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011**, op. cit., p. 31.

<sup>271</sup> Na ficha técnica do projeto consta que os responsáveis pela execução estavam ligados ao Laboratório de Projetos de Design, Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia, cuja coordenação estava sob responsabilidade da arquiteta e professora Giovanna Teixeira Damis Vital. Nessa época, era responsável pelo Arquivo Público Municipal e assina como tal no inventário a historiadora Valéria Maria Queiroz Calvacante.

<sup>272</sup> FREITAS, Sheille Soares de. **Por falar em culturas...** histórias que marcam a cidade. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

<sup>273</sup> FREITAS, 2009, op. cit., p. 22

Uberlândia. A partir desse fio condutor de todas as outras memórias produzidas, esses agentes instituem marcos, definem o que é histórico e reorganizam histórias sobre os lugares, silenciando práticas e modos de viver que não se enquadravam. E a história continua:

A década de 1940 marcou, em Uberlândia, um período de crescimento com a instalação de algumas fábricas, como duas cerâmicas; a diversificação do comércio e do setor de serviços, transformações que se refletiram de maneira acentuada no crescimento de seu espaço urbano. No ano de 1944 foi inaugurado o edifício do Mercado Municipal, que se configurou como um centro do comércio hortifrutigranjeiro. Nesta década, verifica-se a presença de profissionais com formação específica em arquitetura e engenharia, sendo João Jorge Coury o primeiro arquiteto, a fixar seu atelier na cidade, em 1940, e difusor da arquitetura moderna.

Consolidada nesta década, a arquitetura moderna representa a imagem de crescimento e progresso tão ansiado pela sociedade local. O edifício do Uberlândia Clube, inaugurado em 1957, é um símbolo do desenvolvimento da cidade, processo que refletiu em transformações também na arquitetura.<sup>274</sup>

Algumas noções são importantes nesse discurso, principalmente a de arquitetura moderna, pois este elemento foi usado pelos arquitetos e historiadores para qualificar outros espaços e lugares na cidade e, o mais importante para este estudo, no bairro Presidente Roosevelt. O trecho citado volta a trabalhar com a noção homogênea de sociedade, transformando anseio e projeções de determinado grupo em desejo de todos.

Foram essas concepções que orientaram os olhares “técnicos” sobre o bairro Presidente Roosevelt. Segundo os produtores do Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural, o projeto do bairro foi proposto no início da década de 1940 e o seu traçado peculiar surgiu como o primeiro elemento de valor histórico:

Assim, o primeiro bairro a se constituir [na região Norte], em 1940, foi o Presidente Roosevelt, com um traçado diferenciado, projetado pelo arquiteto modernista überlandense João Jorge Cury. Segundo Patrícia Pimenta, em sua tese de mestrado, o desenho do bairro remetia ao conceito urbanístico de “Cidade Jardim”, de Ebenezer Howard, que propunha o equilíbrio entre o crescimento econômico e os problemas sociais, integrados ao desenho da paisagem.<sup>275</sup>

---

<sup>274</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Plano de inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011**, op. cit., p. 31-32.

<sup>275</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Plano de inventário de proteção do acervo cultural**

As noções antes projetadas sobre a cidade se voltaram então para o bairro, entre elas as ideias de moderno e “cidade jardim”. Não me interessa entrar no debate específico da arquitetura e seus conceitos, mas sim entender o significado do seu uso na produção do documento. Dialogando com outra arquiteta, Patrícia Pimenta, concluí que o projeto tinha o intuito de equilibrar o crescimento econômico e os problemas sociais.

Novamente trago algumas reflexões de Freitas para pensar as noções que organizam esses documentos. Ao se deparar com a produção de cartilhas, exposições e outras atividades da Secretaria de Cultura de Uberlândia, a historiadora problematiza seus enredos e as escolhas dos homens e das mulheres que atuaram como produtores desta cidade a partir de um olhar institucionalizado.

Muitas vezes essa similaridade história da cidade/história de personagens se justifica por meio de noções de pioneirismo, doações, dedicação à obtenção de melhorias — pelo trabalho, recursos disponibilizados, influências e acordos políticos realizados. Ao fazerem isso, os “produtores culturais” que se incumbem de rememorar o passado da cidade resumem, nessas atuações, a benevolência marcante desses sujeitos como sendo o repertório que explica a feitura de Uberlândia, propondo tornar homogêneo o que, já de partida, distinguiram como “ilustres e anônimos”.<sup>276</sup>

Essa concepção criticada pela historiadora foi também a base para a construção de uma história para o bairro Presidente Roosevelt. Se, em um documento, o desenho do bairro foi inspirado nas “cidades jardins”, em outro, quando inventariam o bairro como lugar com potencial de preservação, surge outro sentido para seu ordenamento.

Seguindo os ideais dos planos de Haussmann aplicados em Paris, foi realizado o traçado do Bairro Roosevelt. No plano de Haussmann, o traçado contaria com ruas que cortam em todos os sentidos, perspectivas com longas avenidas, praças com monumentos e edificações como marcos da paisagem. Todo o traçado seria cortado por grandes eixos, contornada por um anel viário, e contaria com vias largas e arborizadas, sintetizando o ideal sanitarista. É nessa mesma época que nascem os ‘carrefours’ (rotatórias).<sup>277</sup>

O que faz o bairro ser único e um patrimônio do município é o seu traçado nos moldes de Paris — cidade que sofreu uma profunda e polêmica reforma urbana,

---

<sup>276</sup> 2006/2011, op. cit., p. 47-48.

<sup>276</sup> FREITAS, 2009, op. cit., p. 22.

<sup>277</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. IPAC nº 006/2011 – Bens imóveis, op. cit., p. 5.

empreendida no século XIX pelo barão Haussmann<sup>278</sup> e que inspirou intervenções em várias outras cidades do mundo. No documento citado, o nome do arquiteto João Jorge Cury desaparece e emerge um bairro e seu traçado sem sujeitos, mas de inspiração parisiense. Para comprovar essa tese, os arquitetos da empresa Paginar Editoração Ltda, envolvidos na produção do Inventário de Proteção do Acerco Cultural (IPAC) nº 006/2011, usam fotografias. Na primeira (Figura 11) aparece a parte central da cidade de Paris.

Figura 11 – Foto da parte central da cidade de Paris



Fonte: Secretaria de Cultura de Uberlândia (2012)<sup>279</sup>

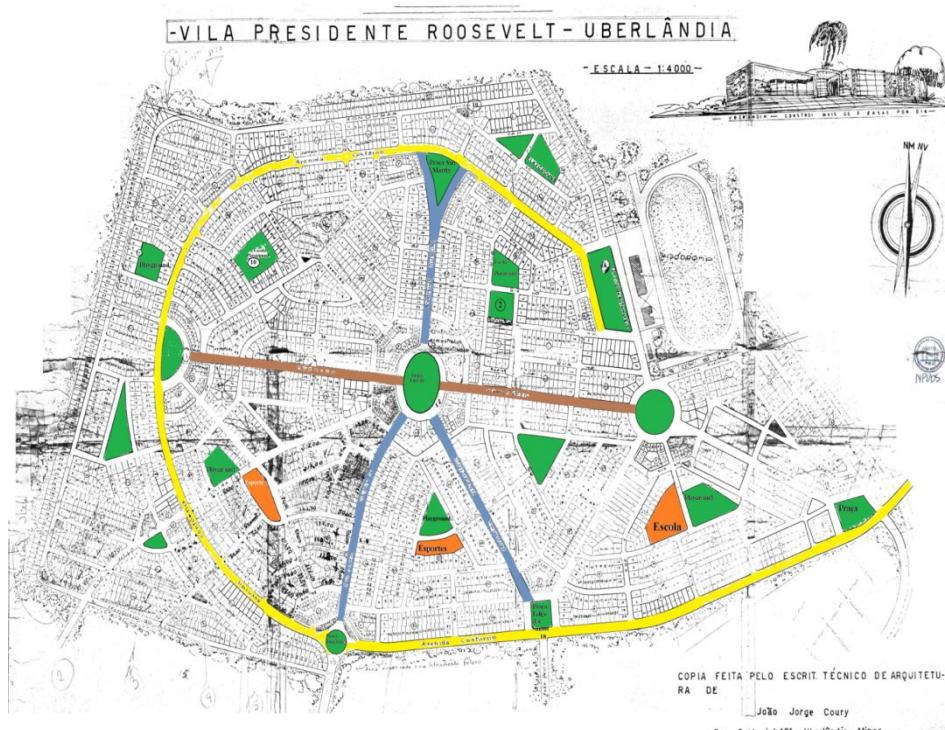
Possivelmente os responsáveis pela produção do documento não encontraram evidências mais claras da inspiração no modelo parisiense no bairro e usaram a fotografia para sustentar sua tese e mostrar a importância de tal inventário. Ainda segundo esse documento, suas principais avenidas e praças comprovariam essa versão.

<sup>278</sup> Georges-Eugène Haussmann, conhecido como barão Haussmann, foi prefeito de Paris entre 1853-1870 e responsável pela reforma urbana da cidade no século XIX. Segundo Ortiz (2000, p. 18), com as intervenções de Haussmann “Paris transforma-se numa cidade moderna, isto é, num todo integrado. Haussmann racionaliza o espaço urbano, traça ruas, avenidas, pontes, praças, interligando os pontos nevrálgicos da urbe”. ORTIZ, Renato. Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual. **Tempo Social**, v. 12, n.1, p. 11-28, maio 2000.

<sup>279</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. IPAC nº 006/2011 – Bens imóveis, op. cit., p. 2.

Durante esse período de transformações por que passou o bairro (e a cidade) consolida-se uma particularidade urbanística. Conforme é possível observar no traçado e disposição das ruas, nota-se (acompanhando a Avenida Cesário Crosara [destacada em amarelo na Figura 12]) que o bairro tem uma forma levemente circular, que lembra a planta da cidade de Paris, em que as ruas convergem para uma parte central (no caso do bairro Roosevelt, a praça onde está localizada a Igreja São Judas Tadeu). Trata-se de uma organização urbanística complexa (que dificulta a orientação dos transeuntes que circulam pelas ruas do bairro), no qual há uma avenida que forma um cinturão em volta do bairro, uma avenida que corta o bairro no sentido horizontal [destacada em marrom na Figura 12], outra na vertical e duas outras vias pela diagonal [destaque em azul na Figura 12]. Comparando o mapa do bairro com a foto [da cidade de Paris], é como se a parte em primeiro plano na fotografia fosse a Praça Lincoln (no centro do bairro). Dela partem as principais avenidas e ruas do bairro, como a Avenida Morumbi Bernadino, a Rua Ordália Carneiro, a Avenida João Bernardes de Souza e a Rua Rodrigo Pereira Júnior, todas afinadas com um planejamento urbano moderno, que prevê ruas e avenidas largas, arborizadas etc.<sup>280</sup>

Figura 12 – Planta inicial do bairro Presidente Roosevelt em meados da década de 1940



<sup>280</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. IPAC nº 006/2011 – Bens imóveis, op. cit., p. 3-4.

O destaque para o traçado circular tem como principal propósito diferenciá-lo para fins de proteção e promoção a patrimônio histórico. Por isso cresce a importância de se comparar com a cidade de Paris e inscrevê-lo dentro das técnicas da arquitetura moderna. Não há nas fontes pesquisadas sobre o bairro, nos arquivos públicos da cidade, nos registros cartoriais, no projeto do loteamento da Secretaria de Planejamento, referência mais direta a essa aproximação Paris-Presidente Roosevelt, mas a versão foi tornando-se dominante e, de alguma forma, dá ao bairro um novo status no ordenamento da cidade.

O jornal Correio de Uberlândia trata essa versão como uma espécie de mito — “Há quem diga que, na época da instituição do bairro, a intenção era reproduzir o modelo de traçado em forma circular de Paris”<sup>281</sup> —, mas a informação é enfatizada em outros documentos produzidos pelo poder público. Temos, agora, outro inventário de bens imóveis do bairro, a Praça João Jorge Cury:

A região onde se encontra a Praça João Jorge Cury fazia parte da Vila Roosevelt, uma área voltada para a moradia da população operária, de propriedade de Elpídio Aristides de Freitas e de sua esposa Clarinda de Freitas. Seu loteamento ocorreu em 1940, quando seu processo de urbanização foi iniciado e a localidade passou a ser denominada por bairro Presidente Roosevelt.<sup>282</sup>

Nas histórias contadas nos documentos da Secretaria de Cultura constam as mesmas informações, porém, algumas mudanças podem ser vistas nos diferentes inventários. No produzido sobre a Praça João Jorge Cury aparece pela primeira vez uma referência aos moradores do lugar, classificados de população operária, o que não diz muito sobre suas práticas e modos de vida, mas dá algumas pistas para chegarmos a eles. As atenções continuam sobre o traçado do bairro, mas com ênfase no seu idealizador.

Esse bairro se constituiu com um traçado diferenciado, projetado pelo arquiteto modernista João Jorge Cury, que privilegiava quadras de tamanhos irregulares e praças arborizadas voltadas para o lazer dos moradores. Nesse sentido, no perímetro formado pelas avenidas Adriano Bailoni, Cesário Crosara, João Bernardes Souza e a rua Francisco Vieira de Paiva passou a existir um espaço de convivência para a população

---

<sup>281</sup> TIAGO, 2009, op. cit., p. B2.

<sup>282</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Inventário de proteção do acervo cultural:** estruturas arquitetônicas e urbanísticas, p. 1. Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5579.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5579.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2012.

operária que recebeu a denominação de Praça João Jorge Cury em homenagem ao célebre arquiteto que desenhou o traçado do bairro.<sup>283</sup>

A praça ganha relevo nesses documentos pela projeção do arquiteto e emerge como um dos símbolos da arquitetura moderna na cidade. Existe também uma tentativa de estabelecer as formas de uso desse lugar: “convivência para a população operária”. O que chama atenção no primeiro momento em que se chega à praça é o anfiteatro (Foto 17) no centro com as arquibancadas para um possível público. A intenção do projetista seria a de criar um espaço onde os moradores pudessem se reunir para apresentar suas criações artísticas ou mesmo para tratar de assuntos daquela coletividade.

Foto 17 – Anfiteatro na Praça João Jorge Cury



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura (2012)<sup>284</sup>

O espaço não foi e não é usado como projetado. Ainda que tenha em seu entorno um centro religioso, a praça não foi utilizada como lugar de concentração ou festejos populares e não há evidências de que seu anfiteatro tenha sido um dia aproveitado pelos moradores.

No início da década de 1970, quando a praça foi inaugurada, o Correio de Uberlândia produziu duas notícias com sentidos muito diferentes em relação aos moradores. Na primeira delas a estética do lugar parecia deslocada do bairro onde fora

<sup>283</sup> Idem, ibidem, p. 1.

<sup>284</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Inventário de proteção do acervo cultural:** estruturas arquitetônicas e urbanísticas, op. cit., p. 1.

construído: “A nova praça da Vila Roosevelt, que recebeu o nome do arquiteto João Jorge Coury é muito bonita e funcional. Mas breve terá que ter um policiamento permanente para evitar que seja destruída pelos moleques”<sup>285</sup>. A notícia revela sentidos produzidos sobre os moradores da Vila no início da década de 1970, pessoas que não tinham condições de ter um espaço como esse. Muito diferente da memória produzida hoje, o jornal não fala em operário e a praça parece ser um lugar construído para divulgar a cidade e não um espaço de lazer para a população.

No mesmo ano foi publicada outra notícia: “A Prefeitura Municipal inaugurou a praça nova na Vila Roosevelt, que tem o nome do saudoso urbanista e arquiteto João Jorge Coury. Que praça? Nem está pela metade! Uma obra pela metade não pode ser dada por inaugurada...”<sup>286</sup>. A obra foi executada durante o mandato de Renato de Freitas que se encerrava naquele ano. O filho dos proprietários da Imobiliária Roosevelt, o ex-diretor da empresa, utilizava recursos públicos para valorizar comercialmente o bairro. A crítica sobre a situação da praça não tinha relação com o uso que os moradores fariam, mas sim com as disputas político-estatais daquele momento. 1970 era o último ano do mandato do então prefeito Renato de Freitas e o jornal, ligado historicamente a grupos políticos rivais, apoiava o candidato Virgílio Galassi.

Atualmente o uso que podemos ver nesse espaço é o de jovens que se reúnem para ouvir música, andar de bicicleta e skate ou, em outros momentos, homens e mulheres que utilizam o anfiteatro como moradia improvisada. O uso mais comum da praça é como ponto de frete (Foto 18) e venda de lanches e outros produtos que esporadicamente aparecem (Foto 19).

---

<sup>285</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Coluna Feira-livre. Uberlândia, 11 nov. 1970, p. 3.

<sup>286</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Coluna Feira-livre. Uberlândia, 15 nov. 1970, p. 3.

Foto 18: Caminhões de frete na praça



Foto 19: Carrinho de lanches na praça



Fonte: Renato Jales (fotografias produzidas em 10 de novembro de 2012)

Além do uso não projetado para a praça, o nome utilizado pelos fretistas que nela trabalham não é o do famoso arquiteto: “seria uma praça qualquer, mas como ela foi pioneira, todo mundo ah... vamos lá pra Praça da Help [antiga boate que funcionava na praça], é mais movimentada”<sup>287</sup>. São os usos que se faz da praça que lhe dão vida e sentido e são eles que questionam a tentativa de singularizar sua produção. Os nomes dados a ruas, praças e monumentos projetam uma memória de grupos que se quer manter como produtores dos espaços, mas é na vivência diária dos moradores que essas memórias são questionadas, se não diretamente, o são no silenciamento desses nomes e na criação de outros mais “funcionais” para os que usam.

O inventário continua tratando do arquiteto João Jorge Cury:

Nascido em Abadia dos Dourados — região do Triângulo Mineiro — em 25 de novembro de 1908, pode-se afirmar que sua trajetória profissional esteve intimamente ligada à sua trajetória política. João Jorge Cury (sua grafia correta seria Coury) foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Uberlândia. Era uma figura carismática e polêmica, tendo participado ativamente da atividade cultural da cidade. Além de renomado arquiteto, foi um grande articulador político falando sobre urbanismo e problemas habitacionais.<sup>288</sup>

<sup>287</sup> Sr. Reginaldo. Entrevista realizada na Praça João Jorge Cury em 07 de fevereiro de 2012. O morador não quis gravar uma entrevista formal. Falou em poucos minutos da praça onde trabalha e de algumas mudanças em seu entorno. Em função da informalidade da entrevista, disse apenas seu primeiro nome e não informou sua idade, mas aparenta ter aproximadamente 50 anos.

<sup>288</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Inventário de proteção do acervo cultural:** estruturas

Não há, nessa narrativa, referência à cidade de Paris, mas sim o privilégio a “quadras de tamanhos irregulares e praças arborizadas voltadas para o lazer dos moradores”. A ênfase no lazer e na presença física dos moradores/operários na narrativa é influenciada pela biografia do homenageado. João Jorge Cury, como destacado no texto, foi um dos fundadores do Partido Comunista em Uberlândia; portanto, a história de um bem imóvel que lhe homenageia não poderia ser feita sem algumas interlocuções com o que se imagina ser a preocupação dos comunistas: operários e problemas habitacionais.

Por fim, o documento trata das mudanças no uso da praça:

Inicialmente, os usos sociais da Praça João Jorge Cury tinham relação ao aspecto estritamente residencial do bairro. No entanto, com o desenvolvimento comercial e industrial da região, os usos atuais dessa praça passaram a possuir estreita ligação com a dinâmica comercial do bairro, uma vez que nela se encontram lojas de discos, de produtos agropecuários, distribuidora de bebidas e consultório odontológico. A presença de festejos ligados à entidade afro-religiosa de Abacá de Ogum Megê amplia ainda mais os presentes usos desse espaço de sociabilidade [...]<sup>289</sup>

O que os produtores do documento entendem por uso social da praça envolve o comércio em seu entorno e não o uso propriamente dito do lugar, talvez por não existirem práticas cotidianas no seu interior ou por não verem os “operários” usarem o seu anfiteatro ou mesmo pelo seu uso comercial ser feito por trabalhadores não regulamentados oficialmente pela Prefeitura: vendedores de caldo de cana, de móveis, frutas, lanches, redes para descanso, tapetes. Para não distanciar a praça do uso popular, o texto faz menção à religiosidade afro — uma forma atual de tratar essa prática religiosa, mas que nem sempre foi aceita como uma opção moralmente válida<sup>290</sup>. Porém, a referência a essas práticas religiosas está ligada mais à presença física do centro espírita no entorno da praça do que seu uso pelos frequentadores do lugar.

Não estou afirmando que as preocupações do arquiteto Cury com a população que viria morar no bairro fossem falsas. A questão fundamental para este trabalho é perceber que a ênfase nessas noções tem relação com a cidade que quer patrimonializar no

---

<sup>289</sup> arquitetônicas e urbanísticas, op. cit., p. 1.  
<sup>290</sup> Idem, ibidem, p. 1.

<sup>290</sup> LOPES, Rodrigo Barbosa. **Olhares sobre a umbanda**: o cultuar de orixás na e pela cidade de Uberlândia (1930/1940 e 1990/2000). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

tempo presente, isto é, desvelar quais as memórias que o poder público, através da empresa de consultoria, quer tornar pública e “protegida” e quais quer silenciar, apagar. Por outro lado é importante destacar que os espaços urbanos, como a praça, só se transformam em espaços públicos “pela presença de ações que lhe atribuem sentidos”<sup>291</sup>, ou seja, são os usos feitos pelos moradores e trabalhadores do local que lhe dão significado, transformam esse espaço em um lugar e tensionam os sentidos patrimonializados.

As conversas com os moradores do bairro se transformaram em importante caminho metodológico para o questionamento de histórias como esta, escrita sobre a praça. Entre os diferentes sujeitos com quem dialoguei sobre a vida no bairro está o senhor Neirimar Vieira Marques. Ele chegou ao bairro na segunda fase de sua ocupação na década de 1980. Inicialmente iríamos falar sobre a aquisição de sua casa com financiamento pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), a luta para manter os pagamentos em dia e de que forma interpretava as mudanças vividas por ele e sua família nestes mais de trinta anos vividos no Presidente Roosevelt. Motorista aposentado, ele tratou, entre outros assuntos, do desenho das ruas:

Neirimar: o bairro tem umas ruas muito estreita, esse projeto ocê num sabe, vou te falá procê foi baseado no... no... inglês, esse cara veio de Londres, entendeu? Que fez o projeto.

Renato Jales: Então alguém copiou esse projeto para implantar aqui?

Neirimar: Não... Elas são francesa, não é inglesa, o projeto aqui foi feito, você pode repará que você tem rua de um quarteirão, entendeu? Você tem uma avenida muito larga que rodeia o bairro todinho aqui, chama-se Cesário Crosara, ela roda o Roosevelt todinho.<sup>292</sup>

As memórias do Sr. Neirimar são organizadas a partir do seu ofício, tanto que ele destaca inicialmente as ruas estreitas por onde trafegava e outras onde deixava o caminhão da empresa antes de sair de viagem. O morador recupera o mito em torno do desenho, mas este foi interpretado à luz de suas experiências, e é justamente no diálogo com sujeitos como ele que temos a oportunidade de confrontar as memórias dominantes que foram produzidas sobre o lugar onde moram.

O inventário dos arquitetos e a narrativa do Sr. Neirimar interpretam o desenho urbanístico do bairro como uma inspiração trazida da cidade de Paris. Os arquitetos,

<sup>291</sup> Cf. LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas/SP: Editora da Unicamp; Aracajú/SE: Editora da UFS, 2004, p. 221.

<sup>292</sup> Neirimar Vieira Marques. Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

porém, falam a partir de um lugar, do olhar acadêmico, inspirados em uma literatura que trata do tema (o inventário cita a obra *A “paisagem urbana moderna”*, de E. Ralph, publicada em 1990) e de uma aliança com o poder público. Da literatura acadêmica, e principalmente da parceira com a Prefeitura, os arquitetos tiram suas conclusões sobre o espaço, entre elas a existência de “um planejamento urbano moderno, que prevê ruas e avenidas largas, arborizadas”.

Nas narrativas tem-se o espaço vivido na prática de um ofício e, portanto, interpretações que tensionam a tentativa de se instituir uma cidade monofônica ou construída por poucos. É no diálogo com os sujeitos que vivenciam o cotidiano do bairro que se podem estabelecer outros pactos, diferentes daqueles realizados por profissionais que produziram o inventário. O que se quer é democratizar o uso dos diferentes espaços da cidade e ampliar o número de vozes que falam e interpretam sua produção histórica.

A existência do mito Paris-Roosevelt não se limita à interpretação oficializada, mas torna-se dominante pela desigualdade de forças na institucionalização e circulação de memórias. Além de produzir o inventário do bairro, a Secretaria de Cultura criou uma política de educação patrimonial que transforma suas produções históricas em conteúdo didático a ser ensinado.<sup>293</sup>

Entretanto, no interior do bairro, na utilização dos espaços e na transformação destes em lugares, isto é, no uso e na produção de significados, os sujeitos sociais não se prendem às proposições dos que estão à frente do poder público. Eles constroem outras referências, fazem usos diversos, silenciam a memória oficializada, produzem outras. Isso fica muito claro em um aspecto bastante específico do mito Roosevelt-Paris apropriado pelos moradores. Uma das principais praças do bairro, muito usada como pista para caminhadas e lazer dos moradores, recebeu o nome de Clarinda de Freitas (sócia-proprietária do loteamento e da Imobiliária Roosevelt), mas ninguém a conhece com esta identificação — o mesmo que se observa em relação à Praça João Jorge Cury. O lugar é chamado de “Praça Paris”, fazendo-se alusão ao projeto, o que desconsidera parte da memória que se quer para o lugar e reafirma o mito em função das expectativas dos próprios moradores do Roosevelt e dos frequentadores da praça.

---

<sup>293</sup> A historiadora Sheille Soares de Freitas questionou algumas produções dessa educação patrimonial e concluiu que “com esse didatismo homogeneizante a cartilha propõe redefinir a historicidade do fazer de determinados costumes, deslegitimando, ou até hierarquizando, experiências que formulam, transformam e mantêm certos modos de viver enquanto valor cultural”. FREITAS, 2009, op. cit., p. 22.

Outro habitante do bairro com quem conversei foi o Sr. Luís Antônio Rosa, que mora próximo à rodovia BR-050, no que estou chamando de Roosevelt Velho por ser o espaço da primeira ocupação e, portanto, da vivência de moradores mais antigos. Este senhor está no bairro desde a década de 1960 e, como ele mesmo afirma, “é filho do bairro”. Cheguei a ele na busca por ouvir pessoas que participaram da Associação de Moradores em algum momento, principalmente nos primeiros anos de sua criação. O ex-presidente tem uma narrativa organizada a partir dessa experiência. Quando perguntei o que sabia sobre o surgimento do bairro, ele trouxe outras histórias e elegeu outros sujeitos:

[...] Ela é muito reservada, mais é uma pessoa assim que toda história do bairro começou com a família dela, essa senhora que mora aqui na esquina, ela chama senhora Grimalda, ela é esposa do senhor Ozélio Proença que foi expedicionário da Segunda Guerra Mundial, então quando o senhor Ozélio veio pro Brasil, após guerra o Bairro aqui não existia ainda e ele na guerra trabalhou com trator [...] na guerra ele relatava pra nós que ele mexia com trator, furava aquelas valas e com o trator ia enterrano, então coisas muito tristes. A partir do momento que ele veio teve uma empresa que comprou e começou a loteá o bairro [...] então ele que começou a abri as ruas do bairro, então o princípio da história do bairro tá aí... a senhora Grimalda é uma senhora que até hoje tem uma história de doação pro bairro.<sup>294</sup>

Não mais a família Freitas ou o arquiteto João Jorge Cury; nada de planejamento moderno ou alguma referência à cidade de Paris. O senhor Luís Antônio Rosa elege outros protagonistas como “fundadores” do bairro. A empresa responsável pelo loteamento e seus proprietários são deslocados para o fundo de sua narrativa e o marco fundador passa a ser as ações do senhor Ozélio — “a partir do momento que ele veio” — e independe de serem outros os proprietários da gleba de terras ou responsáveis pelo loteamento; a ação de produzir o espaço se desloca para um dos moradores.

Aos mitos de criação do bairro (Paris überlandense ou fuga de comunistas) junto outro, criado pelo Sr. Luís Antônio Rosa, que traz a figura do ex-combatente da Segunda Guerra Mundial para frente da cena. Este e outros mitos que poderiam surgir têm a função de ordenar significados e sentidos políticos para o lugar. Eles criam marcos históricos, apontam sujeitos e traduzem olhares políticos sobre a produção do espaço. Não importa

---

<sup>294</sup> Luís Antônio Rosa. Entrevista realizada em 09 de fevereiro de 2012.

buscar os elementos verdadeiros dessas criações, mas sim perceber, na produção dessas memórias, como a cidade está sendo disputada.

Os desdobramentos das concepções até aqui expostas podem ser vistos na construção de significados sobre os moradores e sobre as relações vividas no bairro. Se a intenção dos inventariantes é produzir uma memória ordenada pela ideia de projeto “moderno” ou arquitetura moderna, os moradores falam e lembram com base em outras referências. Como sabemos, a memória produzida no momento da entrevista não é sequenciada, linear, pois, como ensina Alessandro Portelli, “os narradores podem estar mais interessados em buscar reunir conjuntos de sentidos, de relacionamentos e de temas, no transcorrer de sua vida”<sup>295</sup> e nesse movimento os sentidos dominantes podem simplesmente ser esquecidos e emergirem aqueles construídos no interior do bairro.

Essa tensão é percebida de maneira muito clara quando o tema é as condições de moradia nas primeiras décadas. Segundo o inventário, o projeto da Vila Roosevelt era

uma tentativa de resolver os problemas de insalubridade, de pobreza e de poluição advindos da industrialização das cidades, por meio de uma nova relação entre a cidade e o campo. A intenção maior, da Administração Pública da cidade de Uberlândia, no momento de implantação do bairro, era a de fazer com que a população de trabalhadores tivesse um local de moradia com melhor qualidade ambiental e infraestrutura urbana.<sup>296</sup>

Evidencia-se neste trecho um processo de reordenamento do vivido nas décadas de 1950 e 1960 para potencializar as ações da administração pública. A primeira parte da citação traz o sentido que se quer para Uberlândia, a cidade industrial, que não existia nas primeiras décadas do bairro, muito menos problemas com a poluição. Porém, a noção de bairro industrial complementa o sentido de moderno e os problemas que advém da “modernidade”. Ao mesmo tempo, o documento insere questões atuais que não estavam em pauta na década de 1940, como a ambiental<sup>297</sup>. É evidente que em meados da década de 1940 a administração pública de Uberlândia não estava preocupada com os problemas advindos da indústria porque esta ainda era incipiente.

---

<sup>295</sup> PORTELLI, Alessandro. “O momento de minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa et al. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’água, 2000, p. 300.

<sup>296</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Plano de inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011**, op. cit., p. 48.

<sup>297</sup> Importa lembrar que as políticas municipais de proteção do meio ambiente também pontuam e geram mais recursos da cota dos 25% do ICMS.

O texto enfatiza que a intenção da administração pública naquele momento era “a de fazer com que a população de trabalhadores tivesse um local de moradia com melhor [...] infraestrutura urbana”. Essa é a memória produzida no tempo presente, sob a orientação de arquitetas e historiadoras patrocinadas pelo poder executivo<sup>298</sup> para refazer a história das primeiras décadas no bairro, organizando-a sobre o enredo do planejamento moderno. Evidente que esse enredo emerge segundo as preocupações atuais: construir um patrimônio a ser valorizado; mas em função deste, uma memória hegemônica é reafirmada e nela poucos aparecem como produtores do espaço urbano.

Ao trabalhar com noções amplas como administração pública, sem os sujeitos e os projetos que as norteiam, esses documentos tentam construir uma relação de poder harmoniosa entre sujeitos que viviam de maneira desigual na cidade. Para não limparem totalmente os problemas vividos em uma “cidade moderna”, colocam-se os detentores do poder político oficial como sujeitos preocupados em resolvê-los.

Ao lermos evidências produzidas por diferentes grupos, temos condições de entender a dinâmica vivida no bairro a partir de outros supostos e romper com essa memória idealizada. Para perceber melhor como os primeiros moradores estão vivendo na “Paris überlandense” fui atrás de diferentes evidências. Encontrei algumas correspondências enviadas e recebidas pela Câmara Municipal que registram diversas tensões na cidade. Elas estão guardadas no Arquivo Público Municipal e oferecem pistas interessantes do diálogo entre alguns segmentos da sociedade e os vereadores e destes com o prefeito. É muito comum, nesses arquivos, encontrarmos séries de requerimentos expedidos por vereadores, pedindo aos prefeitos pequenas melhorias nos bairros; se não produzem efeito imediato, servem de divulgação dos atos desses políticos para seus eleitores. Alguns dos requerimentos são frutos de intensas pressões e mostram também as estratégias dos moradores para chegarem ao poder público.

Em 1961 — mais de quinze anos após o loteamento do bairro — o presidente da Câmara Municipal enviou o seguinte ofício para o diretor dos Correios:

---

<sup>298</sup> Refiro-me ao mandato de Odelmo Leão, do Partido Progressista, ex-presidente do Sindicato Rural, afiliado político do ex-prefeito Virgílio Galassi e que tinha como vice Aristides Antônio de Freitas Borges, sobrinho de outro ex-prefeito, Renato de Freitas, de quem já falei, isto é, um mandato vinculado aos grupos dominantes durante décadas no poder público.

Atendendo a requerimento apresentado a esta Câmara pelo vereador Geraldo Abraão, rogo a vossa Excelência o obséquio de estudar a possibilidade de ser determinada a distribuição de correspondências nos seguintes bairros desta cidade:

Bairro Tabajara – Jardim Altamira – Bairro Lídice – Bairro Cazeca – Bairro Póvoa – Bairro Patrimônio – Tubalina – Vila Presidente Roosevelt – Vila Brasil e Vila Saraiva.<sup>299</sup>

Por esse registro é possível concluir que não era tão simples viver na Vila Roosevelt e que esse espaço não pode ser visto como alegre refúgio da classe operária überlandense como os registros de patrimônio tentam impor, haja vista que os membros dessa classe não conseguiam sequer mandar ou receber uma carta de seus pares.

Ao olhar detalhadamente o requerimento se pode inferir que não ter acesso aos serviços dos Correios não era tão raro; basta ver a quantidade de bairros citados. Mas outras evidências permitem descobrir as contradições e a desigualdade de acesso a diferentes serviços pelas condições de classe.

O Jardim Altamira consta entre os lugares que não eram atendidos por tais serviços naquela época. A localidade era apresentada na publicidade do Correio de Uberlândia como “o bairro aristocrático de Uberlândia”<sup>300</sup> e, em notícia produzida pelo jornal em 1961, o jornalista faz a seguinte descrição do lugar:

Depois do que ouvimos e depois do que nos foi dado a observar, ficamos plenamente convencidos da grandiosidade do empreendimento e da certeza de que, somente nos grandes centros existem bairros semelhantes ao Jardim Altamira. Constatamos ainda, a preocupação constante dos diretores da Urbanização Altamira S.A., no tocante a limpêsa [sic] do bairro, iluminação, calçamento e asfaltamento das ruas e avenidas. Merece, também destaque, o serviço de arborização e o serviço de galerias pluviais que conforme observamos talvez seja o melhor de ‘Cidade Jardim’.<sup>301</sup>

Se Altamira e Roosevelt estão juntos no mesmo ofício dirigido aos Correios, sua ocupação se distancia mais de quinze anos, isto é, a infraestrutura do “bairro aristocrático” já era entregue ou pedida no momento em que seus moradores optavam por ali residir, enquanto que nas vilas era imposta a paciência. No mesmo ano de 1961, quando o jornal

<sup>299</sup> CÂMARA MUNICIPAL. **Ofício**. Uberlândia, 03 de abril de 1961. Ofício ao Diretor Regional dos Correios e Telégrafos solicitando serviços. Arquivo Público Municipal.

<sup>300</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA, 07 abr. 1959, p. 8.

<sup>301</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Altamira: Padrão no Brasil. Uberlândia, 12 ago. 1961, p. 8.

prestava o “grande serviço” de alardear aos seus consumidores o bairro “aristocrático”, divulgava também as ações do seu diretor no ofício de vereador:

O vereador Valdir Melgaço apresentou na Câmara uma indicação, no sentido de ser enviada a Companhia de Telefones do Brasil Central, ofício encarecendo-lhes a necessidade de se instalar urgentemente, nas vilas Saraiva e Presidente Roosevelt um telefone público [...]. Considerou mais que dos novos mil telefones automáticos que está ligando a C.T.B.C.<sup>302</sup>, a prefeitura tem direito a 5 telefones gratuitos, e pode o prefeito, perfeitamente dispensar dos seus disponíveis alguns para os bairros objetivando atender aos moradores distantes do centro da cidade, local onde se encontram os recursos necessários.<sup>303</sup>

Importante ressaltar aqui que a notícia trata da instalação de um aparelho telefônico público na região do bairro, pois o serviço de telefonia residencial era ainda precário e nos bairros considerados distantes chegaria muito tempo depois. A distância do centro da cidade era ainda reforçada pelo isolamento vivido pelos moradores, como narra o senhor Luís Antônio Rosa:

Aqui nós não tínhamos comunicação... ali é a BR-365, nós não tínhamos comunicação com os bairros de lá, a única forma de nos comunicarmos era... um córrego que passava ali e o que tinha era pinguela de tábua, na época era aquelas pinguela de tábua que você passava, você caía, depois já veio uma pinguela mais moderna que era mais larga, mais pura madeira também [...]<sup>304</sup>

Quando ouvimos moradores como o senhor Luís e vamos a campo ver onde e como moram, produzimos memórias alternativas àquelas que se oficializaram nas relações desiguais de força vividas socialmente. O ex-presidente da associação de moradores traz outras memórias sobre o viver no bairro que questionam a produção harmoniosa dos arquitetos da Secretaria de Cultura. O sentimento que organiza sua narrativa no momento da entrevista é o de isolamento: o problema de comunicação com os outros bairros não se restringia à ausência da tecnologia, mas consistia principalmente na falta de um simples acesso.

O uso da categoria “moderno” na narrativa do morador é interessante para refletirmos os usos políticos dessa expressão. Enquanto os responsáveis pelos inventários

<sup>302</sup> A Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC) é uma operadora brasileira de telecomunicações que tem sede administrativa em Uberlândia.

<sup>303</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Vereador: telefone público para as vilas. Uberlândia, 19 ago. 1961, p. 1.

<sup>304</sup> Luís Antônio Rosa. Entrevista realizada em 09 de fevereiro de 2012.

tentam instituir essa noção aos diversos lugares da cidade como valor para convencer o Iepha do patrimônio überlandense, o Sr. Luís Antônio Rosa a usa como ironia das pequenas e lentas mudanças positivas para quem ali vivia.

Ainda interessado em saber a respeito das condições de vida no bairro nos seus primeiros anos de ocupação, perguntei ao Sr. Luís o que lembrava de sua infância:

Eu praticamente nasci aqui no bairro. **O que nós lembramos da nossa época de criança era por exemplo uma grande quantidade de terrenos baldios**, até pouco tempo ainda tinha essa especulação imobiliária, ainda tem. Então o que eu lembro do bairro nas nossas épocas de infância era a rua totalmente sem estrutura, era pura terra... pra você da altura que era a rua até ali na altura da minha casa, até do mais alto da escada eu tive de aterrás... eu desaterrei, então pra você vê a diferença que era aqui da rua com o nível, o tanto que era! **O que nós lembramos... acima era poucas... por exemplo do Roosevelt, o Pacaembú ainda chegou a pegar que eram os bairros próximos não tinha nada, era tudo mato**, era ... na São Judas tinha alguma coisa ali próximo. Até para chegar na São Judas Tadeu, era tudo terra, tudo terra e a referência que tinha de Igreja, na época o movimento evangélico não era tão grande, então até na São Judas Tadeu ali a população saía daqui, eu lembro d'gente saí daqui para assisti missa lá porque a minha família é toda católica, então a referência religiosa era a Igreja São Judas Tadeu, então pra chegá lá era pura terra.<sup>305</sup>

Este trecho da narrativa do morador tem elementos significativos. Os primeiros a se destacar é o uso do plural em determinados momentos: “nós lembramos”. Este “nós” vem da vivência da associação de moradores que organiza suas lembranças. Nos momentos em que a entrevista reportava às ações da entidade, Sr. Luís falava como alguém que tem a capacidade de articular os movimentos, que tem “espírito de liderança” e capacidade de falar em nome dos demais. Portanto, se por um lado este “nós” denota uma identificação com outros de sua mesma classe que viveram a falta de infraestrutura, representa, por outro, a liderança que tem o poder de falar pelos outros.

Ao analisar as interpretações do morador sobre a vida no bairro nas primeiras décadas, encontrei outras relações que os inventários de bens imóveis elaborados pela Secretaria de Cultura tentam apagar na produção de memórias sobre o bairro e a cidade. Tais interpretações, produzidas nos encontros dialógicos com os moradores, revelam a cidade construída na disputa pelos lugares, disputa muito mais simbólica do que física, mas que instituiu significativas mudanças.

---

<sup>305</sup> Luís Antônio Rosa. Entrevista realizada em 09 de fevereiro de 2012 (grifos meus).

Outras expressões usadas pelo Sr. Luís Antônio Rosa também chamaram minha atenção e parece que vêm das discussões travadas na direção da Associação, principalmente a noção de especulação imobiliária para explicar a existência dos lotes vagos. Porém, o fato de falar em especulação não dá às empresas imobiliárias e aos proprietários desses lotes o poder exclusivo de produção do espaço, mesmo porque eles surgem na narrativa do Sr. Luís como elementos secundários das ações no bairro.

A narrativa ainda dá pistas sobre as ambiguidades contidas nos inventários. Ao contrário do que estes dizem, o bairro não tinha nenhuma infraestrutura quando moradores como o Sr. Luís nele chegaram. Além dos serviços básicos, como o asfalto e a rede de esgoto, os lotes foram entregues sem condições de construção das casas, o que gerava gastos elevados com aterramento e edificação de residências abaixo do nível das ruas, como as localizadas nas imediações da rodovia BR-050 (Fotos 20 e 21).

Foto 20 – Residência no bairro Roosevelt (1)



Foto 21 – Residência no bairro Roosevelt (2)



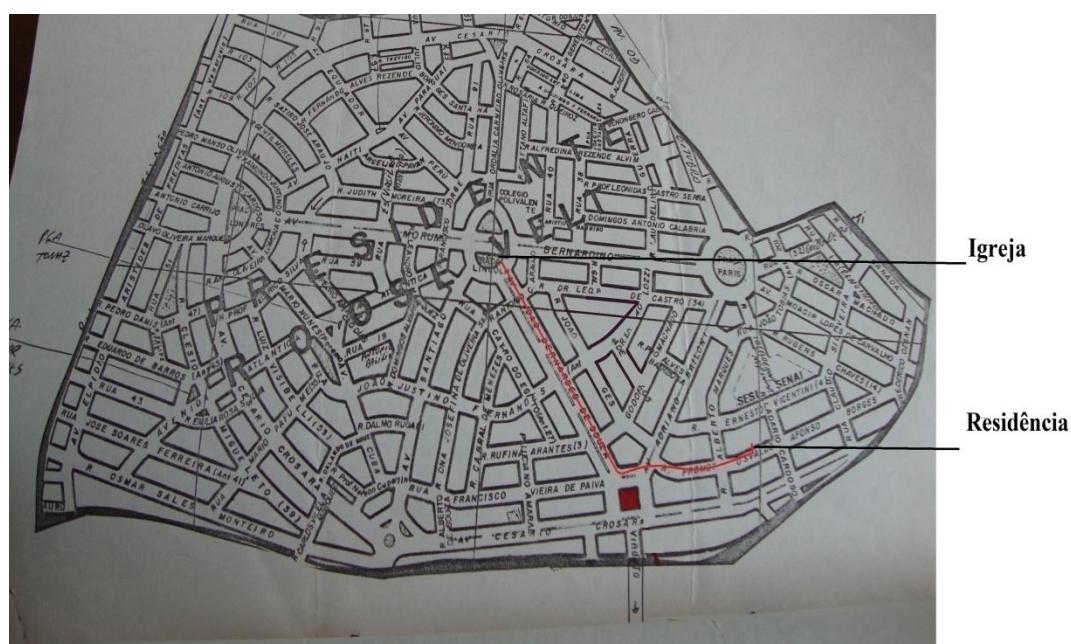
Fonte: Renato Jales (fotografias produzidas em 10 de novembro de 2012)

Este é um padrão comum nas primeiras residências do bairro que revelam modos de vida e condições de classe. As casas edificadas em áreas mais baixas que o nível da rua mostram as dificuldades de construção dos imóveis, já que nem todos conseguiram nivelar seus terrenos por causa do aumento do custo da obra. Isso acabou gerando transtornos como a dificuldade de instalar redes de encanamento para escoamento de água pluvial. O tamanho das residências e o estilo arquitetônico simples também revelam quem eram os seus moradores. Podem ser vistas também algumas adaptações desses imóveis aos novos

ritmos de vida na cidade, principalmente no uso de grades que separam a casa da rua. Em outros casos é possível ver certas permanências, como a ausência de garagem (Foto 20) — uma característica pouco comum nas residências atuais.

Voltando à narrativa do Sr. Luís Antônio Rosa, constatei que a prática religiosa católica constitui um marco de suas memórias para mostrar as dificuldades de circulação em um bairro sem as condições ideais e que, ao mesmo tempo, emerge como contraposição ao movimento evangélico atual. Essas questões vividas são os pontos de apoio para lembrar o bairro no seu tempo de infância, na década de 1950 e parte da de 1960. A Figura 13 mostra o local de moradia desse entrevistado e o percurso até a igreja.

Figura 13 – Mapa do bairro Presidente Roosevelt



Fonte: Câmara Municipal de Uberlândia (1989)<sup>306</sup>

O trajeto entre a residência do Sr. Luís e a Igreja São Judas Tadeu foi alvo da primeira ocupação do bairro entre as décadas de 1950 (nesta as residências estavam mais próximas à BR-050, onde mora o entrevistado) e a década de 1970 (época em que as construções se concentraram nas proximidades da Igreja).

Os pontos por mim destacados no mapa constituem hoje referência dos moradores para localização no bairro: a Praça João Jorge Cury (em vermelho na parte inferior) é a

<sup>306</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Projeto de Lei 7.037 de 1989. Dá denominação a logradouro público de Praça João Jorge Coury (destaques meus).

principal entrada do bairro por ligá-lo à Avenida João Pessoa, que dá acesso direto ao centro comercial. A Igreja São Judas Tadeu, construída em 1955<sup>307</sup>, ainda no início do loteamento, tornou-se um ponto de localização importante por se situar no centro do bairro, como afirma o morador Neirimar Vieira Marques: “[...] é referência. Você mora no Roosevelt? Moro. Onde cê mora? Moro perto da São Judas Tadeu, do lado ali”<sup>308</sup>. Em 2012 a igreja foi inventariada pela Secretaria de Cultura, no mesmo processo descrito anteriormente, como bem imóvel possível de preservação<sup>309</sup>, o que rendeu à edificação uma institucionalização como lugar de memória<sup>310</sup>, como se pode ver na fotografia que mostra uma placa de sinalização colocada nessa mesma praça (Foto 22):

Foto 22 – Praça João Jorge Cury com placa de sinalização da Igreja São Judas Tadeu



Fonte: Renato Jales (foto produzida em 10 de novembro de 2012)

Próximo à Igreja São Judas Tadeu morou também o senhor Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi, que continua morando no bairro, numa das residências da segunda fase de ocupação, quando foram construídos os conjuntos habitacionais. Procurei este morador do Roosevelt por lembrar que ele possuía um bar na região. Minha intenção era conversar

<sup>307</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. IPAC Nº 09/2012 – **Bens imóveis:** Igreja São Judas Tadeu. Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5572.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5572.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2012.

<sup>308</sup> Neirimar Vieira Marques. Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

<sup>309</sup> A igreja, o parque e o museu sinalizados na placa fazem parte de um conjunto de bens móveis e imóveis inventariados nas últimas décadas pelo poder público em busca de recursos do chamado ICMS Cultural.

<sup>310</sup> Cf. SILVA JÚNIOR, Renato Jales. **Cidade e cultura:** memórias e narrativas de viveres urbanos no bairro Bom Jesus Uberlândia-MG 1960-2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

sobre seu comércio, quem eram seus clientes e os motivos do fechamento do bar. Já coloquei algumas das lembranças deste morador em capítulos anteriores. Vou repetir um trecho de sua entrevista já utilizado porque é importante neste último momento do trabalho: “Então na época ali não tinha nada, eu construí uma casa... na época que eu mudei pro Roosevelt aqui não tinha... tinha quase nada. Eu comprei um lote na rua sessenta e dois, construí uma casa e só tinha a minha casa... então na época ali não tinha nada, eu construí uma casa...<sup>311</sup>

O Sr. Reinaldo saiu da cidade de Prata e veio para Uberlândia com sua esposa e duas filhas em 1978. Na época trabalhava como motorista de caminhão e decidiu deixar este ofício e montar um bar para ficar mais próximo da família. A escolha da cidade envolvia questões familiares e as possibilidades que ela apresentava: “Olha, a minha esposa é filha de Uberlândia e o sonho dela era vir pra cá, morar em Uberlândia... pra mim toda vida o melhor lugar foi onde eu ganhasse dinheiro e teve uma época que foi uma época muito boa, a inflação era baixa o custo de vida era bem acessível”<sup>312</sup>. O seu trabalho na cidade natal não lhe deu grandes margens de escolha para o lugar onde morar em Uberlândia. Assim, dentre as opções que sua condição de classe lhe dava, adquiriu um terreno no bairro Presidente Roosevelt e construiu sua casa. Até a década de 1980, esse era o perfil dos moradores e o bairro era um lugar onde havia possibilidade de morar em razão do preço acessível dos terrenos.

A entrevista com os senhores Luís e Reinaldo foram importantes neste momento porque permitiram criar outro enredo para a primeira ocupação e problematizar a memória patrimonializada. Longe de ser um lugar construído para a “classe operária” que viveria no bairro para trabalhar nas grandes indústrias que seriam criadas no distrito industrial da cidade, a Vila Roosevelt foi ocupada por trabalhadores que ali viviam ou que chegaram de outras cidades com poucas condições de optar e que tinham ocupações e ofícios muito heterogêneos. Ambos descreveram uma localidade quase inóspita e que em nada lembrava a eles a cidade-luz ou um projeto moderno para moradia, o lazer e a vida idílica que o poder público tenta instituir.

Durante a pesquisa nos documentos do Arquivo Público Municipal, mais especificamente nos projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal, encontrei outras

---

<sup>311</sup> Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi. Entrevista realizada em 10 de junho de 2009.

<sup>312</sup> Idem. Ibidem.

evidências do processo de ocupação do bairro em alguns registros de escrituras anexadas a esses projetos. Em um deles consta uma transferência de imóvel em 1966:

Saibam quantos esta pública escritura virem que, aos sete (7) dias do mês de Novembro de mil novecentos e sessenta e seis (1966), em cartório [...] compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado como outorgante vendedora a IMOBILIÁRIA PRESIDENTE ROOSEVELT S/A, [...]; e de outro, como outorgado comprador o Sr. CLARIMUNDO JOSÉ FERREIRA, brasileiro, casado, trabalhador braçal, residente e domiciliado nesta cidade, [...] vendido tem, pelo preço [sic] justo e certo de Cr\$ 28.080 (vinte e oito mil e oitenta cruzeiros), um terreno que possue [sic] nesta cidade, na Vila Roosevelt, à rua 15 [...] medindo vinte e quatro metros (24) de frente, trinta e oito (38) metros de extensão pelo lado direito e trinta (30) metros pelo lado esquerdo [...]<sup>313</sup>

O registro de transferência de imóvel possibilita conhecer um pouco mais quem morou no bairro nas primeiras décadas, a exemplo do Sr. Clarimundo José Ferreira. Sua condição de classe, imposta pelo ofício de trabalhador braçal, o impossibilitou de morar nos lugares que já possuíam infraestrutura adequada. De acordo com o mapa do loteamento, mostrado anteriormente (na Figura 12, página 158), o terreno adquirido pelo trabalhador fica próximo à Avenida Cesário Crosara e quase às margens da BR-050, portanto, próximo também da residência do Sr. Luís Antônio Rosa.

Chama a atenção nesse registro o preço do lote nas primeiras décadas de ocupação: vinte e oito mil e oitenta cruzeiros por um terreno com mais de 700 m<sup>2</sup>. Considerando que o salário mínimo em novembro de 1966 era de 84 mil cruzeiros<sup>314</sup>, o terreno valia um terço do salário mínimo. Se juntarmos essas informações a outras, compomos um pouco melhor o cenário local:

Terreno 14x44. Vende-se um na Vila Roosevelt, distante 200 mts. Fábrica de Garrafas, rápida valorização, local saudável, ótima localização, por preço vantajoso.<sup>315</sup>

Vende-se ou troca-se por uma casa na cidade, uma chácara própria para hortaliças, com ótima residência. Acha-se toda fechada de tela. A 15

<sup>313</sup> CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS. Certidão de registro de imóvel, 1966.

<sup>314</sup> Cf. O CAIXA. **Salário mínimo nominal** (valores monetários). Disponível em: <[www.ocaixa.com.br/bancodedados/salariominimo.htm](http://www.ocaixa.com.br/bancodedados/salariominimo.htm)>. Acesso em: 08 nov. 2011. O valor de Cr\$ 84.000,00 para o salário mínimo foi estabelecido pelo Decreto nº 57.900, de 02 de março de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 03 de março de 1966.

<sup>315</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Anúncios para todos. Uberlândia, 25 nov. 1954, p. 3.

minutos do centro da cidade. Na Vila Presidente Roosevelt. Tratar a rua Padre Feijó 587.<sup>316</sup>

Vende-se uma chácara no bairro Presidente Roosevelt (próximo à rodovia a ser asfaltada em direção ao Váu) a rua 17 s/n. somando 4 lotes todo plantado c/ bananeira e mandiocal, várias qualidades de frutas tôda [sic] cercada de tela, com 1 casa de 8 comodos [sic], água com abundância. Tratar à rua Agenor Paes nº 316.<sup>317</sup>

Os três anúncios publicados no Correio de Uberlândia e o registro cartorial ajudam a questionar a noção de moderno que se quer instituir e a visualizar melhor quem eram e como moravam os primeiros a ocupar a região. Nos anúncios fica claro que o uso dos terrenos estava mais próximo da vida no campo do que da Paris idealizada. Se olharmos com mais atenção, no segundo anúncio identificamos a nítida separação entre o bairro e a cidade: “troca-se por uma casa na cidade”. Este fragmento de texto indica que a rodovia federal que corta a cidade era, nessa época, uma fronteira simbólica entre o que se considerava cidade e a Vila Roosevelt.

Os habitantes da vila ficaram por mais de uma década isolados física e socialmente e eram considerados moradores do campo ou no máximo de uma região de chácaras. Não estou querendo criar uma hierarquia entre campo e cidade ao falar dos sentidos atribuídos à Vila Roosevelt nos anos 50 e 60 do século passado, mas sim mostrar que os modos de viver nesse lugar foram apagados pelos inventariantes da Secretaria de Cultura para criar outra história que estivesse mais próxima do olhar político institucional.

Ao longo da BR-050 era comum o uso de grandes lotes para produção de hortifrutigranjeiros para venda no comércio, assim como propriedades típicas do mundo e das práticas rurais, como lembra o Sr. Neirimar:

[...] aqui era fazenda do véi eu não lembro o nome do véi... aqui era chácaras, eu tomava banho aqui perto da rodoviária ali, eu morava na Rodrigues da Cunha, no bairro Martins eu vinha tomá banho ali, atravessava uma ponte de barro, onde que é a rodoviária ali tinha um mata-burro de barro e tinha umas mangueira, então eu saía lá da minha casa pra tomá banho num poço que tinha perto de umas mangueira ali, era uma mina de água muito grande.<sup>318</sup>

<sup>316</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Chácara. Uberlândia, 04 fev. 1960, p. 7.

<sup>317</sup> CORREIO DE UBERLÂNDIA. Negócio de ocasião. Uberlândia, 20 jun. 1961, p. 8.

<sup>318</sup> Neirimar Vieira Marques. Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.

A narrativa do morador revela outros modos de vida na região, estritamente ligados ao campo. Esses modos de viver e produzir permaneceram residuais na memória de alguns moradores, como o Sr. Afonso, que trabalha na Praça João Jorge Cury como fretista e fala do lugar a partir de tempos diferentes: “Ali até treis anos atrás era um brejo, tinha hortaliça ali, agora é o Atacadão, ali vendia hortaliça...”<sup>319</sup>. Há, na entonação usada para descrever as duas formas de ocupação do Roosevelt, sentidos muito marcados: o brejo é lembrado como lugar de difícil acesso, característica das primeiras décadas do bairro, com seus espaços ocupados pelos que produziam hortigranjeiros e vendiam para o comércio e para particulares na cidade.

O contraponto feito pelo Sr. Afonso entre o brejo, a chácara que vendia hortaliças e a nova construção comercial reafirma as intensas transformações vividas pelos moradores do lugar nos últimos trinta, quarenta anos. O hipermercado surge como símbolo de um novo tempo que substitui os últimos resquícios de um modo de vida que foi típico no bairro e sintetiza a mudança da população do bairro, seja em termos de quantidade<sup>320</sup> ou da condição de renda associada à intensa valorização mercadológica e à atração de um público consumidor mais expressivo.

O historiador Euclides Antunes de Medeiros encontrou em sua pesquisa alguns antigos moradores:

A Sr<sup>a</sup>. Maria Rizza e seu Marido, Sr. Joaquim conseguiram estabelecer-se na cidade nos mesmos moldes que na zona rural: tendo chegado à cidade há trinta anos [a dissertação foi defendida em 2002, portanto, os moradores estavam nessa chácara desde 1972], alugaram uma pequena chácara nas margens da BR-050, pela qual, segundo suas filhas, era pago um ‘aluguel simbólico’, e, ainda hoje, sobrevivem da plantação de hortaliças.<sup>321</sup>

A dissertação de Medeiros analisa, dentre outras mudanças, as tentativas do poder público de extinguir da cidade modos de vida ligados ao campo. Parte dos sujeitos

<sup>319</sup> Afonso. Entrevista realizada na Praça João Jorge Cury em 07 de fevereiro de 2012. O Sr. Afonso não quis gravar uma entrevista formal; falou em poucos minutos da praça onde trabalha e de algumas mudanças em seu entorno. Em função da informalidade da entrevista, disse apenas seu primeiro nome e não informou sua idade, mas já é aposentado, portanto, suponho que tenha mais de sessenta anos.

<sup>320</sup> Segundo levantamento da Prefeitura de Uberlândia, o bairro Presidente Roosevelt possuía cerca de 24.458 habitantes em 2011. Cf. PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. IPAC Nº 006/2011 – **Bens imóveis**, op. cit.

<sup>321</sup> MEDEIROS, Euclides Antunes de. **Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade – Uberlândia 1970/2001**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002, p. 87.

entrevistados pelo historiador morava no Roosevelt e vivia dos produtos que comercializava em suas pequenas chácaras. As memórias dessas práticas e desse modo de viver são silenciadas nos inventários para dar voz às noções — caras aos seus produtores — de cidade moderna, projetos modernistas ou urbanismo parisiense. O que fica claro é que, ao produzir memórias sobre o bairro para atender à legislação tributária e conseguir maiores parcelas da redistribuição do ICMS, os agentes do poder público produziram histórias ordenadas pela categoria “moderno”, retirando, da ação histórica, sujeitos e práticas que não se encaixavam nessa perspectiva.

Medeiros mostra também a ação do poder público e de empresários da cidade para acabar com determinadas práticas comuns no bairro e o processo de lutas para manutenção:

[...] do lado aqui tinha a boate, chamada ‘Helps’, e eles tinham medo de dar mau cheiro lá. Então eles me denunciaram. [...] Num pricisava ter feito isso, bastava chegar em mim e dizer que estava atrapalhando o negócio deles. Então a gente conversando ia ver o que dava pra fazer. [...] eles [os fiscais] vieram, me deram uma advertência de um determinado tempo, 5 ou 8 dias prá mim tirar os porco. Então eu vendi tudo [...] tirei os porcos e passado um determinado tempo eu coloquei o chiqueiro mais longe, tudo arrumadim, então não tive mais problema nenhum. Até porque a boate fechou né, então ninguém mais fez denúncia.<sup>322</sup>

As intensas batalhas daqueles que tentaram manter atividades típicas do campo na Vila Roosevelt e que tiveram que lidar com fiscais da prefeitura, com uma legislação que criminalizava suas práticas, com empresários e vizinhos que queriam mudar a imagem da antiga vila foram todas apagadas pelo inventário. O bairro passa a ter outra história, totalmente desvinculada dessas práticas e sintonizada com uma imagem de cidade industrializada, inventada por arquitetos e historiadores.

Ao andarmos pelas redondezas da Praça João Jorge Cury encontramos ainda marcas desse tempo, como mostram as fotografias que correspondem às figuras 12 a 15 e retratam a chácara onde está localizado o estabelecimento chamado Produção das Artes:

---

<sup>322</sup> Orlando Rodrigues apud MEDEIROS, 2002, p. 157.

Foto 23 – Produção das Artes



Figura 24 – Terreno da Produção das Artes



Foto 25 – Carro de boi da Produção das Artes



Foto 26 – Área protegida com cerca de arame



Fonte: Renato Jales (fotografias produzidas em 10 de novembro de 2012)

A Produção das Artes está localizada na Avenida Cesário Crosara, próximo às margens da rodovia federal que faz o contorno do bairro e configura o desenho urbanístico característico desse espaço. Os cenários encontrados no trajeto dessa avenida e em suas proximidades mostram os diferentes momentos de ocupação do bairro e, em consequência dela, os múltiplos e contrastantes traços arquitetônicos das residências.

A propriedade fotografada guarda características desse processo nas décadas de 1950, 1960 e 1970, traduzidas na grande extensão do terreno e na forma de utilização do lugar. A porteira na entrada e o carro de boi exposto na frente do estabelecimento lembram um modo de viver típico do campo. As árvores frutíferas, a falta de calçamento, a

manutenção da cerca de arames como proteção do terreno são outros elementos que lembram tempos campesinos do Presidente Roosevelt.

Mas o lugar não é visto assim pelas pessoas que o frequentam e nem sofre qualquer tipo de pressão por parte do poder público pelas suas atividades comerciais, como sofreram aqueles que criavam porcos e hortaliças na mesma região. O estabelecimento pertence hoje ao Sr. Denílson Carlos de Carvalho, que mudou para o bairro em 1994 e desde 2005 fabrica móveis rústicos. Quando perguntei a ele sobre o trabalho que realiza, respondeu assim:

Na época era serviço de motosserra, depois que partiu pra esse lado aí... no começo foi mais pra aproveitamento de madeira mesmo e fiquei curioso de fazê e fui fazendo, fui descobrindo né. Com certeza é um trabalho valorizado. Às vezes eu exponho... mas o público que vem aqui geralmente é de classe média alta. Tá sendo muito divulgado na televisão aí então tá na moda aí o povo quer andar na moda né.<sup>323</sup>

Se por um lado essa chácara não foi substituída por um grande centro atacadista, por outro, mudou suas características, adaptando-se aos novos tempos. Atualmente a atividade comercial é voltada à produção de móveis rústicos e artesanais para uma categoria de consumidores considerada pelo Sr. Denílson como “classe média alta”, ou seja, moradores da cidade que possuem condições econômicas para planejar a construção e a decoração dos seus imóveis. O rústico e o rural passaram a ser material de consumo numa releitura para outros fins. Esse é um movimento recente na cidade, como se pode ler nas páginas do Correio de Uberlândia:

Se os costumes trazidos das fazendas se perderam com o crescimento da cidade, interessante é perceber como estão **voltando à moda** até com um certo charme. Os restaurantes “da roça”, por exemplo, pipocam pela cidade e atraem tantos consumidores que chegam a fazer fila. Isto com mesas e bancos de madeira como os da fazenda — nada confortáveis para o padrão atual —, comida feita no fogão a lenha, pratos tipicamente mineiros como um bom frango com quiabo, arroz e farofa temperada, doces caseiros de dar água na boca e, antes de ir embora, um dedinho de uma pinga de engenho. Definitivamente, foram adotados pela população urbana. Aí, comida caipira vira moda ou ter um rancho à beira de um córrego, rio, lago, represa para passar o fim de semana é a forma ideal de se desestressar da correria cotidiana. “Mas nunca acontecerá de a cultura caipira predominar. As pessoas estão muito ligadas à vida da cidade, aos

---

<sup>323</sup> Denílson Carlos de Carvalho. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2012.

bens materiais industrializados. Elas não vivem mais sem o conforto que a tecnologia traz”, concluiu o sociólogo Antônio Micheloto.<sup>324</sup>

A permanência da chácara Produção das Artes só foi possível por conta das mudanças em suas características atuais. Apesar de fisicamente não ter modificado sua produção artesanal, o estabelecimento encontrou, nos últimos anos, um público consumidor e um movimento de apropriação feito pelo mercado dos chamados “produtos artesanais” — o proprietário chama de “estar na moda”.

Voltemos ao inventário do bairro. Os produtores analisaram também as mudanças promovidas no lugar com olhar voltado para o desenho arquitetônico das ruas e quadras, já que estas eram as principais características de valor que poderiam ser preservadas. Nessa avaliação não produziram significados apenas dessas características, mas também dos moradores:

O traçado do bairro não sofreu modificações, no decorrer dos anos, continuando com suas características iniciais de um desenho com quadras de tamanhos irregulares e praças arborizadas voltadas para o lazer dos moradores, que, em sua maioria, se encaixam em um perfil de classe média baixa. As modificações, quando ocorridas, foram em relação ao uso da área, que deixou de ser apenas residencial, como em seu período inicial de ocupação, e passou a receber usos comerciais e industriais em alguns de seus trechos, principalmente na Av. Professora Minervina Cândida Oliveira. Os novos usos são introduzidos com maior facilidade, justamente, pela localização do bairro, que proporciona uma fácil ligação à área central e aos bairros mais afastados.<sup>325</sup>

Neste trecho do inventário tem-se a criação de uma categoria classificatória para os moradores: classe média baixa — não incluídos os consumidores da Produção das Artes —, que foi construída no tempo presente, considerando os padrões médios de moradia e consumo da comunidade local, a extensão do comércio local e os novos usos dos espaços públicos. Não acredito que incluiriam nessa categoria os primeiros moradores, como o trabalhador braçal Clarimundo José Ferreira ou os proprietários das pequenas chácaras que viviam do comércio de seus produtos.

Essas categorias falam muito pouco da vida das pessoas e criam padrões homogêneos em um lugar com ocupação muito heterogênea. Esse olhar homogêneo fica

---

<sup>324</sup> TIBÚRCIO, Luciana. Uberlândia é uma mistura de culturas. **Correio de Uberlândia**, 04 fev. 2007, p. 12 (grifos meus).

<sup>325</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Plano de inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011**, op. cit., p. 48.

ainda mais claro quando os inventariantes escolhem os registros fotográficos para descrever o bairro (ver figuras 14 e 15).

Figura 14 – Registros fotográficos do Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural (1)



**Figura nº 3:** Bairro Presidente Roosevelt.  
Avenida Morum Bernardino.



**Figura nº 4:** Vista do Bairro Jardim Brasília.



**Figura nº 5:** Bairro Presidente Roosevelt. Avenida  
Cesário Crosara.



**Figura nº 6:** Bairro Presidente Roosevelt.  
Avenida Cesário Crosara.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura (2012)<sup>326</sup>

<sup>326</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Plano de Inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011**, op. cit., p. 50.

Figura 15 – Registros fotográficos do Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural (2)



**Figura nº 1:** Bairro Presidente Roosevelt.  
Avenida Adriano Bailoni.



**Figura nº 2:** Bairro Presidente Roosevelt.  
Avenida Adhemar Margonari.

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura (2012)<sup>327</sup>

As fotografias destacam as avenidas do bairro, principalmente aquelas que mantiveram seus traçados desde o projeto inicial, como a antiga Avenida do Contorno, atual Avenida Cesário Crosara. O olhar panorâmico do fotógrafo produz um espaço sem vida porque não existem pessoas e não permite ver e interpretar novos padrões de moradia convivendo com outras mais antigas, e mais, impede os leitores de verem os diversos usos e contrausos dos lugares<sup>328</sup>.

O trecho do inventário fala ainda de lazer, das pequenas mudanças e do crescimento do comércio na região. A noção de lazer é transportada do projeto de loteamento e destacada por existirem muitas áreas voltadas para construção de praças, áreas para o esporte e algumas descritas como áreas verdes. No diálogo com alguns moradores constatei que as práticas de lazer e uso do tempo livre quase nunca aconteceram nesses lugares planejados<sup>329</sup>. A fala deles deixa subentender outro processo, muito diferente da história linear, de poucas mudanças e idealizada:

Não, não tinha energia, só tinha água. Eu comprei um poste, puxei telefone pra minha casa vindo pela rua Paraguai, na época era Paraguai, então energia eu comprei um motor estacionário, puis energia na minha casa, que na época era uma casa até boa, fiquei durante um bom tempo com motor estacionário, mas devido certas coisas que acontecia porque onde eu moro hoje era tudo pasto, não tinha nada, não tinha nenhuma

<sup>327</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Plano de inventário de proteção do acervo cultural 2006/2011**, op. cit., p. 49.

<sup>328</sup> Cf. LEITE, 2004, op. cit.

<sup>329</sup> Abordarei este assunto no capítulo 3.

casa, depois é que começaram a construir. Então vivia muito sozinho, fui vítima de vários assaltos na minha casa.<sup>330</sup>

Trago novamente o Sr. Reinaldo Farnesi para o diálogo para compor outra história com os sujeitos que fizeram esse lugar. Como ele mesmo narrou, mudou para o Roosevelt em um tempo em que não se contava sequer com energia elétrica. Sua narrativa é de um desbravador (“não tinha energia, só tinha água. Eu comprei um poste; puxei telefone pra minha casa vindo pela rua Paraguai”) — longe da noção de vítima da especulação, o que não significa ser um aventureiro —, de um sujeito que chega à cidade e têm poucas opções para construir sua moradia. Essa é a dinâmica de luta pela cidade e o que possibilita problematizar as memórias instituídas nos últimos anos.

Por fim chego, neste capítulo, ao último recorte do inventário do bairro que avaliei. Neste, a homogeneização dos modos de vida no bairro se expressam na descrição das residências:

O Bairro Roosevelt insere-se no núcleo urbano de Uberlândia, contando com construções inspiradas no estilo eclético e grande maioria no estilo dito contemporâneo. As edificações estão implantadas no alinhamento, e é comum afastamentos laterais e posterior. Os fechamentos são realizados por muros em alvenaria ou grades, e os terrenos são praticamente planos. Os afastamentos são ocupados por jardins e secagem de roupas.<sup>331</sup>

Neste pequeno trecho, a única frase que lembra modos de vida no bairro é o uso dos espaços dos terrenos para secagem de roupas e jardins. Fica claro que não há no Roosevelt nenhum prédio com valor de tombamento, segundo a ótica dos arquitetos que produziram o inventário. Eles focaram no desenho urbano do bairro e apenas descreveram de maneira homogênea as residências. A referência ao “estilo eclético” oculta a enorme diversidade e desigualdade exposta no desenho das casas.

Contrariando o discurso da Secretaria de Cultura, nem todas as residências estão “implantadas no alinhamento” por causa da dificuldade encontrada pelos moradores para fazer os aterramentos necessários. A existência de casas construídas abaixo do nível da rua permite questionar a afirmação de que “os terrenos são praticamente planos”.

A construção desta memória oficial tenta soterrar décadas de lutas dos moradores para que o bairro tenha melhores condições de vida. Mais que isso assistimos neste

---

<sup>330</sup> Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi. Entrevista realizada em 10 de junho de 2009.

<sup>331</sup> PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. IPAC nº 006/2011 – Bens imóveis, op. cit., p. 1.

momento um novo processo se constituindo no bairro. Neste, antigos hábitos estão desaparecendo, conjuntos residenciais verticalizados dominam os novos empreendimentos e novas práticas emergem dando novas configurações estéticas e produzindo novos modos de vida no bairro. Mais do que produzir documentos para o Iepha e garantir verbas do ICMS cultural a produção destas memórias atuam politicamente na afirmação de alguns sujeitos e uma concepção una autoritária de cidade que homogeneíza e silencia retirando da cena pública, do direito à cidade seus moradores, sujeitos que de diversas formas também a fizeram e se fizeram nela.



Encerro este trabalho refletindo sobre os descaminhos da produção da tese e as novas dinâmicas de constituição desta cidade. O projeto de doutorado entregue na linha Trabalho e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia tinham como enredo a vida de muitos trabalhadores desta cidade que vieram do campo. Para chegar até os modos de vida destes sujeitos utilizava como fonte principal as chamadas músicas caipiras centralizava em suas letras o viver no campo.

Projeto e tese final mudaram muito. Esta mudança é comum na produção historiográfica dada a especificidade de nosso trabalho e a “lógica histórica” como já demonstrou E. P. Thompson<sup>332</sup> que nos leva a testar nossas hipóteses iniciais com as evidências empíricas em um movimento dialético e vivo que invariavelmente modificam as primeiras.

A questão é que esta mudança deu-se de maneira mais radical. O que impulsionou a escolha das perguntas iniciais e as fontes foi minha própria experiência. Meus pais saíram do campo na década de 1970 e vieram para Uberlândia em busca de emprego e melhores condições de vida. Em função desta experiência familiar campo e cidade estavam sempre interligados em nossas vidas.

Estas complexas redes de relações familiares mostram o quanto pode ser difícil para um historiador entender e interpretar a constituição de inúmeras experiências de classe, principalmente quando é oriundo daquela que estuda. Ao escolherem a mudança, meus pais trouxeram as poucas roupas, o primeiro filho nos braços e um conjunto de práticas e conhecimentos que adquiriram no campo, construíram laços de amizade e sociabilidade com outros que tinham práticas e modos de vida parecidos.

Algumas destas práticas eram compartilhadas por outros que fizeram as mesmas escolhas e ajudavam na adaptação à cidade. Não eram raras as vezes que estes novos companheiros reuniam na casa dos meus pais para encontros de lazer que chamavam de “pagode”. Nestas as músicas que compunha a trilha tinham, em sua maioria, temas relacionados à vida no campo ou em pequenas cidades e seus compositores e cantores eram identificados como “caipiras”.

---

<sup>332</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Estas músicas e as histórias nelas narradas fazem parte das minhas memórias afetiva e em função destes sentimentos estava invertendo o processo de construção do trabalho, colocando as fontes à frente das perguntas e das hipóteses. Nesse movimento emerge uma categoria analítica que parecia ligar músicas “do campo” e experiências vividas na cidade, a de imigrante. Assim trabalhadores que vieram do campo e de pequenas cidades emergiram como meio de questionar o uso deste conceito pela imprensa e pela própria academia e suas práticas e modos de vida tornaram-se meio de mostrar tensões de disputas pela cidade.

O resultado desta inversão foi à dificuldade de fazer perguntas á própria documentação – mesmo nas entrevistas com os trabalhadores – na medida em que a categoria analítica não se sustentava, pois estes sujeitos não se viam como migrantes e nem tinham este sentido como pressão ou lócus de alguma de suas lutas vivenciadas em Uberlândia.

Os questionamentos feitos na banca de qualificação levou-me a rever minhas fontes e ouvir novamente o que diziam os sujeitos entendi que as questões postas neste tempo são outras. A migração não aparecia como problema para os moradores do bairro Presidente Roosevelt por terem passado os momentos mais difíceis da adaptação à cidade e conseguido permanecer e pagar suas casas. O convívio com a vizinhança, os laços de sociabilidade e solidariedade em um lugar onde estavam próximos de outros em iguais condições e que compartilhavam modos de vida também ajudou neste processo.

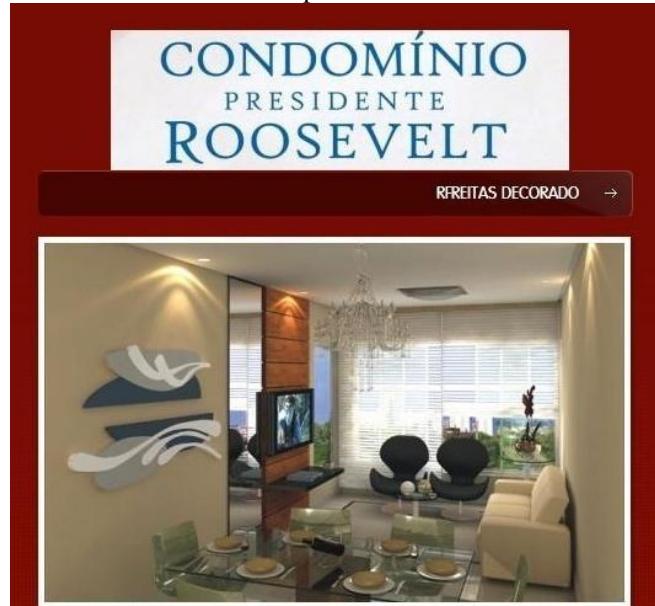
O que muitos moradores falavam nas entrevistas era do impacto que as mudanças mais recentes produziam nas relações vividas e nos significados produzidos sobre eles. A expansão recente do mercado imobiliário em função do programa Minha Casa Minha Vida do governo federal provocou uma alta nos preços dos imóveis que suplantou em muito a inflação oficial do país<sup>333</sup>. Esta especulação recente do mercado elevou o preço dos terrenos na cidade modificando a forma de morar no Bairro Roosevelt. Este bairro foi “descoberto” por construtores particulares e empresas do ramo por ainda ter terrenos de médias e grandes dimensões à venda por preços que possibilitem boa lucratividade.

---

<sup>333</sup> Segundo Raquel Rolnik os imóveis subiram cerca de 165% em cidades como o Rio de Janeiro. Cf.: ROLNIK, Raquel. Minha Casa, minha dúvida. Retirado de: <http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/09/19/minha-casa-minha-dvida/> publicado em 19 de fevereiro de 2012, acessado em 07 de junho de 2013.

Em função deste deslocamento do mercado vemos anúncios como o da construtora R. Freitas, de propriedade da família que loteou ainda nos anos cinqüenta do século passado, de apartamentos como este:

Figura 16: anúncio de venda de apartamento no Bairro Presidente Roosevelt



Retirado de: [www.rfreitas.eng.br/nossos\\_empreendimentos/detalhe-empreendimento/7](http://www.rfreitas.eng.br/nossos_empreendimentos/detalhe-empreendimento/7), acessado em 02 de outubro de 2012.

A decoração feita no apartamento já nos revela outro público consumidor e morador do local, distante dos pobres que mudaram para esta região nas décadas de 1970 e 1980. Os apartamentos são vendidos por valores que variam entre 140.000,00 à 260.000,00 reais, parte financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida e são acessíveis à trabalhadores com condições de comprovar renda e com salários que possibilitem arcar com uma prestação de no mínimo 600,00 reais, isto é, quase um salário mínimo. No anúncio deste condomínio os agentes do mercado imobiliário falam da proximidade com o centro da cidade (“cerca de 3 minutos”) e da ampla rede de comércio (existem no bairro três supermercados e um hipermercado).

As mudanças não estão restritas aos modos de morar, percebe-se que o lazer (feitas agora em bares fechados e com música ao vivo, ou mesmo as caminhadas em torno de algumas praças próximas aos condomínios) e as relações com os vizinhos estão modificando.

Este presente vivido aparece nas entrevistas quando narram das dificuldades de morar no bairro e das melhorias vistas hoje. Dessa forma percebi que o que estava em pauta era o reconhecimento das ações destes antigos moradores para melhorar o bairro ou

mesmo o reconhecimento destes como sujeitos do lugar. A questão passou então da discussão sobre movimento migratório para as lutas em torno do direito à memória.

Nesse sentido muito do que parecia inicialmente saudosismo é, na verdade, a busca pelo reconhecimento, de mostrar que o bairro é fruto de suas ações: o asfalto existe porque pagaram, escolas de segundo grau, a unidade de atendimento a saúde, a hidroginástica, enfim o que emerge como novidade é consequência de suas ações e não uma novidade que vêm de fora. Ao ouvir com cuidado o que os sujeitos me diziam mudei radicalmente as perguntas e o enredo da tese.

Outras questões surgiram nos diálogos com os moradores e nas observações feitas na pesquisa empírica não puderam ser respondidas neste momento. Uma delas surgiu dentro do tema educação. Os moradores mais antigos falavam da importância da criação das escolas, da dificuldade de manter seus filhos estudando e da alegria de vê-los formado. Porém a experiência vivida pelos filhos nos bancos universitários também produzem mudanças nas relações no interior do bairro e nos modos de viver de inúmeras famílias. Alguns entrevistados tiveram três, quatro filhos nos bancos universitários da Universidade Federal de Uberlândia e é perceptível a distância aberta entre as gerações. Até mesmo a decoração das casas é modificada por este novo olhar e a ascensão social provocada pelo acesso ao diploma produz novas práticas sociais. Entendo que este é um tema que precisaríamos investigar com mais cuidado, o impacto do ensino formal na transformação de modos dos trabalhadores desta cidade e como o acesso a Universidade interfere naquebra de antigas relações no interior de determinadas comunidades ou bairros.

Na escola Polivalente do bairro Presidente Roosevelt disciplinas como “Educação para o Lar” ensinava as crianças que o trabalho em casa era tarefa de homens e mulheres, ensinava também como colocar à mesa, o uso correto do garfo, da faca, dos guardanapos, etc. Práticas que entraram no lar de muitos trabalhadores que vieram do campo para esta cidade e avaliaram como erradas as vividas nestas casas. Evidentemente que não falo da escola como aparelho ideológico do Estado ou da elite dominante, nos moldes althusserianos. Mas como instituição mediadora provocou mudanças no comportamento, na forma de ver o mundo e de se relacionar. Como meio também de conseguir alguma ascensão social a escola pública ajudou a produzir silêncios na medida em que avaliou como erradas ou atrasadas certas práticas vivenciadas nos bairros da cidade.

Outro fio que pode ser puxando desta trama complexa que é produção da cidade e de memórias em torno das práticas vividas em seu interior é o papel desempenhado pelo chamado produtor cultural. Alguns vindos da universidade e filhos de trabalhadores estes sujeitos têm ajudado a produzir registros e documentos como aqueles vistos neste trabalho sobre a cidade e ajudado a reforçar determinadas memórias dominantes. Como a captação dos recursos para o trabalho de “produção cultural” é feito com o meio empresarial e mesmo utilizando verbas da Secretaria de Cultura os produtores culturais têm, em geral, procurado os diferentes sujeitos desta cidade, registrado suas práticas e transformando em produtos fechados mais próximos dos interesses do poder público do que dos moradores desta cidade.

Enfim, a cidade continua a ser feita e neste fazer seus sujeitos aprendem e se fazem com ela. A dinâmica de produção dos lugares continua mediada pela desigualdade e pela luta de classes, luta esta que se desloca para diferentes aspectos da cultura, entre elas, como vimos aqui a produção e circulação de memórias.

*Fontes:*

## **1- ENTREVISTAS REALIZADAS:**

- Aparecido Horácio Ramos, professor, por volta de 40 anos, entrevista realizada em 28 de janeiro de 2011.
- Elza de Santos Brito, aposentada, 78 anos, entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.
- José Horácio Sobrinho. Aposentado, por volta de 60 anos, entrevista realizada em 20 de julho de 2010.
- Luís Antônio Rosa, aposentado, 58 anos, entrevista realizada em 09 de fevereiro de 2012.
- Maria Aparecida Duarte, aposentada, artesã, 59 anos, entrevista realizada em Entrevista realizada em 02 de outubro de 2008.
- Maria Aparecida Vilela, artesã, por volta de 50 anos, entrevista realizada em 10 de janeiro de 2011.
- Miguel Alves dos Santos, aposentado, por volta de 70 anos, entrevista realizada em 25 de janeiro de 2011.
- Maria de Lourdes Vieira, aposentada, 62 anos, entrevista realizada em 10 de janeiro de 2011.
- Neirimar Vieira Marques, aposentado, 65 anos, entrevista realizada em 30 de novembro de 2008.
- Reinaldo Afonso Ângelo Farnesi. Entrevista realizada em 10 de junho de 2009.
- Renato Jales Silva, aposentado, 63 anos, entrevista realizada em 01 de fevereiro de 2012.
- Sr. Reginaldo. Entrevista realizada na Praça João Jorge Cury em 07 de fevereiro de 2012.

## **2- PERIÓDICOS:**

- Jornal Correio de Uberlândia: 1970 a 2011. Vários Números. Arquivo Público Municipal.
- Jornal Participação: (Publicação oficial da Prefeitura Municipal de Uberlândia) – 1987-1988
- Jornal Primeira Hora: 1982-1988. Arquivo Público Municipal.

## **3- FOTOGRAFIAS:**

- Coleção Oswaldo Naguetini - Arquivo Público Municipal.
- Coleção Uberlândia. Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia.

- Registros fotográficos de coleções pessoais. Diversos.
- Registros fotográficos produzidos nos anos de 2011 e 2012. Arquivo do pesquisador.

## **4- LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

- UBERLÂNDIA, Projeto de Lei, de 22 de novembro de 1956. Autoriza doação de imóvel. Arquivo Público Municipal.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei nº 07 de 26 de fevereiro de 1948. Dispõe sobre loteamento de imóveis e medidas urbanísticas. Arquivo Público Municipal.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei nº 556 de 5 de dezembro de 1955. Estabelece condições para aprovação de loteamento. Arquivo Público Municipal.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei nº 19 de 2 de julho de 1968. Dispõe sobre loteamento de terrenos. Arquivo Público Municipal.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Lei nº 069 de 26 de agosto de 1988. Dispõe sobre parcelamento do solo municipal de Uberlândia. Arquivo Público Municipal.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Projeto de lei nº 5413 de 29 de novembro de 1991, dispõe sobre o fundo municipal de habitação popular e dá outras providências. Arquivo Público Municipal.
- ESTADO DE MINAS GERAIS. Lei nº 13803/2002. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Disponível em:  
[http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos\\_municipais/legislacao/leiestadual13803\\_00.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/legislacao/leiestadual13803_00.htm), acesso em 04 dez. 2012.

## **5- INVENTÁRIOS:**

- Bairro Presidente Roosevelt:  
[<http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/6354.pdf>](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6354.pdf), Acesso em: 06 nov. 2012
- Paróquia São Judas Tadeu:  
[<http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5572.pdf>](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5572.pdf), Acesso em: 06 nov. 2012
- Praça João Jorge Cury:  
[<http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5579.pdf>](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5579.pdf), acesso em: 06 nov. 2012
- Plano de inventário:  
[<http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/6306.pdf>](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6306.pdf), acesso em: 06 nov. 2012.

## **6- SÍTIOS:**

- [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br)
- [www.paulocampos.com.br](http://www.paulocampos.com.br)
- [www.correiodeuberlandia.com.br](http://www.correiodeuberlandia.com.br)
- [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br)
- [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)
- [www.ocaixa.com.br](http://www.ocaixa.com.br)

## **7- CORRESPONDÊNCIAS**

-LIVROS de Correspondências da Câmara/Correspondências Recebidas. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia. (1970-1990)

-LIVROS de Correspondências da Câmara/Correspondências Expedidas. Acervo do Arquivo Público de Uberlândia. (1970-1990)

## **8- CONFERÊNCIA:**

PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. In.: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E ÉTICA, 25, 2009, Fortaleza/Ceará.

*Bibliografia:*

ALVES, Josefa A. **Sociabilidades urbanas:** o olhar, a voz e a memória da Praça Tubal Vilela (1930-1962). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004.

ALVARENGA, Nízia Maria. **As associações de moradores em Uberlândia:** um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1988.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1996.

ARANTES, Antônio A. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.). **Produzindo o passado:** estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense/Condephaat, 1984.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha.** São Paulo: EDUSP, 1998.

BARBERO, Jesús-Martín. **Dos meios às mediações:** comunicações, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ofício de cartógrafo – travessias latino-americanas da comunicação na cultura.** São Paulo: edições Loyola, 2004.

BARBOSA, Marta E. J. **Os famintos do Ceará:** Imprensa e fotografia, entre o final do século XIX e o início do século XX. 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política:** ensaio sobre literatura e história da cultura. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.197-221.

BERTOLUCCI JR, Luiz. Uberlândia: **O impacto das trocas migratórias com as demais microrregiões de Minas Gerais sobre o tamanho da população residente.** Anais do V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes e V Mostra de Artes das Universidades Federais de Minas Gerais. Ouro Preto, agosto de 2001.

SILVA, Luzia Márcia Resende. **Carregadores de mercadorias: memórias e lutas Uberlândia-MG, 1970-2000.** Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado” – imagens e representações no Triângulo Mineiro.** Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.

BESSA, Cristine F. O. e SOARES, Beatriz Ribeiro. O significado da especulação imobiliária na espaço urbano de Uberlândia-MG. In.: Revista **História e Perspectiva**, Uberlândia, nº. 16/17, p. 121-148, jan/dez 1997.

BESSA, Kelly C. F. O.; SOARES, Beatriz R. Assentamentos Urbanos em Uberlândia: o significado de um novo espaço. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 18/19, p. 93-129, jan./dez. 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos C.(Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 237-258.

BRITO, Diogo de Souza e WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes. **Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade**. Uberlândia: Edufu, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edições 34/Edusp, 2000.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto. Trabalho e Movimentos Sociais: Histórias, Memórias e Produção Historiográfica. In: CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.11-38.

\_\_\_\_\_. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos – Uberlândia 1938-1990**. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CARRIJO, Gilson Goulart. **Fotografia e a invenção do espaço urbano**: considerações sobre a relação entre estética e política. Dissertação (Mestrado em História Social), Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

CARDOSO, Fernanda Ferreira. **Movimento negro, congada e carnaval**: atuação social de homens e mulheres negros em Uberlândia (1983-2000). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008

CARVALHO, Telma Campanha de. **Fotografia e cidade**: São Paulo na década de 1930. Dissertação (Mestrado em História Social), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência** – aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CRUZ, Heloísa de Faria. **Na cidade, sobre a cidade: cultura letrada, periodismo e vida urbana – São Paulo 1890-1915**. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 1994.

DA SILVA, Regina Helena Alves. “Pra não morrer... é só amarrar o tempo no poste”: memória e patrimônio. In.: **Revista História e Perspectiva**. Uberlândia: Edufu, nº 40, p. 9-20, jan-jun.2009.

DAMASCENO, Fernando Sérgio. **Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/60**. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. As Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

FENELON, Déa Ribeiro, et. al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

\_\_\_\_\_. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?. In.: **História & Perspectivas**. Uberlândia: EDUFU, nº 06, Jan/Jun. 1992. pp. 05-24.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Tradução: Luiz Roncari. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

FREITAS, Sheille S. **Buscando a cidade e construindo viveres**: relações entre campo e cidade. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por falar em culturas...** histórias que marcam a cidade. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GONÇALVES, Múcio Tosta. Espaço rural em transformação: um lugar de (qual) memória? In.: **História e Perspectivas**. Uberlândia: EDUFU, nº29 e 30, p.33-70, jul-dez/2003, jan-jun/2004.

GRECO, João Francisco Natal. **Desfavelamento em Uberlândia**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de Ciências Sociais, 1986.

HALL, Stuart. **Dá diáspora. Identidades e mediações culturais**. SOVIK (org.). Belo Horizonte. UFMG, Brasília: UNESCO, 2003.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Pessoas extraordinárias - resistência, rebeldia e jazz.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sobre História.** SP. Cia das Letras, 1998.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura:** aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos. Portugal: Editorial Presença, 1973.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das letras, 1993.

JESUS, Wilma Ferreira de. **Poder público e movimentos sociais:** aproximações e distanciamentos – Uberlândia (1982-2000). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Revista Projeto História.** PUC/SP, São Paulo: EDUC, nº 22. p. 79-103, 2001.

LANGARO, Jiani Fernando. **Para além de pioneiros e forasteiros:** outras histórias do Oeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas/SP: Editora da Unicamp; Aracajú/SE: Editora da UFS, 2004.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização da pobreza o espaço urbano burguês:** assistência social institucionalizada – (Uberlândia 1965-1980). Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. e PATRIOTA, Rosângela. **Histórias e historiografias:** perspectivas contemporâneas de investigação. Uberlândia: Edufu, 2006.

\_\_\_\_\_. Uberlândia: “Há serpentes no paraíso”. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda Santos (orgs.). **A cidade em debate.** São Paulo: Olho dágua, 1999, p. 181-209.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a construção do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História.** [online], vol. 21, nº 41, p.127-144, 2001.

\_\_\_\_\_. MACIEL, Laura Antunes, Paulo Roberto de Almeida e KHOURY, Yara Aun. **Outras histórias:** memórias: e linguagens. São Paulo: Olho d'água, 2006.

MARTIN-BARBERO. Jesús. **Ofício de cartógrafo:** travessias latino-americanas da comunicação e da cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MEDEIROS, E. Antunes. **Trabalhadores e viveres urbanos:** trajetórias e disputas na conformação da cidade – Uberlândia 1970/2001. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MELO, Marcus André B. C. de. Política de habitação e populismo: o caso da fundação da Casa Popular. In.: **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Vol. 3, Nº. 01, p. 39-61, 1990.

MORAIS. Sérgio Paulo. **Trabalho e cidade:** trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-graduação em História Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

\_\_\_\_\_. **Empobrecimento e ‘inclusão social’:** vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). Tese (História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOURA, Gerusa Gonçalves. **Condomínios horizontais/loteamentos fechados e a vizinhança (in)desejada:** um estudo em Uberlândia/MG. Tese (Doutorado em Geografia), Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

\_\_\_\_\_ e SOARES, Beatriz Ribeiro. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. In.: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia v. 10, n. 32, p. 22-40, dez/2009.

OLIVEIRA, Julio Cesar. **O último trago, a última estrofe:** vivencias boêmias em Uberlândia nas décadas de 40, 50 e 60. Dissertação (Mestrado em Historia), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Dennison. Elites econômicas e a produção do espaço urbano. In.: **Revista Paranaense de Geografia**. Curitiba/PR: UFPR, nº 03, 1998, pp. 05-17.

PETUBA, Rosângela M.<sup>a</sup> Silva. **Pelo direito à cidade: Experiência e Luta dos Trabalhadores Ocupantes de Terra do Bairro Dom Almir – Uberlândia - 1990-2000.** Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PINHEIRO, Maria L. Ugarte. **A cidade sobre os ombros – trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925).** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

PORTELLI, Alessandro (Coord.). **República dos sciuscià: a Roma do pós-guerra dos meninos de Dom Bosco.** Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora Salesiana, 2004.

\_\_\_\_\_ História Oral como Gênero. In: **Revista Projeto História** do Programa de Estudos Pós Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, nº 22, p. 09-36, 1995.

\_\_\_\_\_. A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Tempo**, Revista do Departamento de História da UFF, n. 2, p. 53-72, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. In. **Revista Projeto História**. PUC/SP, São Paulo: EDUC, n. 17, p. 25-40, 1997.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta M & AMADO, Janaína (org). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 103-130.

\_\_\_\_\_. Et al. (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009.

ROMERO, José Luis. **América Latina**: as cidades e as idéias. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

SACHS, Céline. **São Paulo**: políticas públicas e habitação popular. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Roberto Cury. **Migrações internas no Triângulo Mineiro**: análise demográfica e econômica, 1960-1970. Dissertação (Mestrado em Economia), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.

SAMORA, Mariana Camin. “**Uma cidade se faz de sonho**”. Entre o real e o ideal: memórias e experiências na paisagem urbana de Uberlândia/MG (2000-2009). Dissertação (Mestrado em História), Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

SAMUEL, Rapahel. História local e história oral. In.: **Revista Brasileira de História**. ANPUH/Marco Zero, vol. 09, nº 19, p. 219-248, Set/91/Fev/90.

SANTANA, Eliene D. de Oliveira. **Cultura urbana e protesto social: o quebra-quebra de 1959 em Uberlândia-MG**. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

SANTOS, Carlos M. S. **Democracia Participativa e tensão social em Uberlândia**: Experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças. Uberlândia. 2006. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SANTOS, Fernanda. **Negros em movimento**: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais – Uberlândia (1984-2000). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SANTOS, R. J.; RAMIRES, J. C. L. (org.). **Cidade e campo no Triângulo Mineiro**. Uberlândia: EDUFU, 2004.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze 1920/1945.** Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

SILVA JUNIOR, Renato Jales. **Cidade e cultura:** memórias e narrativas de viveres urbanos no bairro Bom Jesus Uberlândia-MG 1960-2000. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SOARES, Beatriz R. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia.** Dissertação (Mestrado em Geografia), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1988.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa I.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa II.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva (orgs.). Campinas SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In.: **Revista Projeto História.** São Paulo: EDUC, nº 15, p. 51-84, abr. 1997.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.